



**FACULDADE VALE DO PAJEÚ
(FVP)**

<https://faculdadevaledopajeu.edu.br/>

**PROJETO PEDAGÓGICO
CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS
CONTÁBEIS**

**SÃO JOSÉ DO EGITO (PE)
2022**

ELABORAÇÃO

NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE- NDE

MEMBROS
Inaldo Patrício de Freitas, Esp.
Marcos Aurélio Alves, Ms.
Jakellyne Kelly Quidute Nogueira, Esp.
Ana Cristina Rodrigues de Vasconcelos, Ms.
Érico Vinicius Bezerra Leite, Dr.

ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO:

Ata do NDE/nº06/ julho de 2022.



Sumário

1. CARACTERÍSTICAS INSTITUCIONAIS	8
1.1. Identificação da Mantenedora.....	8
1.2. Dirigente principal da Mantenedora e Presidente do Conselho Superior	8
1.3. Identificação da instituição Mantida.....	8
2. HISTÓRICO INSTITUCIONAL	9
2.1. Missão Institucional	10
2.2. Visão Institucional.....	10
2.3. Valores	10
2.4. Objetivos	10
3. CARACTERÍSTICAS GERAIS DO CURSO SUPERIOR DE GRADUAÇÃO	
BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS	12
3.1. Denominação.....	12
3.2. Modalidade de Ensino	12
3.3. Modalidade de Oferta	12
3.4. Vagas Anuais.....	12
3.5. Turnos de Funcionamento	12
3.6. Integralização	12
3.7. Carga Horária e Duração do Curso.....	12
3.8. Regime de Matrícula	12
3.9. Regime do Curso	12
4. CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA FVP:	
JUSTIFICATIVA DA OFERTA DO CURSO	13
4.1. Demandas de Naturezas Socioeconômica, Cultural e ambiental: Contexto Global	14
4.2. Demandas de Naturezas Socioeconômica, Cultural e ambiental: As perspectivas de acerca da interiorização e o cumprimento do PNE-Plano Nacional de Educação	21
5. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO	23
6. OBJETIVOS DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA FVP	27
7.1. Objetivo Geral	28
7.1.1. Objetivos Específicos	28
7.2. Objetivos do Curso: Relações com o Contexto Educacional	29
7.3. Objetivos do Curso: Relação com o Perfil Profissional do Egresso	30
7.4. Objetivos do Curso: Características Locais e Regionais	30
7.6. Objetivos do Curso: Consideração às Práticas Emergentes na Área do Curso	32
8. PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO	32

8.1. Perfil Profissional do Egresso: Consideração às DCN's – Diretrizes Curriculares para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis	32
8.2. Perfil Profissional: Necessidades Locais e Regionais.....	33
8.3. Perfil Profissional: Flexibilidade em Função de Novas Demandas do Mundo do Trabalho	33
8.4. Perfil Profissional: O egresso do Curso de Ciências Contábeis da FVP	34
8.5. Áreas de Atuação	35
9. FORMAS DE ACESSO	39
10. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS	40
10.1. Estrutura Curricular: Apresentação	40
10.2. Estrutura Curricular: Flexibilidade	41
10.3. Estrutura Curricular – Flexibilidade: As Atividades Complementares	42
10.4. Estrutura Curricular – Flexibilidade: Os Conteúdos Optativos.....	42
10.5. Estrutura Curricular: Interdisciplinaridade e a Articulação entre os Componentes Curriculares no Processo de Formação	43
10.5.1. Estrutura Curricular – Interdisciplinaridade e a Articulação entre os Componentes Curriculares no Processo de Formação: Os Projetos Interdisciplinares	43
10.5.2. Estrutura Curricular – Interdisciplinaridade e a Articulação entre os Componentes Curriculares no Processo de Formação: O TCC – Trabalho de Conclusão de Curso.....	43
10.5.3. Estrutura Curricular – Interdisciplinaridade e a Articulação entre os Componentes Curriculares no Processo de Formação: Os Eixos Integradores e Núcleos Formativos	45
10.5.4. Estrutura Curricular – Interdisciplinaridade e a Articulação entre os Componentes Curriculares no Processo de Formação: Estágio Curricular Supervisionado	46
10.6. Estrutura Curricular – Acessibilidade Metodológica.....	47
10.7. Estrutura Curricular – Compatibilidade da Carga Horária.....	47
10.8. Estrutura Curricular – Elementos Inovadores.....	47
10.9. Estrutura Curricular: Desenho de um perfil de Formação	49
11. CONTEÚDOS CURRICULARES	56
11.1. Conteúdos Curriculares: Desenvolvimento do Perfil Profissional do Egresso considerando a atualização da área do curso	57
11.2. Conteúdos Curriculares: Adequação das Cargas Horárias e das Bibliografias	57
11.3. Conteúdos Curriculares: A Acessibilidade Metodológica	58
11.4. Conteúdos Curriculares: Os Direitos Humanos, Relações Étnico-Raciais e a Educação Ambiental.....	58
11.5. Conteúdos Curriculares: Conhecimentos Inovadores	60
11.6. Conteúdos Curriculares: As Ementas e Bibliografia do Curso	61
12. METODOLOGIA	106
12.1. A Acessibilidade Metodológica e a Autonomia de Aprendizado dos Alunos.....	108
12.2. Metodologia: As relações teoria-prática e as praticas pedagógicas e recursos inovadores ..	109
13. O ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO	111
13.1. Gestão da Integração entre o Ensino e o Mundo do Trabalho e as Atualizações das Práticas de Estágio	113
14. ATIVIDADES COMPLEMENTARES	113
14.1. Aderência das Atividades Complementares à Formação Geral e Específica	114

14.2. Mecanismos Inovadores na Regulação, Gestão e Aproveitamento das Atividades Complementares.....	115
15. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC	116
15.1. O Repositório para os Trabalhos de Conclusão de Curso – TCC	116
16. POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES	117
16.1. Centro de Apoio ao Estudante	117
16.1.2. Ouvidoria	118
16.1.3 Núcleo de Atendimento Psicopedagógico	118
16.1.4. Núcleo de Integração Estudantil e Nivelamento	120
16.1.5. Da Acessibilidade Metodológica e Instrumental	121
16.1.6 Políticas de Retenção	122
16.1.7 Núcleo de Estágio e Carreira	122
16.1.8 Núcleo de Apoio Financeiro e Monitoria FVP	122
16.1.9. Programa De Nivelamento	125
16.1.10. PAE – Programa de Acompanhamento do Egresso	126
16.1.11. Incentivo Institucional à Formação de Diretórios ou Centros Acadêmicos	127
17. GESTÃO DO CURSO E OS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA	127
17.1. As Avaliações Internas como Insumo para a Gestão do Curso e a Apropriação dos Resultados pela Comunidade Acadêmica	129
17.2. As Avaliações Externas como Insumo para a Gestão do Curso e a Apropriação dos Resultados pela Comunidade Acadêmica.....	129
18. ATIVIDADES DE TUTORIA	130
18.1. Conhecimentos, Habilidades e Atitudes necessárias às Atividades de Tutoria	131
19. TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO – TIC’S NO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM	131
19.1. Ambiente Virtual de Aprendizagem	132
19.2. Material Didático para Disciplinas EaD	134
20. PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM	135
20.1. A Avaliação e a Autonomia do Aluno.....	136
21. NÚMERO DE VAGAS PREVISTAS/IMPLANTADAS	137
21.1. Os Estudos Quantitativos e Qualitativos para Adequação das Vagas em Relação ao Corpo Docente	138
21.2. Os Estudos Quantitativos e Qualitativos para adequação das vagas à Infraestrutura Física e Tecnológica.....	139
22. DIMENSÃO 2: CORPO DOCENTE	140
22.1. Atuação do Núcleo Docente Estruturante – NDE.....	140
22.1.1. NDE: Os Estudos e a Atualização Periódica do PPC.....	141
22.1.2. NDE: Os Procedimentos para Permanência dos Membros do NDE Até o Ato Regulatório Seguinte	141
23. EQUIPE MULTIDISCIPLINAR	142

24. REGIME DE TRABALHO DO COORDENADOR	143
22.1. Os Indicadores que Subsidiaram a Gestão da Coordenação de Curso de Ciências Contábeis da FVP	143
22.2. Experiência profissional, de magistério superior e de gestão acadêmica do Coordenador....	145
23. CORPO DOCENTE: TITULAÇÃO	145
23.1. Regime de Trabalho do Corpo Docente do Curso	153
24. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DOCENTE	154
24.1. Plano de Carreira Docente.....	154
24.2. Qualificação do Corpo Docente	154
25. EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA SUPERIOR	155
25.1. Experiência no exercício da tutoria na educação a distância	155
25.2. Titulação e formação do corpo de tutores do curso	156
26. ATUAÇÃO DO COLEGIADO DE CURSO OU EQUIVALENTE	156
27. PRODUÇÃO CIENTÍFICA, CULTURAL, ARTÍSTICA OU TECNOLÓGICA	158
28. GABINETE DE TRABALHO PARA PROFESSORES DE TEMPO INTEGRAL – TI	159
29. ESPAÇO DE TRABALHO PARA COORDENAÇÃO DE CURSO E SERVIÇOS ACADÊMICOS	159
30. SALA COLETIVA DE PROFESSORES	159
31. SALAS DE AULA	160
32. ACESSO DOS ALUNOS A EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	160
32.1. LABORATÓRIO DE PRÁTICAS CONTÁBIL	161
33. BIBLIOTECA	161
33.1. Do Funcionamento	161
33.2. Acervo.....	161
33.2.1. Bibliografias Básica e Complementar por Unidade Curricular no Curso de Ciências Contábeis	161
33.3. Periódicos Especializados na área do curso.....	162
33.4. Política de Aquisição da IES	163
33.5. Consulta	163
33.6. Empréstimo	163
33.7. Apoio na elaboração de Trabalhos Acadêmicos	163
34. CONDIÇÕES DE ACESSO PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS	164
35. RESPONSABILIDADE SOCIAL	166
35.1. Visão da IES quanto à sua Responsabilidade Social	166
36. ANEXOS	168



36.1. REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES.....	168
36.2. REGULAMENTO DAS PROJETOS INTERDISCIPLINARES	176
36.3. Regulamento do Estágio Curricular Supervisionado em Ciências Contábeis	182
36.4. REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA FVP	185



1. CARACTERÍSTICAS INSTITUCIONAIS

1.1. Identificação da Mantenedora

FACULDADE VALE DO PAJEU LTDA

CNPJ: 26.817.470/0001-36.

Situada à Rua Café Filho, nº 07, Planalto, São José do Egito-PE.

1.2. Dirigente principal da Mantenedora e Presidente do Conselho Superior

Prof. Cleonildo Lopes Da Silva

1.3. Identificação da instituição Mantida

FACULDADE VALE DO PAJEÚ - FVP

Situada à Rua Café Filho, nº 07, Planalto, São José do Egito-PE.

1.4. Atos de Constituição Legal:

Ato de Criação: Portaria do CONSUP, de 06 de junho de 2017

Ato de Credenciamento: Portaria Ministerial 672, de 22 de março de 2019/ Publicada no DOU em 25 de março de 2019



2. HISTÓRICO INSTITUCIONAL

A história da Faculdade Vale do Pajeú - FVP está intimamente ligada à própria história de seu idealizador, o professor Cleonildo Lopes da Silva, natural do interior do Pernambuco, mais precisamente do município de São José do Egito, localizado no Vale do Pajeú, onde é carinhosamente conhecido pela alcunha de Painha.

Em São José do Egito está localizada a Faculdade Vale do Pajeú, com 05 (cinco) cursos autorizados e em pleno funcionamento, a primeira Mantida Credenciada por esse empreendedor do campo educacional, em 2019. No ano de 2022, Painha concluiu a processo de sua segunda Mantida, a Faculdade de Educação Vale do Pajeú, no município de Bezerros, no agreste pernambucano.

Além do compromisso no campo da educação superior, Painha faz parte do escritório de advocacia Lopes & Silva Advogados Associados, sediada na capital (Recife) e atuante em todo o território de Pernambuco, possuindo, assim, grande experiência na área jurídica, o que faz com que a IES esteja muito bem fundamentada legalmente.

Além disso, esse ilustre cidadão de São José do Egito tem uma longa trajetória de engajamento social e político no que concerne às mazelas de seus conterrâneos, o que está intimamente ligado ao desejo apaixonado que foi construção de uma IES de excelência, a qual se tornou um instrumento fomentador de cidadania para sua cidade natal e para a região do Vale do Pajeú, onde está a sede da Faculdade Vale do Pajeú – FVP, assim como a região do agreste pernambucano, por meio da Faculdade de Educação Vale do Pajeú, em Bezerros.

Desse modo, a partir de reuniões com educadores, empresários e políticos, criou-se o órgão colegiado maior da IES, o CONSUP – Conselho Superior que passo a passo delineou o projeto de constituição da FVP até eclodir neste documento que agora é finalizado e disponibilizado não apenas ao Ministério da Educação – MEC, mas a comunidade de São José do Egito que direta ou indiretamente contribui permanentemente para a realização do sonho dos mantenedores da própria sociedade em que a FVP se insere e que lhe tem como razão da sua própria existência.

Em setembro de 2017, a Mantenedora Protocolou o Ato de Credenciamento Institucional e os Atos Autorizativos dos seguintes cursos: Licenciatura em Pedagogia, Bacharelado em Ciências Contábeis, Administração, Enfermagem e Direito. Iniciando suas atividades em 2019 com a oferta dos citados cursos, provocando diversas mudanças, não apenas no âmbito educacional, mas nos âmbitos econômico, social e cultural de toda a região do Vale do Pajeú.

2.1. Missão Institucional

Promover o desenvolvimento e a excelência na formação e no aperfeiçoamento de profissionais nas diversas áreas de atuação, os quais sejam capazes de atender às demandas do mercado e às necessidades socioeconômicas, culturais e ambientais da sociedade em que se insere.

2.2. Visão Institucional

Ser uma importante instituição de ensino do Estado do Pernambuco, comprometida com o desenvolvimento regional e a sustentabilidade formando profissionais de excelência para o mercado de trabalho.

2.3. Valores

- Aluno – Porque ele é a razão de ser da FVP.
- Professor – Porque ele é o meio para efetivar a razão de ser da FVP.
- Educação – Porque temos a crença de que ela é fundamental para qualquer mudança positiva do país.
- Homem – Porque ele constituído como ser social histórico é o nosso objetivo maior.
- Ética – Porque ela é a chave para a mudança das expectativas humanas e a constituição de uma sociedade realmente justa.
- Excelência – Porque ela é a nossa busca constante em tudo o que fazemos.
- Empreendedorismo – Porque é necessário empreender para se estabelecer profissionalmente.
- Inovação – Porque ela é a chave para o desenvolvimento pela educação.
- Sustentabilidade – Porque o desenvolvimento só é válido se for sustentável e centrado na responsabilidade social.

2.4. Objetivos

- I. Estimular a responsabilidade socioambiental, a criação e preservação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II. Formar graduados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em

setores profissionais, no nível exigido pela região e pelo país e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, capazes de inovar e empreender nos seus respectivos setores;

III. Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais;

IV. Prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

V. Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

VI. Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VII. Promover permanentemente a inclusão social e a acessibilidade de alunos, colaboradores e comunidade;

VIII. Promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição;

IX. Ampliar e diversificar as atividades de ensino na FVP, em níveis de graduação, de pós-graduação ou de extensão;

X. Estabelecer a avaliação institucional como ferramenta de gestão contínua na FVP.

3. CARACTERÍSTICAS GERAIS DO CURSO SUPERIOR DE GRADUAÇÃO BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

3.1. Denominação

CURSO SUPERIOR DE GRADUAÇÃO BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

3.2. Modalidade de Ensino

Bacharelado

3.3. Modalidade de Oferta

Presencial

3.4. Vagas Anuais

100

3.5. Turnos de Funcionamento

Diurno e Noturno

3.6. Integralização

Mínimo de 8 (oito) semestres e máximo de 16 (dezesesseis) semestres.

3.7. Carga Horária e Duração do Curso

3.140 Horas – 08 semestres

3.8. Regime de Matrícula

Semestral

3.9. Regime do Curso

Seriado Semestral

3.10. Ato de Autorização do Curso

Portaria Ministerial nº 157, de 29 de março de 2019

3.11. Índices:

Conceito do Curso	3
CPC	-
Enade	-

3.12. Início da Oferta do curso

Abril de 2019

3.13. Coordenação do curso

Prof. Esp. Inaldo Patrício de Freitas Severino

DIMENSÃO: ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO PEDAGÓGICA DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

4. CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA FVP: JUSTIFICATIVA DA OFERTA DO CURSO

Notadamente, há que se destacar que o Contabilista é um profissional que está habilitado a desenvolver atividades de elaboração, melhoria e implementação de sistemas de informações fiscais, parafiscais e financeiras, dentre outras.

No entanto, a conjuntura econômica e empregatícia constituída na última década estabeleceu um novo cenário em que o profissional contabilista deixou de ser apenas um cargo determinado a compor e relatar informações tributárias nas empresas brasileiras para ser uma das peças-chave na perspectiva administrativa, seja no âmbito público ou privado.

Esse cenário deu-se a partir do processo de internacionalização por que passou o sistema contábil no final da última década, no qual os procedimentos ficaram interligados a área administrativa e ao preceito de sustentabilidade, de ética empresarial e na prestação de contas públicas.

Dentre as regiões brasileiras em que esse avanço no setor foi mais relevante destaca-se região nordeste, afinal ela tem sido alvo dos maiores investimentos públicos e de uma grande expansão do setor privado, tanto no âmbito industrial quanto comercial.

Nesse sentido, as grandes publicações e pesquisas sobre a empregabilidade têm apontado a profissão de contabilista como uma das mais valorizadas do mercado, bem como uma das que constituem o maior déficit de profissionais, afinal o Brasil, como um país em desenvolvimento, possui um amplo campo de atuação para os profissionais de contabilidade, o qual tende a permanecer em expansão, com o crescente número e proporção dos empreendimentos brasileiros.

Para se ter uma noção de quão vasto é o mercado de trabalho para o profissional de contabilidade no Brasil, estudos apontam a existência de aproximadamente 520.00 mil contadores registrados (CFC/2021) para um quantitativo de 18,915 milhões de empresas ativas no Brasil. Os dados constam no Mapa de Empresas, uma plataforma digital do Ministério da Economia que fornece dados sobre o registro empresarial no país. (fev/2022).

Delimitando esses dados ao cenário loco regional da FVP, o estado do Pernambuco possui 15.600 profissionais ativos no Conselho local; assim como a nível nacional esse número de profissionais está aquém da demanda pela prestação do serviço, uma vez que o estado é uma das maiores concentrações de empresas nas regiões norte e nordeste, possui um potencial que impacta a economia do estado vizinho, Paraíba, e vem avançando para o desenvolvimento de potenciais econômicos regionais, como é o caso da Vale do Pajeú, principalmente pelo crescimento do pequeno negócio na região. Daremos destaque ao tema desse desenvolvimento no decorrer dessa seção.

Dessa forma, pode evidenciar que há uma escassez de profissionais com conhecimentos na área financeira, em especial no que diz respeito à geração de informações para a tomada de decisões, o que proporciona aos contabilistas especialistas e capacitados neste segmento um mercado com excelentes remunerações e reconhecimento profissional.

Vale destacar também que o mercado de trabalho do contabilista não se restringe a grandes empreendimentos. Medidas governamentais de apoio aos pequenos empreendimentos, tais como o Simples Nacional e a parceira entre o CFC e SEBRAE, geram ainda excelentes

oportunidades aos contabilistas que optam por atuar no nicho de mercado das micro e pequenas empresas.

Assim sendo, deve-se salientar que a oferta do curso tem como prerrogativa as mudanças sociais e econômicas voltadas à comunidade do Vale do Pajeú, Microrregião localizada ao norte do Estado de Pernambuco, conhecida como Região do semiárido do sertão Pernambucano.

Assim, este Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis pressupõe o conhecimento da realidade local e regional, enquanto construção social, política, econômica e cultural, e coaduna-se com o perfil da FVP, voltada à prestação de serviços educacionais da ordem privada, porém com norte no interesse coletivo.

O curso observa os indicativos das Diretrizes Curriculares Nacionais, cuja proposta curricular atual do Curso está (inter)relacionada aos indicadores dos padrões de qualidade almejados pelo MEC e, ainda, aos propósitos da FVP em seu Projeto de Desenvolvimento Institucional.

A fim de articular critérios e propósitos compartilhados pelo Curso de Ciências Contábeis com a IES, cuja missão é **promover o desenvolvimento e a excelência na formação e no aperfeiçoamento de profissionais nas diversas áreas de atuação** - o Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis articula suas ações através de um processo interdisciplinar comprometido com a formação profissional de cidadãos que devem atuar como protagonistas e multiplicadores desse compromisso social.

Pelas características da região do Vale do Pajeú, o Curso busca atender a uma vocação de servir à comunidade, ao promover formação profissional sensível a contextualização e proporcionar o permanente e efetivo envolvimento de professores e acadêmicos, através de programas e atividades desenvolvidas junto à comunidade a qual está inserido. Assim, o Curso de Ciências Contábeis da FVP transita pelas instâncias do ensino, da pesquisa e da extensão, articulando as linhas básicas de ação da IES e orientando-se por valores que resguardam a primazia da dignidade da pessoa humana sobre as coisas e interesses materiais; reconhecendo a justiça social como meta permanente.

No entanto, a justificativa do Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis para atender a região do Vale do Pajeú sustenta-se, não apenas em questões relacionadas às necessidades dos cidadãos, mas por singularidades que serão delineadas a seguir.

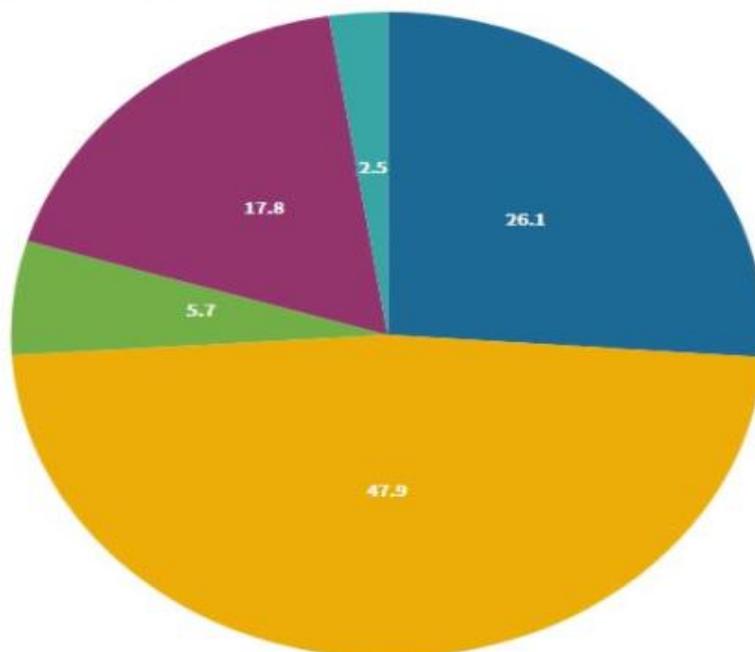
4.1. Demandas de Naturezas Socioeconômica, Cultural e ambiental: Contexto Global

Segundo os dados do IBGE o Brasil diminuiu em muito o índice de pobreza extrema na última década, porém o Nordeste ainda continua como campeão brasileiro no ranking da pobreza:

Contribuição relativa para a pobreza no Brasil (por região)

Fonte: IBGE

■ Norte ■ Nordeste ■ Centro-Oeste ■ Sudeste ■ Sul



Atualmente, o Brasil tem 52 milhões de pessoas vivendo em condições de pobreza e cerca de 28 milhões abaixo da linha da pobreza. Para que uma pessoa esteja enquadrada no conceito de pobreza extrema, e estar abaixo dessa linha tem sido, ao que parece, uma meta cumprida fielmente pelo nordeste brasileiro onde está concentrada a maior parte da pobreza nacional.

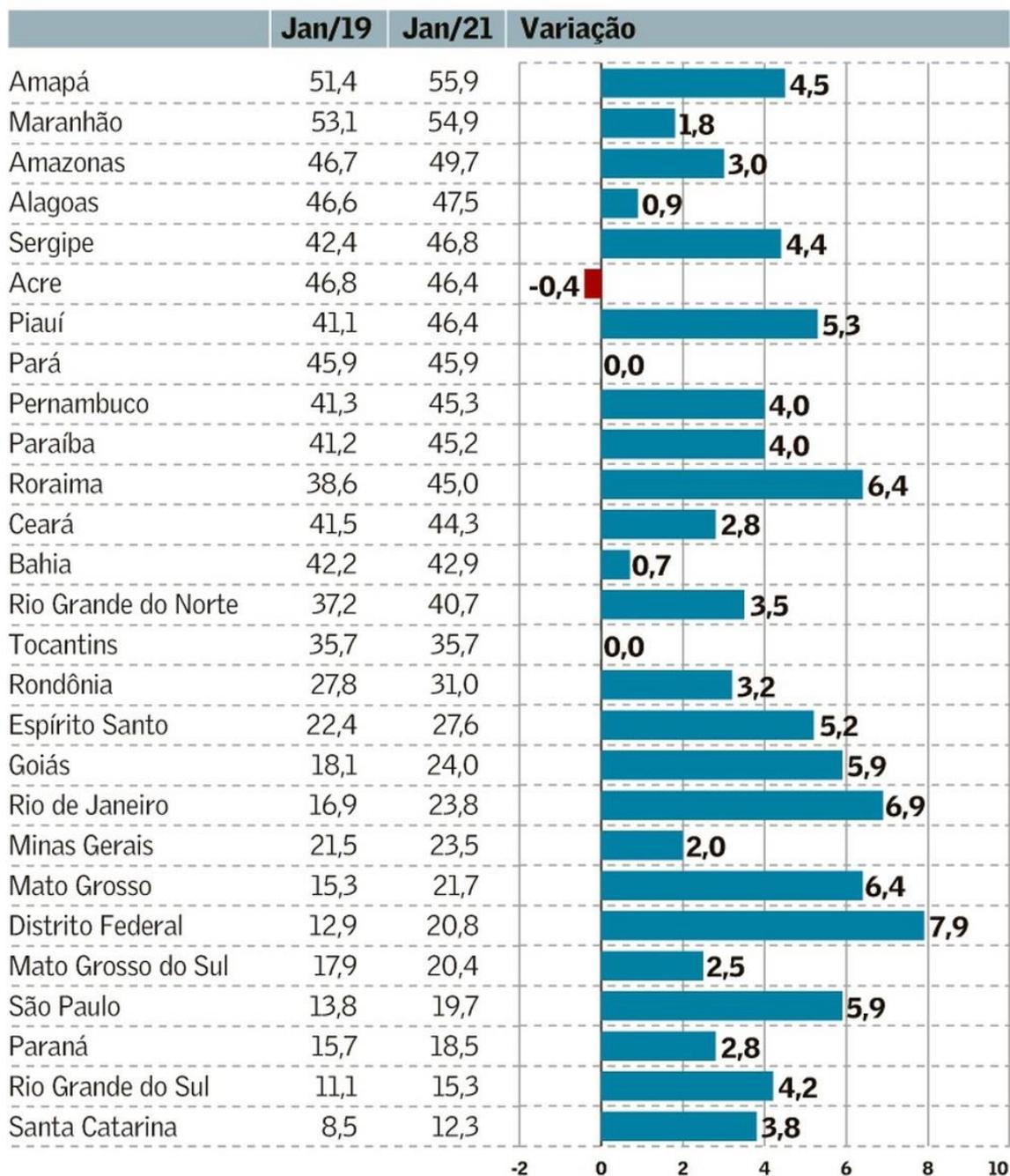
Segundo o levantamento, o Nordeste é a região do país que mais sofre com o problema, concentrando o maior percentual de brasileiros extremamente pobres, assim a região possui quase metade de toda pobreza do Brasil.

Dentre os 28 milhões de habitantes brasileiros abaixo da linha da pobreza, que correspondem cerca de 12,8% da população do país, a grande maioria é negra ou parda, 53% vivem em área urbana e 46,7% são moradores do campo que, em muitos casos, exercem atividades baseadas na agropecuária de subsistência.

Interessante frisar que quanto mais se avança ao interior do nordeste, maior se avança também em direção às grandes mazelas sociais.

Pobreza regional

Parcela de pobres em relação ao total da população, em %



Brasil

1º tri/2019

25,2%

1º tri/2021

29,5%

Fonte: Daniel Duque, a partir de dados do IBGE. *Cálculo considera pobre quem tem renda per capita abaixo de US\$ 5,50 por dia (cerca de R\$ 450 por mês)

Segundo dados do IBGE relativos ao Censo 2021, o estado de Pernambuco possui 9 674 793 de habitantes, distribuídos em 185 municípios.

No que diz respeito mais especificamente à economia regional, o Estado do Pernambuco tem o segundo maior PIB per capita entre os estados nordestinos. O PIB de Pernambuco alcançou R\$ 204 bilhões em 2020, segundo dados divulgados pela Condepe/Fidem.

Historicamente, Pernambuco tinha na agricultura sua principal atividade econômica, sendo a cana-de-açúcar o produto de maior destaque. No entanto, nos últimos anos o cenário mudou totalmente, o setor de serviços passou a ser o elemento fundamental para a geração de receitas. A atual composição do PIB estadual é a seguinte:

Agropecuária:4,8%.

Indústria:21,9%.

Serviços: 73,3%.

Em destaque o setor de serviços, responsável por 73,3% do PIB estadual, é impulsionado pelo turismo e pelo comércio. O estado possui 187 quilômetros de praia, com destaque para Tamandaré e Porto de Galinhas. Outro grande destino dos turistas é o arquipélago de Fernando de Noronha, considerado patrimônio natural da humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

Porém, diante dos efeitos da pandemia de Covid-19 Pernambuco teve um decréscimo de -1,4 no PIB em 2020 em relação a 2019, enquanto o PIB nacional registrou um decréscimo de -4,1% no mesmo período. A queda ocorreu devido ao impacto da pandemia do coronavírus, que provocou o fechamento do comércio, bares, hotéis, as principais fontes da economia pernambucana.

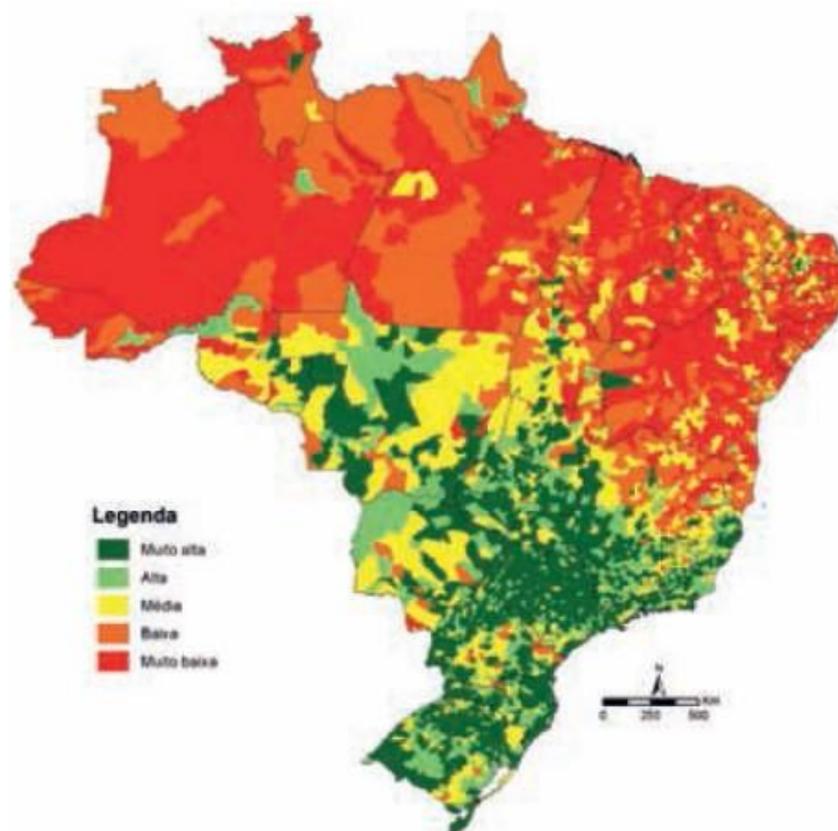
Das principais atividades, o setor de serviços foi o mais afetado com o impacto da pandemia. No acumulado do ano, os índices ficaram distribuídos desta forma: agropecuária (19,8%), indústria (1,0%) e os serviços (-3,0%). Sendo assim o setor de serviços o mais afetado devido ao contato direto com a população.

No entanto, por mais positivos que sejam os próximos cenários, Pernambuco continuará em destaque no que concerne a cenários de desigualdades sociais entre os estados do nordeste.

Somente a título de exemplo, considerando dados aferidos pelo Banco Mundial, se fosse um país, a capital Recife se encontraria, na Namíbia e na África do Sul, nações que ocupam mesmo patamar de desigualdade – a primeira, apenas independente em 1990, após profunda exploração alemã e sul africana e a segunda, que ainda sente os efeitos do fim do Apartheid, regime de segregação racial, em 1994.

No agreste pernambucano, a região em que se situa a FVP, essa expectativa de desigualdade social se torna imensamente mais severa, principalmente quando são consideradas deficiências como nos serviços de infraestrutura, particularmente os serviços de saneamento (água, esgoto, drenagem e lixo), educação e saúde.

Para se ter uma ideia da dimensão da vulnerabilidade social, basta verificar o mapa constituído pela SUDENE/IBGE e comparar os estados do nordeste – sul –sudeste.



No que diz respeito à educação em Pernambuco, a taxa de analfabetos entre população de 15 anos ou mais foi de 11,9% em 2019, o dobro da média brasileira, de 6,6%. São quase 900 mil pessoas no estado que não sabem ler nem escrever um simples bilhete. Dados revelados pelo módulo de Educação da Pesquisa Anual por Amostra de Domicílios (PNAD).

Mesmo com uma pequena melhora nos últimos anos na educação pernambucana ainda está longe de chegar a uma taxa satisfatória, e o desafio é ainda maior ao tratar do analfabetismo funcional, a incapacidade de não saber ler, compreender, interpreta textos e simples operações matemáticas, é a realidade de grande parte da população do agreste pernambucano.

Em contrapartida, nos últimos anos o Estado de Pernambuco teve um avanço na qualidade do ensino médio, o IDEB 2019 apontou uma melhora no desempenho dos alunos do Ensino Médio no Estado de Pernambuco subiu sua pontuação para 4,5 pontos.

No Ensino Superior, Pernambuco também apresenta paradoxos em relação ao cenário nacional. líder regional com 27,8% das matrículas nordestinas em 1991, caiu para 18,4% em 2007, no ano de 2010, praticamente todos os Estados do Nordeste aumentaram a sua contribuição de matrículas em termos percentuais no cenário nacional, com a exceção de Pernambuco e Paraíba. Em 2019, Pernambuco registrou 295 mil ingressantes no ensino superior, a representatividade de Pernambuco no número de matrículas total do país é de 3,4%. Em relação ao Nordeste, esse percentual sobe para 15,8%, ficando atras apenas do estado da Bahia e Ceará.

Assim, considerando mais uma vez o PNE – Plano Nacional de Educação que tem o seu marco determinante para o ano de 2024 de aumentar a porcentagem de estudantes da Educação Superior em relação à população de 18 a 24 anos para 50%, a chamada taxa bruta de matrícula,

até 2024, o Estado de Pernambuco não atingirá nem de perto o que foi planejado como meta pelo poder público, seja no Ensino Básico ou no Ensino Superior.

Com a economia em crescimento e novos investidores no estado, Pernambuco precisa acompanhar esse crescimento econômico com mão de obra qualificada para não ter problemas futuros com profissionais especializados no mercado de trabalho. É necessário manter o equilíbrio entre as vagas ofertadas pelas empresas que promovem o desenvolvimento e os egressos devidamente preparados e qualificados para assumirem essas posições.

De forma que se busque a compreensão da amplitude deste projeto, devemos conhecer a história do município como um todo.

SÃO JOSÉ DO EGITO (PE)

São José do Egito é um município brasileiro situado no estado de Pernambuco. Localizado na Mesorregião do Sertão Pernambucano e na Microrregião de Pajeú. Sua população é de 33 789 habitantes, sendo o 3º município mais populoso da Microrregião do Pajeú.

A povoação do município iniciou-se com a construção de uma capela dedicada a São José por fazendeiros da cabeceira do Rio Pajeú, no lugar Queimadas, vale meridional da Serra da Borborema e ponto de confluência do Riacho São Filipe com o mesmo Pajeú. Fazendeiros vizinhos, que possuíam uma capela dedicada a São Pedro, atacaram e destruíram o templo. Uma nova capela foi erguida. Um novo ataque foi tentado, desta vez sem êxito, pois houve resistência.

O povoado foi intitulado São José das Queimadas em 1865. Em 1872, foi criado o distrito com denominação de São José da Ingazeira, que foi elevado à categoria de vila com a denominação de São José da Ingazeira, pela lei provincial nº 1260, de 26 de maio de 1877, desmembrado de Ingazeira mais tarde Afogados da Ingazeira. Pela lei provincial nº 1516, de 11 de abril de 1881, vila passou a denominar-se São José do Egito.



Localização de São José do Egito no estado de Pernambuco.

O município é formado pelos distritos sede, Bonfim, Riacho do Meio e pelos povoados de Batatas, Curralinho, Mundo Novo, São Sebastião de Aguiar, Espírito Santo e Juazerinho. possui uma área de 792,900 km² e segundo estimativa do IBGE possuía 33.789 habitantes, está distante 404 km da capital Recife, é servida pelas rodovias PE-275, PE-280, PE-320 e BR-232.

O turismo na cidade é movido por paisagens naturais, clubes, festas tradicionais, como a Exposição de Animais (realizada no Parque José Custódio de Lima), a Festa de Reis, o Festival Universitário, que ocorre em três dias no mês de julho e a Feira de Negócios de São José do Egito, realizadas no Pátio de Eventos Miguel Arraes de Alencar.

A economia predominante na região é o comércio, além da agropecuária, com maior potencialidade de desenvolvimento para a suinocultura, a avicultura de corte e de postura, caprinocultura de leite, ovinocultura, bovinocultura de leite e corte, apicultura.

Conforme o quadro que se segue, veremos as populações e distância de São José do Egito dos municípios que compõem a microrregião do Pajeú.

CIDADE	POPULAÇÃO	DISTÂNCIA DA FVP
<u>AFOGADOS DA INGAZEIRA</u>	37.017	56,6 km
<u>BREJINHO</u>	7.465	15,1 km
<u>CALUMBI</u>	5.736	118,4 km
<u>CARNAÍBA</u>	19.440	74,2 km
<u>FLORES</u>	31.809	87,6 km
<u>IGUARACY</u>	12.175	62,3 km
<u>INGAZEIRA</u>	4.563	43,4 km
<u>ITAPETIM</u>	13.638	19,0 km
<u>QUIXABA</u>	6.835	76,3 km
<u>SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE</u>	12.501	122,0 km
<u>SANTA TEREZINHA</u>	11.571	38,2 km
<u>SÃO JOSÉ DO EGITO</u>	33.789	–
<u>SERRA TALHADA</u>	87.467	135,0 km
<u>SOLIDÃO</u>	5.934	49,0 km
<u>TABIRA</u>	28.534	35,0 km
<u>TRIUNFO</u>	15.221	115,2 km
POPULAÇÃO TOTAL:		333.695

Fonte: Formulação Própria

Ou seja, a IES tem um potencial para atender um total de 333.695 habitantes já contando com a sua própria população, o que de maneira imediata viabiliza o funcionamento do curso.

Sendo assim, com a devida tomada de consciência e com o apoio irretroatável das Instituições de Ensino Superior de forma que insiram profissionais qualificados no mercado de trabalho; o futuro é que tenhamos uma sociedade consciente de suas responsabilidades enquanto cidadãos e preparados para atender as demandas do mercado de trabalho e crescimento econômico, assim nesta perspectiva é que o curso de Ciências Contábeis da Faculdade Vale do Pajeú - FVP objetiva formar profissionais que também sejam amplamente capacitados e que transformem a sua própria realidade e de seus próximos.

4.2. Demandas de Naturezas Socioeconômica, Cultural e ambiental: As perspectivas de acerca da interiorização e o cumprimento do PNE-Plano Nacional de Educação

É inegável que a iniciativa de ofertar um Curso de Bacharelado em ciências contábeis na região da FVP, advém, a priori, da perspectiva cotidiana da dificuldade dos cidadãos do interior do Brasil, em especial de regiões nordestinas sertanejas, em frequentar cursos de graduação. Nesse sentido, vale destacar as prerrogativas da interiorização do Ensino Superior, expectativa essa discutida e estabelecida principalmente no âmbito do MEC, a partir de investimento públicos.

A interiorização de cursos de graduação é importante porque amplia a visão política e cidadã de todas as cidades que compõem o interior brasileiro, além disso, tal oferta aumenta as possibilidades de emprego público e privado de boa qualidade e, conseqüentemente, as possibilidades econômicas locais, haja vista a própria constituição determinar os mesmos direitos de acesso à educação a todos os cidadãos, indiferente às regiões demográficas do Brasil.

Desse modo, as Faculdades públicas ou privadas podem mudar a configuração local em locais isolados, como é o exemplo do Vale do Pajeú, pois se trata de um processo de combate à exclusão nas regiões mais pobres do Brasil.

Apenas a título de exemplo de cenário, no Norte e no Nordeste, diferente de regiões como o Sudeste, o número de matrículas ainda é maior nas escolas públicas do que nas escolas particulares, pois as regiões mais pobres são menos lucrativas para o setor privado. Logo, é imprescindível que se leve a iniciativa privada a investir também nessas regiões, inserindo alunos também nas universidades e dando oportunidade igual para todos.

No que diz respeito aos cursos de graduação da área das ciências contábeis da iniciativa pública, os investimentos na criação desses cursos em Universidades Públicas nos últimos anos não comportou tais ofertas devido à dificuldade econômica do governo federal de seguir com investimentos na área.

Além disso, em termos gerais, mesmo com as iniciativas do poder público no processo de interiorização que cresceu muito na última década, estamos ainda bem longe da meta de 30% de jovens entre 18 e 24 anos no ensino superior, a ser alcançada pelo PNE – Plano Nacional da Educação (temos 13,7%). Também é verdade que as 1.554 instituições de graduação situadas fora das capitais ainda representam um número acanhado para um País, que tem 5.564 municípios.

Mas não são apenas as perspectivas de interiorização da educação superior que justificam a oferta do curso de ciências contábeis da FVP, pois há singularidades que permeiam toda a oferta educacional na região nordeste, inclusive fora do interior dos estados.

As regiões Norte e Nordeste tiveram um olhar mais criterioso do governo federal nas últimas décadas, com diversas formas de investimento e incentivos que fizeram inúmeras indústrias e investimentos nacionais e internacionais se configurarem nessas regiões.

O resultado disso é que ambas as regiões demonstraram um grande avanço socioeconômico, principalmente na última década.

Porém, esse avanço não foi suficiente para tornar as dificuldades sociais e a desigualdade equiparadas aos estados do sul e sudeste, pois o aumento do poder econômico, por vezes, acaba tornando os problemas relacionados à saúde, educação, acesso à justiça e bem estar social mais visíveis ao olhar externo.

É exatamente nesse cenário de crescimento econômico de um lado e desigualdades sociais de outro, que surge a necessidade de formação de profissionais que atuem na área da contabilidade. Tudo com o objetivo de auxiliar na regulação das variáveis que interferem no desenvolvimento da sociedade, pois, como já destacado, estamos inseridos tanto no contexto econômico quanto no político e cultural, e, portanto, torna-se necessário verificar as particularidades do mesmo e as relações que, por muitas das vezes se concretizam na contradição, interferindo diretamente na qualidade de vida dos cidadãos e no próprio trabalho do profissional da contabilidade, o que o torna um profissional extremamente necessário para um desenvolvimento pleno da região de inserção.

Nesse contexto, o curso de Ciências Contábeis da FVP vem ao encontro das demandas sociais relacionadas ao mercado de trabalho na região nordeste e, mais precisamente, no Sertão Pernambucano.

Assim, pode-se afirmar que o curso de Ciências Contábeis da FVP tem sua gênese estabelecida em uma expectativa que procura não só transformar o atual paradigma centrado na concentração de profissionais especializados da área relegados apenas às grandes cidades e capitais, mas viabilizar a oportunidade de acesso ao mercado de trabalho, como um direito a cidadania, a partir das necessidades da região de inserção da IES, ou seja, diminuindo as desigualdades de ofertas de cursos de contabilidade entre as diferentes regiões do país e, até mesmo, entre as cidades do Estado do Pernambuco.

Em se tratando de demandas por profissionais e oferta de curso, é preciso ressaltar ainda que, sem vagas suficientes de um curso de Ciências Contábeis nessa região, a sua população está relegada a não se inserir ou realizar os sonhos de formar profissionais, haja vista somente a partir de um alto poder aquisitivo as famílias poderão enviar seus filhos para outras regiões, como para a capital Recife, para estudar nessa área do conhecimento.

Por fim, vale então ressaltar a consciência plena da IES acerca do perfil do seu ingressante no Curso de Ciências Contábeis: sediado em uma região do interior do Estado do Pernambuco, a qual possui uma densidade populacional suficiente para sua oferta, esse curso se consolida não apenas como um meio de atender às demandas instituídas pelo contexto de mercado em que se insere, mas, e principalmente, dada a sua realidade de uma maioria de ingressantes de famílias de classe média em ascensão, formadas por cidadãos que procuram o Ensino Superior como meio de galgar melhores condições de vida para si e suas comunidades; esse projeto de curso não se constitui apenas como um instrumento para formar profissionais da área, mas como um meio pelo qual se é possível diminuir a distância entre os cidadãos, através de um perfil de empreendedores conscientes de seu papel socioeconômico, e a cidadania plena e interferir positivamente na sociedade e no ambiente em que se constitui o próprio curso, efetivando assim o Estado Democrático de direito e o acesso à educação superior

e a todas as profissões e cargos, expectativas que todos os cidadãos interessados ou com vocação para o curso almejam e têm igual direito.

5. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

Somos plenamente sabedores de que ao se tratar da tríade Ensino-Pesquisa-Extensão, o desafio não está em estabelecer cada um dos componentes em questão, afinal toda e qualquer instituição de ensino facilmente promove cada uma dessas ações institucionais com facilidade.

No entanto, o desafio está em dissociar esses elementos durante o percurso de formação.

Assim, a FVP criou ferramentas que possibilitam o diálogo entre o ensino-pesquisa (iniciação científica)-extensão de modo que cada um deles não se torne um fim em si.

Nesse contexto, o currículo do curso não pode ser vislumbrado como pequenas “caixas de conhecimento” organizadas, mas como um processo de formação em que mecanismos de diálogo se estabelecem junto aos conhecimentos necessários à formação. Logo, tudo isso deve estar concebido dentro da própria estrutura curricular de cada curso.

Assim, vale ressaltar que a atualização deste Projeto Pedagógico se constituiu não apenas levando-se em consideração as perspectivas formais pelas quais se instituiu a gênese deste gênero de documento, ou seja, da concepção estática de “projetar” ou “lançar para adiante”, mas de um sentido mais amplo ligado ao plano da “ação” e da formação humana em seu sentido pleno.

Trata-se, portanto, de uma visão acerca do processo de formação profissional delineada pela Coordenação de Curso, e NDE – Núcleo Docente Estruturante constituída neste Projeto Pedagógico articulado naturalmente com o Projeto Pedagógico Institucional – PPI e com o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI da FVP, na medida em que seus pressupostos refletem aqueles estabelecidos nesses documentos institucionais.

Essa perspectiva advém do fato de que a elaboração de um Projeto Pedagógico implica em analisar o contexto real e o acadêmico, definindo ações, estabelecendo o que alcançar, criando percursos e fases para o trabalho, definindo tarefas para os atores envolvidos e acompanhando e avaliando a trajetória percorrida e os resultados parciais e finais.

Esta função não pode ser assumida, na visão dos responsáveis pela gestão do curso (Coordenação e NDE), sem que haja uma efetiva articulação com outros instrumentos que sinalizam a direção institucional para o alcance de compromissos acadêmicos e sociais.

Assim este Projeto Pedagógico se constitui naturalmente como uma imprescindível implementação do Projeto Pedagógico Institucional – PPI e o Plano Desenvolvimento Institucional – PDI que juntos com o Projeto Pedagógico do Curso – PPC formam o tripé Ensino-Pesquisa-Extensão que sustenta o cumprimento da missão institucional e social da FVP.

Dessa forma, a unicidade da relação entre teoria, prática e referencial metodológico, tornou-se o eixo norteador da proposta onde *“todo fazer implica uma reflexão e toda reflexão implica um fazer”*. Assim, o futuro bacharel em Ciências Contábeis, além de saber e de saber fazer, deverá compreender o que faz.

Posto isto, pode-se afirmar que as ações práticas no ensino não constituem um espaço isolado do restante do curso; a transposição que ocorre nesse nível deve ser antecedida de processo de reflexão coletiva e sistemática das atividades em suas diferentes formas.

Logo, o PPC aborda situações didáticas em que seus futuros Bacharéis coloquem em uso o que aprenderam, ao mesmo tempo em que possam mobilizar outros conhecimentos oriundos de diferentes naturezas e experiências, para enriquecimento da formação.

POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE ENSINO:

A interação, a inovação, o empreendedorismo, a comunicação e o desenvolvimento da autonomia são eixos norteadores na formação de força de trabalho na área de Ciências Contábeis, buscando o desenvolvimento de situações coletivas, que ampliem o espaço de construção de valores e habilidades da realidade do trabalho, que permitam a construção da autonomia profissional, intelectual, desenvolvimento do senso de responsabilidade pessoal, coletiva e de base ética.

Isso se refere ao uso de recursos didáticos e tecnológicos para convivência interativa, projetos e atividades coletivas, interdisciplinares, que promovam a relação teoria-prática, seminários temático, projetos de investigação, debates e estudos de conteúdo, aulas práticas em campo, bem como o desenvolvimento de visitas técnicas aos órgãos que têm o bacharel em Contabilidade como um dos atores imprescindíveis para suas funções, de modo que desde o começo do curso os alunos tenham contato com a realidade da profissão e formem a sua identidade como profissionais.

Nesse sentido, traduz-se o modo com que foi produzida a estrutura curricular do curso e a escolha dos conteúdos estudados, em que há em cada semestre um grupo de disciplinas que são da ordem das Diretrizes Curriculares para Ciências Contábeis, ao mesmo tempo em que há componentes curriculares que fazem com que o aluno se insira na realidade profissional, como os Projetos Interdisciplinares e as Práticas de Extensão, fazendo assim com sejam interrelacionados o ensino, a pesquisa e a extensão.

Nesse contexto, este projeto pedagógico traduz perfeitamente a filosofia institucional, ao voltar-se no ensino não apenas para uma percepção fixa e objetiva da formação técnica, mas para a formação de profissionais éticos e competentes, cuja atuação na área profissional deverá, além da melhoria nos níveis de qualificação da mão-de-obra regional, reverter-se também na melhoria dos serviços públicos e privados que têm os profissionais egressos do curso como atores e na consolidação do nome da Instituição junto ao seu público e em uma integração cada vez maior com a comunidade, aumentando os índices de atendimento aos seus objetivos e missão institucionais.

POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE EXTENSÃO PARA O CURSO:

Dado o fato de ser este projeto uma atualização para reconhecimento do curso, ele traz em seu cerne todas as alterações regulatórias estabelecidas pelo MEC – Ministério da Educação dos últimos anos.

Nesse contexto, este projeto pedagógico já está em acordo com Resolução CNE/CES nº 07, de 18 de dezembro de 2018 e na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014 do Plano Nacional de Educação – PNE, os quais estabelecem as Diretrizes para implementação das atividades de extensão na educação brasileira.

Ressalta-se que a partir da Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, conforme o Art. 4º “As atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos”. Dessa forma a FVP instituiu, de acordo com a carga horária do curso, as atividades de extensão em todos os PPCs dos cursos em oferta.

Logo, as atividades de extensão na FVP já são curricularizadas e possuem regulamentos institucionais para sua efetivação.

O curso de Ciências Contábeis possui componente (s) curricular (es) que estabelecem ações de extensão para que os alunos se insiram na comunidade no decorrer da sua formação.

Como não é de bom tom engessar tais atividades, o Projeto Pedagógico aponta para o momento em que devem ser efetivadas as atividades e traz “sugestões” de aplicação, considerando as competências e habilidades que o aluno possui naquele momento, e considerando o potencial das Unidades Curriculares.

Assim, pode-se afirmar categoricamente que o curso faz um vínculo concreto entre o Ensino e a Extensão, a partir do momento em que sugere a aplicação dos conhecimentos apreendidos pelos alunos para a comunidade da região de inserção, bem como promove a pesquisa (iniciação científica), pois abre espaços para que os alunos investiguem a realidade em que se inserem e promovam discussões e debates sobre o seu contexto social.

Desse modo, conceitos como autonomia, inovação, empreendedorismo, flexibilidade, capacidade de análise, interdisciplinaridade, proatividade e tantos outros que fazem parte dos discursos acadêmicos, passam a serem faróis que orientam a prática docente e a qualificação discente, ultrapassando os limites da retórica universitária para construir um *rol* de conhecimentos úteis ao profissional egresso do curso.

A extensão universitária é vislumbrada neste PPC como um processo educativo, cultural e científico, articulado ao ensino e à pesquisa, com o objetivo de fortalecer a relação entre o curso, a Faculdade e a sociedade.

As atividades de Extensão são desenvolvidas sob a forma de projetos vinculados a estrutura curricular; cursos, eventos culturais e científicos; serviços prestados à comunidade, por meio de vínculos ou não com convênios; a partir das ações promovidas no Laboratório de Atividades Práticas, assegurando o compromisso social e a missão da Faculdade. As atividades de extensão estão regulamentadas e, em linhas gerais, é importante observar:

- A existência de uma coordenação própria para área;
- Acompanhamento de docentes responsáveis pela condução da Curricularização;
- A responsabilidade das partes em seguir os trâmites legais descritos no regimento;
- A integração com a atividade de ensino e pesquisa;
- O estímulo a Interdisciplinaridade;
- A aproximação com necessidades dos docentes, dos discentes e da comunidade, uma vez que a IES e o NDE entendem que há uma contribuição mútua com essa interação com a comunidade;
- As sugestões inseridas em cada conteúdo programático e que consideram o que o aluno já apreendeu.

POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE PESQUISA (INICIAÇÃO CIENTÍFICA) PARA O CURSO:

As atividades de pesquisa e extensão, como já afirmado, possuem coordenação específica e ambas são relacionadas à área do curso, pois a ação de uma atividade reflete na necessidade e ações da outra. Destaca-se também que os projetos vinculados as Unidades Curriculares são acompanhadas pelos docentes.

No entanto, para que seja garantida na matriz curricular do curso, o NDE inseriu o componente curricular Projetos Interdisciplinares que permite com que se tenha espaços formais para a iniciação científica no curso.

Nesses componentes, os alunos utilizam os conhecimentos de outras disciplinas e são inseridas sugestões de temas de pesquisa em que os alunos possam ir a campo para efetivá-las, sempre adaptando a pesquisa conforme seu desenho metodológico.

Além disso, na maioria dos componentes curriculares, são programados estudos de caso, o que faz com que o aluno desde o início do curso tenha encontros programados com exemplos de investigação e problematizações da área do curso, como também temas voltados para o estudo e a resolução de problemas da região de influência da instituição, afinal a iniciação científica não é uma ação momentânea, mas uma construção sistemática de um perfil universitário.

É preciso destacar que as políticas de pesquisa são implementadas a partir das seguintes ações: desenvolvimento da iniciação científica de forma marcante nos projetos pedagógicos, evidenciando-a no Regulamento de Atividades Complementares; realização de Semana Científica, de abrangência regional, para apresentação de trabalhos de iniciação científica, como o resultados das ações nas Unidades Curriculares “Projetos Interdisciplinares”; permanente estímulo à participação de alunos e docentes em Encontros, Conferências e Congressos para apresentação de trabalhos desenvolvidos nos outros cursos de graduação da IES; definição da participação diferenciada de docentes em atividades de orientação de projetos de Iniciação Científica como relevante para fins de progressão na carreira.

Dessa forma, a partir das reflexões postuladas acima, definiu-se uma concepção teórico-metodológica para o Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis articulada com a missão institucional e fundamentada nos pilares propostos pela UNESCO para a educação do século XXI, bem como na interdependência e diversidade de atividades teóricas e práticas que norteiam todo o projeto pedagógico.

O curso organiza-se atendendo aos parâmetros do PPI – Projeto Político Institucional da IES e das diretrizes curriculares para o Curso de Ciências Contábeis estabelecidas em lei, a saber:

- a) Flexibilidade dos currículos plenos, integrando o ensino das disciplinas com outros componentes curriculares, tais como: práticas contábeis, simulados, oficinas, seminários temáticos, estágios, atividades complementares, etc.;
- b) Perspectiva dialógica plena entre o laboratório de prática e a coordenação do curso;
- c) Rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defrontará no âmbito contábil;
- d) Estabelecimento das dimensões, investigativa e interpretativa como princípios formativos e condição central da formação profissional e da relação teoria e realidade;
- e) Presença da interdisciplinaridade no projeto de formação profissional;

- f) Exercício do pluralismo teórico-metodológico como elemento próprio da vida acadêmica e profissional;
- g) Respeito à ética profissional;
- h) Supervisão acadêmica e profissional nas atividades orientadas;
- i) Constante articulação teoria-prática.

Assim, o Projeto Pedagógico do Curso adota a concepção da formação profissional que interage teoria e prática, em um ensino prático-reflexivo baseado no processo de reflexão-nação, voltado para:

- a) Construção de uma perspectiva investigativo-reflexiva, em que os discentes se motivem a conhecer a realidade contábil e profissional e buscar alternativas para os problemas concretos da sociedade;
- b) Compreensão dos princípios teórico-metodológicos que norteiam os saberes inerentes à operação das Ciências Contábeis;
- c) Construção de um referencial epistemológico que fundamente o desenvolvimento de uma *práxis* social nas dimensões técnica e ético-política;
- d) Desenvolvimento de um processo interdisciplinar e teórico-prático de formação, baseado na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, buscando a construção de conhecimentos que fundamentem o constante repensar da prática profissional.

Para constituir essa prática formativa, a Coordenação e o NDE do Curso constituíram as concepções do curso a partir dos objetivos abaixo delineados.

6. OBJETIVOS DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA FVP

Para estabelecermos os objetivos do Curso de Ciências Contábeis da FVP, faz-se necessário que inter-relacionemos os aspectos que apontamos na concepção do curso que descrevemos anteriormente e os próprios objetivos institucionais; ao mesmo tempo que Resolução CNE/CES nº 10, de 16 de dezembro de 2004, a qual instituiu as DCNs do curso de Ciências Contábeis.

Neste sentido, há que se destacar que apesar de ser uma IES privada, a FVP, enquanto Corpo Institucional, tem plena convicção que os seus objetivos não podem ser unilateralmente estabelecidos apenas pelos seus dirigentes e mantenedores, mas através de uma perspectiva de interlocução entre a comunidade acadêmica como um todo e a sociedade em que se insere, considerando ainda todo o composto de prerrogativas legais.

Isso significa que os objetivos da IES e de todo e qualquer curso devem emanar-se e convergirem, para a sua própria realidade, ter como foco constante as demandas regionais e locais e o que está estabelecido na legislação pertinente ao curso.

É preciso destacar que, os objetivos devem não se limitar apenas a reproduzir as estruturas e valores vigentes, mas abrirem-se para as possibilidades que só são possíveis a partir do acolhimento das novas ideias, das novas realidades e da visão de corresponsabilidade com a sociedade e com a história, ou seja, como apontamos em vários momentos de nosso projeto: na

construção de seres humanos sociais e históricos, cientes da construção do seu futuro e de outrem.

Vale ressaltar o papel do NDE ao estabelecer uma análise que considera vários fatores como o contexto educacional, perfil do egresso, demandas do mundo do trabalho, etc, conforme se descreve nos tópicos a seguir.

7.1. Objetivo Geral

O Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis tem como objetivo principal *a formação de um profissional contábil crítico com capacidade de leitura dos diferentes contextos em que as organizações atuam, visando assegurar a constituição e análise das informações tributárias, contábeis e financeiras das empresas e órgãos públicos e privados, sempre primando pela ética e pela exatidão informacional.*

Nesse contexto, o curso deve propiciar ao aluno o desenvolvimento de competências que consolidem a capacidade crítica e reflexiva para a formação de um profissional empreendedor, inovador e gerenciador de dados e informações financeiras, com condições de compreender a complexidade e as contradições que delineiam a dinâmica organizacional do mercado e da sociedade, valorizando a inovação e o desenvolvimento sustentável.

7.1.1. Objetivos Específicos

- Realizar alterações patrimoniais, por meio da identificação, da mensuração, do registro, da divulgação e da análise dos eventos e das transações ocorridas nas organizações públicas e privadas;
- Registrar os fatos e atos administrativos e responsabilizasse pelo pagamento de tributos.
- Realizar auditorias e as perícias contábeis;
- Contribuir com o desenho de planos de investimentos;
- Utilizar adequadamente a terminologia e a linguagem das Ciências Contábeis e Atuariais.
- Demonstrar visão sistêmica e interdisciplinar da atividade contábil.
- Elaborar pareceres e relatórios que contribuam para o desempenho eficiente e eficaz de seus usuários, quaisquer que sejam os modelos organizacionais.
- Aplicar adequadamente a legislação inerente às funções contábeis.
- Desenvolver, com motivação e através de permanente articulação, a liderança entre equipes multidisciplinares para a captação de insumos necessários aos controles técnicos, à geração e disseminação de informações contábeis, com reconhecido nível de precisão.
- Exercer suas responsabilidades com o expressivo domínio das funções contábeis, incluindo noções de atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais e governamentais, que viabilizem aos agentes econômicos e aos administradores de qualquer segmento produtivo ou institucional o pleno cumprimento de seus encargos quanto ao gerenciamento, aos controles e à prestação de contas de sua gestão perante à sociedade, gerando também informações para a tomada de decisão, organização de atitudes e construção de valores orientados para a cidadania.

- Desenvolver, analisar e implantar sistemas de informação contábil e de controle gerencial, revelando capacidade crítico analítica para avaliar as implicações organizacionais com a tecnologia da informação.
- Exercer com ética e proficiência as atribuições e prerrogativas que lhe são prescritas através da legislação específica, revelando domínios adequados aos diferentes modelos organizacionais.
- Capacidade de liderança.
- Domínio das ferramentas de comunicação.
- Administração da força de trabalho, dos recursos físicos e materiais e da informação.
- Formar profissionais cientes de seu papel frente às necessidades socioeconômicas, políticas, culturais e ambientais.
- Fornecer ferramentas para o planejamento de carreira e posicionamento profissional para o mercado de trabalho na área de Contabilidade.
- Proporcionar aos estudantes visão e anseios de contribuir para as transformações da sociedade, com plena consciência dos Direitos humanos e a expectativa socioambiental;
- Constituir egressos comprometidos e partícipes enquanto sujeitos políticos;
- Formar profissionais com capacidade de empreender e inovar em sua área de atuação;
- Capacitar o egresso a assumir posições de liderança, sempre tendo em vista o bem estar da comunidade;
- Formar profissionais cientes de seu papel frente às necessidades socioeconômicas, políticas, culturais e ambientais;
- Capacitar o aprendizado contínuo e autônomo, tanto na formação, quanto na prática profissional;
- Instrumentalizar o acadêmico para o desenvolvimento de habilidades e competências necessárias ao exercício profissional através da articulação entre ensino, pesquisa e extensão.
- Formar profissionais com capacidade de interferir positivamente na comunidade em que está inserido.

7.2. Objetivos do Curso: Relações com o Contexto Educacional

Ao delinear os aspectos gênese do curso, o NDE discutiu profundamente o contexto educacional em que o mesmo se insere.

Nesse sentido, foram destacados os seguintes aspectos:

a) Qualidade da Educação Básica: é de senso e conhecimento comum no Brasil que a Educação Básica, considerando aqui o percurso desde a educação infantil até o final do ensino médio, apresenta índices alarmantes de resultados negativos em termos de desenvolvimento dos educandos. Assim, foram priorizados na configuração dos objetivos do curso, aspectos como o déficit de leitura e argumentação, aspectos políticos e econômicos, conhecimentos gerais da área sociológica, filosófica e antropologia. Assim, objetivos como “Constituir egressos comprometidos e partícipes enquanto sujeitos políticos” e “formar profissionais cientes de seu papel frente às necessidades socioeconômicas, políticas, culturais e ambientais” foram perspectivas estabelecidas como objetivos do curso.

b) Educação Básica Pública: o contexto educacional brasileiro e regional, em geral, apresentam cenários de inversão de papéis: alunos egressos do ensino médio particular se inserem nas vagas de IES públicas e os alunos egressos do ensino médio da rede pública se inserem nas vagas de IES particulares. Porém, há sempre a heterogeneidade desses ingressantes em cursos de graduação de IES particulares e, portanto, deve ser prevista. Dessa forma, esse cenário também foi considerado para o estabelecimento dos objetivos do curso, sendo que “a educação continuada” ou “a capacidade de autonomia” inserem-se nos objetivos do curso como forma de suplantar as diferenças de ambos os ingressantes, tudo a partir de ferramentas que no decorrer do PPC e da matriz curricular serão claramente delineados, em especial nas expectativas de disciplinas de cunho orientado.

c) As diferenças marcantes entre as comunidades: a FVP recebe alunos advindos não apenas da sua cidade sede, mas de toda uma região composta de vários municípios. Assim, objetivos como “a capacidade de liderança”, “Formar profissionais com capacidade de empreender e inovar em sua área de atuação” e outros aspectos generalistas foram constituídas considerando a singularidade do contexto educacional em que se situa a IES. Para garantir o cumprimento disso se estabelecem ferramentas de nivelamento que serão delineadas nos próximos capítulos do documento, em especial no que se refere ao CAE – Centro de Apoio ao Estudante.

7.3. Objetivos do Curso: Relação com o Perfil Profissional do Egresso

Ao delinear os objetivos do curso, o NDE estabeleceu que não é possível estabelecer qualquer objetivo sem que exista uma estreita relação com o perfil profissional constituído para o curso.

Essa relação se estabelece junto à descrição do perfil profissional do egresso, a partir da relação Objetivos X Perfil que resulta em competências e habilidades que estão configuradas neste PPC.

Destaquem-se aspectos como capacidade técnica e anseios sociais e humanísticos que fazem parte do perfil do egresso e que podem claramente ser relacionados entre os objetivos do curso, perfil do egresso e a estrutura curricular.

7.4. Objetivos do Curso: Características Locais e Regionais

Conforme apontamos nas relações entre os objetivos do curso e o contexto educacional, a FVP se constitui em uma região de complexa heterogeneidade, dado ao fato que se tornou a única IES a atender a população de várias localidades, considerando o Vale do Pajeú.

Aspectos como as diferenças marcantes entre as capitais e o interior foram considerados nos objetivos do curso, em especial na configuração de um profissional generalista, haja vista a carência de profissionais formados na região de inserção, afinal os egressos serão absorvidos por um mercado de trabalho amplo e de demanda reprimida.

Além disso, na configuração das expectativas locais e regionais, o NDE considerou também a ausência de atividades empreendedoras e necessárias ao desenvolvimento local.

Assim, objetivos como “Formar profissionais com capacidade de empreender e inovar em sua área de atuação”, “Capacitar o egresso a assumir posições de liderança, sempre tendo em vista o bem estar da comunidade” e “Capacitar o aprendizado contínuo e autônomo, tanto na formação, quanto na prática profissional”, foram delineados considerando a realidade local

e regional e para tal foram estabelecidas também nas competências e habilidades (perfil do egresso) e garantidas na matriz curricular do curso.

7.5: Objetivos do Curso: Consideração acerca da Estrutura Curricular

A estrutura curricular do Curso de bacharelado em Ciências Contábeis está plenamente coerente com os seus objetivos e com o compromisso da FVP em formar profissionais integrados com a realidade local, quando tem o objetivo de contribuir para a formação de profissionais habilitados ao reconhecimento de seu espaço ocupacional no desenvolvimento da sociedade local e regional.

A estrutura curricular do curso de Bacharelado em Ciências Contábeis da Faculdade Vale do Pajeú obedece a uma sequência de disciplinas que propicia a orientação do aluno em seu processo de aprendizagem e formação de conteúdo. O curso está em conformidade com as diretrizes curriculares nacionais que regulamentam os cursos de Bacharelado em Ciências Contábeis, tendo organizadas as suas atividades de modo que todas as suas disciplinas estejam dispostas, incluindo atividades práticas.

Esse movimento é favorecido por uma vivência prática, bem como por um engajamento em atividades de iniciação científica e de extensão, tendo como referencial os princípios de interdisciplinaridade, contextualização e articulação entre teoria e prática.

O currículo está organizado de modo seriado, com indicação de disciplinas com conteúdos de formação básica, formação profissional e formação teórico-práticas que abrange estudos independentes, conteúdos optativos, prática em laboratório de informática utilizando softwares atualizados para Contabilidade, práticas em laboratório específicos, além das atividades complementares, sendo estas últimas voltadas à aquisição de conhecimentos dentro ou fora do ambiente acadêmico e orientadas para estimular a prática de estudos independentes. De toda a forma o NDE estabeleceu que essas ACs devem ter alinhadas as demandas de formação de conhecimento, e semestralmente o NDE e Colegiado devem discutir temas para oferta no semestre seguinte.

A estrutura curricular do curso está organizada de forma a apresentar, em oito semestres letivos, os conteúdos curriculares de natureza científico-cultural, com formação básica, profissional e teórico-prática. As atividades práticas a serem vivenciadas no decorrer do processo de formação, bem como o estágio curricular, as práticas de extensão e as atividades complementares, propiciam os conhecimentos e as situações de aprendizagens necessárias para o desenvolvimento das competências e habilidades exigidas no perfil do curso.

A matriz curricular busca a formação integral e pertinente, por meio da articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão. O curso de Bacharelado em Ciências Contábeis adota como referência os princípios da autonomia, interdisciplinaridade e da flexibilidade.

Nesse contexto, a flexibilidade, a interdisciplinaridade e a autonomia curricular não constituem apenas possibilidades, mas condições necessárias à efetivação deste projeto pedagógico de curso, considerando que os processos de flexibilização curricular decorrem do exercício concreto da autonomia universitária e devem encontrar seus limites no projeto pedagógico institucional e no acompanhamento do discente, por meio de avaliações e através

de trabalhos acerca de atividades teóricas e práticas, atingindo assim seus objetivos de formação, conforme delineado anteriormente.

Assim, O compromisso da Faculdade Vale do Pajeú é o de formar profissionais comprometidos com a responsabilidade social, a atuação técnica e instrumental, no exercício cotidiano da ética na prestação dos serviços, no controle social e combate a corrupção, na relação transparente com a sociedade, e com todas as autoridades constituídas, de modo integrado a outros profissionais.

7.6. Objetivos do Curso: Consideração às Práticas Emergentes na Área do Curso

Ao delinear objetivos como “empreender na área”, “autonomia de aprendizado”, “formação continuada” e “capacidade de liderança”, o NDE demonstra já no início da construção do curso que há uma preocupação com as mudanças recorrentes no mercado de trabalho.

No entanto, a partir da disseminação do novo instrumento de avaliação do INEP, o NDE reuniu-se para a constituição de um novo objetivo para o curso que é “Fornecer ferramentas para o planejamento de carreira e posicionamento profissional para o mercado de trabalho na área das Ciências Contábeis”.

Ao construir tal objetivo, a expectativa do perfil do egresso com capacidade generalista passa a ser ainda mais coerente, bem como as práticas que aparecerão em sua carreira após a sua formação poderão ser concretizadas, haja vista a sua formação consciente de busca por novos conhecimentos e adaptação à área do conhecimento e ao mercado de trabalho, bem como a sua capacidade analítica do contexto profissional em que se insere.

A garantia de realização desses objetivos poderá ser vislumbrada nos capítulos seguintes do PPC, em especial na matriz curricular e nos conteúdos curriculares para o curso.

8. PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

8.1. Perfil Profissional do Egresso: Consideração às DCN's – Diretrizes Curriculares para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis

Para constituição do Perfil do Egresso do curso de Bacharelado em Ciências Contábeis, o NDE estabeleceu, *a priori*, a consideração às Diretrizes Curriculares para o Curso, em especial a RESOLUÇÃO CNE/CES 10, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2004, que:

Art. 3º O curso de graduação em Ciências Contábeis deve ensejar condições para que o futuro contabilista seja capacitado a:

I - compreender as questões científicas, técnicas, sociais, econômicas e financeiras, em âmbito nacional e internacional e nos diferentes modelos de organização;

II - apresentar pleno domínio das responsabilidades funcionais envolvendo apurações, auditorias, perícias, arbitragens, noções de atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais e governamentais, com a plena utilização de inovações tecnológicas;

III - revelar capacidade crítico-analítica de avaliação, quanto às implicações organizacionais com o advento da tecnologia da informação.

Nesse sentido, houve a consideração aos aspectos mais proeminentes como a formação generalista e humanista, a ética, a responsabilidade social e a capacidade técnica.

A relação entre os objetivos já delineados para o curso e as necessidades loco-regionais foram então as máximas que configuraram o perfil profissional a seguir.

8.2. Perfil Profissional: Necessidades Locais e Regionais

Conforme já fora descrito nos objetivos do curso, o NDE possui clareza acerca da realidade regional e local no que concerne o acesso à contabilidade e às necessidades da área de Ciências Contábeis.

Nesse sentido, o perfil do egresso foi delineado sob um viés crítico social, haja vista não bastar apenas conhecer e considerar a realidade em que se insere, mas principalmente determinar o senso crítico para que o egresso venha a analisar quando já inserido no mercado de trabalho, as razões políticas e sociais que denotam tal realidade.

Na configuração do perfil do egresso foram considerados as relações do número de operadores por número de cidadãos na região já demonstrados no início do Projeto nas justificativas para implantação do curso.

Assim, conforme poderá ser vislumbrado no perfil do egresso do curso de Ciências Contábeis da FVP, há a consideração não apenas pela consciência de onde se está atuando, mas pela busca de mudança positiva de sua própria realidade.

8.3. Perfil Profissional: Flexibilidade em Função de Novas Demandas do Mundo do Trabalho

Para compor o Perfil Profissional do Egresso e os demais aspectos que compõem a formação do (a) profissional da FVP, o NDE do curso considerou a diferença primordial entre profissão e carreira.

Neste sentido, foi primordial o ajuste entre o perfil, objetivos e as garantias de cumprimento destes que se darão por meio de disciplinas e conteúdos estudados e discutidos ao longo do curso. Dessa forma, conforme poderá se vislumbrar tanto nas competências do perfil do egresso como nos conteúdos do próprio curso, houve uma preocupação para com o planejamento e assentamento da carreira dos alunos.

Além disso, vale destacar que um projeto não pode ser plenamente engessado, ou seja, deixa-se neste documento o afã de acompanhar o desenvolvimento da sua aplicação de modo que a qualquer tempo possa-se inserir novas expectativas ao perfil do egresso ou a outros aspectos que compõem o documento, conforme as necessidades reais do curso e dos alunos.

Destaquem-se os componentes como Tópicos Especiais em Ciências Contábeis que podem facilitar em muito a inserção de novas necessidades do mercado de trabalho no curso, bem como os temas dos projetos interdisciplinares e práticas de extensão, que podem ter os temas alterados conforme as necessidades emergentes do mercado de trabalho e ou demandas regionais em relação a atuação do futuro profissional.

Assim, conforme poderá ser vislumbrado à seguir, o perfil profissional do egresso delineado para o curso de Bacharelado em Ciências Contábeis da FVP foi construído em uma relação contínua com os objetivos para o curso que estabelecem a consciência com as adaptações ao mundo do trabalho próprio da sociedade globalizada e as demandas da sociedade em geral.

8.4. Perfil Profissional: O egresso do Curso de Ciências Contábeis da FVP

Conforme foi supracitado, o perfil do egresso do Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis da FVP está em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais, com as singularidades regionais e com a vocação estabelecida para o curso. Desse modo, o projeto pedagógico do curso deve estabelecer o perfil do egresso que contemple em suas unidades curriculares *profissionais-cidadãos, com formações generalistas e técnicas, capazes de intervir de maneira responsável, positiva e crítica nas organizações públicas e privadas e na realidade social mais abrangente, a fim de identificar e solucionar problemas nos diversos ambientes organizacionais, considerando a realidade da economia local e regional, bem como ter capacidade e perspectivas inovadora e empreendedora, multiprofissional sempre em consonância com as expectativas socioambientais.*

Dessa forma, o curso de graduação em Ciências Contábeis deve ensejar condições para que o futuro contabilista seja capacitado a:

- I - compreender as questões científicas, técnicas, sociais, econômicas e financeiras, em âmbito nacional e internacional e nos diferentes modelos de organização;
- II - apresentar pleno domínio das responsabilidades funcionais envolvendo apurações, auditorias, perícias, arbitragens, noções de atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais e governamentais, com a plena utilização de inovações tecnológicas;
- III - revelar capacidade crítico-analítica de avaliação, quanto às implicações organizacionais com o advento da tecnologia da informação;
- IV - compreender, interpretar e apresentar soluções para as demandas sociedade em geral, ao se refere a sua atuação profissional, e desenvolver suas habilidades públicos, como os pequenos empreendedores e ou prestadores de serviços.

Para alcançar o perfil profissional desejado a FVP desenvolve no educando competências e habilidades essenciais para o desenvolvimento das ações do contador nos seus diferentes âmbitos de atuação, com capacidade para:

- Empreender negócios voltados para a contabilidade gerencial na conjuntura econômica e social;
- Avaliar os resultados das ações realizadas, interpretar a aplicação das técnicas de contabilidade dentro dos padrões de qualidade e dos princípios da ética;
- Utilizar o raciocínio lógico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica, no julgamento e tomada de decisões;
- Dialogar, atribuir significados, conciliar e intervir na interação com outros profissionais de contabilidade e o público em geral;
- Trabalhar em grupo e com profissionais de todas as áreas do conhecimento;
- Estar apto ao trabalho em equipe multiprofissional, assumindo posições de liderança, envolvendo compromisso, responsabilidade, empatia, habilidade para tomada de decisões, comunicação e gerenciamento, de forma efetiva e eficaz;
- Utilizar as novas tecnologias para o pleno exercício profissional, na busca de dados e informações úteis às suas atividades profissionais;

- Participar de pesquisas, divulgando seus resultados e produzindo conhecimentos que sustentem e aprimorem a prática da contabilidade;
- Gerenciar e assessorar órgãos, empresas e instituições na elaboração e implementação de projetos e políticas de contabilidade, considerando o universo econômico da região de inserção;
- Empreender e inovar em sua área de atuação;
- Constituir e fomentar ações de responsabilidade social, sustentabilidade, cidadania, Direitos Humanos, reflexão acerca das relações étnico-raciais

O egresso do curso de contabilidade da FVP está, assim, apto a:

- Ter uma visão pluralista da contabilidade, compreendendo-a como um fenômeno social e processo ético e não apenas como um conjunto de técnicas que podem ser postas em discussão;
- Empreender e inovar em sua área;
- Propor e estabelecer ações de responsabilidade social e sustentabilidade;
- Ter a capacidade de assumir uma postura crítica frente à contabilidade, para adequá-la às situações social, política e econômicas vigentes;
- Desenvolver estratégias teóricas e metodológicas que permitam a superação dos limites da prática da contabilidade, questionando e tendo uma visão crítica da realidade local e regional, compreendendo os fatos sociais em constante mutação;
- Repensar as relações entre a contabilidade e o exercício da cidadania, discutindo e articulando-as enquanto instrumentos de construção de uma sociedade justa, equilibrada e harmônica, concebendo a qualidade de vida como direito de todos;
- Entender a realidade da gestão pública e privada local e sua conexão com a realidade brasileira, nos aspectos políticos, socioeconômicos e assistenciais.

8.5. Áreas de Atuação

Analista contábil: O analista de contabilidade por ser o profissional responsável por orientar e exercer tarefas ligadas a análise, controlando as contas de uma organização se relaciona com toda área financeira dentro de uma empresa.

Auditor contábil: Realiza auditoria operacional e contábil, baseando-se em programas específicos de auditoria. Verifica os livros contábeis, fiscais e comerciais apurando a veracidade entre os lançamentos e os documentos. Atua de forma integrada com os auditores externos, visando apoiá-los quando das análises das demonstrações financeiras e contábeis.

Perito contábil: O perito contábil tem o papel de analisar de forma completa toda a estrutura financeira de uma organização para reunir provas e esclarecer se aconteceu alguma irregularidade ou controvérsia relacionada à área fiscal.

Essas funções poderão ser exercidas em cargos como os de chefe, subchefe, diretor, responsável, encarregado, supervisor, superintendente, gerente, subgerente, de todas as unidades administrativas onde se processem serviços contábeis.

Quanto à titulação, poderá ser de contador, contador de custos, contador departamental, contador de filial, contador fazendário, contador fiscal, contador geral, contador industrial, contador patrimonial, contador público, contador revisor, contador seccional ou setorial, contadoria, técnico em contabilidade, departamento, setor, ou outras semelhantes, expressando

o seu trabalho através de aulas, balancetes, balanços, cálculos e suas memórias, certificados, conferências, demonstrações, laudos periciais, judiciais e extrajudiciais, levantamentos, livros ou teses científicas, livros ou folhas ou fichas escriturados, mapas ou planilhas preenchidas, papéis de trabalho, pareceres, planos de organização ou reorganização, com textos, organogramas, fluxogramas, cronogramas e outros recursos técnicos semelhantes, prestações de contas, projetos, relatórios, e todas as demais formas de expressão, de acordo com as circunstâncias

É privativo do Contador:

São atribuições privativas dos profissionais da contabilidade:

- Avaliação de acervos patrimoniais e verificação de haveres e obrigações, para quaisquer finalidades, inclusive de natureza fiscal;
- Avaliação dos fundos do comércio
- Apuração do valor patrimonial de participações, quotas ou ações;
- Reavaliações e medição dos efeitos das variações do poder aquisitivo da moeda sobre o patrimônio e o resultado periódico de quaisquer entidades;
- Apuração de haveres e avaliação de direitos e obrigações, do acervo patrimonial de quaisquer entidades, em vista de liquidação, fusão, cisão, expropriação no interesse público, transformação ou incorporação dessas entidades, bem como em razão de entrada, retirada, exclusão ou falecimentos de sócios quotistas ou acionistas;
- Concepção dos planos de determinação das taxas de depreciação e exaustão dos bens materiais e dos de amortização dos valores imateriais inclusive de valores diferidos;
- Implantação e aplicação dos planos de depreciação, amortização e diferimento, bem como de correções monetárias e reavaliações;
- Regulações judiciais ou extrajudiciais;
- Escrituração regular, oficial ou não, de todos os fatos relativos aos patrimônios e às variações patrimoniais das entidades, por quaisquer métodos, técnicos ou processo;
- Classificação dos fatos para registro contábeis, por qualquer processo, inclusive computação eletrônica, e respectiva validação dos registros e demonstrações;
- Abertura e encerramento de escritas contábeis;
- Execução dos serviços de escrituração em todas as modalidades específicas, conhecidas por denominações que informam sobre o ramo de atividade, como contabilidade bancária, contabilidade comercial, contabilidade de condomínio, contabilidade industrial, contabilidade imobiliária, contabilidade macroeconômica, contabilidade

seguros, contabilidade de serviços contabilidade pública, contabilidade agrícola, contabilidade pastoril, contabilidade das entidades de fins ideais, contabilidade de transportes , e outras;

- Controle de formalização, guarda , manutenção ou destruição de livros e outros meios de registro contábeis, bem como dos documentos relativos à vida patrimonial;
- Elaboração de balancetes e de demonstrações do movimento por contas ou grupos de contas, de forma analítica ou sintética;
- Levantamento de balanços de qualquer tipo ou natureza e para quaisquer finalidades, como balanços patrimoniais, balanços de resultados, balanços acumulados ,balanços de origens de recursos, balanços de fundos, balanços financeiros, balanços de capitais, e outros;
- Tradução, em moeda nacional, das demonstrações contábeis originalmente em moeda estrangeira e vice-versa;
- Integração de balanços, inclusive consolidações, também de subsidiárias do exterior;
- Apuração, cálculo e registro de custos, em qualquer sistema ou concepção: custeio por absorção ou global, total ou parcial; custeio direto, marginal ou variável ; custeio por centro de responsabilidade com valores reais, normalizados ou padronizados, históricos ou projetados, com registros em partidas dobrados ou simples , fichas, mapas, planilhas, folhas simples ou formulários contínuos ,com manual, mecânico, computadorizado ou outro qualquer, para todas as finalidades, desde a avaliação de estoques até a tomada de decisão sobre a forma mais econômica sobre como, onde, quando e o que produzir e vender;
- Análise de custos e despesas, em qualquer modalidade, em relação a quaisquer funções como a produção, administração, distribuição, transportes, comercialização, exportação, publicidade, e outras, bem como análise com vistas à racionalização das operações e do uso de equipamentos e materiais, e ainda a otimização do resultado diante do grau de ocupação ou volume de operações;
- Controle, avaliação e estudo da gestão econômica, financeira e patrimonial das empresas e demais entidades;
- Análise de custos com vistas ao estabelecimento dos preços de venda de mercadorias, produtos ou serviços, bem como de tarifas nos serviços públicos, e a comprovação dos reflexos dos aumentos de custos nos preços de venda, diante de órgãos governamentais;
- Análise de balanços;
- Análise do comportamento das receitas;
- Avaliação do desempenho das entidades e exame das causas de insolvência ou incapacidade de geração de resultado;

- Estudo sobre a destinação do resultado e cálculo do lucro por ação ou outra unidade de capital investido;
- Determinação de capacidade econômica-financeira das entidades, inclusive nos conflitos trabalhistas e de tarifa;
- Elaboração de orçamentos de qualquer tipo, tais como econômicos, financeiros, patrimoniais e de investimentos;
- Programação orçamentária e financeira, e acompanhamento da execução de orçamentos-programa, tanto na parte física quanto na monetária;
- Análise das variações orçamentárias;
- Conciliações de conta;
- Organização dos processos de prestação de contas das entidades e órgãos da administração pública federal, estadual, municipal, dos territórios federais, das autarquias, sociedade de economia mista, empresas públicas e fundações de direito público, a serem julgados pelos tribunais, conselhos de contas ou órgãos similares;
- Revisões de balanços, contas ou quaisquer demonstrações ou registro contábeis;
- Auditoria interna operacional;
- Auditoria externa independente;
- Perícias contábeis, judiciais e extrajudiciais;
- Fiscalização tributária que requeira exame ou interpretação de peças contábeis de qualquer natureza;
- Organização dos serviços contábeis quanto à concepção, planejamento e estrutura material, bem como o estabelecimento de fluxogramas de processamento, cronogramas, organogramas, modelos de formulários e similares;
- Planificação das contas, com a descrição das suas funções e do funcionamento dos serviços contábeis;
- Organização e operação dos sistemas de controle interno;
- Organização e operação dos sistemas de controle patrimonial, inclusive quanto à existência e localização física dos bens;
- Organização e operação dos sistemas de controle de materiais, matérias-primas, mercadorias e produtos semifabricados e prontos, bem como dos serviços em andamento;

- Assistência aos conselhos fiscais das entidades, notadamente das sociedades por ações;
- Assistência aos comissários nas concordatas, aos síndicos nas falências, e aos liquidantes de qualquer massa ou acervo patrimonial;
- Magistério das disciplinas compreendidas na Contabilidade, em qualquer nível de ensino no de pós-graduação;
- Participação em bancas de exame e em comissões julgadoras de concursos, onde sejam aferidos conhecimentos relativos à Contabilidade;
- Estabelecimento dos princípios e normas técnicas de Contabilidade;
- Declaração de Imposto de Renda, pessoa jurídica;
- Demais atividades inerentes às Ciências Contábeis e suas aplicações.

9. FORMAS DE ACESSO

O ingresso no curso de Bacharelado em Ciências Contábeis da FVP é realizado mediante processo seletivo da IES, ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) ou aproveitamento de estudos.

Por processo seletivo entende-se a admissão aos cursos de graduação, aberto a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente, nos termos do disposto na legislação aplicável e no Regimento Geral Interno da IES, a saber:

- Exame Vestibular Geral: Trata-se de prova que abrange conhecimentos gerais e redação, em data especificada semestralmente em edital da FVP, visando reunir grupos de candidatos que irão ser selecionados pela mesma prova.

- Vestibular Agendado: Trata-se de prova que pode ser agendada pelo aluno, em dias e horários pré-determinados pela Faculdade, visando preencher vagas ociosas dos cursos e/ou candidatos, quando for o caso.

- ENEM: A partir de Edital, a IES determina semestralmente as notas de corte de alunos que participaram do ENEM nos últimos 3 anos, para que possam concorrer a vagas nos cursos de graduação da IES.

Por aproveitamento de estudos entende-se a admissão por meio de:

- Transferência de aluno de outra instituição de ensino superior: A FVP aceita transferência de aluno procedente de cursos idênticos ou afins aos seus, mantidos por instituições nacionais de ensino devidamente credenciadas nos termos da legislação vigente, ou por instituições idôneas de países estrangeiros;
- Ingresso de portadores de diploma de curso superior que desejam obter novo título: É aceita a matrícula de portadores de diploma de curso superior devidamente registrado para obtenção de novo título;
- Complementação de estudo, para obtenção de nova habilitação, em um mesmo curso de graduação: O diplomado que desejar a obtenção de nova habilitação ou ênfase no

mesmo curso em que se graduou, poderá requerer matrícula para complementação de estudos, verificada a existência e a oferta de vagas, definidas pelo Colegiado do Curso;

- Ingresso de ex-alunos que abandonaram o curso ou trancaram sua matrícula, nos termos do Regimento Geral;
- Transferência interna: Pode requerer transferência de curso o aluno que esteja regularmente matriculado na FVP. Esse requerimento deve ser deferido pelo Colegiado e Coordenação de Curso e deverá ser feito o mesmo procedimento de aproveitamento de estudos da transferência externa.

O detalhamento das formas de ingresso e critérios específicos para a admissão na FVP integram o Regimento Geral Interno da IES.

As vagas para o processo seletivo são estabelecidas em edital e normatizadas pelo Conselho Superior da FVP e devidamente homologadas pela Direção Geral.

A efetivação da matrícula é feita de acordo com a definição de currículo estabelecida pelo Colegiado do Curso, respeitada a disponibilidade de vagas autorizadas pelo MEC.

10. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

10.1. Estrutura Curricular: Apresentação

A estrutura curricular do Curso, como já apontado anteriormente, é resultante, essencialmente, da reflexão sobre a missão da IES, da vocação do curso, da visão, dos objetivos e do perfil do egresso almejado nos seus respectivos campos de atuação, objetivando, a priori, contemplar ao que dispõe as Diretrizes Curriculares para o Curso de Ciências Contábeis emanadas pelo CNE/MEC. Trata-se de uma perspectiva que promove uma articulação do ensino das disciplinas, através de uma proposta pedagógica que privilegia o ensino participativo com enfoque nos alunos, o que possibilita a estes não só absorver o conhecimento teórico, como também viabilizar conexões, através da prática, das ações de intervenção, da pesquisa para captar e compreender a nossa complexa realidade social e o amplo universo de informações que influem no processo contábil.

Assim, obedecendo às prerrogativas da Resolução CNE/CES nº 10, de 16 de dezembro de 2004, o curso está organizado de modo a oferecer ao aluno, referenciais teórico-práticos que colaborem na aquisição de competências cognitivas, habilidades e atitudes e que promovam o seu pleno desenvolvimento como pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação como Contabilista.

As estratégias adotadas no curso para relacionar o processo de ensino à realidade dos alunos foram construídas com a participação do colegiado do curso e o NDE. Vale destacar que o curso desenvolveu pesquisa própria de levantamento do perfil do corpo discente e docente, adotando práticas metodológicas de ensino, de revisão de conteúdo, bem como de capacitação docente, a partir das evidências demonstradas. O princípio da contextualização permite pensar o currículo de forma abrangente, com uma ampla rede de significações, e não apenas como um lugar de transmissão e reprodução do saber.

A contextualização envolve o estabelecimento de uma relação de reciprocidade entre o aluno e o objeto de conhecimento, favorecendo uma aprendizagem significativa, uma vez que está baseada nos diferentes âmbitos e dimensões da vida pessoal, social e cultural dos alunos. O currículo do Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis está em consonância com as

Diretrizes do Ministério da Educação – MEC, bem como com o universo contábil onde esse operador das Ciências Contábeis egresso da FVP deverá atuar e ser sujeito das transformações sócio-político-econômicas demandadas pela sociedade.

Assim sendo, os conteúdos das disciplinas contemplam temas tradicionais e transversais do cotidiano contábil, desenvolvendo competências que capacitem o egresso, a partir de uma visão holística da realidade global e regional, a favorecer a melhoria na qualidade dos processos gerenciais e da ampliação do acesso à contabilidade na sociedade em que se insere.

Para tal, a matriz curricular apresenta disciplinas dos eixos de formação fundamental, formação profissional e formação prática, distribuídas ao longo de oito semestres, propiciando a integração entre teoria e prática necessária a formação do operador das Ciências Contábeis.

A interdisciplinaridade, por sua vez, está garantida na Matriz Curricular através do diálogo constante entre as diferentes disciplinas que a compõe, demarcada por uma metodologia de ensino onde o discente é levado a refletir e a propor soluções sobre situações do universo organizacional, apresentadas, principalmente, a partir das disciplinas Projetos Interdisciplinares em que os alunos vão ao campo para conhecer a sua realidade contábil no âmbito profissional, bem como dos sujeitos da sociedade em que se insere. A organização curricular do Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis se estrutura em 05 grandes campos interligados de formação, que congregam em entre si, os conteúdos do curso, estratificados em:

- I – Componentes de Formação Básica;
- II – Componentes de Formação Profissional;
- III – Componentes de Formação Teórico-Prática; e, singulares ao curso de Ciências Contábeis da FVP;
- IV – Componentes de Formação Interdisciplinar;
- V – Componentes de Formação da Responsabilidade Social e da Cidadania.

A estrutura curricular, centrada no perfil do egresso desejado e nos objetivos do curso, busca estar em consonância com as expectativas atuais do âmbito contábil, ao mesmo tempo em que se estabelecem ferramentas curriculares para constituir um aluno mais autônomo e um profissional mais investigativo e crítico.

Vale destacar que, além dos aspectos ligados as expectativas profissionais e sociais condicionadas nas perspectivas da tríade ensino-pesquisa-extensão, houve o cuidado em atender plenamente ao que preconizam os Requisitos Legais e Normativos acerca das diretrizes de temas transversalizados demandados pelos documentos públicos como a Educação Ambiental, os Direitos Humanos e as Relações Étnico-Raciais obrigatórios pelo MEC, conforme será descrito nos Conteúdos Curriculares do Curso.

10.2. Estrutura Curricular: Flexibilidade

O processo de flexibilização curricular não pode ser entendido como uma mera possibilidade de escolha de disciplinas ou acréscimo de atividades complementares na estrutura curricular. Afinal, o curso implementa a flexibilização curricular também através de atividades de extensão, iniciação científica, disciplinas optativas, monitoria, participação em projetos de extensão, programa interno de capacitação, participação em seminários internos e a promoção de eventos locais e regionais.

Assim, o curso de Ciências Contábeis da FVP está centrado em uma perspectiva integrada ao que prevê o seu PDI, ou seja, a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, oportunizando ao aluno, além do que é previsto formalmente a partir do seu currículo,

uma dimensão plena de todos os eventos e perspectivas constituídas na visão e no fazer acadêmico da IES.

10.3. Estrutura Curricular – Flexibilidade: As Atividades Complementares

As Atividades Complementares caracterizam-se por um conjunto de estudos independentes de livre escolha do aluno e objetivam desenvolver a autonomia no futuro profissional, bem como proporcionar um espaço curricular para a necessária transversalidade.

Dessa forma, os objetivos gerais das atividades complementares são os de flexibilizar e enriquecer o perfil dos alunos, ampliando seus horizontes e contribuindo para fortalecer suas futuras competências como operadores das Ciências Contábeis e cidadãos, além de permitir-lhes a possibilidade de aprofundamento temático e interdisciplinar.

Com o objetivo de proporcionar todos esses anseios formativos ao aluno desde o início da sua formação, nesta concepção do Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis, optou-se por constituir as Atividades Complementares na formalização de disciplinas/créditos.

Dessa forma, em todos os semestres os alunos buscam de maneira autônoma conhecimentos inter, multi e transversais integrados aqueles que aprendem em sala de aula.

São diversas as opções para se constituir tais atividades, no entanto, elas devem ser constituídas e validadas conforme regimento próprio, disponível no site da IES e nos documentos institucionais.

Apesar da autonomia já prevista, o NDE optou por discutir semestralmente com o Colegiado propostas de atividades, essas considerando todo o composto em regulamento, que fomentem a formação de conteúdos que contribuam com a formação dos discente.

10.4. Estrutura Curricular – Flexibilidade: Os Conteúdos Optativos

Os conteúdos optativos foram constituídos neste projeto sob a nomenclatura de Disciplinas Optativas e são definidas como aqueles componentes curriculares que buscam complementar e enriquecer a formação do aluno.

Por meio das disciplinas optativas, o estudante tem a oportunidade de aumentar o espaço de flexibilidade e autonomia dentro da grade curricular de seu curso para diversificar o seu aprendizado pessoal e profissional. Pode, assim, desenvolver competências novas e que não fazem parte do currículo obrigatório de formação oferecido pelo curso de graduação.

Vale destacar que, progressivamente este elenco de disciplinas optativas poderá ir sendo ampliado, observando-se sempre as demandas da realidade da área e as necessidades demandas pelo processo formativo real.

A relação inclui diversos componentes curriculares, dentre eles a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS - que se constitui em componente curricular optativo em atendimento ao disposto no §2º do artigo 3º do Decreto nº 5.626/2005.

10.5. Estrutura Curricular: Interdisciplinaridade e Articulação entre os Componentes Curriculares no Processo de Formação

Ciente da necessidade de diálogo entre as disciplinas e dos conteúdos curriculares para que o processo de ensino-aprendizagem não se converta em um fim, mas um meio, o NDE buscou constituir a matriz curricular e os seus respectivos conteúdos considerando ferramentas e ações que façam convergir diversos conhecimentos, tanto no âmbito vertical do currículo como horizontal.

Dentre as ferramentas, destaquem-se os Projetos Interdisciplinares, Práticas de Extensão, o TCC e os Estágios Supervisionados Obrigatórios, e os conhecimentos dos eixos e núcleos de formação descritos a seguir.

10.5.1. Estrutura Curricular – Interdisciplinaridade e a Articulação entre os Componentes Curriculares no Processo de Formação: Os Projetos Interdisciplinares

Para que os acadêmicos possam ter uma visão mais ampla e consciente da importância dos conteúdos ministrados, estabelecer-se naturalmente o processo de iniciação científica, conhecer a realidade profissional na qual irão se inserir e garantir o vínculo prático-teórico, bem como a inter-relação entre os conhecimentos e um melhor entendimento dos saberes que lhes são transmitidos cotidianamente, a cada semestre serão desenvolvidos trabalhos interdisciplinares que visam a articulação entre os conhecimentos aprendidos no curso.

Destaque-se que, além da necessária interdisciplinaridade, esses conteúdos curriculares se constituem como disciplinas inseridas a cada semestre propiciando ao aluno a necessária autonomia de aprendizado.

Nos semestres em que se incluem os Projetos Interdisciplinares, os alunos desenvolvem sob a orientação dos professores diversas práticas integradoras, tendo como produtos desta proposta o desenvolvimento e execução de projetos voltados para área de formação, a produção de relatórios técnicos, a apresentação de projetos e a prática profissional, cujo objetivo principal é a aplicação prática dos conteúdos aprendidos em sala de aula. Esses projetos também desenvolvem a prática da pesquisa durante a sua execução.

Ressalte-se que os Projetos Interdisciplinares são normatizados por regimento e manual próprios, disponibilizados no site da IES e anexado aos documentos institucionais para consulta de toda a comunidade acadêmica.

10.5.2. Estrutura Curricular – Interdisciplinaridade e a Articulação entre os Componentes Curriculares no Processo de Formação: O TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão de Curso - TCC é uma exigência curricular para a obtenção do Diploma de Bacharel em Ciências Contábeis quando, no último ano do curso, o discente deverá produzir individualmente um trabalho monográfico que, por sua vez, é a síntese de seu processo de formação profissional.

Por isso, o componente curricular deve ser compreendido como uma ferramenta para compor a interdisciplinaridade e a formação do pensamento crítico-científico, afinal de contas o aluno precisa mover uma gama de conhecimentos aprendidos durante o curso, desde a Leitura e Escrita no Ensino Superior, da Metodologia da Pesquisa e do Trabalho Científico, dos Projetos Interdisciplinares, até os conhecimentos específicos inerentes ao curso de Ciências Contábeis.

É o trabalho no qual o discente sistematiza o conhecimento resultante das indagações geradas a partir da experiência nos Projetos Interdisciplinares, de estágio, da formação teórica, da iniciação científica, da extensão universitária, bem como da própria profissão.

Esse processo realiza-se dentro de padrões e exigências metodológicas e acadêmico-científicas, sintetizadas neste projeto a partir do seguinte:

⇒ Diretrizes Preliminares

- A elaboração do TCC poderá ser realizada na forma de pesquisa individual acerca de qualquer temática dos conteúdos das Ciências Contábeis;
- O TCC será desenvolvido sob a orientação de um professor do Curso de Ciências Contábeis;
- Para gerenciar, implementar e dar acompanhamento ao processo de orientação, execução e defesa, será instituída uma Comissão de TCC, composta pelos docentes das disciplinas de Introdução a contabilidade, Filosofia e Ciências Sociais, Metodologia da Pesquisa e do Trabalho Científico, Leitura e Escrita no Ensino Superior e pela Coordenação de Curso, além de um professor orientador, escolhido pelos pares.

A conclusão do curso de graduação em Ciências Contábeis está condicionada à obrigatória apresentação, defesa oral e aprovação de artigo, perante Banca Examinadora, com tema e professor orientador escolhido pelo aluno.

O artigo como trabalho de conclusão de curso tem como objetivo incentivar o conhecimento criativo e a capacidade dissertativa do aluno, além de contribuir para a prática da pesquisa científica, fundamental nos centros de referência de produção contábil.

A programação dessa atividade está articulada através da oferta formal das disciplinas: Metodologia da pesquisa e do Trabalho Científico, Projetos Interdisciplinares I, II, III, TCC I e TCC II.

Nas disciplinas de Metodologia da pesquisa e do Trabalho Científico, Projetos Interdisciplinares I, II, III objetiva-se introduzir o aluno na pesquisa científica contábil e na redação de textos acadêmicos contábeis, além de aferir, através de processo específico, o grau de amadurecimento intelectual e científico do aluno, apurando a apreensão e compreensão dos conteúdos teóricos e das habilidades de atividades práticas ministradas ao longo do curso.

Nas disciplinas de TCC I e TCC II o aluno têm encontros presenciais com um professor que irá orientá-lo na elaboração de seu Projeto de TCC, Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) e submetê-lo, ao final, à Banca Examinadora.

O curso dispõe de um Regulamento de TCC, no qual são previstas as atribuições e competências para execução dessa atividade.

Toda a constituição do TCC é regida pelo Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso, disponibilizado para Consulta no site da IES.

Ao final de todo o fluxo, os discentes devem enviar em PDF o arquivo final do artigo e dados complementares, para a inclusão desse no Repositório Institucional.

10.5.3. Estrutura Curricular – Interdisciplinaridade e a Articulação entre os Componentes Curriculares no Processo de Formação: Os Eixos Integradores e Núcleos Formativos

Mais do que as disciplinas supracitadas que visam movimentar vários conhecimentos e estabelecer a necessária interdisciplinaridade no âmbito dos conhecimentos no curso, faz-se de fundamental importância que os eixos que compõem o curso sejam de conhecimento de docentes e discentes, razão pela qual o NDE os inseriu detalhadamente neste PPC.

Nas reuniões colegiadas, devem ser discutidos os eixos e conteúdos de modo que os professores possam dialogar e conhecer os núcleos em que se inserem os componentes curriculares que ministram e, assim, dialogar com outros professores de modo que seja atendida a necessária interdisciplinaridade na formação de seus alunos.

A partir destes princípios e diretrizes, a abordagem metodológica adotada para a estruturação curricular é a que concebe o conhecimento como parâmetro para a compreensão dos determinantes problemas das ciências contábeis para, a partir de seu confronto com a realidade, construir alternativas para a busca de soluções e diálogo entre os conhecimentos.

Assim, em consonância com as DCNs, o NDE optou-se por uma estrutura curricular composta de dois eixos integradores de formação desenvolvida em oito núcleos norteadores de formação. Cada um deles se constitui em fonte de conhecimentos, saberes, habilidades e atitudes voltadas para a formação de competências básicas, referentes aos vários campos de atuação profissional.

A organização curricular do Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis se estrutura em 05 grandes campos interligados de formação, que congregam em entre si, os conteúdos do curso, estratificados em:

I – Componentes de Formação Básica;

II – Componentes de Formação Profissional;

III – Componentes de Formação Teórico-Prática; e, singulares ao curso de Ciências Contábeis da FVP:

IV – Componentes de Formação Interdisciplinar;

V – Componentes de Formação da Responsabilidade Social e da Cidadania.

Para tal, a matriz curricular apresenta disciplinas dos eixos de formação fundamental, formação profissional e formação prática, distribuídas ao longo de oito semestres, propiciando a integração entre teoria e prática necessária a formação do operador das Ciências Contábeis.

A interdisciplinaridade, por sua vez, está garantida na Matriz Curricular através do diálogo constante entre as diferentes disciplinas que a compõe, demarcada por uma metodologia de ensino onde o discente é levado a refletir e a propor soluções sobre situações do universo organizacional, apresentadas, principalmente, a partir das

A estrutura curricular estabelece desde os estudos autônomos ou orientados, até disciplinas que eclodirão em práticas simuladas da vivência contábil.

- a) Objetivos que estabelecem uma relação de reciprocidade com a comunidade.

A estrutura curricular do curso de Ciências Contábeis da FVP é inovadora porque não relega somente ao final do curso, a partir do exercício do estágio supervisionado, mas desde o início do curso a partir do contato com componentes curriculares que buscam aproximar e prestar serviços à comunidade: os Projetos Interdisciplinares, Práticas de Extensão, Planejamento de Carreira (Vivência I) e Posicionamento Profissional (Vivência II)

- b) Objetivos que indicam a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

A estrutura curricular possui em vários semestres, disciplinas que vinculam o estudo teórico de disciplinas básicas e aprofundadas de Ciências Contábeis, ao mesmo tempo em que os alunos devem ir a campo ou pesquisar teoricamente para prestar serviços de extensão. Essa garantia só se faz possível a partir da criação de componentes curriculares em que os alunos de forma autônoma estudam, vão a campo e praticam ações de extensão na comunidade interna e externa.

- c) Objetivos que visam à interpretação das ciências contábeis e a produção do conhecimento.

Serão cumpridas a partir de disciplinas como Leitura e Escrita no ensino superior, além de componentes que perfaçam a prática de escrita e interpretação de textos do âmbito contábil.

- d) Objetivos relacionados aos novos saberes e áreas contábeis.

1) Eixo de Formação Interdisciplinar: Disciplinas de Projetos Interdisciplinares, Práticas de Extensão e Atividades Complementares.

2) Eixo de Formação da Responsabilidade Social, da Cidadania, Direitos Humanos e Relações Étnico Raciais: Disciplinas de Projeto Interdisciplinar que têm como prerrogativa o atendimento e a investigação das falências gerenciais-sociais da região de inserção.

Ao estabelecer a estrutura curricular, vislumbra-se que os componentes curriculares buscam gradativamente tanto fornecer a capacidade técnica das ciências contábeis, como formar profissionais cidadãos, afinal são elencados diversos componentes de formação fundamental, sociopolítica, técnica e prática do contabilista, os quais garantirão a concepção plena do perfil do egresso aqui delineado.

10.5.4 Estrutura Curricular – Interdisciplinaridade e a Articulação entre os Componentes Curriculares no Processo de Formação: Estágio Curricular Supervisionado

O Estágio Curricular Supervisionado é concebido como o momento em que o aluno precisará estabelecer o diálogo entre todos os conhecimentos do curso.

Desse modo, a experiência de estágio na FVP deve ser estabelecida como uma forma de evidenciar as potencialidades de formação do contador, com possibilidades de rompimento da prática em que cada profissional transita exclusivamente em seu nicho disciplinar.

O estágio deve ser estabelecido sob um âmbito de trabalho coletivo integrado a vários outros profissionais e conhecimentos, a partir do qual cada um deles leva sua bagagem cultural e de conhecimentos colocando-os em contato com outras práticas, ou seja, trata-se abandonar seu campo disciplinar exclusivo e assumir trocas de conhecimentos, linguagens e práticas nos campos de outros profissionais e essa é a razão pela qual a FVP considera o estágio não apenas

um momento em que se relacionam teoria e prática, mas um estabelecimento das práticas interdisciplinares(Projetos Interdisciplinares) que percorrerão a vida profissional dos egressos.

Antes de iniciar as disciplinas de Estágio, o aluno já tem a sua disposição o Laboratório de Práticas Contábil (LPC), com o qual conta para legitimar a relação teoria-prática a partir de atividades que possibilitam um atendimento ao público interno e externo da IES baseado nas especificidades do curso.

10.6. Estrutura Curricular – Acessibilidade Metodológica

Na concepção da Estrutura Curricular, o NDE considerou que as metodologias e técnicas de aprendizagem devem ser priorizadas no curso de Ciências Contábeis, por meio de adaptações curriculares de conteúdos programáticos. Neste sentido, os professores devem conceber o conhecimento, a avaliação e a inclusão educacional; promovendo processos de diversificação curricular, flexibilização do tempo e a utilização de recursos a fim de viabilizar a aprendizagem de estudantes com qualquer tipo de necessidade.

Assim, diferente do que ocorre em outras IES o processo de nivelamento não se dá unicamente no início do curso, mas em todos os semestres a partir da intervenção do Núcleo de Relacionamento Estudantil e Nivelamento.

Além disso, há que se destacar a disciplina Tópicos Especiais em Ciências Contábeis que não possui ementário, mas sim uma forma de compor a ementa conforme as necessidades dos alunos no momento das disciplinas optativas.

Outro destaque são os recursos presentes no Ambiente Virtual de Aprendizagem, os quais possibilitam o acesso aos conteúdos.

10.7. Estrutura Curricular – Compatibilidade da Carga Horária

Primeiramente, deve-se destacar que todas as medidas de horário neste Projeto Pedagógico de Curso foram estabelecidas a partir de horas-relógio, ou seja, 1 hora/aula=60 minutos.

Assim, todo o dimensionamento da carga horária de cada um dos componentes curriculares foi discutido pelo NDE de modo que fosse possível repassar aos alunos todos os conhecimentos das ementas (geral) que nos planos de ensino são convertidos em conteúdo programático (específico).

As cargas horárias das disciplinas foram dimensionadas de modo que fossem compatíveis também com centenas de outros cursos no Brasil, assim as transferências dos alunos para a FVP e vice-versa, são feitas sem prejuízo ou problemas de adaptação curricular.

Destaque-se que a carga horária mínima para o curso, conforme as DCNs é de 3.000 (três mil horas) horas e o NDE inseriu 140 horas a mais visando que seus projetos inovadores que não fazem parte dos currículos comuns de Ciências Contábeis não causassem prejuízo aos conhecimentos específicos, como no caso a carga horária das Projetos Interdisciplinares e Práticas de Extensão.

10.8. Estrutura Curricular – Elementos Inovadores

Ao estabelecer as suas expectativas acerca da inovação do currículo, o NDE considerou que a esfera do conhecimento técnico-científico não esgota a tarefa da formação no âmbito do ensino superior, afinal, em todas as modalidades de profissionalização, há ainda a esfera da

cultura simbólica, ou seja, cabe também à formação prestada pelas faculdades fornecer ao futuro profissional a capacidade de inserir-se na dinâmica da sociedade em que vai atuar.

Esta esfera envolve desde o domínio das diferentes linguagens até a postura ética, passando pela sensibilidade estética e pela consciência política.

Desse modo, do profissional que se forma na FVP espera-se, minimamente:

1. Que se aproprie do acervo de conhecimentos científicos relativos a seu campo de trabalho;
2. Que domine um conjunto de habilidades técnicas adequadas a sua ação interventiva sobre a natureza e sobre a própria sociedade;
3. Que desenvolva uma sensibilidade a valores culturais necessários para inserir-se ética e politicamente em sua sociedade histórica;
4. Que possua uma visão do cenário econômico regional e possa desenvolver competências e habilidades direcionadas a soluções de problemas pertinentes ao meio social, assim como promover ações individuais e coletivas para a transformação d

Desse modo, ao buscar inovações para o curso a FVP estabeleceu um currículo que possui componentes não engessados para que possam promover, durante o percurso formativo, diversas formas de conceber práticas inovadoras, a saber:

a) Os Projetos Interdisciplinares=> Além dos conhecimentos inerentes a formação geral e específica, esses componentes curriculares abrem a possibilidade de o aluno apropriar-se de conhecimentos por ele construídos.

b) Tópicos Especiais=> Não encontrado em outro currículo no Brasil (da maneira aberta e flexível como na FVP), os tópicos especiais, do modo como são pensados na FVP se estabelecem não como um conhecimento ou conjunto de conhecimentos a serem adquiridos, mas um espaço de construção em que alunos e professores poderão mediar as suas necessidades por meio do currículo.

c) Planejamento de Carreira=> Presente como tema o Projeto interdisciplinar I em todos os cursos de graduação da FVP, a disciplina visa com que o aluno não apenas conheça a realidade profissional em que vai se inserir, mas inicie um processo de concepção da sua vida profissional. Essa disciplina também tem como a base promover vivências no futuro campo profissional.

d) Posicionamento Profissional=> Instituído no final do curso, esse componente do currículo tem a particularidade de abrir um leque de possibilidades para que o aluno possa estabelecer a sua vida profissional, determinando-lhe possibilidades e a coerência com as novas realidades que se assentam na sociedade. Essa disciplina também tem como base a promoção de vivência no futuro campo profissional

**** Objetivos entre esses dois conteúdos curriculares é a articulação na formação de conteúdo em dois momentos do discente, ao ingressar no curso e com maior amadurecimento acerca da profissão.**

e) Curricularização da Extensão => As Práticas de Extensão é compreendida pelo NDE e Colegiado do curso, como elementos que devem fazer interferência e inferências tanto no âmbito social (por meio das ações extensionistas) como no espaço acadêmico, uma vez que a prática social deve ser discutida entre os atores e prover novos conteúdos, formular existentes e repensar recursos didático na formação do conhecimento.

A FVP tem consciência de que sua atribuição, ao preparar os profissionais nos diversos campos do mercado de trabalho, não é só repassar uma instrução técnica, mas também assegurar a formação integral dos seus alunos, lhe cabe uma responsabilidade social da qual decorrem exigências específicas:

a) Uma lida rigorosa com o conhecimento, donde a necessidade do investimento na prática de iniciação científica, no domínio de metodologias especializadas de investigação, no compromisso com a competência técnica.

b) Um compromisso ético-político: o profissional de Ciências Contábeis a ser formado é antes de tudo uma pessoa, que precisa tornar-se sensível à dignidade humana bem como um cidadão que precisa se comprometer com a democratização das relações sociais, dotando-se de uma nova consciência social.

c) Uma concepção de si mesma como lugar de formação profissional, sem dúvida, mas fundada na construção rigorosa do conhecimento, na qualidade da prática técnica, na sensibilidade ética e política, na construção da cidadania emancipadora. Para tanto, impõem-se uma concepção e uma prática do planejamento curricular e pedagógico do ensino superior que envolvam um complexo investimento e que não se dá unicamente neste Projeto Pedagógico, mas durante a aplicação dele no percurso formativo e na história do curso.

10.9. Estrutura Curricular: Desenho de um perfil de Formação

1º SEMESTRE

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	
	TEÓRICA	PRÁTICA
Leitura e Escrita no Ensino Superior (EaD)	60	
Metodologia da Pesquisa e do Trabalho Científico (EaD)	60	
Matemática (EaD)	60	
Introdução à Contabilidade	60	
Introdução à Informática	15	15
Prática de Extensão I	10	30

CARGA HORÁRIA	265	45
Atividades Complementares I	20	
CARGA HORÁRIA PARCIAL	330 h	

2º SEMESTRE

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	
	TEÓRICA	PRÁTICA
Introdução à Administração (EaD)	60	
Direitos Humanos (EaD)	30	
Filosofia e Ciências Sociais (EaD)	30	
Ética e Responsabilidade Profissional (EaD)	30	
Contabilidade Geral	60	
Economia e Desenvolvimento Regional	60	
*Projeto Interdisciplinar I-Vivência (Planejamento de Carreira)	10	30
Prática de Extensão	10	30
CARGA HORÁRIA	290	60
Atividades Complementares II	20	
CARGA HORÁRIA PARCIAL	370	

3º SEMESTRE

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	
	TEÓRICA	PRÁTICA
Sociologia e Relações Étnico Raciais	60	
Empreendedorismo (EaD)	20	10
Estatística Aplicada as Ciências Sociais (EaD)	60	
Contabilidade Empresarial e Societária	60	
Direito Empresarial (EaD)	60	
Prática de Extensão III	10	30
CARGA HORÁRIA	270	40
Atividades Complementares III	20	
CARGA HORÁRIA PARCIAL	330h	

4º SEMESTRE

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	
	TEÓRICA	PRÁTICA
Contabilidade de Custos (EaD)	60	
Legislação e Contabilidade Tributária	60	
Psicologia Social e Comunitária (EaD)	60	
Matemática Financeira (EaD)	60	

Contabilidade Intermediária	60	
*Projeto Interdisciplinar II	10	30
Prática de Extensão IV	10	30
CARGA HORÁRIA	320	60
Atividades Complementares IV	20	
CARGA HORÁRIA PARCIAL	400h	

5º SEMESTRE

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	
	TEÓRICA	PRÁTICA
Contabilidade Avançada (EaD)	60	
Contabilidade e Orçamento Público	60	
Análise e Demonstrações Contábeis	60	
Macroeconomia	60	
Métodos Quantitativos Estatísticos	45	15
Prática de Extensão V	10	30
CARGA HORÁRIA	295	45
Atividades Complementares V	20	
CARGA HORÁRIA PARCIAL	360h	

6º SEMESTRE

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	
	TEÓRICA	PRÁTICA
Sistemas de Informação e Laboratório Contábil	40	20
Administração Financeira	60	
Contabilidade das Prestadoras de Serviços	50	10
Perícia Contábil e Arbitragem (EaD)	60	
Contabilidade Gerencial (EaD)	60	
*Projeto Interdisciplinar III	10	30
Prática de Extensão VI	10	30
CARGA HORÁRIA	320	90
Atividades Complementares VI	20	
CARGA HORÁRIA PARCIAL	400h	

7º SEMESTRE

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	
	TEÓRICA	PRÁTICA
Mercado Financeiro e de Capitais	60	
Contabilidade Internacional	60	
Sistema de Gestão e Planejamento Ambiental (EaD)	30	
Disciplina Optativa I (EaD)	60	

Estágio Supervisionado I	60	90
Trabalho de Conclusão de Curso I	30	
Vivência II	10	20
Prática de Extensão VII	10	30
CARGA HORÁRIA	320	140
CARGA HORÁRIA PARCIAL	460 h	

8º SEMESTRE

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	
	TEÓRICA	PRÁTICA
Controladoria	60	
Auditoria (EaD)	60	
Contabilidade do Agronegócio	30	
Contabilidade Pública	30	
Disciplina Optativa II (EaD)	60	
Trabalho de Conclusão de Curso II		60
Estágio Supervisionado II	60	90
Prática de Extensão VIII	10	30
CARGA HORÁRIA	310	180
CARGA HORÁRIA PARCIAL	490 h	

CARGA HORÁRIA TOTAL: 3.140h

DISCIPLINAS OPTATIVAS

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
Libras e Sistema Braile	60
Contabilidade Pública	60
Gestão de Processos e de novas tecnologias	60
Planejamento Tributário	60
Contabilidade Socioambiental	60
Tópicos Especiais	60

DISTRIBUIÇÃO DE CARGA HORÁRIA

DISCIPLINA/ATIVIDADE	CARGA HORÁRIA
ATIVIDADES COMPLEMENTARES	120h
PRÁTICA DE EXTENSÃO:	320 h (+ 10%)
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	90h
ESTÁGIO SUPERVISIONADO	300 h
DEMAIS DISCIPLINAS	2.310 h
CARGA HORÁRIA TOTAL	3.140h

PERCENTUAL DE DISCIPLINAS EAD ESTIMADO EM 33% SOBRE O TOTAL DO CURSO

***Disciplina de cunho orientado, por docente que tenha mínimo de especialização e Ciências Contábeis na área foco da prática contábil a ser simulada, constituída no Auditório da IES por grupos de 5 a 10 alunos, a partir da simulação da práxis contábil,**

sendo obrigatória a entrega de projeto, execução do simulado (com apresentação pública) e relatório de análise das práticas executadas.

11. CONTEÚDOS CURRICULARES

No que concerne aos conteúdos curriculares, o NDE estabeleceu como parâmetro o atendimento às DCN's para o curso, os Núcleos Formativos, o Contexto Educacional em que se estabelece a IES, a inserção regional do curso e o conhecimento dos professores do curso que buscaram inovar e constituir expectativas de atendimento ao que preconizam os objetivos traçados para o curso e o perfil do egresso.

O curso de Ciências Contábeis da Faculdade Vale do Pajeú atende à Diretriz Curricular Nacional do Curso e demais legislações pertinentes, uma vez que:

- A carga horária do curso é de 3.140 horas (Resolução CNE/CES nº 2, de 18 de junho de 2007);
- Libras está sendo oferecida como disciplina optativa conforme Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005);
- O tempo mínimo de integralização é de 8 semestres (4 anos) conforme disposto na Resolução CNE/CES nº 2, de 18 de junho de 2007;
- Os objetivos do curso e o perfil do egresso atendem ao estabelecido na DCN do curso conforme Resolução CNE/CES nº 10, de 16 de dezembro de 2004;
- O estágio supervisionado com 300 horas, e as Atividades Complementares com 120 horas, totalizam até 20% da Carga Horária Total do Curso, atendendo ao art. 1º, parágrafo único da Resolução CNE/CES nº 2, de 18 de junho de 2007;
- De acordo com a DCN do Curso, o Trabalho de Conclusão de Curso não é obrigatório, mas está previsto neste PPC e aplicado ao curso;
- Atende ao estabelecido na Resolução CNE/CP Nº 01 de 17 de junho de 2004 (Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena) sendo o conteúdo trabalhado na disciplina de Sociedade, Ambiente e Desenvolvimento Humano, nos Seminários e eventos do curso e nas atividades interdisciplinares;
- As Políticas de Educação Ambiental (Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002) são contempladas na disciplina de Sociedade, Ambiente e Desenvolvimento Humano;
- Atende à Resolução CNE Nº 1, de 30 de maio de 2012 que estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos com atividades previstas em todo curso, na disciplina de Sociedade, Ambiente e Desenvolvimento Humano.
- A carga horária das disciplinas e a carga horária total do curso atende a Resolução CNE/CES nº 3 de 02 de julho de 2007, sendo utilizado a hora relógio de 60 minutos.
- As atividades curriculares de extensão de acordo com a Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018 estão presentes no transcurso dos semestres letivos do curso no componente curricular Projeto Interdisciplinar de Extensão totalizando 320 horas o que representa mais de 10% do total da carga horária do curso para sua integralização.

11.1. Conteúdos Curriculares: Desenvolvimento do Perfil Profissional do Egresso considerando a atualização da área do curso

Ao estabelecer o perfil do egresso do curso como um profissional generalista, com capacidade técnica para atuar nos mais variados tipos de litígios, sempre com anseios sociais e éticos, o NDE buscou a partir dos núcleos e eixos formativos já delineados em capítulos anteriores deste PPC determinar todos os conteúdos passíveis de constituir as ementas de modo que os planos de ensino contemplem o ementário como um todo e possam diversificar ou ampliar os conhecimentos.

Neste sentido, ao invés de descrever de maneira minuciosa cada um dos componentes curriculares, o NDE estabeleceu os conteúdos curriculares de maneira mais global, de modo que os professores possam construir conteúdos programáticos menos engessados, mas sempre atentos ao cumprimento do ementário.

Essa prerrogativa é essencial para a construção de conteúdos curriculares novos, ou seja, aqueles que se fazem a partir da atualização da área do curso, pois ao possuir uma ementa (conteúdo curricular) menos descritivo e mais global, o professor tem a possibilidade de ampliar os conhecimentos sempre que necessário.

O perfil generalista do egresso, bem como os anseios sociais e éticos estão inseridos em várias ementas que vão acompanhando conteúdos específicos.

Destaque também para os Projetos Interdisciplinares que podem mudar os seus temas há qualquer tempo, os Tópicos Especiais em ciências contábeis, e a Curricularização da Extensão. Todas estas, portanto, poderão também atender às atualizações na área, bem como a configuração do perfil do egresso do curso.

É preciso destacar que o NDE, em trabalho integrado ao colegiado, continuamente discute as ementas das Unidades Curriculares em busca tornar o curso um reflexo, também, das demandas no campo de atenção do profissional egresso do curso.

11.2. Conteúdos Curriculares: Adequação das Cargas Horárias e das Bibliografias

No que diz respeito às cargas horárias, o NDE teve o cuidado de compor os conteúdos curriculares e adequar a estrutura curricular conforme as suas necessidades. A carga horária das disciplinas e a carga horária total do curso atende a Resolução CNE/CES nº 3 de 02 de julho de 2007, sendo utilizado a hora relógio de 60 minutos.

Essa é a razão pela qual fez-se necessário uma padronização em múltiplos de 30 e 60 horas nas disciplinas teórico-práticas (excetuando-se TCC, Projetos Interdisciplinares, Prática de Extensão e Estágio).

No que diz respeito às bibliografias, o NDE reuniu-se e adequou as bibliografias considerando como base o mínimo de 03 títulos da bibliografia básica e mínimo de 04 na complementar. Fez-se tal expectativa levando em consideração a disponibilidade das editoras.

Foram alinhados clássicos da literatura e títulos capazes de ampliar os horizontes de conhecimentos dos alunos.

Vale destacar que todas as expectativas estão disponíveis em um relatório que aponta a justificativa de escolha de cada um dos livros para os conteúdos curriculares do curso.

11.3. Conteúdos Curriculares: A Acessibilidade Metodológica

No início de cada semestre letivo são constituídos os Seminários Pedagógicos nos quais os professores juntos constroem seus planos de ensino a partir dos conteúdos curriculares disponibilizados no PPC. Desse modo, para cada conteúdo é estabelecida a possibilidade de acesso para cada aluno que tenha algum tipo de necessidade especial, conforme segue:

a) Quando necessário, os professores poderão determinar o aprendizado a partir da gravação dos conteúdos curriculares para os alunos com limitações visuais (áudio), ou, ainda, a transferência dos conteúdos para o modo digital (HTML) e o uso do software VOXI ou semelhante.

b) Para os alunos com deficiência auditiva, os conteúdos curriculares deverão ser considerados na perspectiva de um profissional tradutor de LIBRAS e/ou da transferência dos conteúdos para o modo digital (HTML) e uso do VLIBRAS ou semelhante.

c) Para os alunos com algum tipo de transtorno, como a dislexia, autismo etc, deverá ser imediatamente acionado o Núcleo de Relacionamento Estudantil e Nivelamento, de modo a constituir programas de conteúdos especiais para tais alunos, incluindo o reforço em férias etc.

Enfim, a cada semestre, professores se reúnem e, conforme as necessidades, determinam a aplicação dos conteúdos curriculares conforme as necessidades dos alunos.

11.4. Conteúdos Curriculares: Os Direitos Humanos, Relações Étnico-Raciais e a Educação Ambiental

Além dos aspectos ligados as expectativas profissionais e sociais condicionadas nas perspectivas da tríade ensino-pesquisa-extensão, houve o cuidado em atender plenamente ao que preconizam os Requisitos Legais e Normativos do MEC acerca das diretrizes de temas transversalizados demandados pelos documentos públicos como a Educação Ambiental, os Direitos Humanos e as Relações Étnico-Raciais.

Assim sendo, far-se-á o estabelecimento de temas transversais obrigatórios pela Legislação Educacional de maneira contínua ao currículo, a saber:

- 1) Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, nos termos da Lei Nº 9.394/96, com a redação dada pelas Leis Nº 10.639/2003 e Nº 11.645/2008 e na Resolução CNE/CP Nº 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP Nº 3/2004.**

A partir deste PPC, os docentes responsáveis pelas disciplinas do currículo e pela constituição dos respectivos planos de ensino serão os precursores do atendimento a essa legislação, a saber:

- a) Disciplina=> **Leitura e Escrita no Ensino Superior:** É indicado aos professores que utilizem-se de textos para exercícios de leitura e interpretação que abordem os temas relacionados as relações étnico raciais, bem como a valorização e história da cultura afro-brasileira;
- b) Disciplina=> **Sociologia e relações étnicas:** Os professores são orientados a abordar as mudanças socioculturais e as relações de trabalho a partir das expectativas de inclusão social e das relações étnico – raciais no cenário profissional;

- c) Disciplina=> **Sociologia e relações étnicas**: Estabelecida para focar os aspectos acerca das relações e o desenvolvimento social para as organizações, a disciplina traz em seu bojo de conteúdos e ementário as perspectivas acerca das relações étnico-raciais.

Obs* Além dos nortes acima, haverá o estímulo da IES e do curso na oferta de seminários de extensão e/ou ações sociais que permitam que se aborde o tema em sua plenitude prático-social.

- 2) **Políticas de educação ambiental, conforme o disposto na Lei N° 9.795/1999, no Decreto N° 4.281/2002 e na Resolução CP/CNE N° 2/2012.**

Tendo como norte das ações acadêmicas e pedagógica este PPC, a estrutura curricular permitirá que os professores sejam orientados na constituição dos seus planos de ensino abordando as expectativas socioambientais, a saber:

- a) Disciplina=> **Leitura e Escrita no Ensino Superior**: Os docentes são orientados a utilizarem textos e temas de redação voltados as questões ambientais, tudo com o objetivo que se possibilite a discussão e a sensibilização do aluno nos anseios da educação ambiental;
- b) Disciplina=> **Sistema de Gestão e Planejamento Ambiental**: a disciplina em questão possibilita que o professor (e assim ele será orientado) aborde a relevância das questões ambientais para as ciências e novas teorias acerca dessa abordagem. Afinal, já faz parte das bibliografias específicas das Ciências Contábeis a abordagem da sustentabilidade, responsabilidade social e o meio ambiente como previsões das perspectivas teóricas;
- c) Disciplina=> **Empreendedorismo**: Não há como tratar o tema “empreender” sem que se aborde e sensibilize os educandos quanto às questões ambientais.

Obs* Além das possibilidades acima, a IES possui um Núcleo de Sustentabilidade e Responsabilidade Social (Vide PDI) que é responsável por propor ações sistemáticas de educação ambiental para a comunidade acadêmica e comunidade externa.

- 3) **Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, conforme o disposto no Parecer CNE/CP N° 8/2012 e no Parecer CP/CNE N° 8, de 06/03/2012, que originou a Resolução CP/CNE N° 1, de 30/05/2012.**

- a) Disciplina=> **Leitura e Escrita no Ensino Superior**: os professores serão orientados a proporcionar aos alunos textos de leitura e temas de redação voltados ao debate acerca da defesa dos direitos humanos;
- b) Disciplina=> **Direitos Humanos**: os professores serão orientados a tecer nos seus planos de ensino as perspectivas acerca dos direitos humanos e as relações sociais;

- c) Disciplina=> **Sociologia e Relações Étnicas**: a presente disciplina discute conjuntamente com as questões relacionadas a diversidade, os aspectos acerca dos Direitos humanos.

Obs* Além dos nortes acima, haverá o estímulo da IES e do curso na oferta de seminários de extensão e/ou ações sociais que permitam que se aborde o tema em sua plenitude prático-social.

11.5. Conteúdos Curriculares: Conhecimentos Inovadores

Primeiramente, o NDE destaca que, atualmente, vive-se numa era tecnológica onde, muitas vezes, a concepção do termo inovação tem sido utilizada de forma enfática, incisiva e determinante, porém equivocada na prática diária, uma vez que tem sido concebida, corriqueiramente, somente como um produto ou equipamento.

Neste sentido, a já na gênese do currículo o NDE preparou-o de modo que se possa atender às rápidas descobertas e práticas que surgem no dia a dia na área contábil. Assim, disciplinas como os Tópicos Especiais em ciências contábeis já devem ser consideradas inovadoras ao passo que abrem para o curso a flexibilidade de poder inserir sistematicamente novos conhecimentos para os alunos sempre que são divulgados e comprovados na sua eficácia. Ao mesmo tempo as Unidades Curriculares “Planejamento de Carreira” e “Posicionamento Profissional”, possuem uma proposta de diálogo em momentos diferentes da formação do acadêmico, e o encontro das duas vivências deve gerar uma reflexão individual e coletiva acerca da profissão. Também deve-se destacar que, além da proposta de intervenção social, a curricularização da extensão traz um gama de possibilidade de redimensionamento curricular, de conteúdo e de novas práticas de ensino no curso.

Ressalta-se também a disciplina Empreendedorismo na área contábil que visa atender a uma demanda brasileira de formação de novos negócios na área contábil.

Além desses conteúdos acima, o curso traz para o aluno a possibilidade de estudar conhecimentos que não são comuns em cursos de Ciências Contábeis.

Por fim, vale destacar o cuidado na perspectiva da tecnologia que nos leva a repensar a inerente capacidade do ser humano em buscar inovações capazes de transformar seu cotidiano, visando uma melhor qualidade de vida e satisfação pessoal. Dessa forma, o operador das Ciências Contábeis não deve buscar apenas se adequar ao surgimento de novos equipamentos e técnicas, mas de novas mudanças sociais que ocorrem com uma velocidade nunca antes vista.

11.6. Conteúdos Curriculares: As Ementas e Bibliografia do Curso

1º SEMESTRE

DISCIPLINA: LEITURA E ESCRITA NO ENSINO SUPERIOR

Ementa: Oralidade versus escrita; norma culta da língua e preconceito linguístico; reflexões críticas acerca da leitura; diferenças entre gêneros e tipos textuais; fatores de textualidade (informatividade, situacionalidade, intencionalidade, aceitabilidade, intertextualidade, coesão e coerência); reconhecimento e produção de gêneros textuais acadêmicos: resenha, relatório, resumo, artigo; tópicos da escrita: pontuação, paragrafação, estrutura da sentença, concordância, regência, problemas de argumentação, elaboração de paráfrase.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

TERRA, Ernani. **Leitura do texto literário.** São Paulo: Contexto, 2014.

KOCHE, Vanilda Salton; BOFF, Odete Maria Benetti; MARINELLO, Adiane Fogali. **Leitura e produção textual: gêneros textuais do argumentar e expor.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2017

ELIAS, Vanda Maria. (Org.). **Ensino de língua portuguesa: oralidade, escrita e leitura.** São Paulo: Contexto, 2011

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

HARTMANN, Schirley Horácio de Gois; SANTAROSA, Sebastião Donizete. **Práticas de leitura para o letramento no ensino superior.** Curitiba: InterSaberes. 2012.

FONTANA, Niura Maria; PORSCHE, Sandra Cristina. (Orgs.). **Leitura, escrita e produção oral: proposta para o ensino superior.** Caxias do Sul, RS: Educs, 2011.

Bacil, Cleide de. **Comunicação e expressão.** Curitiba: InterSaberes, 2018.

ALMEIDA, Rita de Cássia Santos. **Práticas de leitura e produção de texto.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

KÖCHE, Vanilda Salton; BOFF, Odete Maria Benetti; MARINELLO, Adiane Fogali. **Leitura e produção textual: gêneros textuais do argumentar e expor.** 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

DISCIPLINA: METODOLOGIA DA PESQUISA E DO TRABALHO CIENTÍFICO

EMENTA: Ciência e conhecimento científico. Teoria e fatos. Leitura, análise e interpretação de textos. Planejamento, Pesquisa e Projeto de Pesquisa. Técnicas de pesquisa. Monografia. Dissertação. Tese. Métodos científicos. Métodos: indutivo, dedutivo e dialético. Ética na Pesquisa. Revisão da Literatura. Métodos: quantitativos, qualitativos e mistos. Elaboração de Apresentações. Norma da ABNT. Análise de Dados e Métodos de Coleta.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

SANTOS, José Heraldo dos. **Manual de normas técnicas: de formatação de trabalho de conclusão de curso: relatórios, monografias dos cursos superiores, dissertações e teses.** Rio de Janeiro: Interciência, 2019.

ALEXANDRE, Agripa Faria. **Metodologia científica: princípios e fundamentos.** 3.ed. São Paulo: Blucher, 2021.

FONTES-PEREIRA, Aldo. **Escrita científica descomplicada: como produzir artigos de forma criativa, fluida e produtiva.** São Paulo: Labrador, 2021.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

COSTA, Marco Antonio F. da; COSTA, Maria de Fátima Barrozo da. **Projeto de pesquisa: entenda e faça.** 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

KOCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa.** 34. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

LIMA, Valderez Marina do Rosário; RAMOS, Maurivan Guntzel ; PAULA, Marlúbia Corrêa de. (Orgs.). **Métodos de análise em pesquisa qualitativa: releituras atuais.** Porto Alegre: EdIPUCRS, 2019.

CASARIN, Helen de Castro Silva; CASARIN, Samuel José. **Pesquisa científica: da teoria à prática.** Curitiba: InterSaberes, 2012.

DISCIPLINA: MATEMÁTICA

EMENTA: Conjuntos numéricos. Operações com números reais e intervalos numéricos. Potenciação Radiciação. Polinômios. Produtos notáveis. Função do primeiro grau. Combinações Operações básicas. Porcentagem. Regra de Três: simples e composta. Equação do primeiro grau. Razão e proporção. Número fracionário e operações com fração. Múltiplos e divisores: MDC e MMC. Determinação do MMC de dois ou mais números.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FROTA, Maria Clara Rezende; BIANCHINI, Barbara Lutaif; CARVALHO, Ana Márcia F. Tucci de. (Orgs.). **Marcas da educação matemática no ensino superior**. Campinas, SP: Papyrus, 2017.

ELIAS, Ana Paula de Andrade Janz, et al. **Fundamentos da matemática**. Curitiba: InterSaber, 2020.

BONAFINI, Fernanda Cesar. **Matemática aplicada**. São Paulo: Pearson, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

JACQUES, Ian. **Matemática para economia e administração**. 6. ed. São Paulo: Pearson, 2010.

BONAFINI, Fernanda Cesar. (Org.). **Matemática e estatística**. São Paulo: Pearson, 2015.

OLIVEIRA, Carlos Alberto Maziozeki de. **Matemática**. Curitiba: InterSaber, 2016.

BARBOSA, Marcos Antonio. **Introdução à lógica matemática para acadêmicos**. Curitiba: InterSaber, 2017.

DISCIPLINA: INTRODUÇÃO À CONTABILIDADE

EMENTA: Contabilidade como ciência. O patrimônio. Contas e plano de contas. Variações do patrimônio líquido e resultado. Princípios fundamentais de contabilidade. Regimes de competência e de caixa. Balancete de verificação. Balanço patrimonial. Demonstração do resultado do exercício.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ATHAR, Raimundo Aben. **Introdução à Contabilidade**. São Paulo: Pearson, 2004.

PEREIRA, Adriano Toledo. **Métodos quantitativos aplicados à contabilidade**. Curitiba: InterSaber, 2014.

CORTIANO, José Carlos. **Processos básicos de contabilidade e custos: uma prática saudável para administradores**. Curitiba: InterSaber, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

LUZ, Érico Eleutério da. (Org.). **Teoria da contabilidade**. Curitiba: InterSaber, 2014

SANTOS, Tassiani Aparecida dos. **Teoria contábil avançada**. Curitiba: Contentus, 2018.

ZANIN, Diones Fernandes. **Teoria contábil e sua aplicação no Brasil**. Curitiba: InterSaber, 2014.

MOURA, Ivanildo Viana. **Abordagens teóricas da contabilidade**. Curitiba: Contentus, 2019.

DANTAS, Inácio. **Contabilidade: introdução e intermediária**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2016.

DISCIPLINA: INTRODUÇÃO À INFORMÁTICA

EMENTA: Principais conceitos de introdução a Informática. Ferramentas de processamento de textos: Word. Ferramenta de apresentação de slides: PowerPoint. Ferramenta de planilha eletrônica: Excel. Hardware. Software. Peopleware. Perspectivas acerca dos Sistemas de informações nas empresas. Redes de Computadores.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CAPRON, H. L.; JOHNSON, J. A. **Introdução à Informática**. 8. ed. São Paulo: Pearson,

JOÃO, Belmiro N. (Org.). **Informática aplicada**. 2. ed. São Paulo: Pearson, 2015.

OLIVEIRA, Fátima Bayma de (org.). **Tecnologia da informação e da comunicação: a busca de uma visão ampla e estruturada**. São Paulo: Pearson, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Teoria das mídias digitais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

MUNHOZ, Antonio Siemsen. **Fundamentos de tecnologia da informação e análise de sistemas para não analistas**. Curitiba: InterSaber, 2017.

IBANOS, Ana Maria Tramunt; PAIL, Daisy Batista. **Fundamentos linguísticos e computação**. Porto Alegre: EdiPUC, 2017.

LAUDON, Kenneth C.; LAUDON, Jane Price. **Sistemas de informação gerenciais: administrando a empresa digital**. 5. ed. São Paulo: Pearson, 2014.

JOÃO, Belmiro N. **Sistemas de Informação**. São Paulo: Pearson, 2015.

DISCIPLINA: PRÁTICA DE EXTENSÃO I:

EMENTA:

Extensão universitária: conceitos, histórico, políticas, tendências e bases filosóficas. A extensão universitária como interface para o desenvolvimento humano, social, econômico e cultural. Linhas orientadoras da extensão: transformação social, bilateralidade, interdisciplinaridade e a indissociabilidade entre ensino pesquisa e extensão. Metodologias e elaboração de projetos de extensão universitária.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA E COMPLEMENTAR:

FVP - Normas para Práticas de Extensão Universitária. Disponível em www.faculdadevaledopajeu.edu.br

ATIVIDADES COMPLEMENTARES I

EMENTA: As atividades acadêmicas complementares são fundamentais para o desenvolvimento de habilidades pertinentes à formação do profissional Contabilista. Podem ser realizadas pelos alunos fora do horário de aula dos demais componentes curriculares, estabelecido pela Coordenação do curso e incluem atividades culturais, técnicas e científicas de natureza diversa. O aluno poderá optar por eventos na área de Contabilidade, na própria FVP ou em outras IES que lhe possibilitem compreender a importância da pesquisa, da criatividade, do empreendedorismo e da inovação nesta área bem como a necessidade de se ter uma visão interdisciplinar na busca do conhecimento e do desenvolvimento do raciocínio pela lógica e da cidadania. O aluno será estimulado a participar em projetos de iniciação científica e extensão.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FVP - Normas para Atividades Complementares

2º SEMESTRE

DISCIPLINA: INTRODUÇÃO À ADMINISTRAÇÃO

EMENTA: Conceitos e tipos de organizações. Processo administrativo – planejar, organizar, dirigir e controlar: conceitos e ferramentas. Níveis hierárquicos – estratégico, tático e operacional. Estratégia e Planejamento – Conceitos, tipos e vantagem competitiva. Evolução das principais abordagens administrativas. Desafios e tendências na gestão das organizações contemporâneas. Fundamentos de Governança Corporativa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

COLTRE, Sandra Maria. **Fundamentos da administração: um olhar transversa**. Curitiba: InterSaber, 2014.

VIZEU, Fabio. **Teorias da administração: origem, desenvolvimento e implicações**. Curitiba: InterSaber, 2019.

MANHÃES, Mario **Teoria geral e administração avançada**. Rio de Janeiro: Interciência, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ROBBINS, Stephen P.; DECENZO, David A. **Fundamentos de administração: conceitos essenciais e aplicações**. 4. ed. São Paulo: Pearson, 2004.

GRÜTZMANN, Lidiane. **Fundamentos filosóficos da administração**. Curitiba: InterSaber, 2014.

ORLICKAS, Elizenda. **Modelos de gestão: das teorias da administração à gestão estratégica**. Curitiba: InterSaber, 2012.

DISCIPLINA: DIREITOS HUMANOS

EMENTA: Fundamentação dos Direitos Humanos, Evolução dos Direitos Humanos, Tratados Internacionais. Direitos Humanos e igualdade. Direitos Humanos, Direitos Fundamentais; Identidade e Alteridade; Universalismo. Relativismo. Multiculturalismo

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AUGUSTIN, Sérgio; OLIVEIRA, Mara de. **Direitos humanos: emancipação e ruptura**. Caxias do Sul, RS: Educs, 2020.

CESAR, Fernando; GALHANO, Novaes. **Direitos humanos**. 2. ed. São Paulo: Rideel, 2016.

GOMES, Eduardo Biacchi. **Teorias de direitos humanos e sistema internacional de proteção**. Curitiba: Contentus, [S.D]

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

LIESEN, Maurício. **Comunicação e direitos humanos: elementos para um jornalismo responsável**. Curitiba: InterSaber, 2020.

RIOS, Mariza; CARVALHO, Newton Teixeira. **Direitos humanos e democracia em construção: desafios atuais**. São Paulo: Conhecimento Livraria e Distribuidora, 2020.

GARBIN, Isabela. **Direitos humanos e relações internacionais**. São Paulo: Contexto, 2021.

BÜHRING, Marcia Andrea; FUHRMANN, Italo Roberto; TABARELLI, Liane. (Orgs.). **Direitos fundamentais: direito ambiental e os novos direitos para o desenvolvimento socioeconômico**. Caxias do Sul, RS: Educs, 2018.

AUGUSTIN, Sérgio; OLIVEIRA, Mara de. **Direitos humanos: emancipação e ruptura**. Caxias do Sul, RS: Educs, 2020.

DISCIPLINA: FILOSOFIA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS

EMENTA: Filosofia. Filosofia na História. Campo da lógica. Questões fundamentais da Filosofia: Epistemologia, Antropologia, Ontologia e Ética. Ética e Moral. Comportamento Profissional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

NOYAMA, Samon; TAVARES, Renata. **Textos clássicos de filosofia antiga: uma introdução a Platão e Aristóteles**. Curitiba: InterSaberes, 2017.

STANGUE, Fábio. **Tópicos de filosofia moderna**. Curitiba: InterSaberes, 2017.

PAVIANI, Jayme. **Uma introdução à filosofia**. Caxias do Sul, RS: Educs, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CAES, Valdinei. **Tópicos especiais de filosofia contemporânea**. Curitiba: InterSaberes, 2017.

COSTA, Max William Alexandre da. **Uma introdução à filosofia da linguagem**. Curitiba: InterSaberes, 2015.

CANDIOTTO, Cesar. **A dignidade da luta política: incursões pela filosofia de Michel Foucault**. Caxias do Sul, RS: Educs, 2020.

DILTHEY, Wilhelm. **A essência da filosofia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

DELEUZE, Gilles. **A filosofia crítica de Kant**. São Paulo: Pearson, 2009.

DISCIPLINA: ÉTICA E RESPONSABILIDADE PROFISSIONAL

EMENTA: Ética e cidadania, questões conceituais e relacionais. Ética: definição, campo, objetivo e seus intérpretes. Moral: definição e a questão da modernidade. Cidadania: conceito, bases históricas e questões ideológicas. Questões e debates da ética e da cidadania e suas implicações no campo profissional. Ética legal e Ética Profissional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALENCASTRO, Mario Sergio Cunha. **Ética empresarial na prática: liderança, gestão e responsabilidade corporativa**. Curitiba: InterSaberes, 2013.

MARCON, Kenya J. (Org.). **Ética e cidadania**. São Paulo: Pearson, 2015.

LEITE, Marcela Barbosa. **A questão da dimensão ética em ser e tempo**. 2. ed. São Paulo: Blucher, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CAMARGO, Leonardo Nunes. **Ética global: perspectivas e desafios**. Curitiba: InterSaberes, 2018.

CESCON, Everaldo. **Ética e subjetividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

WEBER, Otávio José. **Ética, educação e trabalho**. Curitiba: InterSaberes, 2013.

KESSELRING, Thomas. **Ética, política e desenvolvimento humano**. Caxias do Sul, RS: Educs,

WERNER, Adriane. **Etiqueta social e empresarial**. Curitiba: InterSaberes, 2013.

DISCIPLINA: CONTABILIDADE GERAL

EMENTA: Funções do Contador. A Empresa e seu meio ambiente. As Demonstrações Financeiras como fonte de informação. Impostos e contribuições sociais incidentes sobre as operações de uma empresa: impostos da União, dos Estados, do Distrito Federal, e dos Municípios; contribuições previdenciárias e sociais. Conceitos sobre os componentes patrimoniais. Escrituração Contábil: finalidade e classificação; variações patrimoniais; método das partidas dobradas. Lançamentos: funções, elementos essenciais e fórmulas. Fatos contábeis: permutativos, modificativos ou mistos. Regimes de caixa e competência. Livros de escrituração: contábeis, sociais, fiscais e comerciais. Plano de Contas. Lançamentos contábeis: prática de lançamentos; escrituração da razão; elaboração de balancetes; demonstrações contábeis. Erros de escrituração.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade geral**. Curitiba: InterSaberes, 2016.

SAPORITO, Antonio. **Contabilidade geral: fundamentos e prática do raciocínio contábil**. Curitiba: InterSaberes, 2017.

SANTOS, Cleônimo dos. **Contabilidade fundamental**. 2. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MÜLLER, Aderbal. **Contabilidade introdutória**. 2. ed. São Paulo: Pearson, 2011.

BAZZI, Samir. **Contabilidade gerencial: conceitos básicos e aplicação**. Curitiba: InterSaberes, 2015.

LUZ, Érico Eleutério da; OLIVEIRA, Antonio Carlos Leite de. (Orgs.). **Contabilidade geral das sociedades**. Curitiba: InterSaberes, 2017.

ATHAR, Raimundo Aben. **Introdução à contabilidade**. São Paulo: Pearson, 2004.

AMORIM, Valdir de Oliveira. **Manual Prático da Contabilidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2018.

DISCIPLINA: ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

EMENTA: Conceitos Econômicos Básicos. Análise Microeconômica: Oferta e a Demanda. Sistemas Econômicos. Mercado e Governo. Elasticidades e suas aplicações. Utilidade e a Curva de Demanda. Excedente e Equilíbrio do Consumidor. Teoria da Produção, Custos de Produção e a Curva de Oferta. O Excedente do Produtor. Custos Explícitos e Implícitos. Estruturas de Mercado e Eficiência Econômica: Concorrência Perfeita, Monopólio, Oligopólio e Concorrência Monopolística.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

SILVA, Adalberto Oliveira da. (Org.). **Introdução à economia e gestão**. São Paulo: Pearson, 2015.

MONTEIRO, Erika Roberta; SILVA, Pedro Augusto Godeguez da. **Introdução ao estudo da economia**. Curitiba: InterSaberes, 2014.

PELEGRINI, Tatiane, et al. **Desenvolvimento socioeconômico regional: cidades, crescimento e especialização produtiva**. Porto Alegre: EdiPUC, 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

Blanchard, Olivier. **Macroeconomia**. 5. ed. São Paulo: Pearson, 2010.

Paula, João Antonio de. **O ensaio geral: Marx e a crítica da economia política (1857-1858)**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

BARBOSA, Alexandre de Freitas. **O Mundo globalizado: economia, sociedade e política**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

BROSE, Markus Erwin. **Intelectuais periféricos: contribuições ao estudo do desenvolvimento regional**. Porto Alegre: EdiPUC, 2020.

DISCIPLINA: PROJETO INTERDISCIPLINAR I

EMENTA: Trata-se de um trabalho do tipo “Projeto”, orientado por docente especializado, objetivando constituir de maneira plena a necessária interdisciplinaridade, a partir da articulação entre as disciplinas do semestre. Este projeto envolve: o estudo e definição do tema: **Planejamento de Carreira**. O trabalho envolve atividades de pesquisa das bases teóricas, discussão e sistematização de reflexões relacionadas ao tema, resultando em uma proposta de desenvolvimento de um estudo, análise e/ou projeto que abordará os seguintes conteúdos: **Introdução à Universidade. Introdução ao Curso. Orientação e planejamento de carreira. Escolha e projeto de futuro profissional. Mercado de trabalho. Empregabilidade e capacitação profissional. Técnicas de Elaboração de planos. Planos de Carreira. Conhecendo a profissão. O profissional de Ciências Contábeis. Contabilidade e o Mercado de Trabalho.**

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

LEITE, Maria Stella Sampaio. **Orientação Profissional**. Blucher: São Paulo, 2018.

COSTA, Marco Antonio F. da; COSTA, Maria de Fátima Barrozo da. **Projeto de pesquisa: entenda e faça**. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

AELXANDRE, Agripa Faria. **Metodologia científica: princípios e fundamentos**. 3.ed. São Paulo: Blucher, 2021.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ATHAR, Raimundo Aben. **Introdução à contabilidade**. São Paulo: Pearson, 2004.

SAPORITO, Antonio. **Contabilidade geral: fundamentos e prática do raciocínio contábil**. Curitiba: InterSaberes, 2017.

WILDAUER, Egon Walter. **Plano de negócios: elementos constitutivos e processo de elaboração.** Curitiba: InterSaberes, 2012.

DISCIPLINA: PRÁTICA DE EXTENSÃO II

EMENTA:

Extensão universitária: conceitos, histórico, políticas, tendências e bases filosóficas. A extensão universitária como interface para o desenvolvimento humano, social, econômico e cultural. Linhas orientadoras da extensão: transformação social, bilateralidade, interdisciplinaridade e a indissociabilidade entre ensino pesquisa e extensão. Metodologias e elaboração de projetos de extensão universitária.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA E COMPLEMENTAR:

FVP - Normas para Práticas de Extensão Universitária. Disponível em www.faculdadevaledopajeu.edu.br

ATIVIDADES COMPLEMENTARES II

EMENTA: As atividades acadêmicas complementares são fundamentais para o desenvolvimento de habilidades pertinentes à formação do profissional Contabilista. Podem ser realizadas pelos alunos fora do horário de aula dos demais componentes curriculares, estabelecido pela Coordenação do curso e incluem atividades culturais, técnicas e científicas de natureza diversa. O aluno poderá optar por eventos na área de Contabilidade, na própria FVP ou em outras IES que lhe possibilitem compreender a importância da pesquisa, da criatividade, do empreendedorismo e da inovação nesta área bem como a necessidade de se ter uma visão interdisciplinar na busca do conhecimento e do desenvolvimento do raciocínio pela lógica e da cidadania. O aluno será estimulado a participar em projetos de iniciação científica e extensão.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FVP - Normas para Atividades Complementares

3º SEMESTRE

DISCIPLINA: SOCIOLOGIA E RELACOES ÉTNICAS.

EMENTA: A sociedade capitalista e suas transformações. Estado e sociedade civil na sociedade contemporânea. Sociedade e organizações no século XX. Fundamentos sociológicos;

as organizações como instituições sociais, as classes sociais; a mobilidade social; modernização na Sociologia Clássica; teoria da ação social. Abordagem da Sociologia do Trabalho; relações sociais e relações de trabalho; a organização do processo de trabalho e as relações de trabalho. Crises Sociais e Multiculturalismo. Perspectivas Antropológicas. As relações sociais contemporâneas. Relações Sociais e Étnicas. História e Cultura Afro-brasileiras: as relações de poder.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GOMES, Mércio Pereira. **Antropologia: ciência do homem: filosofia da cultura**. São Paulo: Contexto, 2008.

RIBEIRO, Alessandra Stremel Pesce. **Teoria e prática em antropologia**. Curitiba: InterSaberes, 2016.

MICHALISZYN, Mario Sergio. **Relações étnico-raciais para o ensino da identidade e da diversidade cultural brasileira**. Curitiba: InterSaberes, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

OLIVEIRA, Allan de Paula. **Antropologia: questões, conceitos e histórias**. Curitiba: InterSaberes, 2018.

Dias, Reinaldo. **Sociologia**. São Paulo: Pearson, 2015.

GERONE JUNIOR, Acyr de. **Sociologia da religião: introdução, história, perspectivas e desafios contemporâneos**. Curitiba: InterSaberes, 2017.

Colliot-Thélène, Catherine. **Sociologia de Max Weber**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

AMÉRICO JUNIOR, Elston; RADVANSKEI, Iziqel Antônio. **Estudo das relações étnico-raciais para o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena**. Curitiba: Contentus, 2020.

DISCIPLINA: EMPREENDEDORISMO

EMENTA: Empreendedorismo: principais conceitos e características. A gestão empreendedora e suas implicações para as organizações. O papel e a importância do comportamento empreendedor nas organizações. O perfil dos profissionais empreendedores nas organizações. Processos grupais e coletivos, processos de autoconhecimento, autodesenvolvimento, criatividade, comunicação e liderança. Ética e Responsabilidade social nas organizações. A busca de oportunidades dentro e fora do negócio. A iniciativa e tomada de decisão. A tomada de risco. A gestão empreendedora de pessoas nas organizações. A inovação nas organizações empresariais: elementos básicos para a empresa tornar-se inovadora,

tecnologia e inovação tecnológica, invenção e inovação, processo de inovação, a melhoria gradual e a melhoria radical. Fontes de inovação. Princípios de inovação. A inovação como fator de competitividade. Inovação do conceito de negócio. Perspectivas acerca das Startups. Plano de Negócios: Estrutura, Concepção e Prática.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

SERTEK, Paulo. **Empreendedorismo**. Curitiba: InterSaberes, 2012.

ZAVADIL, Paulo Ricardo. **Plano de negócios: uma ferramenta de gestão**. Curitiba: InterSaberes, 2013.

SCHNEIDER, Elton Ivan; CASTELO BRANCO, Henrique José. **Caminhada empreendedora: a jornada de transformação de sonhos em realidade**. Curitiba: InterSaberes, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

Degen, Ronald Jean. **O empreendedor: empreender como opção de carreira**. São Paulo: Pearson, 2009.

Degen, Ronald Jean. **O Empreendedor: fundamentos da iniciativa empresarial**. 8. ed. São Paulo: Pearson, 2005.

WILDAUER, Egon Walter. **Plano de negócios: elementos constitutivos e processo de elaboração**. Curitiba: InterSaberes, 2012.

ZAVADIL, Paulo Ricardo. **Plano de negócios: uma ferramenta de gestão**. Curitiba: InterSaberes, 2012.

GONÇALVES, Silvia Carolina Afonso. **Da ideia ao plano de negócios**. Curitiba: Contentus, 2019.

DISCIPLINA: ESTATÍSTICA APLICADA ÀS CIÊNCIAS SOCIAIS

EMENTA: Variáveis aleatórias discretas; algumas variáveis aleatórias contínuas importantes; introdução à estatística; conceituação de população e amostra; variáveis estatísticas; conceituação de distribuição por frequência; representação gráfica; medidas de tendência central; medidas separatrizes e medidas de distribuição; medidas de assimetria e curtose; correlação e regressão; introdução à probabilidade; espaços amostrais finitos; probabilidade condicionada e independência; variáveis aleatórias unidimensionais; funções de variáveis aleatórias; noções fundamentais de probabilidade e estatística e suas formas de apresentação e análise.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

QUINSLER, Aline Purcote. **Estatística aplicada às análises contábeis**. Curitiba: Contentus, 2020.

BONORA Júnior, Dorival. **Estatística Básica**. São Paulo: Icone, 2019.

LARSON, Ron; FARBER, Elizabeth. **Estatística aplicada**. 4. ed. São Paulo: Pearson, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BONAFINI, Fernanda Cesar. (Org.). **Probabilidade e estatística**. São Paulo: Pearson, 2016.

BEKMAN, Otto Ruprecht; Costa Neto, Pedro Luiz de Oliveira. **Análise Estatística da Decisão**. São Paulo: Blucher, 2009.

MCCLAVE, James T.; BENSON, P. George; SINCICH, Terry. **Estatística para administração e economia**. 10. ed. São Paulo: Pearson, 2015.

NEUFELD, John L. **Estatística aplicada à administração usando excel**. São Paulo: Pearson, 2002.

CASTANHEIRA, Nelson Pereira **Estatística aplicada a todos os níveis**. 2. ed. Curitiba: Intersaberes, 2018.

DISCIPLINA: CONTABILIDADE EMPRESARIAL E SOCIETÁRIA

EMENTA: Noções gerais dos relatórios contábeis. Impacto das demonstrações contábeis. Situação financeira. Regimes contábeis. Estrutura da contabilidade brasileira. Livros contábeis. Escrituração contábil de acordo com a legislação em vigor e a teoria aplicada.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

HAUSER, Paolla das Graças Felix Munarim. **Contabilidade societária em Ciências Contábeis**. (BV) Curitiba: Contentus, 2020.

FREITAG, Viviane da Costa; MATTOS, Marinei Abreu; CORBARI, Ely Célia. **Contabilidade societária**. (BV) Curitiba: InterSaber, 2012.

HONG, Yuh Ching. **Contabilidade gerencial: novas práticas contábeis para a gestão de negócios**. São Paulo: Pearson, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BAZZI, Samir. Contabilidade gerencial: conceitos básicos e aplicação. Curitiba: InterSaberés, 2015.

LUZ, Érico Eleutério da; OLIVEIRA, Antonio Carlos Leite de. (Orgs.) Contabilidade geral das sociedades. Curitiba: InterSaberés, 2017.

PADOVEZE, Clóvis Luís; MARTINS, Miltes Angelita Machuca Contabilidade e gestão de micro e pequenas empresas. Curitiba: InterSaberés, 2014.

LORENTZ, Francisco. Contabilidade e análise de custos. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2021.

HONG, Yuh Ching; MARQUES, Fernando; Prado, Lucilene. Contabilidade e finanças: para não especialistas. 3. ed. São Paulo: Pearson, 2010.

DISCIPLINA: DIREITO EMPRESARIAL

EMENTA: Principais tipos de sociedades. Legislação societária: sociedades de pessoas; sociedades de capital; fusão, incorporação, extinção e cisão das sociedades; Sociedades coligadas, controladoras e controladas. Principais instrumentos de captação de recursos no Brasil. Investimento estrangeiro e captação de recursos no exterior. Reorganização societária: aspectos jurídicos. A empresa e o empresário: tratamento jurídico. Relações no comércio, capacidade, obrigações, títulos de crédito; contratos; falências e concordatas; Direito econômico. Direitos do Consumidor.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

SARHAN JÚNIOR, Suhel. Curso de direito empresarial. (BV) São Paulo: Processo, 2019.

ROCHA, Marcelo Hugo da; DURÃES, Hebert Vieira Direito Empresarial. São Paulo: Rideel, 2021.

NÓBREGA, Camile Silva. Direito empresarial e societário. 2. ed. Curitiba: InterSaberés, 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

Niaradi, George. Direito empresarial para administradores. São Paulo: Pearson, 2007.

FREITAS, Grace Kellen Corrêa de. Direito empresarial de leve na prática. São Paulo: Rideel, 2021.

ALCÂNTARA, Silvano Alves. Direito empresarial e direito do consumidor. Curitiba: InterSaberés, 2017.

GABRIEL, Sérgio. Manual de direito empresarial. São Paulo: Rideel, 2019.

BRANCHIER, Alex Sander Hostyn; MOTTA, Fernando Previdi Direito empresarial. Curitiba: InterSaberes, 2012.

DISCIPLINA: PRÁTICA DE EXTENSÃO III

EMENTA:

Extensão universitária: conceitos, histórico, políticas, tendências e bases filosóficas. A extensão universitária como interface para o desenvolvimento humano, social, econômico e cultural. Linhas orientadoras da extensão: transformação social, bilateralidade, interdisciplinaridade e a indissociabilidade entre ensino pesquisa e extensão. Metodologias e elaboração de projetos de extensão universitária.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA E COMPLEMENTAR:

FVP - Normas para Práticas de Extensão Universitária. Disponível em www.faculdadevaledopajeu.edu.br

ATIVIDADES COMPLEMENTARES III

EMENTA: As atividades acadêmicas complementares são fundamentais para o desenvolvimento de habilidades pertinentes à formação do profissional Contabilista. Podem ser realizadas pelos alunos fora do horário de aula dos demais componentes curriculares, estabelecido pela Coordenação do curso e incluem atividades culturais, técnicas e científicas de natureza diversa. O aluno poderá optar por eventos na área de Contabilidade, na própria FVP ou em outras IES que lhe possibilitem compreender a importância da pesquisa, da criatividade, do empreendedorismo e da inovação nesta área bem como a necessidade de se ter uma visão interdisciplinar na busca do conhecimento e do desenvolvimento do raciocínio pela lógica e da cidadania. O aluno será estimulado a participar em projetos de iniciação científica e extensão.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FVP - Normas para Atividades Complementares – Disponível em www.faculdadevaledopajeu.edu.br

4º SEMESTRE

DISCIPLINA: CONTABILIDADE DE CUSTOS

EMENTA: Visão gerencial dos custos; A contabilidade de custos, A Contabilidade financeira e a contabilidade gerencial; Terminologia contábil básica; Classificação dos custos como instrumento de planejamento e controle; Princípios para avaliação de Estoques; Classificações e nomenclaturas de custos; Esquema básico de contabilidade de custos; Critério de rateio dos

custos indiretos; Custeio baseado em Atividades (ABC); Aplicação dos custos indiretos de produção; Materiais Diretos; Mão-de-obra direta. Problemas especiais da produção por ordem: Custeio de ordens e de encomendas; Problemas especiais da produção contínua: custeio por processo; Produção conjunta e problemas fiscais na avaliação de estoques industriais: custos conjuntos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

LORENTZ, Francisco. Contabilidade e análise de custos. (BV) Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2021.

ILVA, Rosinda Angela da; PANSONATO, Roberto. Custos, riscos e indicadores da qualidade. Curitiba: Contentus, 2019.

IZIDORO, Cleyton. (Org.). Contabilidade de custos. 2. ed. São Paulo: Pearson, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

HORNGREN, Charles T.; DATAR, Srikant M.; Foster, George. Contabilidade de custos: uma abordagem gerencial - Vol. 1. 11. ed. São Paulo: Pearson, 2003.

SILVA, Ernani João; GARBRECHT, Guilherme Teodoro. Custos empresariais: uma visão sistêmica do processo de gestão de uma empresa. Curitiba: InterSaberés, 2015.

MEGLIORINI, Evandir. Custos: análise e gestão. 2. ed. (BV) São Paulo: Pearson, 2006.

HORNGREN, Charles Thomas; FOSTER, George; DATAR, Srikant M. Contabilidade de custos: uma abordagem gerencial - Vol. 2. 11. ed. (BV) São Paulo: Pearson, 2004.

DISCIPLINA: LEGISLAÇÃO E CONTABILIDADE TRIBUTÁRIA

EMENTA: Os princípios constitucionais tributários. O sistema tributário nacional. Perspectivas acerca da Contabilidade Tributária: aspectos contábeis e fiscais do IPI, ICMS e ISS; Contribuições sociais; Imposto de Renda na Fonte; Taxas diversas; Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ); regimes de tributação; Lucro da exploração. Livro de apuração do lucro real (LALUR); Compensação de prejuízos fiscais registro contábil das operações com tributo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

LUZ, Érico Eleuterio da. Contabilidade tributária. 2. ed. Curitiba: InterSaberés, 2014.

HAUSER, Paolla. Contabilidade tributária: dos conceitos à aplicação. Curitiba: Intersaberés, 2017.

Samir Bazzi. (Org.). Gestão tributária. 2. ed. São Paulo: Pearson, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

OLIVEIRA, Marcella Gomes de. Legislação trabalhista e previdenciária em ciências contábeis. (BV) Curitiba: Contentus, 2021.

ARAUJO, Elaine Cristina de; ROCHA JUNIOR, Arlindo Luiz. Holding: visão societária, contábil e tributária. 2. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2021.

PEREIRA, Paulo Henrique Rodrigues. Revisão fiscal: Oportunidades tributárias: legislação e prática. São Paulo: Trevisan, 2018.

MELHEM, Marcel Gulin; COSTA, Rosenei Novochadlo da. Auditoria contábil e tributária. Curitiba: InterSaberes, 2012.

DISCIPLINA: PSICOLOGIA SOCIAL E COMUNITÁRIA

EMENTA: Noções sobre psicologia. Contextualização e fundamentos da psicologia social e comunitária. Constituição do sujeito. Sociabilização do sujeito. Conceitualização de cultura, sociedade e representações sociais. Políticas públicas da assistência social. Influência social e bases de poder. Relações intergrupais, conflitos e desigualdades. Estereótipos, estigma e preconceito.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

NASCIMENTO, Adriano Roberto Afonso do; GIANORDOLI-NASCIMENTO, Ingrid Faria; ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel. Representações sociais, identidade e preconceito: Estudos de Psicologia Social. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

UHING HUR, Domenico; Lacerda Júnior. Fernando. (Org.). Psicologia, políticas e movimentos sociais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

LORENA, Angela Bernardo de. Psicologia geral e social. São Paulo: Pearson, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

JACQUES, Maria da Graça Corrêa, et al. Psicologia social contemporânea. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

HUTZ, Claudio Simon (org.) Avanços em psicologia comunitária e intervenções psicossociais. (BV) São Paulo: Pearson, 2010.

LAGO, Mara Coelho de Souza, et al. (org.). Gênero e pesquisa em psicologia social. (BV) São Paulo: Pearson, 2008.

MORRIS, Charles G.; MAISTO, Albert A. Introdução à psicologia. 6. ed. São Paulo: Pearson, 2003.

DISCIPLINA: MATEMÁTICA FINANCEIRA

EMENTA: Fundamentos. Juros Simples. Descontos Simples. Juros compostos. Descontos Compostos. Equivalência de Capitais. Series de Capitais. Depreciação. Correção Monetária. Capitalização. Sistemas de amortização. Rendas imediatas, antecipadas e diferidas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FERREIRA, Paulo Vagner Matemática financeira na prática. (BV) Curitiba: InterSaberes, 2019.

VANNUCCI, Luiz Roberto. Matemática financeira e engenharia econômica princípios e aplicações. São Paulo: Blucher, 2017.

BONORA JÚNIOR, Dorival. Matemática financeira. 2. ed. (BV) São Paulo: Ícone, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CASTANHEIRA, Nelson Pereira; MACEDO, Luiz Roberto Dias de. Matemática financeira aplicada. Curitiba: InterSaberes, 2020.

SAMANEZ, Carlos Patrício. Matemática Financeira. 5. ed. São Paulo: Pearson, 2010.

PADOVEZE, Clóvis Luís. Matemática financeira. São Paulo: Pearson, 2012.

GIMENES, Cristiano Marchi. Matemática financeira com hp 12c e excel: uma abordagem descomplicada. 2. ed. São Paulo: Pearson, 2009.

SAMANEZ, Carlos Patrício. Matemática financeira: aplicações à análise de investimentos. 4.ed. (BV) São Paulo: Pearson, 2006.

DISCIPLINA: CONTABILIDADE INTERMEDIÁRIA

EMENTA: Regimes de inventário de Estoques. Inventário periódico. Inventário Permanente. Avaliação do estoques: método do preço específico, PEPS (FIFO), UEPS (LIFO), média ponderada móvel. Operações com mercadorias. Resultado da conta mercadorias. Sistema para apuração de resultado em empresas comerciais. Custo comercial. Custo de Reposição. Sociedades comerciais: tipos de sociedades, classificação das sociedades comerciais,

sociedades por quotas de responsabilidade limitada, sociedades anônimas. Fusão, cisão e incorporação. Matriz e Filial: conceitos básicos, contabilidade centralizada e contabilidade descentralizada, balanços combinados, transferência de mercadorias. Depreciação, Amortização e Exaustão: fórmulas de cálculo e contabilização. Descontos condicionais e incondicionais. Duplicatas Descontadas. Provisão p/ Devedores Duvidosos. Reservas de Capital, Reservas de Reavaliação. Reservas de Lucros. Contabilização de operações comerciais. Contabilização da folha de pagamentos, férias e 13º salário de uma empresa comercial.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- BAZZI, Samir. (Org.). Contabilidade intermediária. (BV) São Paulo: Pearson, 2016.
- SAPORITO, Antonio. Contabilidade geral: fundamentos e prática do raciocínio contábil. (BV) Curitiba: InterSaberes, 2017.
- Santos, Cleônimo dos. Contabilidade fundamental. 2. ed. (BV) Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- Müller, Aderbal. Contabilidade introdutória. 2. ed. São Paulo: Pearson, 2011.
- BAZZI, Samir. Contabilidade gerencial: conceitos básicos e aplicação. Curitiba: InterSaberes, 2015.
- LUZ, Érico Eleutério da; OLIVEIRA, Antonio Carlos Leite de. (Orgs.). Contabilidade geral das sociedades. Curitiba: InterSaberes, 2017.
- ATHAR, Raimundo Aben. Introdução à contabilidade. São Paulo: Pearson, 2004.
- Amorim, Valdir de Oliveira. Manual Prático da Contabilidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2018.

DISCIPLINA: PROJETO INTERDISCIPLINAR II

EMENTA: Trata-se de um trabalho do tipo “Projeto”, orientado por docente especializado, objetivando constituir de maneira plena a necessária interdisciplinaridade, a partir da articulação entre as disciplinas do semestre. Este projeto envolve: A elaboração do **Plano de Negócios e Projeção/Roteiro Contábil**. O trabalho envolverá atividades de pesquisa das bases teóricas, discussão e sistematização de reflexões relacionadas ao tema, resultando em uma proposta de desenvolvimento de um estudo, análise e/ou projeto que abordará os seguintes conteúdos: **Metodologia para elaboração de um plano de negócios, planejamento operacional e financeiro. Roteiro de constituição de uma empresa junto aos órgãos municipais, estaduais e federais. Planejamento e Roteiro Contábil de uma empresa.**

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

Amorim, Valdir de Oliveira. Manual Prático da Contabilidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2018.

SANTOS, Cleônimo dos. Simples nacional. 6. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2018.

MACHADO, Luiz Henrique Mourão. (Org.). Sistema Financeiro Nacional. São Paulo: Pearson, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALENCASTRO, Mario Sergio Cunha. Ética empresarial na prática: liderança, gestão e responsabilidade corporativa. Curitiba: InterSaberes, 2013.

CAROTA, José Carlos. Gestão corporativa. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2015.

PADOVEZE, Clóvis Luís; MARTINS, Miltes Angelita Machuca. Contabilidade e gestão de micro e pequenas empresas. Curitiba: InterSaberes, 2014.

ZAVADIL, Paulo Ricardo. Plano de negócios: uma ferramenta de gestão. Curitiba: InterSaberes, 2013.

DISCIPLINA: PRÁTICA DE EXTENSÃO

EMENTA:

Extensão universitária: conceitos, histórico, políticas, tendências e bases filosóficas. A extensão universitária como interface para o desenvolvimento humano, social, econômico e cultural. Linhas orientadoras da extensão: transformação social, bilateralidade, interdisciplinaridade e a indissociabilidade entre ensino pesquisa e extensão. Metodologias e elaboração de projetos de extensão universitária.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA E COMPLEMENTAR:

FVP - Normas para Práticas de Extensão Universitária. Disponível em www.faculdadevaledopajeu.edu.br

ATIVIDADES COMPLEMENTARES IV

EMENTA: As atividades acadêmicas complementares são fundamentais para o desenvolvimento de habilidades pertinentes à formação do profissional Contabilista. Podem ser realizadas pelos alunos fora do horário de aula dos demais componentes curriculares, estabelecido pela Coordenação do curso e incluem atividades culturais, técnicas e científicas de natureza diversa. O aluno poderá optar por eventos na área das Ciências Contábeis, na própria

FVP ou em outras IES que lhe possibilitem compreender a importância da pesquisa, da criatividade, do empreendedorismo nesta área bem como a necessidade de se ter uma visão interdisciplinar na busca do conhecimento e do desenvolvimento do raciocínio pela lógica e da cidadania. O aluno será estimulado a participar em projetos de iniciação científica e extensão.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FVP - Normas para Atividades Complementares – Disponível em www.FVP.edu.br

5º SEMESTRE

DISCIPLINA: CONTABILIDADE AVANÇADA

EMENTA: Grupos de sociedades. Coligadas e controladas. Subsidiária integral. Avaliação de Investimentos: tipos de investimentos, método de avaliação de investimentos: método de custo, método de equivalência patrimonial. Correção integral: significado real da sistemática legal; correção das contas de resultados; ganhos e perdas nos itens monetários. Conversão de demonstrações financeiras para moeda estrangeira: pronunciamento do FASB; conversão versus correção integral. Consolidação das demonstrações financeiras: consolidação e equivalência patrimonial; eliminações na consolidação; lucros não realizados intercompanhias. Sociedades controladas em conjunto: *Jointe Ventures*. Demonstração do valor adicionado. *Goodwill*.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MELHEM, Marcel Gulin; COSTA, Rosenei Novochadlo da. Contabilidade avançada: uma abordagem direta e atualizada. Curitiba: InterSaberes, 2016.

MELO Moisés Moura de. Demonstrações contábeis. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2018.

AMORIM, Valdir de Oliveira. Manual Prático da Contabilidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

COELHO, Gabriel N. Contabilidade pública e gerencial. (BV) Curitiba: Contentus, 2020.

MOURA, Ivanildo Viana. Estrutura das demonstrações contábeis. Curitiba: Contentus, 2020.

LUZ, Érico Eleutério da; OLIVEIRA, Antonio Carlos Leite de. (Orgs. Contabilidade geral das sociedades. (BV) Curitiba: InterSaberes, 2017.

LIMA, Gudrian Marcelo Loureiro de; FREITAG, Viviane da Costa. Contabilidade para entidades sem fins lucrativos. Curitiba: InterSaberes, 2014.

GUEDES, Alvaro Martim; SILVÉRIO, João Paulo. Contabilidade pública: inovações, aplicações e reflexos. Curitiba: InterSaber, 2016.

DISCIPLINA: CONTABILIDADE E ORÇAMENTO PÚBLICO

EMENTA: Contas: conceito, classificação, plano de contas, função das contas. Balanço Orçamentário: contas orçamentárias, lançamentos contábeis orçamentários, levantamento do balanço orçamentário. Balanço Financeiro: programação financeira, contas financeiras, lançamentos contábeis financeiros, levantamento do balanço financeiro. Balanço Patrimonial: contas patrimoniais, lançamentos contábeis patrimoniais, conceito de patrimônio público, levantamento do balanço patrimonial e das variações patrimoniais, levantamento da dívida pública. Prestação de Contas: obrigatoriedade das tomadas de contas e constituição do processo, aprovação das tomadas de contas e constituição do processo, aprovação das contas pelo Tribunal de Contas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GUEDES, Alvaro Martim; SILVÉRIO, João Paulo. Contabilidade pública: inovações, aplicações e reflexos. (BV) Curitiba: InterSaber, 2016.

COELHO, Gabriel N. Contabilidade pública e gerencial. (BV) Curitiba: Contentus, 2020.

LOCHAGIN, Gabriel Loretto. A execução do orçamento público: flexibilidade e orçamento impositivo. (BV) São Paulo: Blucher, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Fernandes, Andressa Guimarães Torquato. Royalties do petróleo e orçamento público: uma nova teoria. São Paulo: Blucher, 2016.

SANTOS, Cleônimo dos. Normas contábeis na prática. 2. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2019.

ABDANUR JÚNIOR, Jamil. Gestão de custos na área pública. Curitiba: Contentus, 2020.

MELHEM, Marcel Gulin; COSTA, Rosenei Novochadlo da. Contabilidade avançada: uma abordagem direta e atualizada. Curitiba: InterSaber, 2016.

AVILA, Carlos Alberto de. Gestão contábil para contadores e não contadores. Curitiba: InterSaber, 2012.

MATERIAL EXTERNO A BV

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. *Diário Oficial da União*, Poder Legislativo, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

CFC – Conselho Federal de Contabilidade. Legislação. Normas Brasileiras de Contabilidade. *NBC TSP – do Setor Público*. Disponível em: <https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-tsp-do-setor-publico/>.

ASSUMPÇÃO, Márcio José. *Contabilidade aplicada ao setor público*. 3. ed. Curitiba: Ibpex, 2011. BRASIL. Ministério da Fazenda; Secretaria do Tesouro Nacional. *Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público*. 8. ed. Brasília, 2018. Disponível em: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/695350/CPU_MCASP+8ª%20ed+-+publicação+com+capa+3vs+Errata1/6bb7de01-39b4-4e79-b909-6b7a8197afc9.

CFC – Conselho Federal de Contabilidade. Legislação. Normas Brasileiras de Contabilidade. *NBC TSP – do Setor Público*. Disponível em: <https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-tsp-do-setor-publico/>.

COELHO, I. As normas contábeis do setor público como instrumento para a melhoria do controle das finanças públicas. *Conselho Federal de Contabilidade*, 2017. Disponível em: <https://cfc.org.br/noticias/artigo-as-normas-contabeis-do-setor-publico-como-instrumento-para-a-melhoria-do-controle-das-financas-publicas/>.

DISCIPLINA: ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EMENTA: Elementos fundamentais para análise de balanços. Estrutura das demonstrações financeiras: balanço patrimonial; demonstração do resultado do exercício; demonstração de lucros/prejuízos acumulados; demonstração das mutações do patrimônio líquido; demonstração dos fluxos de caixa; demonstração do valor adicionado; demonstração das origens e aplicações dos recursos, de conformidade com as IFRS e CPC. Padronização das demonstrações financeiras. Análise da gestão de lucro. Alavancagem financeira e as diversas taxas de retorno. Análise vertical e horizontal. Análise através de índices. Índice padrão. Necessidade de capital de giro. Causas das modificações da necessidade de capital de giro. Índices prazos médios. Desdobro das taxas de retorno. Análise do fluxo de caixa. Critérios da Lei das S/A e alterações implementadas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09. Indicadores de insolvência. Desenvolvimento de casos práticos. Relatórios de análise das demonstrações financeiras.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BAZZI, Samir. (Org.). *Análise das demonstrações contábeis*. 2. ed. (BV) São Paulo: Pearson, 2016.

MELO, Moisés Moura de. *Demonstrações contábeis*. (BV) Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2018.

IZIDORO, Cleyton. (Org.). *Análise das operações bancárias, crédito e financiamentos*. (BV) São Paulo: Pearson, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

QUINSLER, Aline Purcote. Estatística aplicada às análises contábeis. Curitiba: Contentus, 2020.

LUZ, Érico. (Org.). Análise e demonstração financeira. São Paulo: Pearson, 2015.

SANTOS, Cleônimo dos. Normas contábeis na prática. 2. ed. (BV) Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2019.

ERMEL, Marcelo Daniel Araújo Análise e demonstrações contábeis. Curitiba: Contentus, 2020.

SAPORITO, Antonio. Análise e estrutura das demonstrações contábeis. Curitiba: InterSaberes, 2015.

DISCIPLINA: MACROECONOMIA

EMENTA: Macroeconomia: Conceituação e Perspectivas. Fundamentos da análise macroeconômica. Problemas macroeconômicos. Modelos macroeconômicos. Contabilidade nacional. Determinantes da demanda agregada. Determinantes da oferta agregada. Moeda. Juros e renda. Relações com o exterior. Equilíbrio geral. Política econômica. Evolução da economia local e brasileira. Ciclos econômicos. Ocupação econômica. Políticas e estratégias de desenvolvimento estrutura do PIB-Produto Interno Bruto. Distribuição espacial do PIB.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BAIDYA, Tara Keshar Nanda, et al. Fundamentos de Microeconomia. Curitiba: Interciência, 2014.

MONTEIRO, Erika Roberta; SILVA, Pedro Augusto Godeguez da. Introdução ao estudo da economia. Curitiba: InterSaberes, 2014.

TEBCHIRANI, Flávio Ribas. Princípios de economia: micro e macro. Curitiba: InterSaberes, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AMORIM, Valdir de Oliveira. Manual Prático da Contabilidade. 2. ed. (BV) Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2018.

BLANCHARD, Olivier Macroeconomia. 5. ed. (BV) São Paulo: Pearson, 2010.

ABEL, Andrew B.; BERNANKE, Ben S.; CROUSHORE, Dean. Macroeconomia. 6. ed. São Paulo: Pearson, 2008.

BLANCHARD, Olivier. Macroeconomia. 4. ed. São Paulo: Pearson, 2007.

DISCIPLINA: MÉTODOS QUANTITATIVOS ESTATÍSTICOS

EMENTA: Amostragem: População e Amostra; Censo ou Amostragem; Amostragem com reposição e sem reposição; Tipos de Amostras e processos de Amostragem. Regressões: Regressão Linear Simples; Regressão Linear Múltipla e Regressão não Linear. Análise Discriminante: Definição; Análise Discriminante – dois grupos; Análise Discriminante Múltipla. Séries Temporais: Definição; Componentes de uma série temporal; Modelos de Séries Temporais. Simulação: Definindo Simulação; Geração de Eventos Aleatórios; Uso da Simulação para Tomada de Decisão. Análise da Decisão: Elementos Básicos do Processo de Decisão Empresarial; Classificação das Decisões; Teoria da Decisão; Ambientes para tomada de Decisões; Árvores de decisão e Teoria da Utilidade. Programação Linear: Problemas de Programação Linear; Solução Gráfica, Solução Computacional. Programação Não Linear: Natureza dos Problemas de Programação não Linear; Solução dos Problemas de Programação não Linear; Aplicação Gerencial e Limitações.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

IZIDORO, Cleyton. Métodos quantitativos. (São Paulo: Pearson, 2016).

PEREIRA, Adriano Toledo. Métodos quantitativos aplicados à contabilidade. Curitiba: InterSaberes, 2014.

MCCLAVE, James T.; BENSON, P. George; SINCICH, Terry. Estatística para administração e economia. 10. ed. São Paulo: Pearson, 2015.

BIBLIOGRAFICA COMPLEMENTAR:

METZ, Lauro Igor. Análise combinatória e probabilidade. (BV) Curitiba: InterSaberes, 2018.

BEKMAN, Otto Ruprecht; Costa Neto, Pedro Luiz de Oliveira. Análise estatística da decisão. São Paulo: Blucher, 2009.

CASTANHEIRA, Nelson Pereira. Métodos quantitativos. Curitiba: Intersaberes, 2012.

QUINSLER, Aline Purcote. Estatística aplicada às análises contábeis. Curitiba: Contentus, 2020.

MORETTI, Luiz Gonzaga. Estatística básica: probabilidade e inferência. São Paulo: Pearson, 2009.

DISCIPLINA: PRÁTICA DE EXTENSÃO

EMENTA:

Extensão universitária: conceitos, histórico, políticas, tendências e bases filosóficas. A extensão universitária como interface para o desenvolvimento humano, social, econômico e cultural. Linhas orientadoras da extensão: transformação social, bilateralidade, interdisciplinaridade e a indissociabilidade entre ensino pesquisa e extensão. Metodologias e elaboração de projetos de extensão universitária.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA E COMPLEMENTAR:

FVP - Normas para Práticas de Extensão Universitária. Disponível em www.faculdadevaledopajeu.edu.br

ATIVIDADES COMPLEMENTARES V

EMENTA:

As atividades acadêmicas complementares são fundamentais para o desenvolvimento de habilidades pertinentes à formação do profissional Contabilista. Podem ser realizadas pelos alunos fora do horário de aula dos demais componentes curriculares, estabelecido pela Coordenação do curso e incluem atividades culturais, técnicas e científicas de natureza diversa. O aluno poderá optar por eventos na área das Ciências Contábeis, na própria FVP ou em outras IES que lhe possibilitem

compreender a importância da pesquisa, da criatividade, do empreendedorismo nesta área bem como a necessidade de se ter uma visão interdisciplinar na busca do conhecimento e do desenvolvimento do raciocínio pela lógica e da cidadania. O aluno será estimulado a participar em projetos de iniciação científica e extensão.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FVP - Normas para Atividades Complementares

6º SEMESTRE

DISCIPLINA: SISTEMA DE INFORMAÇÕES E LABORATÓRIO CONTÁBIL

EMENTA: Sistemas de Informações. Sistemas Integrados de Gestão (ERP). Prática em Laboratório de Informática a partir da utilização do Software de Gestão Contábil Fortes. Prática de técnicas contábeis. Implantação da Contabilidade em sistema contábil integrando as áreas de contabilidade financeira, departamento de pessoal, almoxarifado, departamento fiscal e financeiro. Geração de arquivos pertinentes a SPED Contábil, Fiscal e NF-e. Prática de emissão de relatórios: Balancete, Razão, Diário, Balanço, livros digitais, livros fiscais e apuração de impostos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ELEUTERIO, Marco Antonio Masoller. Sistemas de informações gerenciais na atualidade. Curitiba: InterSaberes, 2015.

CAIÇARA JUNIOR, Cícero. Sistemas integrados de gestão: ERP: uma abordagem gerencial. São Paulo: Pearson, 2015.

MAKIOSZEK, Anderon. Sistema integrado de gestão. Curitiba: Contentus, 2020.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

KOLBE JÚNIOR, Armando. Produção e tratamento de informações sigilosas. Curitiba: Contentus, 2018.

KOLBE JÚNIOR, Armando. Produção e preservação de documentos sigilosos. Curitiba: InterSaberes, 2020.

Kenneth C. Laudon; Jane P. Laudon. Sistemas de informação gerenciais. 11. ed. São Paulo: Pearson, 2014.

Laudon, Kenneth C.; Laudon, Jane Price. Sistemas de informação gerenciais: administrando a empresa digital. 5. ed. São Paulo: Pearson, 2005.

JOÃO, Belmiro N. Sistemas de informação. 2. ed. São Paulo: Pearson, 2015.

DISCIPLINA: ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

EMENTA: Visão Geral da Administração Financeira. Demonstrações Financeiras. Valor do Dinheiro no Tempo. Alavancagem. Estrutura Financeira. Administração do Ativo Circulante. Gestão de Crédito. Risco e Retorno. Planejamento Orçamentário.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

LUZ, Érico Eleuterio da. (Org.). Gestão financeira e orçamentária. São Paulo: Pearson, 2016.

ZEDEBSKI, Edson Miguel. Gestão financeira. Curitiba: Contentus, 2021.

BITENCOURT, Rossandra Oliveira Maciel de. Criptomoedas e o Sistema Financeiro Internacional. Curitiba: Contentus, 2021.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ROBERTO, MARCOS. Administração financeira e orçamentária. 2. ed. (BV) São Paulo: Rideel, 2013.

MEGLIORINI, Evandir; VALLIM, Marco Aurélio. Administração financeira. 2. ed. São Paulo: Pearson, 2009.

GITMAN, Lawrence J.; MADURA, Jeff. Administração financeira: uma abordagem gerencial. São Paulo: Pearson, 2003.

CRUZ, June Alisson Westarb; ANDRICH, Emir Guimarães. Gestão financeira moderna: uma abordagem prática. (BV) Curitiba: InterSaber, 2013.

KERR, Roberto Borges. Mercado financeiro e de capitais. (BV) São Paulo: Pearson, 2011.

DISCIPLINA: CONTABILIDADE DAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS

EMENTA: Fundamentos da contabilidade aplicada aos prestadores de serviços: hospitais, construção civil, empresas contábeis e etc. Aspectos financeiros, patrimoniais e econômicos da contabilidade aplicada à prestação de serviços. Considerações gerais sobre a Contabilidade de Prestação de Serviços.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AMORIM, Valdir de Oliveira. Manual Prático da Contabilidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2018.

OLIVEIRA, Anderson Fumaux Mendes de. Contabilidade para as carreiras policiais. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2021.

LIMA, Gudrian Marcelo Loureiro de; FREITAG, Viviane da Costa. Contabilidade para entidades sem fins lucrativos. Curitiba: InterSaber, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

Lima, Fernanda Maropo de. Responsabilidade civil do prestador de serviços. (BV) São Paulo: Viseu, 2018.

BOCCHI, Olsen Henrique. O terceiro setor: uma visão estratégica para projetos de interesse público. (Curitiba: InterSaber, 2009).

SANTOS, Cleônimo dos. Normas contábeis na prática. 2. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2019.

Hong, Yuh Ching. Contabilidade gerencial: novas práticas contábeis para a gestão de negócios. São Paulo: Pearson, 2005.

Zanin, Diones Fernandes. Contabilidade de Agronegócios. Curitiba: Contentus, 2020.

DISCIPLINA: PERÍCIA CONTÁBIL E ARBITRAGEM

EMENTA: A perícia contábil: introdução, histórico e conceito. Espécies e classificação das perícias. Perícia e Auditoria. Elementos materiais de exame pericial. Riscos na perícia. Técnicas de trabalho pericial: plano de trabalho pericial, procedimentos preliminares, levantamento prévio dos recursos disponíveis para exame, organização e planejamento da perícia, prazos para execução das tarefas, diligências. Uso do trabalho de terceiros: auxiliares e especialistas. Introdução ao estudo da prova contábil: noções básicas, função da prova, ônus da prova. O perito judicial contábil: conceito, campo de atuação. Objetos da perícia contábil. Os peritos em juízo: nomeação, indicação e intimação. Recusa e substituição do perito. Quesitos: lógica dos quesitos, quesitos básicos e suplementares, quesitos impertinentes, ausência de quesitos e esclarecimentos. Laudo pericial: conceito, estrutura, requisitos, tipos, organização e aspectos intrínseco e extrínsecos, anexos dos laudos, laudo insuficiente, esclarecimentos dos laudos periciais, entrega dos laudos periciais. Remuneração do trabalho pericial: arbitramento e fixação dos honorários, remuneração do perito judicial, - depósito e levantamento. Normas brasileiras de contabilidade sobre perícia contábil. Desenvolvimento de casos práticos de perícia judicial com a elaboração de laudos periciais, laudos concordantes, laudos discordantes, pedidos de esclarecimento e esclarecimento de laudos periciais. Arbitragem.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MONTANARIN, Alessandra D. Prado L. Perícia contábil. (BV) Curitiba: Contentus, 2021.

SANTOS, Tassiani Aparecida dos. Perícia e arbitragem contábil. (BV) Curitiba: Contentus, 2020.

HENRIQUE, Marcelo Rabelo; SOARES, Wendell Alves. Perícia, avaliação e arbitragem. Curitiba: InterSaberes, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BONIOLO, Eduardo. Perícias em falências e recuperação judicial. São Paulo: Trevisan, 2019.

LUZ, Érico Eleuterio da. (Org.). Auditoria e perícia contábil trabalhista. São Paulo: Pearson, 2016.

AMORIM, Valdir de Oliveira. Manual Prático da Contabilidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2018.

SANTOS, Cleônimo dos. Normas contábeis na prática. 2. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2019.

MOURA, Ril. Perícia contábil. 6. ed. (BV) Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2011.

DISCIPLINA: CONTABILIDADE GERENCIAL

EMENTA: Noções preliminares de contabilidade gerencial: onde termina a contabilidade financeira e onde começa a contabilidade gerencial. Lucro empresarial e as variações de preços: variações de preços em uma operação simples, custos originais corrigidos pelas variações do poder aquisitivo médio da moeda. Custo de Reposição. A interpretação da contabilidade a preços diferenciais. O problema das variações de preços nas demonstrações contábeis. A interpretação gerencial da correção monetária do balanço. A utilização da análise de balanços como instrumento de avaliação de desempenho. Comparação de desempenho entre empresas do mesmo setor. Centro de custos: critérios de rateios na departamentalização. Centros de custos principais e centros de custos auxiliares. Avaliação do estoque de produtos em processo, avaliação de custos de produção por encomenda, preço de transferência. Relação custo/volume/lucro aplicado à contabilidade gerencial. Informações de custo para decisão de qual produto fabricar ou cortar. Custo padrão e sua inter-relação com orçamentos e análise de variações. Custos da qualidade. Decisões sobre substituições de equipamentos. Casos práticos da utilização da contabilidade gerencial para tomada de decisão.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BAZZI, Samir. Contabilidade gerencial: conceitos básicos e aplicação. Curitiba: InterSaberes, 2015.

MOURA, Ivanido Viana. Contabilidade gerencial. Curitiba: Contentus, 2020.

SANTOS, Cleônimo dos. Normas contábeis na prática. 2. ed. (BV) Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

SANTOS, Antonio Sebastião dos. Contabilidade. 2. ed. São Paulo: Pearson, 2015.

AMORIM, Valdir de Oliveira. Manual Prático da Contabilidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2018.

DANTAS, Inácio. Contabilidade: introdução e intermediária Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2016.

Hong, Yuh Ching. Contabilidade gerencial: novas práticas contábeis para a gestão de negócios. São Paulo: Pearson, 2005.

Hornigren, Charles T.; Sundem, Gary L.; Stratton, William O. Contabilidade gerencial. 12. ed. São Paulo: Pearson, 2003.

DISCIPLINA: PROJETO INTERDISCIPLINAR III

EMENTA: EMENTA: Trata-se de um trabalho do tipo “Projeto”, orientado por docente especializado, objetivando constituir de maneira plena a necessária interdisciplinaridade, a partir da articulação entre as disciplinas do semestre. Este projeto envolve: A elaboração do **Projeto no campo de sistemas de Informação Contábil**. O trabalho envolverá atividades de pesquisa das bases teóricas, discussão e sistematização de reflexões relacionadas ao tema, resultando em uma proposta de desenvolvimento de um estudo, análise e/ou projeto que abordará os seguintes conteúdos: **Sistemas de Informação. Novas práticas no exercício profissional. Software. Programas. Problemática. Soluções.**

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ELEUTERIO, Marco Antonio Masoller. **Sistemas de informações gerenciais na atualidade**. Curitiba: InterSaberes, 2015.

CAIÇARA JUNIOR, Cícero. **Sistemas integrados de gestão: ERP: uma abordagem gerencial**. São Paulo: Pearson, 2015.

MAKIOSZEK, Anderon. **Sistema integrado de gestão**. Curitiba: Contentus, 2020.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

SANTOS, Cleônimo dos. **Normas contábeis na prática**. 2. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2019.

SANTOS, José Heraldo dos. **Manual de normas técnicas: de formatação de trabalho de conclusão de curso: relatórios, monografias dos cursos superiores, dissertações e teses**. Rio de Janeiro: Interciência, 2019.

ALEXANDRE, Agripa Faria. **Metodologia científica: princípios e fundamentos**. 3.ed. São Paulo: Blucher, 2021.

FONTES-PEREIRA, Aldo. **Escrita científica descomplicada: como produzir artigos de forma criativa, fluida e produtiva**. São Paulo: Labrador, 2021.

DISCIPLINA: PRÁTICA DE EXTENSÃO VI

EMENTA:

Extensão universitária: conceitos, histórico, políticas, tendências e bases filosóficas. A extensão universitária como interface para o desenvolvimento humano, social, econômico e cultural.

Linhas orientadoras da extensão: transformação social, bilateralidade, interdisciplinaridade e a indissociabilidade entre ensino pesquisa e extensão. Metodologias e elaboração de projetos de extensão universitária.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA E COMPLEMENTAR:

FVP - Normas para Práticas de Extensão Universitária. Disponível em www.faculdadevaledopajeu.edu.br

ATIVIDADES COMPLEMENTARES VI

EMENTA: As atividades acadêmicas complementares são fundamentais para o desenvolvimento de habilidades pertinentes à formação do profissional Contabilista. Podem ser realizadas pelos alunos fora do horário de aula dos demais componentes curriculares, estabelecido pela Coordenação do curso e incluem atividades culturais, técnicas e científicas de natureza diversa. O aluno poderá optar por eventos na área das Ciências Contábeis, na própria FVP ou em outras IES que lhe possibilitem compreender a importância da pesquisa, da criatividade, do empreendedorismo nesta área bem como a necessidade de se ter uma visão interdisciplinar na busca do conhecimento e do desenvolvimento do raciocínio pela lógica e da cidadania. O aluno será estimulado a participar em projetos de iniciação científica e extensão.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FVP - Normas para Atividades Complementares

7º SEMETRE

*** DISCIPLINA: OPTATIVA I**

DISCIPLINA: MERCADO FINANCEIRO E DE CAPITAIS

EMENTA: Sistema Financeiro Nacional: Organização e funcionamento. As autoridades monetárias e sua evolução. Requisitos para criação de uma Instituição Financeira. Os negócios das Instituições Financeiras. Normas específicas emanadas do Banco Central. Plano de Contas aprovado pelo BACEN. Os Títulos do Mercado de Capitais. Os Mercados de Ações. Os Mercados Derivativos e Bolsa Mercantil & de Futuros. Finanças Empresariais e a Capitalização de empresas. Análise de Investimentos em Ações. Administração de Investimentos e o Investidor. A contabilização e escrituração de operações típicas e elaboração das Demonstrações Contábeis.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

IZIDORO, Cleyton. (Org.). **Mercado de capitais**. São Paulo: Pearson, 2016.

KERR, Roberto Borges. **Mercado financeiro e de capitais**. São Paulo: Pearson, 2011.

PEREIRA, Cleverson Luiz. **Mercado de capitais**. Curitiba: IBPEX, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

SANTOS, Cleônimo dos. **Normas contábeis na prática**. 2. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2019.

Rizzo, Maria Balbina Martins de. **Prevenção à lavagem de dinheiro nas instituições do mercado financeiro**. São Paulo: Trevisan, 2013.

BITENCOURT, Rossandra Oliveira Maciel de. **Criptomoedas e o sistema financeiro Internacional**. Curitiba: Contentus, 2020.

FERREIRA, Marcelo Andrade. **Sistema financeiro nacional: uma abordagem introdutória dos mecanismos das instituições financeiras**. Curitiba: InterSaberes, 2014.

FAVERSANI, Carla Fuganti Schnitzius. **Auditoria em instituições financeiras e seguradoras**. Curitiba: Contentus, 2021.

DISCIPLINA: CONTABILIDADE INTERNACIONAL

EMENTA: Fundamentos da Contabilidade Internacional e do Comércio Exterior. Aspectos financeiros, patrimoniais e econômicos da Contabilidade Internacional e do Comércio Exterior. Considerações gerais sobre a Contabilidade Internacional e Comércio Exterior. Institutos internacionais de Contabilidade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

SANTOS, Cleônimo dos. **Normas contábeis na prática**. 2. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2019.

BAIDYA, Tara Keshar Nanda, et al. **Fundamentos de Microeconomia**. Curitiba: Interciência, 2014.

AMORIM, Valdir de Oliveira. **Manual Prático da Contabilidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

OLIVEIRA, Anderson Fumaux Mendes de. **IFRS na Prática**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2021.

Santos, Ivan Ramos dos ; Melo, Moisés Moura de. **Auditoria contábil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2017.

SAPORITO, Antonio. **Contabilidade geral: fundamentos e prática do raciocínio contábil**. Curitiba: InterSaberes, 2017.

BITENCOURT, Rossandra Oliveira Maciel de. **Criptomoedas e o Sistema Financeiro Internacional**. Curitiba: Contentus, 2021.

MELHEM, Marcel Gulin; COSTA, Rosenei Novochadlo da. **Contabilidade avançada: uma abordagem direta e atualizada**. Curitiba: InterSaber, 2016.

DISCIPLINA: SISTEMA DE GESTÃO E PLANEJAMENTO AMBIENTAL

EMENTA: Desenvolvimento sustentável. A variável ecológica no ambiente dos negócios. A repercussão da questão ambiental na organização. Sistema de Gestão Ambiental e a série ISO 14000. Modelos de gestão ambiental. O conservacionismo. O despertar da consciência ambiental. A Globalização e os impactos sobre a sustentabilidade. O desenvolvimento sustentável. A Responsabilidade Social.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

RUSS, Bruna Ribas. **Sistema de gestão ambiental**. Curitiba: Contentus, 2019.

CALDAS, Ricardo Melito. (Org.). **Responsabilidade socioambiental**. 2. ed. São Paulo: Pearson, 2019.

MENDONÇA, Francisco de Assis; DIAS, Mariana Andreotti. **Meio ambiente e sustentabilidade**. Curitiba: InterSaber, 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MAKIOSZEK, Anderon. **Sistema integrado de gestão**. Curitiba: Contentus, 2020.

MADUREIRA, Omar Moore de. **Metodologia do projeto: planejamento, execução e gerenciamento**. São Paulo: Blucher, 2015.

BERTÉ, Rodrigo; MAZZAROTTO, Angelo Augusto Valles de Sá. **Gestão ambiental no mercado empresarial**. Curitiba: IBPEX, 2013.

CURI, Denise. **Gestão Ambiental**. São Paulo: Pearson, 2010.

SILVA, Cesar; PRZYBYSZ, Leane Chamma Barbar. **Sistema de gestão ambiental**. Curitiba: InterSaber, 2014.

DISCIPLINA: ESTÁGIO SUPERVISIONADO I

EMENTA: Orientação supervisionada, envolvendo aspectos de investigação, planejamento e execução de atividades relacionadas à profissão contábil em organizações de administração pública direta ou indireta: autarquias, sociedade de economia mista, empresas públicas, fundações, entidades paraestatais; de administração privada e em organizações do terceiro setor. Desenvolvimento de atividade em uma dessas organizações, oferecendo soluções e alternativas para melhoria das condições diagnosticadas, as quais serão apresentadas em relatório final na disciplina de Estágio Supervisionado II.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

PICONEZ, Stela C. Bertholo. (Coord.). **A prática de ensino e o estágio supervisionado**. Campinas, SP: Papirus, 2015.

FREITAS, Helena Costa L. de. **O trabalho como princípio articulador na prática de ensino e nos estágios**. Campinas, SP: Papirus, 2022.

SANTOS, Sandra Aparecida Silva dos. **Prática de estágio: relatório final**. Curitiba: Contentus, 2020.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

SANTOS, José Heraldo dos. **Manual de normas técnicas: de formatação de trabalho de conclusão de curso: relatórios, monografias dos cursos superiores, dissertações e teses**. Rio de Janeiro: Interciência, 2019.

IMPERATORE, Simone Loureiro Brum. **Fundamentos da contabilidade**. Curitiba: InterSaber, 2017.

MADUREIRA, Omar Moore de. **Metodologia do projeto: planejamento, execução e gerenciamento**. São Paulo: Blucher, 2010.

GUEDES, Filipe Eduardo Martins. **Análise de viabilidade de projetos**. Curitiba: Contentus, 2021.

MEI, Maura. **Estagiário nota 10**. São Paulo: Labrador, 2020.

DISCIPLINA: TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I

EMENTA:

O foco da disciplina consiste no processo de elaboração e aprendizagem de construção de um projeto no qual o aluno demonstrará a sua competência para desenvolver pesquisa, aplicar metodologia apropriada, identificar as variáveis e correlacioná-las e, ao final do curso, elaborar o texto de conclusão da pesquisa, a ser apresentado em forma de monografia, segundo as normas da FVP e as normas da ABNT.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

SANTOS, José Heraldo dos. **Manual de normas técnicas: de formatação de trabalho de conclusão de curso: relatórios, monografias dos cursos superiores, dissertações e teses.** Rio de Janeiro: Interciência, 2019.

ALEXANDRE, Agripa Faria. **Metodologia científica: princípios e fundamentos.** 3.ed. São Paulo: Blucher, 2021.

CARVALHO, Maria Cecília Maringoni. (Org.). **Construindo o saber: metodologia científica, fundamentos e técnicas.** São Paulo: Papirus, 2021.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

COSTA, Marco Antonio F. da; COSTA, Maria de Fátima Barrozo da. **Projeto de pesquisa: entenda e faça.** 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

KOCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa.** 34. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

LIMA, Valderez Marina do Rosário; RAMOS, Maurivan Guntzel ; PAULA, Marlúbia Corrêa de. (Orgs.). **Métodos de análise em pesquisa qualitativa: releituras atuais.** Porto Alegre: EdIPUCRS, 2019.

CASARIN, Helen de Castro Silva; CASARIN, Samuel José. **Pesquisa científica: da teoria à prática.** Curitiba: InterSaberes, 2012.

DISCIPLINA: PRÁTICA DE EXTENSÃO VII

EMENTA:

Extensão universitária: conceitos, histórico, políticas, tendências e bases filosóficas. A extensão universitária como interface para o desenvolvimento humano, social, econômico e cultural. Linhas orientadoras da extensão: transformação social, bilateralidade, interdisciplinaridade e a indissociabilidade entre ensino pesquisa e extensão. Metodologias e elaboração de projetos de extensão universitária.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA E COMPLEMENTAR:

FVP - Normas para Práticas de Extensão Universitária. Disponível em www.faculdadevaledopajeu.edu.br

DISCIPLINA: CONTROLADORIA

EMENTA: O papel da controladoria nas empresas. O perfil do “Controller” O sentido amplo do Planejamento e Controle. As organizações e os novos cenários econômicos. A teoria de mercado versus Teoria do Planejamento e Controle. A importância do Planejamento. Os custos operacionais disciplinado pela teoria do Planejamento e Controle. Processo de gestão. O sentido do Planejamento. A comunicação e a motivação como impulsionadora das organizações. Projeto de Controladoria Empresarial. Estabelecimento de metas de longo e curto prazo. O custo dos produtos e o planejamento de curto prazo segundo o cenário econômico. Avaliação de Resultados e desempenhos. Análise dos modelos de gestão. Modelo de decisão. Responsabilidade pela geração do lucro. Custo de oportunidade. Modelo lógico do sistema de informação. Qualidade e produtividade em controladoria. Relatórios de controle gerencial. Responsabilidade de prestar contas perante a sociedade (“Accountability”).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

Santos, Edicreia Andrade dos. **Controladoria voltada para área de negócios**. Curitiba: Contentus, 2020.

ANJOS, Edenise Aparecida dos. **Controladoria**. Curitiba: Contentus, 2020.

KAMEL, Antoine Youssef. **Controladoria jurídica e inovação**. Curitiba: InterSaber, 2020.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

USIRONO, Carlos Hiroshi. Escritório de Processos: BPMO (Business Process Management Office) Rio de Janeiro: Brasport, 2015.

CAROTA, José Carlos. Gestão de Controladoria. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2017.

Francisco Filho, Valter Pereira. (Org.). Planejamento e controladoria financeira. São Paulo: Pearson, 2016.

HIGA, Neusa; ALTOÉ, Stella Maris Lima. Contabilidade em processo: da escrituração à controladoria. Curitiba: InterSaber, 2015.

LUZ, Érico Eleuterio da. Controladoria Corporativa. 2. ed. Curitiba: InterSaber, 2014.

DISCIPLINA: AUDITORIA

EMENTA: Objetivos e procedimentos de auditoria: objetivos, procedimentos, técnicas, abordagens no trabalho de auditoria. Controle interno: princípios de controle interno, controle interno e auditoria, o controle e a informação da auditoria. Auditoria Interna versus Externa: diferenças e semelhanças, objetivos da auditoria interna, o campo de atuação do auditor interno, empresas de auditoria externa. Princípios e normas de auditoria: conceito de “normas de parecer”, relatórios de auditoria, ética em auditoria. Meios de prova em auditoria: principais tipos de exame: inspeção documental, verificação física, confirmação independente positiva e negativa, análise de relacionamento com indicadores relevantes internos e externos à empresa, arguição, representação escrita exames de aderência, exames corroborativos, exames substantivos, etc. Fases ou etapas da auditoria: a fase de conhecimento dos negócios e operações, a de conhecimento de controle interno, a de planejamento da época e extensão dos trabalhos, seleção de amostras, exames internos e preliminares, exames finais e fechamento dos trabalhos “de campo” e dos respectivos relatórios. Auditoria de áreas específicas de Demonstrações Contábeis: critérios de seleção, aplicação de exames nas principais áreas das demonstrações contábeis. Auditoria de ativos, de passivos, de resultado de exercícios futuros, do patrimônio líquido, auditoria da demonstração do resultado do exercício e notas explicativas. Relatórios de auditoria: o parecer dos auditores, aspectos formais dos relatórios.

BIBLIOGRAFIA BASICA:

Santos, Ivan Ramos dos ; Melo, Moisés Moura de. Auditoria contábil. 2. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2017.

FAVERSANI, Carla Fuganti Schnitzius. Auditoria em instituições financeiras e seguradoras. Curitiba: Contentus, 2020.

SILVA, Olga Rosa da. Sistemas ISO 9000 e auditorias da qualidade. Curitiba: Contentus, 2020.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

LONGO, Claudio Gonçalo. Relatórios de auditoria. (BV) São Paulo: Trevisan, 2017.

SILVA, Cristiane Aparecida da. Auditoria de riscos. (BV) Curitiba: Contentus, 2021.

SILVA, Cristiane Aparecida da. Auditoria contábil. Curitiba: Contentus, 2021.

MELHEM, Marcel Gulin; COSTA, Rosenei Novochadlo da. Auditoria contábil e tributária. Curitiba: InterSaber, 2012.

CARDOSO, Afonso. (Org.). Auditoria de sistema de gestão integrada. São Paulo: Pearson, 2016.

DISCIPLINA: CONTABILIDADE DO AGRONEGÓCIO

EMENTA: Atividade rural. Conceitos da Contabilidade Agropecuária. Perspectivas do Agronegócio. Fluxo contábil na atividade agrícola. Gastos pré-operacionais. Depreciação,

amortização e exaustão na agropecuária. Introdução à contabilidade da pecuária. Custos na pecuária. Imposto de renda na atividade agropecuária. Balanço Patrimonial do Agronegócio e demonstrações contábeis.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

Zanin, Diones Fernandes. Contabilidade de Agronegócios. Curitiba: Contentus, 2020.

RODRIGUES, Aldenir Ortiz; BUSCH, Cleber Marcel; GARCIA, Edino Ribeiro. Contabilidade rural. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2020.

Ubirajara Garcia Ferreira Tamarindo; Gessuir Pigatto. Tributação no agronegócio: uma análise geral dos principais tributos incidentes. 2. ed. São Paulo: Mizuno, 2020.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARRUDA, Leila Lucia; SANTOS, Celso José. Contabilidade rural. (BV) Curitiba: InterSaberes, 2017.

FREITAS, Antonio Carlos de Oliveira. Título de crédito eletrônico e o agronegócio. São Paulo: Singular, 2020.

MENDES, Judas Tadeu Grassi; PADILHA JUNIOR, João Batista. Agronegócio: uma abordagem econômica. São Paulo; Pearson, 2007.

OLESKO, Gustavo Felipe. Agronegócio: contextos econômico, social e político. Curitiba: Contentus, 2019.

FRANCISCO, Dione Carina et al. Agronegócios. Curitiba: InterSaberes, 2015.

DISCIPLINA: CONTABILIDADE PÚBLICA

EMENTA: Contabilidade presente no setor público. Tomada de decisão com base na contabilidade. Terminologia usada na Administração Pública. Informações e análises dos demonstrativos contábeis. Legislação empregada na contabilidade pública. Receitas e despesas públicas. Balanço Orçamentário. Balanço Financeiro. Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Patrimonial. Notas Explicativas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GUEDES, Alvaro Martim; SILVÉRIO, João Paulo. Contabilidade pública: inovações, aplicações e reflexos. (BV) Curitiba: InterSaberes, 2016.

COELHO, Gabriel N. Contabilidade pública e gerencial. Curitiba: Contentus, 2020.

LOCHAGIN, Gabriel Loretto. A execução do orçamento público: flexibilidade e orçamento impositivo. São Paulo: Blucher, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

LIMA, Gudrian Marcelo Loureiro de; FREITAG, Viviane da Costa. Contabilidade para entidades sem fins lucrativos. Curitiba: InterSaber, 2014.

GUEDES, Alvaro Martim; SILVÉRIO, João Paulo. Contabilidade pública: inovações, aplicações e reflexos. Curitiba: InterSaber, 2016.

SANTOS, Cleônimo dos. Normas contábeis na prática. 2. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2019.

ABDANUR JÚNIOR, Jamil. Gestão de custos na área pública. Curitiba: Contentus, 2020.

LUZ, Érico Eleutério da; OLIVEIRA, Antonio Carlos Leite de. (Orgs. Contabilidade geral das sociedades. Curitiba: InterSaber, 2017.

MATERIAL EXTERNO A BV

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. *Diário Oficial da União*, Poder Legislativo, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

CFC – Conselho Federal de Contabilidade. Legislação. Normas Brasileiras de Contabilidade. *NBC TSP – do Setor Público*. Disponível em: <https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-tsp-do-setor-publico/>.

ASSUMPÇÃO, Márcio José. *Contabilidade aplicada ao setor público*. 3. ed. Curitiba: Ibpe, 2011. BRASIL. Ministério da Fazenda; Secretaria do Tesouro Nacional. *Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público*. 8. ed. Brasília, 2018. Disponível em: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/695350/CPU_MCASP+8ª%20ed+-+publicação_com+capa_3vs_Errata1/6bb7de01-39b4-4e79-b909-6b7a8197afc9.

CFC – Conselho Federal de Contabilidade. Legislação. Normas Brasileiras de Contabilidade. *NBC TSP – do Setor Público*. Disponível em: <https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-tsp-do-setor-publico/>.

COELHO, I. As normas contábeis do setor público como instrumento para a melhoria do controle das finanças públicas. *Conselho Federal de Contabilidade*, 2017. Disponível em: <https://cfc.org.br/noticias/artigo-as-normas-contabeis-do-setor-publico-como-instrumento-para-a-melhoria-do-controle-das-financas-publicas/>.

*** DISCIPLINA: OPTATIVA II**

DISCIPLINA: ESTÁGIO SUPERVISIONADO II

EMENTA: Atividades práticas a serem desenvolvidas em uma entidade em funcionamento baseado em um roteiro de trabalho que contemple as tarefas cotidianas do profissional de contabilidade no exercício da profissão e que possibilite a vivência através da aplicação dos conteúdos desenvolvidos no curso de ciências contábeis.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

PICONEZ, Stela C. Bertholo. (Coord.). A prática de ensino e o estágio supervisionado. Campinas, SP: Papirus, 2015.

FREITAS, Helena Costa L. de. O trabalho como princípio articulador na prática de ensino e nos estágios. Campinas, SP: Papirus, 2022.

SANTOS, Sandra Aparecida Silva dos. Prática de estágio: relatório final. Curitiba: Contentus, 2020.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

SANTOS, José Heraldo dos. Manual de normas técnicas: de formatação de trabalho de conclusão de curso: relatórios, monografias dos cursos superiores, dissertações e teses. Rio de Janeiro: Interciência, 2019.

IMPERATORE, Simone Loureiro Brum. Fundamentos da contabilidade. Curitiba: InterSaberes, 2017.

MADUREIRA, Omar Moore de. Metodologia do projeto: planejamento, execução e gerenciamento. São Paulo: Blucher, 2010.

GUEDES, Filipe Eduardo Martins. Análise de viabilidade de projetos. Curitiba: Contentus, 2021.

MEI, Maura. Estagiário nota 10. São Paulo: Labrador, 2020.

DISCIPLINA: TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II

EMENTA: Pesquisa social, suportada por uma metodologia de pesquisa científica, desenvolvida sob a orientação e o acompanhamento de um professor tendo como produto final um trabalho monográfico sobre um assunto de interesse profissional, da ciência contábil ou do ramo de conhecimento interdisciplinar a contabilidade, elaborado segundo as normas da ABNT.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

SANTOS, José Heraldo dos. Manual de normas técnicas: de formatação de trabalho de conclusão de curso: relatórios, monografias dos cursos superiores, dissertações e teses. Rio de Janeiro: Interciência, 2019.

ALEXANDRE, Agripa Faria. Metodologia científica: princípios e fundamentos. 3.ed. São Paulo: Blucher, 2021.

CARVALHO, Maria Cecília Maringoni. (Org.). Construindo o saber: metodologia científica, fundamentos e técnicas. São Paulo: Papirus, 2021.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

COSTA, Marco Antonio F. da; COSTA, Maria de Fátima Barrozo da. Projeto de pesquisa: entenda e faça. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

KOCHE, José Carlos. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 34. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

LIMA, Valderez Marina do Rosário; RAMOS, Maurivan Guntzel ; PAULA,

Marlúbia Corrêa de. (Orgs.). Métodos de análise em pesquisa qualitativa: releituras atuais. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2019.

CASARIN, Helen de Castro Silva; CASARIN, Samuel José. Pesquisa científica: da teoria à prática. Curitiba: InterSaberes, 2012.

DISCIPLINAS OPTATIVAS

DISCIPLINA: LIBRAS – LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS

EMENTA: Visão contemporânea sobre os fundamentos da Inclusão e a ressignificação da Educação Especial na área da surdez. Cultura e Identidade surda. Tecnologias na área da Surdez. LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais. Critérios diferenciados da Língua Portuguesa

para Surdos. Noções e aprendizado da LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais. LIBRAS aplicada em contextos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

LACERDA, Broglia Feitosa de; SANTOS, Lara Ferreira dos; MARTINS, Vanessa Regina de Oliveira. (Orgs.). Libras: aspectos fundamentais. Curitiba: InterSaber, 2019.

SANTANA, Ana Paula. Surdez e linguagem: aspectos e implicações neurolinguísticas. 5. ed. São Paulo: Summus, 2015.

PEREIRA, Maria Cristina da Cunha et al. Libras: conhecimento além dos sinais. São Paulo: Pearson, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BAGGIO, Maria Auxiliadora; CASA NOVA, Maria da Graça. Libras. Curitiba: InterSaber, 2017.

SARNIK, Mariana Victoria Todeschini. Libras. Curitiba: Contentus, 2020.

SILVA, Rafael Dias. (Org.). Língua brasileira de sinais: Libras. São Paulo: Pearson, 2015.

GÓES, Maria Cecília Rafael de. Linguagem, surdez e educação. 4. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2020.

CORRÊA, Jordelina Montalvão. Surdez e fatores que compõem o método áudio +linguagem oral para crianças com perda auditiva. 3. ed. São Paulo: Atheneu, 2012.

DISCIPLINA: GESTÃO DE PROCESSOS E DE NOVAS TECNOLOGIAS

EMENTA: Gestão da Tecnologia e Inovação; Significado e Papel da Tecnologia; Conceitos de Gestão da Tecnologia; Padrões e Evolução Tecnológica; Aspectos Organizacionais e de RH; Ligando a Estratégia aos Negócios; Difusão de Tecnologia; Comportamento Organizacional frente a novas tecnologias. Inovação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MUNHOZ, Antonio Siemsen; STADLER, Adriano (Orgs.) Gestão de processos com suporte em tecnologia da informação. Curitiba: InterSaber, 2013.

FERNANDES, Aguinaldo Aragon; ABREU, Vladimir Ferraz de. Implantando a governança de TI: da estratégia à gestão de processos e serviços. 4. ed. Rio de Janeiro: Brasport, 2014.

Ribeiro, Cristiano. Gestão por processos e a integração estratégica. Curitiba: Contentus, 2020.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CARSTENS, Danielle Denes dos Santos; FONSECA, Edson. Gestão da tecnologia e inovação. Curitiba: InterSaberes, 2019.

XAVIER, Carlos Magno da Silva, et al. Metodologia de gerenciamento de projetos: Methodware. 3. ed. Rio de Janeiro: Brasport, 2014.

RIBEIRO, André Ricardo Antunes. Ferramentas da informação para o gerenciamento de processos. Curitiba: Contentus, 2021.

VICENTE, Afonso Ricardo Paloma. Gestão estratégica da inovação. Curitiba: Contentus, 2020.

VOLPATO, Maricília. Desenvolvimento em ciência, tecnologia e inovação: CT&I. Curitiba: Contentus, 2020.

DISCIPLINA: PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

EMENTA: Planejamento tributário: conceitos, objetivos e classificações. Responsabilidade social da empresa e as obrigações tributárias; buscando a elisão fiscal. Fundamentos de planejamento tributário. Análise de questões tributárias relevantes que possibilitam a economia de tributos dentro de ações e procedimentos legais. A complexidade da legislação tributária frente às práticas empresariais e créditos tributários. Ponto de equilíbrio em tributos. Racionalização de procedimentos fiscais e contábeis em relação ao planejamento tributário.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

LOLATTO, Daiane. Planejamento tributário. Curitiba: Contentus, 2020.

BAZZI, Samir. (Org.). Gestão tributária. 2. Ed. São Paulo: Pearson, 2016.

FERNANDES, Andressa Guimarães Torquato. Tributação, direitos fundamentais e desenvolvimento. (BV) São Paulo: Blucher, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

PICHILIANI, Mauricio Carlos. Manual de Direito Tributário. São Paulo: Rideel, 2018.

MARTINS NETO, Francisco. Legisla o Tributária. Curitiba: IBPEX, 2007.

CAROTA, José Carlos. Manual de direito tributário e financeiro aplicado. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2018.

FERREIRA, Ubirajara Garcia Tamarindo. Tributação no agronegócio: uma análise geral dos principais tributos incidentes. 2. ed. São Paulo: JH Mizuno, 2020.

PADOVEZE, Clóvis Luís. Contabilidade atuarial: fundamentos: seguro e previdência, contabilização e tributação, noções de cálculo atuarial. Curitiba: InterSaebres, 2019.

DISCIPLINA: CONTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

EMENTA: O Estudo do Patrimônio Ambiental e Social. Estudo dos bens, direitos e obrigações ambientais. Sistemática dos Registros e controles no campo de Proteção Ambiental e sua legislação. Dados econômicos financeiros sobre a exploração ambiental. A correlação entre a proteção ao meio ambiente e o chamado “Progresso a todo custo”. Responsabilidade Social. Lucros sustentáveis a médio e longo prazo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALENCASTRO, Mario Sergio Cunha. Empresas, ambiente e sociedade: introdução à gestão socioambiental corporativa. Curitiba: IBPEX, 2012.

Farias, Ana Lizete. Contabilidade ambiental. Curitiba: Contentus, 2020.

ANTONOVZ, Tatiane. Contabilidade ambiental. Curitiba: InterSaberes, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

TEIXEIRA, Orci Paulino B. A fundamentação ética do estado socioambiental. Porto Alegre: EdiPUC, 2017.

CALDAS, Ricardo Melito. (Org.). Responsabilidade socioambiental. 2. ed. São Paulo: Pearson, 2012.

CALGARO, Cleide, et al. Consumo, democracia e meio ambiente: os reflexos socioambientais. Caxias do Sul: Educs, 2016.

BERTÉ, Rodrigo. Gestão socioambiental no Brasil. Curitiba: IBPEX, 2013.

CALGARO, Cleide, et al. Novos direitos, socioambientalismo e desenvolvimento na sociedade moderna hiperconsumista. Caxias do Sul: Educs, 2016.

12. METODOLOGIA

Ao conceber as perspectivas pedagógicas acerca do curso de Graduação em Contabilidade, a Coordenação de Curso e o NDE partiram do pressuposto de que um currículo, por si só, não apresenta garantias de sucesso qualitativo em qualquer âmbito da formação profissional. Dessa forma, partiu-se da lógica de que o alcance dos objetivos do curso e o êxito na construção do perfil do egresso exigem que a Metodologia de Ensino seja adequada a essas finalidades.

Nesse contexto, a consideração às inteligências múltiplas, à auto-estima dos alunos, aos processos interativos, bem como a utilização de recursos tecnológicos modernos permitem imprimir ao processo pedagógico a dinamicidade necessária para ultrapassar a mera transmissão dos conteúdos.

Os aspectos metodológicos para o curso de Ciências Contábeis são abordados pelas DCN's sob o viés de indissociabilidade entre o acompanhamento e a avaliação da aprendizagem, a saber:

Art. 3º O curso de graduação em Ciências Contábeis deve ensejar condições para que o futuro contabilista seja capacitado a:

- I - compreender as questões científicas, técnicas, sociais, econômicas e financeiras, em âmbito nacional e internacional e nos diferentes modelos de organização;
- II - apresentar pleno domínio das responsabilidades funcionais envolvendo apurações, auditorias, perícias, arbitragens, noções de atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais e governamentais, com a plena utilização de inovações tecnológicas;
- III - revelar capacidade crítico-analítica de avaliação, quanto às implicações organizacionais com o advento da tecnologia da informação.

Neste sentido, o NDE considera que não se trata apenas de definir esta ou aquela perspectiva didática para os conteúdos curriculares, mas de possibilitar o acompanhamento e a avaliação sistemática das formas de uso das ferramentas de aprendizagem.

Assim, além de não haver o engessamento por uma ou outra prática de aprendizagem, deve ser sensibilizado todo o corpo docente do uso de uma variabilidade maior de práticas pedagógicas que incluam desde as aulas expositivo-dialogadas, as práticas laboratoriais com acompanhamento docente e atividades curriculares de conhecimento e interferência no campo de atuação profissional.

Destaque-se o Núcleo de Tecnologia e Inovação Pedagógica constituído na IES é formado por uma equipe multidisciplinar e representativa de todas as áreas dos cursos de graduação. Esses docentes dedicam horas do seu trabalho para a pesquisa de novas tecnologias de ensino-aprendizagem, disseminação e acompanhamento das práticas pedagógicas em uso na IES, sempre tendo como base a busca de novos recursos metodológicos e as Diretrizes Curriculares para o curso de Ciências contábeis.

Vale destacar que a constituição de novos conteúdos como o uso de novas tecnologias, e novas estruturas metodológicas são discutidas semestralmente pelo Colegiado.

No curso de Ciências Contábeis no que tange às metodologias são praticadas as seguintes atividades:

- Aulas expositivo-dialogadas;
- Desenvolvimento e apresentação de seminários sobre temas específicos de cada disciplina abordando, sempre que possível, a partir de conteúdos interdisciplinares;
- Simulação de atendimentos nos laboratórios do curso;
- Pesquisas de campo a partir dos Projetos Interdisciplinares;
- Visitas técnicas a empresas públicas e privadas da região de inserção;

- Pesquisa de campo em busca de vivências na área do curso.

O NDE em trabalho unificado com o Colegiado desenvolveu o “Projeto de Vivências”, este conduzido, a priori, pelas Unidades Curriculares “Projeto Interdisciplinar I- Planejamento de Carreira” e “Posicionamento Profissional”, mas durante todo o curso os Docentes identificam o potencial momento para aplicação desses métodos como prática para aprendizagem dos discentes.

A vivência com carreiras ou empreendimento na área do curso é fundamental para os discentes, ao dispor de possibilidade que discutam o conteúdo apreendido, problematizam e criem soluções em grupo, preferencialmente, para a resolução ou aprimoramento de algum sistema, programa, ações dentre outros.

Os discentes trabalham em um projeto durante o período de engajamento para resolução de questões reais complexas do dia-a-dia. Nas atividades, os alunos demonstram seu conhecimento e habilidade ao criar um Case e apresentam para um público (Docentes de outros semestres e/ou convidados para apresentações em eventos acadêmicos). Como resultado, os alunos desenvolvem de caráter mais profundo seu pensamento crítico, criatividade, colaboração e habilidade de comunicação. O Projeto de Vivências, libera o potencial criativo e enérgico dos alunos de forma contagiante.

Motivados por um questionamento que cause curiosidade e ânimo aos discentes para desenvolver uma atividade proposta, organiza-se pesquisas e conteúdo para ser buscado e definido o conhecimento científico.

12.1. A Acessibilidade Metodológica e a Autonomia de Aprendizado dos Alunos

Conforme já destacamos, no Curso de bacharelado em Ciências Contábeis, de acordo com os princípios democráticos advindos das políticas institucionais, buscar constantemente um escopo metodológico que permita ao corpo discente o exercício de sua autonomia de aprendizado e o controle de seu próprio processo de trabalho, perspectiva esta, própria da sociedade moderna em sua cultura e produção globalizada.

O NDE tem a prerrogativa de que os aspectos metodológicos devem ultrapassar os limites da sala de aula e possibilitar a constituição da autonomia de aprendizado. Dessa forma, o desenvolvimento de projetos de extensão junto à comunidade, a participação e organizações de congressos, a prestação de serviços de monitoria em sala por parte do corpo discente, dentre outras atividades, são constantemente viabilizados.

Atividades como as supracitadas propiciam aos alunos a oportunidade de aplicar os conhecimentos teóricos adquiridos aos problemas práticos evidenciados nos casos reais abordados em discussões de sala de aula, em projetos extensão, em atividades interdisciplinares e, principalmente, estabelecer a necessária autonomia de aprendizado.

As visitas técnicas também constituem excelente oportunidade para consolidação dos conceitos teóricos apresentados em aulas expositivas, pois o desenvolvimento destas atividades possibilitam a capacitação dos alunos para desempenharem responsabilmente as atividades profissionais com uma visão crítica e holística sobre as questões pertinentes à área do curso e à realidade do mercado de trabalho.

Nas atividades do Curso são respeitadas as estratégias individuais para a realização das diferentes atividades propostas. Essa liberdade de ação e criação deve ser inerente ao processo de ensino e constitui-se de fundamental importância para o processo de formação do operador da Contabilidade.

A metodologia de ensino as matérias previstas para o curso, além dos tradicionais recursos de exposição didática, estudos de caso, dos exercícios práticos em sala de aula, dos estudos dirigidos, independentes e seminários, deverá incluir mecanismos que garantem a articulação da vida acadêmica com a realidade concreta da sociedade e da profissão nas suas várias atuações. Tal prerrogativa é de responsabilidade: do professor da disciplina, da coordenação do curso, do colegiado do curso, do NDE e do Núcleo de Tecnologia e Inovação Pedagógica.

No entanto, para estabelecer a autonomia discente, faz-se necessário que sejam sempre consideradas as limitações e o respeito às singularidades de cada aluno. Nesse contexto, conforme já explicitamos em outros capítulos, as condições de acessibilidade aos conteúdos e aos métodos por alunos com necessidades especiais devem sempre ser respeitadas e configuradas como obrigação da gestão dos cursos.

Assim, o uso do VLIBRAS, VOXI, gravação de conteúdos, e acompanhamento de um profissional psicopedagogo sempre que necessário, deverão ser nortes facilmente disponibilizados em cada curso de graduação da FVP.

12.2. Metodologia: As relações teoria-prática e as práticas pedagógicas e recursos inovadores

Ao refletir sobre as práticas pedagógicas e a necessidade de vinculação da teoria e prática no curso, o NDE tem como perspectiva que o docente deve sempre a sua desvinculação do papel de “detentor do saber” para o papel de “mediador”. No seu fazer pedagógico o professor deve estar centrado tanto em formar competências, habilidades e disposições de conduta, quanto em relação à quantidade e qualidade de informações a serem apreendidas pelos alunos. Isto significa que precisa estar relacionando o conhecimento com dados da experiência cotidiana, trabalhar com material significativo, para que o aluno consiga fazer a ponte entre a teoria e a prática e fundamentar críticas.

Nesse contexto, além das buscas por novas metodologias pelo Núcleo de Tecnologia e Inovação Pedagógica, o NDE estabeleceu componentes curriculares que obrigatoriamente fazem a relação teoria-prática de maneira plena:

- a) Projetos Interdisciplinares: Além de estudar conteúdos relativos aos temas, os alunos deverão ir a campo para conhecer, analisar e intervir na realidade em que vivem e irão trabalhar.
- b) Estágio Curricular: Além do estudo das teorias que sustentarão o trabalho em campos de estágio, os alunos deverão sempre correlaciona-las para o componente curricular.
- c) Projeto de Vivências: Os discentes estão presentes de maior possibilidade da relação teoria e prática, são motivados problematizar os cenários analisados e apresentar soluções. Esse engajamento contribui com, em contrapartida, como base de reflexão para conteúdos de formação do curso.

AS AULAS INVERTIDAS

Além disso, no afã de já iniciar o seu trabalho de oferta sob a égide de práticas metodológicas inovadoras, dentre as várias modalidades de ensino-aprendizagem já tradicionais no ambiente acadêmico, a FVP estabelece neste PPC e em todos os seus cursos de graduação o que é conhecido como a Sala de Aula Invertida, ou, como se aponta na literatura internacional “*Flipped Classroom*”.

Em linhas gerais, o princípio básico desta proposta metodológica é que ocorre uma inversão das aulas consideradas tradicionais, pautadas na clássica preparação do professor para expor conteúdo em sala de aula.

Na Sala de Aula Invertida, os estudantes da FVP assumem responsabilidades no tocante à sua preparação prévia às aulas, devendo realizar atividades de leitura, pesquisa ou análise de materiais enviados pelos professores antecipadamente.

O acesso ao conteúdo ocorre por meios variados, como a disponibilização no Canal do Aluno, ou em Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA), vídeos postados pelo professor em websites, chats, fóruns, Aluno *On Line* ou ferramentas diversas como a constituição de blogs de cada disciplina pelos professores.

A partir da prática de ações colaborativas que antecedem a sala de aula, o professor dispõe de mais tempo para o saneamento das dúvidas que surgem ou surgirem no decorrer da leitura do conteúdo e da realização de atividades propostas.

Destaque-se que as experiências pedagógicas com a metodologia Sala de Aula Invertida são amplamente realizadas em diferentes IES com resultados que demonstram as múltiplas possibilidades de abordagem em diversos campos do conhecimento. O eixo central das experiências ampara-se na busca de novos procedimentos didáticos que têm estimulado a permanência dos alunos nos cursos, diminuindo a evasão, tudo a partir de práticas inovadoras que incentivam a resolução de problemas de forma crítica e com ampla utilização da tecnologia de informação e da autonomia dos alunos.

Desse modo, associa-se a formação de um profissional capacitado e autônomo na produção do conhecimento à formação de um cidadão apto a resolver os problemas de diferentes contextos sociais.

Além disso, a Coordenação de Curso sensibiliza sempre o corpo docente quanto à seleção de metodologias, para que alunos e professores tenham a oportunidade de vivenciar a cidadania e promover a criticidade em todos os conteúdos previstos para o curso. Neste contexto, as situações de trabalho são extremamente relevantes para a contextualização, razão pela qual dar-se preferência por docentes que unam a academia com a experiência prática da Contabilidade.

Conforme já citamos, a complementaridade entre as disciplinas e os conteúdos aparece na relação estabelecida entre os professores através de projetos interdisciplinares, a partir das pesquisas e projetos feitos por grupos de alunos e orientados por docentes, afinal, por fazer parte da futura rotina na atuação profissional, o trabalho em equipe é um grande e fundamental aspecto a ser priorizado.

Na mesma linha, deve-se lembrar de que considerar as diferenças individuais dos alunos e apoiar o desenvolvimento de interesses e habilidades particulares de cada um é imprescindível, quando se elege a atenção à diversidade como princípio didático. A operacionalização da proposta metodológica pode lançar mão de métodos tradicionais de ensino, tais como aulas expositivas e seminários. Entretanto, o desafio está em propor inovações no campo da metodologia de ensino para alavancar o efetivo desenvolvimento das competências do egresso. Neste sentido, a proposta metodológica prevista neste Projeto Pedagógico tem como mote a viabilização da integração dos conteúdos vistos ao longo do curso.

Essa proposta metodológica deve ser de conhecimento de todo o corpo docente para que os diversos planos de ensino sejam elaborados de forma integrada, sempre aos finais do semestre nos Seminários Pedagógicos a se tornarem rotineiros no curso.

Para efetivação das propostas metodológicas aqui delineadas, são sugeridas as seguintes atividades:

- Desenvolvimento de projetos de trabalho capazes de integrar diferentes componentes curriculares de um mesmo semestre do curso, ou, até mesmo, componentes de diferentes semestres;
- Realização de atividades extracurriculares capazes de oferecer maiores informações a respeito das atividades realizadas pelo profissional a ser formado.

Em suma, o proceder metodológico planejado neste Projeto Pedagógico, uma vez dirigido para a apropriação do perfil delineado para este curso, está voltado para a formação de um profissional que sabe fazer e que sabe aprender a aprender, tudo a partir de uma concepção crítica das relações que permeiam a educação e o trabalho.

METODOLOGIA- IMPLANTAÇÃO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NOS CURSOS PRESENCIAIS

Com a implantação da Educação a Distância nos cursos presenciais, o NDE e Colegiado de Cursos adotaram um método de análise para definição das disciplinas que deveriam compor o percentual de acordo com a Portaria nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019. Nesse momento o NDE e Colegiado buscaram definir as estratégias de aprendizagem que deveriam ser adotadas nas disciplinas, considerando a carga horária total da disciplina ou percentual. Foi definido que todas as práticas devem ser aplicadas de forma presencial e que ocorreriam encontros presenciais para apresentação da disciplina e abordagem geral do conteúdo, além das Avaliações que devem ocorrer de forma presencial.

Com isso os métodos aplicados para a relação ensino-aprendizagem das disciplinas presenciais podem ocorrer, considerando as demandas de cada unidade curricular, nas mesmas práticas das disciplinas presenciais; esses métodos podem ocorrer de forma presencial ou por meio do AVA da IES.

Para estratégias específicas por meio do AVA, o curso conta com: Fórum, Quiz, encontros síncronos que são realizados de acordo com a programação da Disciplina e são conduzidas pelo Tutores, com apoio de membros da Equipe Multidisciplinar.

Neste sentido, as abordagens metodológicas do Curso de Ciências Contábeis devem prever tanto a construção, avaliação e melhoria contínua de suas ferramentas via web, como o diálogo entre os professores e os tutores para que os alunos tenham também um modelo didático a ser seguido que seja compatível as novas perspectivas da pedagogia moderna.

É preciso destacar que o AVA possui recursos de acessibilidade metodológica.

13. O ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

A relação entre estágio e a formação profissional de Contabilidade implica em abordar o processo de construção da profissão no movimento sócio-histórico mais amplo da sociedade. O estágio para além dessa relação é uma das principais atividades acadêmicas juntamente às dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão.

Configura-se em um momento de aprendizagem político-pedagógica que proporciona a mediação entre as demandas do (a) acadêmico (a), das instituições e/ou espaços sócio ocupacionais e da própria universidade/IES.

Possibilita ainda, uma efetiva aproximação do (a) acadêmico (a) ao movimento da realidade concreta. Essa aproximação se dá na apreensão e reflexão teórico-crítica da historicidade na relação entre totalidade particularidade- singularidade, desde que compreendido como processo de aprendizagem dos estudantes e que, necessariamente, associe-se à realidade legitimando a construção do conhecimento como um processo social, coletivo e histórico.

O desenvolvimento dessas atividades propicia ao aluno condições de integrar todo o conhecimento que vem sendo adquirido ao longo do curso, além de ter como objetivo, formar um profissional capaz de observar, participar, problematizar e questionar a prática vivenciada, utilizando como parâmetros a aprendizagem nas diversas disciplinas e as inovações tecnológicas, mas sem perder a característica principal do projeto, que é a formação de um profissional generalista.

Essas atividades colocam o aluno frente a universos diferentes buscando o diagnóstico, planejamento, elaboração de planos de tratamento e execução de tratamentos, dentro do contexto sociocultural a que estão direcionadas.

Com isso, pretende-se criar um modelo formador de profissionais de Contabilidade que esteja integrado à nossa realidade social e comprometido, por suas efetivas práticas profissionais, com as reais necessidades da maior parte da sociedade brasileira.

O Contador assim formado deve compreender que o desenvolvimento da gestão de processos em empresas públicas e privadas, multiprofissionalmente, interdisciplinarmente e transdisciplinarmente, constituem competências e habilidades específicas necessárias à sua formação.

Desse modo o estágio não deve ser considerado somente uma mera perspectiva de inserção no mercado de trabalho, e sim a representatividade da inserção do (a) acadêmico (a) no mundo do trabalho, como dimensão da formação profissional, potencializadora dos conteúdos, das diretrizes curriculares, como um eixo norteador da produção de conhecimentos.

Ao considerar essas premissas faz-se necessário destacar a opção teórico-metodológica norteadora da política de estágio expressa no projeto político-pedagógico do curso de ciências contábeis da FVP, e que se configura nas ementas das disciplinas de estágio supervisionado, bem como na regulamentação dessa política na IES e no regulamento anexado a este PPC.

A estruturação do Estágio do Curso de Contabilidade fundamenta-se nas diretrizes do estágio estabelecidas pela IES e nas Diretrizes Curriculares do MEC para o Curso de Graduação em ciências contábeis:

- Os campos de estágio são aprovados pela Coordenação do Curso de Ciências Contábeis e pelo Núcleo de Estágio e Carreira, oficializados por meio de convênios estabelecidos com as instituições concedentes;
- O Estágio Curricular Supervisionado possui duração de, no mínimo, 20% da carga horária total do curso, conforme as DCNs;
- A política de estágio deve realizar-se em articulação com a política de extensão e iniciação científica da IES, esta última quando couber ou for o caso.

O estágio na FVP é uma exigência curricular obrigatória, na FVP, e considerada um processo a ser vivenciado pelo (a) acadêmico (a) após constituir competências e habilidades suficientes para exercê-la, considerando o processo pedagógico de aprendizagem estabelecido no Regimento de Estágio Supervisionado do Curso de Graduação em Ciências Contábeis, disponibilizado para consulta no site da IES.

13.1. Gestão da Integração entre o Ensino e o Mundo do Trabalho e as Atualizações das Práticas de Estágio

A gestão do Estágio Supervisionado da FVP se dá em dois âmbitos: a partir do Núcleo de Carreira e Estágio e da Coordenação de Curso com um responsável como coordenador do estágio de Ciências Contábeis.

Nesse contexto, o Núcleo de Carreira e Estágio, órgão pertencente ao CAE – Centro de Apoio ao Estudante é o responsável por formalizar os convênios com os órgãos de contabilidade, dando prioridade às secretarias estadual e municipal de contas para que os alunos possam estagiar em empresas e órgãos tanto no município de São José do Egito, quanto nos municípios circunvizinhos.

Quanto aos aspectos relacionados à integração da IES com as necessidades e interação com as empresas públicas e privadas, isso se dá a partir da coordenação de estágio do curso de Ciências Contábeis que fica responsável pela gestão dos estagiários e da distribuição de orientadores e supervisores para os campos de estágio.

A IES faz uma via de mão dupla na qual as empresas podem receber o apoio da FVP a partir da oferta de atividades de extensão e qualificação profissional aqueles profissionais já inseridos no mercado de trabalho, bem como as empresas virem até a IES para palestras e conferências, tudo no intuito de estreitar os laços entre os campos de estágio e a IES, bem como analisar com mais precisão os anseios do mundo do trabalho.

Vale destacar os Projetos Interdisciplinares I em que os alunos vão a campo conhecer os órgãos, empresas e instituições, o que fará com que já na gênese da formação inicie-se uma expectativa em que o mundo do trabalho e a IES passam a trocar experiências e relações.

Nesse sentido, as atualizações das práticas de estágio se darão naturalmente a partir das interações entre a IES e os campos, afinal na via de mão dupla citada, as necessidades das empresas locais serão elementos de análise sistemática na IES.

Destaca-se ainda o Laboratório de Práticas, nas instalações da IES, em que os discentes desenvolvem atividades práticas de atendimento e assistência à Comunidade e essas horas podem contar como carga horária de estágio curricular.

14. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

O NDE tem como norte que as atividades complementares permitem a flexibilidade e a interdisciplinaridade curricular. Essas atividades são integrantes do processo de formação do aluno de Ciências Contábeis e integraliza carga horária obrigatória do currículo, em conformidade com as DCN e o Regimento que rege o processo de constituição das mesmas.

Entende-se por Atividades Complementares, atividades técnico-acadêmicas, científicas e culturais, realizadas em contextos pedagógicos e sociais diversificados, desenvolvidas dentro do prazo de conclusão do Curso.

Essas atividades visam ampliar o processo de ensino e aprendizagem e tem por finalidades:

I – Ampliar o conhecimento curricular, científico e cultural, numa perspectiva multidisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar;

II – Contribuir na formação específica e geral do aluno de graduação em Ciências Contábeis;

III – Favorecer a experiência em outros espaços pedagógicos e sociais, e culturais;

IV – Favorecer atividades de cunho comunitário e interesse coletivo;

V – Permitir a tomada de decisões segundo interesses e aptidões, de forma a favorecer o exercício da autonomia.

14.1. Aderência das Atividades Complementares à Formação Geral e Específica

No que diz respeito à Formação Geral do curso, a IES ofertará e incentivará a participação dos alunos em:

- a) Eventos que abordem temas relacionados à cidadania como Educação Ambiental, Responsabilidade Social e Ética.
- b) Cursos que abordem temas de formação cidadã.
- c) Trabalhos de Monitoria.
- d) Cursos que visem melhoria das práticas de linguagem e comunicação, incluindo em Língua Estrangeira.
- e) Cursos e Eventos que visem a inclusão e a acessibilidade.
- f) Trabalho voluntariado em órgãos, ongs e no próprio CEI da IES.
- g) Eventos e Projetos de cunho social da IES.
- h) Eventos e cursos que visem a divulgação e o aprendizado de novas tecnologias.
- i) Disciplinas de Formação Geral cursadas em outras IES ou cursos, com conteúdos não integrantes do currículo de Ciências Contábeis da FVP.

No que diz respeito à Formação Específica do curso, são reconhecidas carga-horária para aproveitamento de estudos em atividades específicas, ofertadas pela FVP e por outras instituições, que visam a qualificação profissional do aluno, incluindo aquelas aderentes aos componentes da contabilidade e suas diversas possibilidades de atuação e eventos e cursos que versem até mesmo sobre contabilidade.

Em termos de Formação Específica do Curso, também serão aproveitadas disciplinas de Formação Específica cursadas em outras IES ou cursos da área de contabilidade, com conteúdos não integrantes do currículo de ciências contábeis da FVP.

Há que se destacar que nem o Nivelamento Acadêmico, Práticas de Extensão e nem os Projetos Interdisciplinares poderão ser aproveitados como carga-horária de Atividades Complementares.

É necessário destacar que o Colegiado, semestralmente, discute, a partir de uma avaliação do curso, propõe temas de cursos ou de projetos que devem ser promovidos pela Gestão do Curso e são inclusos no Calendário de Atividades Complementares do curso. Esse

método aplicado tem como objetivo utilizar as AC como mais uma possibilidade de efetivo construção de conteúdo.

14.2. Mecanismos Inovadores na Regulação, Gestão e Aproveitamento das Atividades Complementares

Os integrantes do NDE, em reunião colegiada e discussão com o CONSUP da IES explicitaram suas angústias em relação à concepção e gestão das AC's em outras instituições, nas quais vislumbraram que, quando relegadas ao final do curso a obrigatoriedade de apresentação das cargas horárias, tanto alunos quanto IES acabavam passando por cima de regulamentos e fazendo dissonâncias acerca da razão da existência de tal componente curricular.

Desse modo, em termos de inovação, na FVP as AC's se constituirão de maneira semestral, como ocorre com outros componentes curriculares, com obrigatoriedade de efetivação de uma determinada carga horária semestral para que se possa ascender ao próximo semestre. Da mesma forma que foi estabelecido que o Colegiado deve semestralmente discutir temas ou projetos que devem ser inseridos no calendário das ACs.

Com isso, a IES tem a obrigação de ofertar mais 'eventos' de extensão e pesquisa, bem como os alunos devem frequentar com maior assiduidade e desempenho essas atividades diversas.

Outrossim, semestralmente, conforme citado anteriormente, há planejamento das AC's serem ofertadas aos alunos; atividades estas que vão desde a semana acadêmica de Ciências Contábeis, até cursos de formação específica.

Em termos de gestão, deve-se destacar também que o curso tem uma coordenação específica para as AC's. que forma uma comissão, semestralmente (ao final de cada semestre), para organizar e publicar o edital que orienta os alunos quanto aos prazos, critérios de avaliação e demais aspectos relacionados à apresentação dos documentos comprobatórios.

Esta mesma comissão é responsável pela avaliação das atividades complementares apresentadas pelos discentes e, em seguida, submete os resultados para homologação pelo colegiado.

Essa Comissão de Análise de Atividades Complementares tem como atribuições:

- I – Elaborar e orientar os alunos sobre os critérios para pedidos de aproveitamento de estudos;
- II – Divulgar, após deliberação do colegiado, as atividades aceitas como complementares e as respectivas cargas horárias para aproveitamento de estudos, entre os alunos e professores;
- III – Estabelecer e divulgar o cronograma de aproveitamento das atividades e tabela de pontuação, para atribuição de carga horária;
- IV- Receber e analisar os pedidos com a documentação comprobatória pertinente do aluno na Secretaria Acadêmica;
- V – Definir a concessão de aproveitamento de estudos e respectivas cargas-horárias; e encaminhar o resultado para as instâncias acadêmicas devidas até o registro de validação no semestre letivo;
- VI – Supervisionar o desenvolvimento das Atividades complementares em consonância com o Projeto Político Pedagógico do Curso;
- VII – Fazer cumprir o calendário de Atividades Complementares do Curso de Ciências Contábeis;

VIII – Julgar as solicitações não contempladas no regulamento, após deliberação o Colegiado do Curso.

15. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC

Conforme já apontamos em outros capítulos deste Projeto de Curso, o Trabalho de Conclusão de Curso na FVP é estabelecido a partir da constituição e defesa pública de um artigo versando sobre tema/problema relacionado à área do curso escolhido.

O trabalho é feito em duas fases precisas: TCC I em que os alunos devem fazer um projeto definindo tema, problema, método, referencial etc; e o TCC II em que os alunos desenvolvem o projeto de pesquisa e constituem um artigo defendendo-o publicamente com banca formado por, no mínimo, 3 docentes.

Na FVP os alunos têm a possibilidade de desenvolver seus temas com antecedência nos cursos, afinal todos eles possuem em suas matrizes curriculares disciplinas como projetos interdisciplinares em que os alunos pesquisam problemas de suas áreas já no início dos cursos. Isso é fundamental para que se chegue ao final do curso com capacidade de síntese e raciocínio acadêmico já bem concretizado.

O NDE do curso tem plena convicção da suma importância que possui o TCC para a formação acadêmica, afinal é nesse trabalho que o acadêmico demonstra para a instituição o que aprendeu no decorrer do curso. Além disso, contribui para o avanço científico e tecnológico não só do seu curso, mas também da profissão que escolheu. É através desse trabalho que a FVP conseguiu detectar algumas qualidades que fazem do acadêmico um bom profissional, dentre elas medir o conhecimento específico, autonomia, capacidade e senso investigativo, bem como a flexibilidade de um candidato a vaga de emprego ou para um curso de pós-graduação.

O TCC é de fato importante, pois nele está presente um trabalho único, que mostra um conteúdo aprofundado, capaz de mostrar problemas e apresentar soluções, como também o desenvolvimento de novas abordagens, a fim de contribuir para o desenvolvimento e crescimento da área estudada, da profissão escolhida e até mesmo o desenvolvimento da sociedade.

15.1. O Repositório para os Trabalhos de Conclusão de Curso – TCC

É fato que uma instituição de Ensino Superior estabelece seu crescimento e qualidade acadêmica a partir de uma longa trajetória e esta se faz mediante a construção e arquivamento de sua história.

Desse modo, é de suma importância que os Trabalhos de Conclusão de Curso sejam guardados sistematicamente em um repositório físico e digital na IES, afinal eles contam a história do curso e a trajetória qualitativa da IES com o passar dos anos a partir das trocas de conhecimento e disseminação científica acadêmica.

Além disso, é de suma importância que os próprios alunos tenham os seus trabalhos divulgados digitalmente para consulta por outras IES e alunos, afinal a ciência e a construção do conhecimento se dá a partir do diálogo e não a partir da investigação e solução solitárias de problemas.

Desse modo, é prática e obrigatório que os alunos aprovados no TCC tenham seus trabalhos físicos depositados na biblioteca da IES, em local apropriado e digitalmente a partir de um repositório de TCCs no site institucional.

OBS* VIDE AS REGRAS NO REGULAMENTO DO TCC.

16. POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES

Uma vez que se contemple a importância, na missão da FVP, da formação de cidadãos éticos capazes de intervir positivamente na sociedade, é lógico que se passe a pensar em termos de acesso e permanência dos egressos da educação básica na Instituição.

Todas as políticas institucionais de apoio ao discente advêm da concepção explicitada no documento público e político da IES, ou seja, no seu PPI – Projeto Pedagógico Institucional. No entanto, dadas às mudanças advindas do desenvolvimento da sociedade, tais políticas não podem ficar presas e fixas em um único mote, mas sim repensadas a cada dia, inerentes a flexibilidade que a IES deve ter em todos os âmbitos para se adaptar as movimentações sociais e econômicas que, conseqüentemente, irão refletir na vida de toda a comunidade acadêmica.

Conforme o artigo 26, parágrafo 1º, da Declaração Universal de Direitos Humanos, o acesso à Educação Superior deve ser baseado no mérito, capacidade, esforços, perseverança e determinação mostradas pelos que a buscam. A Educação Superior deve ser oferecida em qualquer idade e para quaisquer pessoas, com base nas competências adquiridas anteriormente. A igualdade de acesso, pois, não admite qualquer discriminação em termos de raça, sexo, idioma, religião, ou de condições sociais e de deficiências físicas.

Por outro lado, a FVP tem a consciência de que além do acesso é preciso pensar na permanência dos alunos no Ensino Superior. Para tanto entra em pauta o desenvolvimento de soluções educacionais que minimizem as variáveis que interferem nas condições de permanência.

Tanto a atenção dispensada ao binômio acesso/permanência, como as definições da Política Institucional para o Ensino, no que se refere à formação dos acadêmicos, implica a superação dos obstáculos enfrentados pelos mesmos. Isso deu origem ao Programa Institucional de Apoio aos Discentes de forma a contribuir tanto em termos de acesso, como de permanência dos alunos na IES.

O Programa Institucional de Apoio ao Discente é constituído e organizado a partir do Centro de Apoio ao Estudante – CAE. Essa coordenação é a responsável pela gestão de núcleos que se responsabilizam pela viabilização de ações voltadas às políticas institucionais de apoio ao estudante da IES.

Estabelecido a partir do PPI – Projeto Pedagógico Institucional, o Programa Institucional de Apoio ao Discente é constituído e organizado a partir da Coordenação de Apoio ao Estudante – CAE. Essa coordenação será a responsável pela gestão de núcleos que se responsabilizam pela viabilização de ações voltadas às políticas institucionais de apoio ao estudante da FVP.

16.1. Centro de Apoio ao Estudante

O Centro de Apoio ao Estudante tem por missão acolher o aluno em suas expectativas e necessidades psicossociais, socioeconômicas, de integração, de convivência e de sociabilidade na FVP. Desenvolve políticas, promove ações e presta serviços de apoio que contribuem para a consolidação do seu vínculo, de percursos formativos e de permanência na Faculdade.

Em suma, o trabalho do CAE se constitui no procedimento de intervir em problemas resultantes de várias ordens entre o estudante e a Faculdade. Sempre que o estudante sente dificuldades de ordem acadêmica ou financeira que venham a dificultar a sua permanência na FVP, antes de solicitar o trancamento, cancelamento ou outro tipo de interrupção do curso, ele é orientado a procurar o Centro de Apoio ao Estudante para um diálogo franco e aberto, com o objetivo de encontrar meios para manter-se estudando. No mesmo mote, faz-se a constante análise do desempenho acadêmico dos estudantes, momento em que se torna possível auxiliá-los também na adaptação à vida acadêmica ou no sentido de dirimir possíveis deficiências advindas do ensino básico.

Para tornar possível esse apoio ao Estudante, o CAE é constituído por um Coordenador geral responsável pela gestão dos vários órgãos envolvidos no programa de apoio ao estudante, dentre eles, além do apoio psicopedagógico e da ouvidoria, se constituem os Núcleos, a saber:

- a) Ouvidoria;
- b) Núcleo de Atendimento Psicopedagógico;
- c) Núcleo de Integração Estudantil e Nivelamento;
- d) Núcleo de Estágio e Carreira;
- e) Núcleo de Apoio Financeiro e Monitoria.
- f) Programa de Acompanhamento ao Egresso
- g) Centro Acadêmico.

16.1.2. Ouvidoria

A Ouvidoria da FVP foi criada para ser um canal de comunicação entre os acadêmicos, professores, funcionários, e a comunidade em geral. É também o local onde o cidadão pode manifestar democraticamente sua opinião sobre os serviços prestados pela Instituição.

Trata-se de um órgão democrático e independente que não pode e não deve receber quaisquer influências ou intervenção da Mantenedora, Diretoria ou de quaisquer membros que constituem a comunidade acadêmica.

Dado o aspecto democrático e a necessidade de adaptação e sensibilização ao uso das novas tecnologias de informação, há cerca de dois anos, por decisão colegiada, o órgão passou a ter o acesso única e exclusivamente em meio eletrônico. Tudo com o objetivo de evitar constrangimentos e preservar o sigilo das informações e das pessoas envolvidas. Constitui-se então, em um canal direto para recebimento e tratamento de reclamações e/ou críticas, denúncias, sugestões e/ou elogios, com o propósito de qualificar a prestação de serviços. O contato pode ser feito pelo site www.fvp.edu.br ou pelo e-mail ouvidoria@faculdadevaledopajeu.edu.br

O ouvidor recebe as informações e as repassa aos órgãos responsáveis que, após análise, dão pareceres acerca do caso, devolvendo-as ao ouvidor que, em seguida, entra em contato com o interessado. Constitui-se assim, um processo de lisura e de democracia frente à instituição. Nenhuma mensagem da ouvidoria deixa de ser respondida e ao final de cada semestre, faz-se o levantamento dos tipos de solicitações que se fizeram presentes no órgão. Dessa forma, constitui-se além de um órgão de apoio ao Estudante e à Comunidade, uma excelente ferramenta de gestão administrativo-acadêmica.

16.1.3 Núcleo de Atendimento Psicopedagógico

A FVP conta com um Setor de Apoio Psicopedagógico, coordenado por um profissional em Psicologia. Trata-se do órgão de apoio ao Estudante responsável por intervir, a partir de ferramentas da psicologia, em todo e qualquer problema de ordem de aprendizado, interacional ou afetiva enfrentados por alguns acadêmicos em sua vida na IES. Além de o próprio aluno poder diretamente buscar o auxílio do núcleo, o encaminhamento pode ser indicado por qualquer membro da comunidade acadêmica. No entanto, a maior responsabilidade de vislumbre dos possíveis atendidos pelo apoio psicopedagógico fica a cargo da Coordenação de Curso e do CAE – Centro de Apoio ao Estudante.

O estudante, enquanto ser principal no processo educativo, vê-se confrontado no percurso universitário por um conjunto de desafios e obstáculos inerentes a esta etapa de transição para a vida profissional. Por essa razão, o Núcleo de Apoio Psicopedagógico se propõe a realizar um trabalho amplo, procurando construir um espaço de identificação daquelas dificuldades, sejam de ordem institucional ou pessoal do discente, para lhe possibilitar ultrapassar de forma eficaz as tarefas resultantes da vida acadêmica.

No atendimento são acolhidas situações onde o processo de aprendizagem pode ser maximizado, através da ressignificação das interações do aluno com seus grupos, com a família e com a Faculdade.

O trabalho do Núcleo deve estar em consonância com os propósitos da Instituição de Ensino visto que a reconstrução da identidade e descoberta de potencialidades dos alunos, resulta no seu reconhecimento como pessoa integrada, cognitiva e emocionalmente, o que possibilitará um equilíbrio no processo de sua formação profissional.

São objetivos do Núcleo de Apoio Psicopedagógico:

- Atender as demandas dos alunos da FVP, buscando soluções para problemas presentes nas relações do processo ensino-aprendizagem;
- Avaliar as situações relacionadas com problemas e dificuldades de aprendizagem;
- Promover a elevação da autoestima do aluno, da autoconfiança e maturidade necessárias à autorregulação do processo ensino-aprendizagem, fazendo-o perceber suas potencialidades;
- Auxiliar na recuperação de seus processos internos de apreensão da realidade nos aspectos cognitivo, afetivo-emocional e dos conteúdos acadêmicos;
- Despertar o potencial criativo, cooperativo e motivacional dos alunos da Instituição, durante o tempo em que permanecerem na Faculdade;
- Apoiar o estabelecimento de relações de convívio salutar no ambiente acadêmico, oportunizando o desenvolvimento de soluções através de ações participativas no processo ensino-aprendizagem;
- Atender e encaminhar a psicoterapias em outras instituições, alunos e ou seus familiares, bem como professores que necessitem destes serviços, através da indicação de clínicas ou Postos da rede estadual e municipal e outros serviços de saúde;
- Subsidiar a gestão universitária da FVP sobre a adoção de medidas administrativas e ou realização de eventos que contribuam para a solução de problemas pertinentes a relação ensino – aprendizagem e potencializem valores e competências discentes e docentes.

Dentre as atividades do Núcleo Psicopedagógico destacam-se:

- Acolhimento do novo aluno e do novo professor (diferenciando da aula inaugural, com a contribuição de representantes do administrativo e das coordenações – manuais do aluno e do professor, aspectos legais relativos ao Reg. Interno, frequência, relação professor-aluno, avaliações, entre outros.)
- Apoio psicopedagógico a alunos e professores, objetivando a intervenção nas dificuldades referentes ao processo educativo, através do debate sobre a condução didático-metodológica, a relação professor-aluno ou a relação interpessoal entre colegas;

- Encaminhamento de alunos a Psicólogos e clínicas quando diagnosticada a necessidade de acompanhamento psicoterapêutico prolongado (problemas de ordem afetiva, luto, isolamento social, desenraizamento geográfico, transição para o ensino superior, ansiedade, depressão, pânico, entre outros);
- Orientação aos pais e ou docentes envolvidos no processo de resignificação da aprendizagem;
- Contribuição para o aumento do nível de informação sobre meios e recursos à disposição do estudante, quer ao nível da comunidade universitária, quer no aspecto da sociedade civil e em geral;
- Implementação de palestras, análises fílmicas e debates para desenvolver no aluno posturas pró-ativas que favorecem o encontro consigo mesmo, bem como o estabelecimento de metas, propósitos de vida e definição de objetivos profissionais. (temas previstos: Princípios éticos, importância da família na busca da autorrealização, Saúde Mental e Trabalho, entre outros);

O Núcleo de Apoio Psicopedagógico da FVP se constitui como um espaço por excelência de contato e debate, com um Psicólogo, em segurança e num contexto de confidencialidade. O serviço é mantido gratuitamente pela Faculdade e, a partir do acolhimento e queixa inicial do aluno ou do professor, o psicólogo deverá orientar de acordo com a necessidade do usuário e ou encaminhar questões à Coordenação de Curso ou Direção Acadêmica para resolução de problemas dessa ordem. O atendimento poderá ser individualizado ou em grupo. A demanda poderá ser espontânea ou encaminhada pelos dirigentes e ou docentes da faculdade.

Os atendimentos são realizados em pré-aula ou durante o expediente da Faculdade em local específico e divulgado semestralmente aos alunos. Cada sessão de apoio deve durar no máximo uma hora, realizadas com regularidade ou não, de acordo com a especificidade de cada área de intervenção em que se enquadre.

O serviço de apoio deve contribuir para a melhoria das relações dos alunos e professores com a academia, despertando-lhes para a importância da sua participação no processo ensino-aprendizagem, bem como do equilíbrio intrapsíquico e desenvolvimento de competências individuais para a excelência profissional.

Há que se destacar que a partir dos relatórios do Núcleo de Apoio Psicopedagógico enviados semestralmente à Direção Acadêmica da IES, faz-se possível a constituição de uma excelente ferramenta de gestão administrativo-acadêmica.

16.1.4. Núcleo de Integração Estudantil e Nivelamento

As experiências durante os primeiros dias na Faculdade são muito importantes para a permanência no ensino superior e para o sucesso acadêmico dos estudantes. O modo como os alunos se integram ao contexto do ensino superior faz com que eles possam aproveitar melhor (ou não) as oportunidades oferecidas pela instituição, tanto para sua formação profissional quanto para seu desenvolvimento psicossocial.

Estudantes que se integram acadêmica e socialmente desde o início de seus cursos têm possivelmente mais chances de crescerem intelectual e pessoalmente do que aqueles que enfrentam mais dificuldades na transição ao Ensino Superior.

Há que se destacar que a experiência universitária não se resume à formação profissional e para aqueles jovens que concluem o ensino médio e ingressam logo em seguida em um curso superior, a vida acadêmica tem um impacto que vai além da profissionalização, pois o ingresso em uma Faculdade é, ao menos potencialmente, uma experiência estressora para os jovens

estudantes, principalmente por ser hoje o ingresso no Ensino Superior uma tarefa de desenvolvimento típica da transição para a vida adulta, dentre outros anseios que dificultam a sua adaptação.

Sabedora dessa problemática e ciente da sua responsabilidade, a Coordenação de Apoio ao Estudante – CAE estabeleceu um núcleo responsável única e exclusivamente para fornecer apoio ao ingressante na IES. Trata-se do Núcleo de Relacionamento e Integração Estudantil, responsável por promover a interlocução inicial entre a Faculdade e o estudante, principalmente no que diz respeito a sua adaptação à nova realidade educacional em que se insere.

Além das informações prestadas nos primeiros dias da vida acadêmica, dentre as ferramentas constituídas para esse apoio, destaca-se a Semana de Ambientação Acadêmica que acontece durante os primeiros dias do período letivo.

Os alunos ingressantes participam de uma série de eventos a fim de integrá-los já de início à FVP, desde as “boas-vindas” nos portões da IES, o encaminhamento às salas de aula, até a explicitação dos aspectos que são inerentes ao ensino superior e que dificultam a adaptação dos alunos no ambiente acadêmico.

Dentre as ações inerentes à Semana de Ambientação Acadêmica, destacam-se:

- Indicações das salas de aula.
- Visita aos órgãos da Faculdade, desde a biblioteca até as coordenações de curso.
- Palestras magnas com professores e profissionais das áreas pública e privada que transmitem um pouco da experiência e da motivação de escolha profissional de cada um.
- Leitura e indicação do Manual do aluno para os novos alunos da graduação.
- Explicações acerca das normas acadêmicas.
- Apresentação do vídeo institucional.
- Apresentação dos gestores dos órgãos como a Coordenação de Pesquisa, Extensão, etc.
- Explicações acerca do Programa de Nivelamento pelos Coordenadores.
- Apresentação dos Projetos Interdisciplinares.
- Apresentação do site da IES.
- Exposição acerca do AVA.
- Atividades Complementares.

Este Núcleo também é o responsável por administrar e auxiliar as coordenações de curso no que diz respeito ao Nivelamento Acadêmico.

Além disso, o Núcleo de Relacionamento Estudantil e Nivelamento fornece dados para constituir o processo ou política de retenção da IES.

16.1.5. Da Acessibilidade Metodológica e Instrumental

Conforme já apontamos em outros capítulos deste Projeto de Curso, a IES definiu em suas políticas que o Núcleo de Relacionamento Estudantil e Nivelamento e o Núcleo de Tecnologia e Inovação Pedagógica, junto com as coordenações de curso e colegiados, são os responsáveis por propor ações de intervenção e solução para o atendimento pleno de pessoas com necessidades especiais no âmbito dos cursos de graduação e pós-graduação.

Assim, a partir da solicitação de atendimento pelas coordenações e colegiados, o Núcleo de Relacionamento Estudantil e Nivelamento, junto com o Núcleo de Tecnologia e Inovação Pedagógica buscarão atender todas as prerrogativas de inclusão e acesso ao ensino superior, conforme segue:

- a) Busca de métodos para a apreensão dos conteúdos curriculares por todos os alunos;

- b) Inserção de tecnologias como tradutores de telas, tradutores de LIBRAS, transcrições de Braille etc para todos os alunos que necessitem de atendimento especial;
- c) Gravação de conteúdos curriculares em áudio para alunos que possuem limitações visuais;
- d) Implantação de Recursos de Acessibilidade para o AVA;
- e) Dentre outras.

16.1.6 Políticas de Retenção

Preencher as vagas dos cursos de graduação é condição fundamental para a sustentabilidade do Plano de Desenvolvimento Institucional, no entanto é preciso ir além e buscar o melhor aluno possível, aquele mais preparado para aprender e para contribuir como discente, envolvendo-se com a sua formação até o final, sem evadir.

Da mesma forma, é necessário que se estabeleçam meios de mapear a evasão escolar e constituir ferramentas que possibilitem a formação integral dos alunos nos cursos.

Sabedores dessas nuances do Ensino Superior, os responsáveis pelo Núcleo de Relacionamento Estudantil e Nivelamento são responsáveis por constituir os dados, políticas e práticas de retenção na IES. O órgão desenvolve estudos, análises e compor diagnósticos da evasão nos diferentes cursos, programas e atividades da FVP, com base na identificação de fatores internos e externos de maior impacto.

Além disso, o Núcleo acompanha e monitora, de forma sistemática, o comportamento da evasão na Faculdade, com base em instrumentos e indicadores estabelecidos para esse fim, fornecendo dados aos vários Núcleos e Coordenações Acadêmicas para que se possam intervir positivamente no anseio dos alunos em terminar os seus cursos de graduação.

16.1.7 Núcleo de Estágio e Carreira

Trata-se do órgão de apoio responsável por promover a articulação e negociação entre empresas, instituições, coordenações de curso e alunos na busca de vagas e condições para a realização de estágio obrigatório e não obrigatório.

Além disso, divulga vagas, organiza e executa a inscrição de candidatos de estágio e vagas de trabalho, bem como informa e orienta sobre os requisitos e condições legais para a realização de estágios e realização do programa de voluntariado acadêmico.

A FVP tem feito um excelente trabalho de convênios órgãos públicos e privados do Vale do Pajeú e região, e o Núcleo de Estágio se responsabiliza pela divulgação das vagas a partir do site da IES ou dos murais espalhados pela Faculdade.

De extrema importância é o trabalho conjunto entre o Núcleo de Retenção e o Núcleo de Estágio, afinal com a detecção de um problema, faz-se relevante a possibilidade de intervenção ao ponto de solucioná-la, sempre que possível, para que o aluno não abandone a Faculdade por questões financeiras.

16.1.8 Núcleo de Apoio Financeiro e Monitoria FVP

Trata-se do setor responsável pelo acompanhamento e distribuição dos programas de bolsas estudantis, programas de incentivo e descontos.

Dentre os vários programas utilizados pela FVP podemos citar:

- a) Bolsa de Monitoria

- Como contraprestação pelo número de horas dedicadas às atividades de monitoria remunerada (15 ou 20 horas/atividades semanais), o monitor recebe, a título de bolsa-auxílio, um desconto incidente sobre as mensalidades escolares.
- A função de monitoria visa despertar, no corpo discente, o interesse pela carreira de magistério, além de colaborar para a integração dos corpos discente e docente, concretizando os objetivos educacionais estabelecidos pelo PPI da FVP.
- É compromisso do monitor realizar um plano de estudos e atividades, em conjunto com o professor orientador, que o capacite ao aprimoramento de sua formação acadêmica e lhe dê condições de auxiliar o professor no planejamento das aulas e trabalhos, bem como na orientação de alunos para o bom desenvolvimento da atividade educacional.
- O acesso à monitoria ocorre após publicação de edital específico destinado aos alunos que tenham aprovação na disciplina em que pretendem ser monitores e que não tenham ocorrência de penalidade disciplinar.
- Findo o prazo de exercício da monitoria, os monitores podem retornar à monitoria mediante novo concurso, para nova disciplina.
- O monitor exerce suas atividades durante o semestre letivo em que foi classificado.
- A monitoria não implica vínculo empregatício, e suas atividades são regidas por contrato específico a ser celebrado com a instituição.
- As atividades de monitoria podem ser validadas como atividades acadêmicas complementares nos cursos de graduação.

b) Bolsa de Iniciação Científica

O Programa de Iniciação Científica tem por finalidade:

- Incentivar a participação dos estudantes de cursos de graduação da FVP no Programa Institucional de Iniciação Científica, para que desenvolvam o pensamento e a prática científica sob a orientação de Professores Pesquisadores;
- Estimular pesquisadores produtivos a envolverem estudantes dos cursos de graduação nas atividades de iniciação científica;
- Qualificar recursos humanos para os programas de pós-graduação e aprimorar o processo de formação de profissionais para o setor produtivo;
- Estimular o incremento da produção científica institucionalizada;
- Despertar no acadêmico a vocação para a pesquisa.

As bolsas de iniciação científica são concedidas aos alunos que satisfizerem os requisitos:

- Estar regularmente matriculado em curso de graduação da FVP.
- Ter sido aprovado integralmente no primeiro período do curso de graduação e não estar no último período, exceto nos casos de renovação de bolsa;
- Apresentar bom desempenho acadêmico, não tendo reprovações nas disciplinas correlatas às áreas do projeto de pesquisa;
- Anexar declaração informando não ter vínculo empregatício;
- Anexar declaração informando não ter concluído qualquer outro curso de graduação;
- Anexar declaração informando não ser bolsista de qualquer outro programa remunerado.

Cada aluno selecionado deverá assumir os compromissos de:

- Executar, individualmente, o plano de trabalho aprovado, dedicando 10 (dez) horas semanais (no caso de bolsa parcial) ou 20 (vinte) horas semanais (no caso de bolsa integral) ao desenvolvimento da pesquisa;
- Apresentar, para apreciação da Coordenação de Iniciação Científica os resultados parciais e finais da pesquisa;
- Fazer referência à sua condição de integrante do Programa Institucional de Iniciação Científica da FVP nas publicações e trabalhos apresentados;
- Apresentar relatório técnico-científico semestral e relatório final dos resultados obtidos, bem como o de atividades complementares;
- Entregar resumo e/ou artigo para ser publicado nos anais do Simpósio de Desenvolvimento Regional da FVP, contendo os principais resultados da pesquisa.

C) Bolsa de Trabalho FVP

- A Faculdade, dentre outros atendimentos ao aluno, possui um programa de bolsa de trabalho administrativo interno, vinculado à coordenação de Estágios e o departamento de Recursos Humanos da IES.
- Todos os alunos regularmente matriculados em cursos de graduação ofertados pela FVP podem candidatar-se a uma bolsa de trabalho administrativo interno (estágio), observando os prazos e critérios publicados em Edital.
- O aluno que fizer jus a bolsa, através de seleção, deve assinar um contrato, conforme modelo padrão da Coordenação de Estágios nos mesmos moldes e prerrogativas instituídas para o estágio não curricular.
- A carga-horária a cumprir pelo aluno estagiário-bolsista é de, no mínimo, 20h semanais, de acordo com o horário estipulado pela Instituição, com vistas a sua necessidade.
- O aluno terá uma bolsa de desconto do valor da mensalidade, descontados mês a mês, a partir do mês subsequente ao início da atividade como bolsista.
- O contrato pode ser renovado a cada semestre, tendo como referência à avaliação semestral da atuação do estagiário-bolsista.
- O contrato poderá ser cancelado por ambas as partes, desde que comunicado com o mínimo de 30 (trinta) dias de antecedência.

d) Programa Universidade Para Todos – PROUNI

A FVP é habilitada para a oferta do Programa Universidade para Todos PROUNI. O PROUNI é um programa do Ministério da Educação, criado pelo Governo Federal em 2004, que destina à concessão de bolsas de estudo integrais e bolsas de estudo parciais (meia-bolsa) para os cursos de graduação, em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos. É um benefício concedido ao estudante, na forma de desconto parcial ou integral sobre os valores cobrados pelas instituições de ensino privadas. A FVP opta pelo Programa PROUNI e oferece bolsas de estudo integrais e Parciais.

e) FIES

A FVP faz a adesão ao Programa de Financiamento Estudantil – FIES, o qual é destinado a financiar a graduação no Ensino Superior de estudantes que não têm condições de arcar com os custos de sua formação e estejam regularmente matriculados em instituições não gratuitas, cadastradas no Programa e com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo MEC.

O programa foi criado em 1999 para substituir o Programa de Crédito Educativo PCE/CREDUC. A única forma de ingresso no Programa é mediante participação em Processo Seletivo de candidatos ao financiamento através do Site da Caixa Econômica Federal (www.caixa.gov.br), de modo a garantir a democratização do acesso ao FIES e, conseqüentemente, ao ensino superior.

Os critérios de seleção, impessoais e objetivos, têm como premissa atender à população com efetividade, destinando e distribuindo os recursos de forma justa e igualitária, garantindo a prioridade no atendimento aos estudantes em situação econômica menos privilegiada. Os financiamentos do FIES são concedidos somente para estudantes regularmente matriculados em curso de graduação que tenha sido positivamente avaliado pelo Ministério da Educação MEC. Até 70% do valor do curso poderá ser financiado, podendo o estudante optar por um percentual menor ou reduzir o mesmo após a contratação.

Os critérios de seleção, impessoais e objetivos, trouxeram transparência ao Programa, que tem como premissa atender à população com efetividade, destinando e distribuindo os recursos de forma justa e igualitária.

16.1.9. Programa De Nivelamento

O Programa de Nivelamento é um dos programas de apoio aos discentes mantidos pela FVP que propicia ao aluno da Instituição o acesso ao conhecimento básico em disciplinas de uso fundamental aos seus estudos universitários.

O propósito principal do nivelamento é oportunizar aos participantes uma revisão de conteúdos, proporcionando, por meio de explicações e de atividades, a apropriação de conhecimentos esquecidos ou não aprendidos. Dessa forma, durante todos os semestres são oferecidos cursos nas seguintes áreas:

- Matemática e Raciocínio Lógico;
- Língua Portuguesa;
- Informática Básica;
- Introdução à EaD.

A FVP procura lidar com a realidade de deficiências advindas do Ensino Básico, haja vista a previsão de que a maior parte de seus alunos será proveniente de escolas públicas, e institui para seus alunos, esse programa que pode ser definido como um procedimento de apoio ao estudo e uma atividade pedagógica de fundamental importância para a sua formação.

Espera-se que o nivelamento contribua para a superação das lacunas herdadas do ensino nos níveis anteriores e ajude os acadêmicos a realizar um curso superior com maior qualidade.

Há que se destacar que o programa de nivelamento não pode ser utilizado para validar as Atividades Complementares.

São objetivos do Programa de Nivelamento:

- Estimular os alunos a reconhecer a importância de se revisar os conteúdos estudados no ensino médio de forma a adquirir mais condições para ter um maior aproveitamento das disciplinas do ensino superior;
- possibilitar que os alunos percebam que a revisão de conteúdos os levará a uma série de posturas lógicas que constituem a via mais adequada para auxiliar na sua formação;

- revisar conteúdos considerados imprescindíveis para o entendimento e acompanhamento das disciplinas do curso.

O nivelamento é ministrado por um professor e as turmas são preferencialmente compostas de forma a permitir que o aluno, de acordo com sua disponibilidade de tempo e horário, possa frequentar mais de uma disciplina. Os cursos de nivelamento devem ministrados por professores da Instituição, ou por ela contratados para este fim, com objetivo de oferecer a todos os alunos condições de acompanhar os conteúdos das disciplinas regulares dos cursos. Para tal, as aulas de nivelamento já são estipuladas em Calendário Acadêmico e disponibilizadas aos sábados.

Os professores do programa de nivelamento têm como funções:

- condução e acompanhamento das aulas e respectivas atividades;
- elaboração e aplicação de testes de aprendizado;
- esclarecimento de dúvidas sobre o conteúdo dos cursos;
- verificação de desempenho dos alunos e elaboração de relatórios de desenvolvimento das turmas.

O programa é oferecido com caráter opcional. O aluno não tem qualquer compromisso em realizar os testes, nem frequentar as aulas do programa.

A necessidade do nivelamento deve ser apontada pelos professores, alunos ou pelo coordenador de curso.

16.1.10. PAE – Programa de Acompanhamento do Egresso

O Programa de Acompanhamento do Egresso – PAE, anexado a este PPC, é um instrumento que possibilita a avaliação continuada da FVP, por meio do desempenho profissional dos ex-alunos e do seu desenvolvimento na educação continuada.

Trata-se de um importante passo no sentido de incorporar ao processo de ensino-aprendizagem elementos da realidade externa à instituição que apenas o diplomado está em condições de oferecer, já que é ele quem experimentará pessoalmente as consequências dos aspectos positivos e negativos vivenciados durante sua graduação.

Sendo assim, estabeleceram-se os seguintes objetivos do Programa:

- Avaliar o desempenho da instituição, por meio do acompanhamento do desenvolvimento profissional dos ex-alunos;
- Manter registros atualizados de alunos egressos;
- Promover intercâmbio entre ex-alunos;
- Promover a realização de atividades extracurriculares, de cunho técnico-profissional, como complemento à formação do ex-aluno, e que, pela própria natureza do mundo moderno, está em constante aperfeiçoamento;
- Promover a realização de eventos direcionados a profissionais formados pela instituição;
- Fornecer ferramentas de reavaliação dos currículos dos cursos e dos programas e políticas da IES;
- Divulgar permanentemente a inserção dos alunos formados no mercado de trabalho e acompanhar sua vida profissional como forma de atualização do PPC;
- Identificar junto às empresas seus critérios de seleção e contratação dando ênfase às capacitações dos profissionais da área buscados pela mesma;

- Incentivar à leitura de acervos especializados, disponíveis na biblioteca, bem como a utilização de laboratórios, cujo acesso as dependências da instituição acontece por meio de documento expedido pela instituição.

Além disso, a instituição lida com as dificuldades de seus egressos e colher informações de mercado visando formar profissionais cada vez mais qualificados para o exercício de suas atribuições.

Sendo assim, o programa se constitui como um órgão responsável pelos egressos na instituição, juntamente com o Colegiado de Curso, Núcleo Docente Estruturante e Comissão Própria de Avaliação, intensificando ações para acompanhar os egressos dos cursos e fornecendo um espaço de troca de saberes, de vida e de experiências.

Dessa forma, o PAE se estabelece como um instrumento para a necessária interação instituição-empresa-sociedade.

16.1.11. Incentivo Institucional à Formação de Diretórios ou Centros Acadêmicos

Conforme pode ser vislumbrado no regimento geral da IES, há o incentivo para a formação de centros ou diretórios para a representação estudantil no âmbito da IES, conforme segue:

Art. 141º - Por sua vontade e necessidade, o corpo discente poderá constituir como órgão representativo os Diretórios Acadêmicos, regidos por Estatutos por eles elaborados, de acordo com a legislação vigente.

Parágrafo Único - O Diretório Acadêmico somente pode exercer suas funções quando registrado, na forma da lei, e em regular funcionamento.

Desse modo, a partir de ofício formalizado de solicitação de espaços na IES e suporte técnico, os estudantes poderão formar centros ou diretórios acadêmicos no âmbito da FVP que os incentivará para tal ação a partir de banners explicativos sobre a sua importância e/ou artigos no site institucional.

A FVP tem plena consciência de que a representação estudantil dentro da Instituição de Ensino Superior está voltada para a necessidade de jovens construírem sua participação na política estudantil, que contribuirá para sua identificação de necessidades junto aos processos de formação, auxiliando a qualificá-los através de uma participação ativa junto aos segmentos das diversas instâncias da instituição educativa, tendo como meta a formação alicerçada em valores sólidos, conforme se apregoa a própria missão da IES voltada ao desenvolvimento social e acadêmico.

O estímulo à formação de representações estudantis é imprescindível na FVP, haja vista a construção política de seus estudantes recair sobre a própria qualidade dos serviços prestados na IES. Logo, os centros ou diretórios acadêmicos são, também, ferramentas de gestão para a IES, afinal a construção de uma IES se dá a partir do diálogo político de suas instâncias, seja em IES privadas ou públicas, afinal a finalidade de ambas está centrada no âmbito público.

17. GESTÃO DO CURSO E OS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA

O processo de avaliação institucional foi consolidado na FVP a partir do semestre subsequente ao primeiro vestibular. A avaliação institucional é firmada no âmbito do SINAES, com uma CPA – Comissão Própria de Avaliação plenamente constituída como um órgão independente, democrático e estabelecido como a mais importante ferramenta de gestão participativa da IES.

As avaliações da CPA ocorrerem semestralmente no que diz respeito a autoavaliação dos cursos de graduação e são centradas em 03 escopos: Organização Didático-Pedagógica, Corpo Docente e Infraestrutura. No entanto, uma vez ao ano, geralmente no segundo semestre letivo, realizar-se o processo de Avaliação Institucional, mais abrangente, em conformidade com as dez dimensões da Lei.

A Metodologia detalhada do Processo de Avaliação Institucional na FVP tem início com a Campanha de Sensibilização, para estimular os corpos docente, discente e técnico-administrativo, a partir da construção da credibilidade da mudança e do comprometimento de todos com o futuro da Instituição.

Para essa etapa, essencial no processo, são impressos e distribuídos cartazes, banners e folders, divulgando a campanha de forma física e digital, uma vez que também são divulgadas as ações nas redes sociais. Além disso, o site institucional será um dos meios para divulgar e sensibilizar os envolvidos no processo.

Em seguida, constituir-se a fase de avaliação em si, a partir da aplicação de questionários on-line.

Auxiliados pelo departamento de informática da IES, todos os dados são coletados pela própria CPA, de modo isolado e sigiloso, objetivando garantir a fidedignidade do processo.

Após a coleta e estatística dos resultados, são elaborados relatórios que, em momento específico, são entregues à Direção Acadêmica e aos gestores de curso, além da Diretoria Administrativo-Financeira para informações sobre o corpo técnico-administrativo. Os resultados são consolidados em formas de fragilidades e potencialidades e, em conjunto, por meio de reuniões, será feita a apreciação e discussão sobre os mesmos, tomando-se como base os relatórios da autoavaliação interna.

Nesta ocasião, são estudados os mecanismos para o saneamento das deficiências apontadas, o que gerará a constituição de outro documento chamado de “Projeto de ações”, cujo objetivo será o acompanhamento das ações que podem ser executadas em curto, médio ou longo prazo. Adota-se, ainda, como parâmetro, os relatórios da avaliação de autorização e reconhecimento dos cursos, pois, assim, será possível cruzar informações, observando a evolução das ações desenvolvidas e a redução dos pontos avaliados como negativos.

Posteriormente, é feita a divulgação dos resultados à comunidade acadêmica, atividade realizada pelo setor de marketing, que uma vez acionado pela CPA e pela Direção, viabiliza-se, democraticamente, a disseminação dos resultados por meio de cartazes ou informativos, anúncios que especificam os pontos fortes e fracos, e informam, a exemplo dos pontos fracos, quais já foram reparados e como a instituição está trabalhando para extinguir os que ainda não foram.

Através dos formulários se conseguir perceber se a IES e os cursos atendem às demandas necessárias não só para a satisfação dos seus alunos, mas para alcançar resultados satisfatórios sobre o nível de aprendizado, uma vez que pelo processo de autoavaliação se pode identificar a qualidade e entrega dos planos de ensino, o grau de exigência das avaliações, a articulação das disciplinas com outras (interdisciplinaridade), dentre outras informações que auxiliam no alcance de resultados positivos no âmbitos dos cursos de graduação.

17.1. As Avaliações Internas como Insumo para a Gestão do Curso e a Apropriação dos Resultados pela Comunidade Acadêmica

A partir dos resultados das avaliações internas (CPA e Coordenação de Curso), são considerados o desenvolvimento das atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão em nível do Curso.

Há que se considerar que são levados em consideração não apenas os resultados advindos da CPA, mas as percepções do Colegiado do Curso, da Coordenação de Curso e do Centro de Apoio ao Estudante – CAE.

Todos esses elementos resultam em um diagnóstico global e após a sua sistematização, serão trabalhados em diferentes etapas, a saber:

- reuniões de trabalho do Colegiado do Curso para elaboração do planejamento semestral;
- reuniões específicas para conhecimento detalhado das informações e dos dados apresentados pelo diagnóstico da situação real do curso: pontos fortes e pontos fracos (incluem-se aqui dados e informações coletados pelo próprio curso e pela CPA);
- reuniões conjuntas entre a coordenação de curso e a Diretoria Acadêmica para a análise conjunta das variáveis e indicadores contemplados no diagnóstico dos diferentes componentes curriculares do curso com o objetivo de intervir positivamente na formação dos alunos;
- reuniões colegiadas para a identificação de variáveis e indicadores específicos, que porventura não sejam contemplados pelo Sistema de Avaliação Institucional interna;
- desenvolvimento e avaliação contínua dos Planos de Ensino para a melhoria permanente do curso e sua capacidade de inovação e de reflexão crítica; e
- reuniões conjuntas, envolvendo o corpo docente, o corpo discente e a equipe de suporte técnico-administrativo, para proceder, por meio de uma atitude crítica e autor-reflexiva, à avaliação do processo de autoavaliação empregado pelo curso no período letivo correspondente.

Numa perspectiva processual, essas atividades e reuniões de trabalho são realizadas no transcorrer do semestre letivo, cujo cronograma de atividades é estabelecido no início de cada semestre e de maneira extraordinária conforme as resoluções de problemas emergenciais ou aplicação de novos indicadores e/ou procedimentos no âmbito do curso.

Dessa forma, o projeto de autoavaliação a ser empregado no Curso caracteriza-se, assim, como um ciclo que toma corpo e se justifica como um processo conjuntivo-formativo que visa implementar medidas concretas para o constante aperfeiçoamento da organização didático-pedagógica, corpo docente e infraestrutura do curso.

17.2. As Avaliações Externas como Insumo para a Gestão do Curso e a Apropriação dos Resultados pela Comunidade Acadêmica

São entendidas como avaliações externas pela gestão do curso: as avaliações *in loco* promovidas nas autorizações e reconhecimentos dos cursos por equipes de avaliadores do INEP e o ENADE – Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes.

Os resultados advindos das avaliações *in loco* se constituem de relatórios que analisam a organização didático-pedagógica, o corpo docente e a infraestrutura do curso. Neste sentido, a FVP entende que esses documentos não podem ser relegados unicamente à mantenedora ou gestão superior da IES, mas para toda a comunidade acadêmica.

Assim, sempre que ocorrer uma avaliação *in loco* e a disponibilização dos respectivos relatórios, a gestão do curso divulga amplamente esse documento junto à toda a comunidade acadêmica.

De posse de tais resultados, reuniões colegiadas são estabelecidas de modo a suplantar as deficiências apontadas nos relatórios, bem como a disseminação junto à comunidade acadêmica das ações estabelecidas em razão dos relatórios.

No que concerne ao ENADE, o curso divulga amplamente os resultados junto à comunidade acadêmica de modo que alunos, professores e funcionários, por meio de reuniões colegiadas, apontem soluções para melhoria da qualidade do curso e da IES.

Ao final, a apropriação desses resultados por todos, é constituída como uma ferramenta imprescindível e eficaz de gestão em que todos participam e são responsáveis pelas suas vidas acadêmicas e de outrem.

18. ATIVIDADES DE TUTORIA

As atividades online têm tutoria online que visa mediar o processo pedagógico junto a estudantes. Também compete ao tutor o domínio do conteúdo específico das disciplinas sob sua responsabilidade, a fim de auxiliar os estudantes no desenvolvimento de suas atividades individuais e em grupo, fomentando o hábito da pesquisa, esclarecendo dúvidas em relação aos conteúdos específicos.

Atua como mediador na preparação dos alunos para o pensar, assim devem estimular as capacidades investigadoras dos discentes. Participa do processo de produção e avaliação do material didático, a cada final de disciplina, objetivando contribuir com o aperfeiçoamento de todo o material. Acessam o Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA de forma remota.

As disciplinas oferecidas pela FVP na modalidade EaD são estruturadas em unidades semestrais que se constituem em módulos estabelecidos de diversos recursos, inicialmente com textos e videoaula e, conforme cada plano de aula, outras ferramentas, incluindo encontros síncronos por meio de aula via meet e encontro presencial.

Desta forma, o Tutor faz: disponibilização do material da disciplina para os alunos: (Material de Estudo: videoaula, caderno de conteúdo/aplicação, lista de exercício); Orientação das dúvidas de conteúdo dos alunos; Abertura e mediação dos Fóruns de discussão; corrigir as questões abertas das avaliações presenciais, de acordo com o gabarito elaborado pelo Docente e suas instruções.

Agindo assim, dinamiza a interação entre os alunos, quanto otimizar a experiência de aprendizagem planejada para as disciplinas, devendo acessar o AVA diariamente, ou seja, não deve permanecer mais de 24 horas sem acessar a sala de aula e contatar os alunos – exceção feita aos feriados nacionais e aos finais de semana.

As atividades dos Tutores são objetos de avaliação no projeto conduzido pela CPA, da Avaliação Institucional, em parceria com a Coordenação da Equipe Multidisciplinar; há um instrumento de acompanhamento do exercício da tutoria, no qual estão presentes indicadores que servem de base para melhoria na execução do trabalho.

VIDE INSTRUMENTO E RESULTADOS NOS RELATÓRIOS DA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR E CPA.

18.1. Conhecimentos, Habilidades e Atitudes necessárias às Atividades de Tutoria

A FVP tem plena consciência da importância dos profissionais, afinal na atual conjuntura das concorrências nas organizações educacionais, competimos muito mais em função dos bens intangíveis do que em função dos tangíveis. O capital humano, tornou-se fundamental para as organizações que desejam manter-se competitivas e, o seu desempenho é um fator de sucesso. Entra-se em uma nova era, onde o conhecimento e a informação estão se tomando mais importantes que o capital financeiro.

Nas instituições de ensino, que melhor caracterizam-se como empresas do conhecimento, na atual sociedade, as pessoas diretamente ligadas com o processo de ensino – seja este presencial ou a distância – são encaradas como o diferencial competitivo da mesma.

Portanto, é necessário que os tutores no processo de educação a distância, mesmo nos cursos presenciais, possuam uma ampla quantidade de competências, uma vez que o desempenho dos tutores é fator fundamental no desempenho da atividade em EaD.

Nesse sentido, as competências que podem ser identificadas pela FVP como necessárias ou desejáveis para o tutor são as competências comportamentais e técnicas, sendo competências comportamentais, organização, planejamento, proatividade, automotivação, capacidade de síntese e análise, empatia, equilíbrio emocional, flexibilidade, assiduidade, comprometimento, liderança e criatividade. Já as competências técnicas a serem identificadas são: conhecimento das rotinas de trabalho, conhecimento em informática básica/ambiente virtual de ensino-aprendizagem, conhecimento pleno da disciplina ministrada, conhecimento sobre educação a distância/sobre o curso que trabalha, relacionamentos interpessoais, comunicação (oral/escrita) e trabalho em equipe.

Para tal, a FVP seleciona e capacita os seus tutores considerando a busca por essas competências e habilidades, constituindo ferramentas como questionários para pesquisa, inclusive dentro do seu banco de valores já em atividade no Ensino Presencial.

Outro fator de extrema importância é o manual do Tutor que não pode ser um instrumento engessado, mas sempre reavaliado conforme as situações vislumbradas durante o processo de ensino aprendizagem e o cotidiano dos cursos. A CPA, por sua vez, é um órgão de extrema importância nesse viés.

Vale destacar também o Núcleo de Tecnologia e Inovação Pedagógica da FVP que faz suas pesquisas sobre o perfil dos docentes e tutores buscando determinar as competências e habilidades a eles configuradas e as necessidades de capacitação.

Por fim, salienta-se que, as competências listadas também não são estanques, mas sim um simples ponto de partida fundamental para um bom desempenho das atividades do Tutor, portanto, o desenvolvimento destas é de grande importância para o aprimoramento da função. Deve-se assim, elaborar e executar como o passar do tempo uma avaliação de desempenho por competências a fim de identificar os pontos fortes e os pontos a melhorar de cada Tutor, fazendo com que haja um aprimoramento contínuo do mesmo.

19. TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO – TIC’S NO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM

Sabedora da necessidade da inclusão digital em razão das necessidades da sociedade globalizada, o curso de Ciências Contábeis oferece aos seus alunos diversos serviços voltados à inclusão digital e ao acesso às TICs – Tecnologias de Informação, como por exemplo, para o

curso de Ciências Contábeis foi efetivado uma parceria (convênio) com a Fortes Tecnologia para acesso a diferentes ambientes com recursos alinhados à prática profissional, tecnologia e método pedagógico adequado à formação do acadêmico.

É disponibilizada rede wi-fi em toda a extensão da Faculdade de modo que alunos, professores, funcionários e comunidade em geral possam usufruir dos serviços de internet de maneira gratuita no âmbito da comunidade acadêmica.

É certo que a IES já possui um sistema acadêmico que permite o acesso, inclusive remoto a partir do site da IES de todas as necessidades da vida acadêmica, porém, está em andamento a criação de um app da IES na qual todos os acadêmicos, funcionários e professores possam acessar os seus canais (canal do aluno, biblioteca, administrativo etc.) a partir de seus celulares ou tablets, tendo acesso contínuo as suas vidas na instituição de modo mais sintético e objetivo do que o acesso ao sistema como um todo.

A FVP disponibiliza recursos de informática aos seus discentes em laboratórios de informática e na biblioteca.

As necessidades de recursos de hardware e software estão sendo implementadas de acordo com as necessidades de cada curso.

Todos os laboratórios atendem às aulas e também às atividades de monitorias. Os alunos têm acesso aos laboratórios também fora dos horários de aulas, com acompanhamento de monitores (estagiários alunos).

Vale destacar que no que concerne às acessibilidades metodológica e instrumental, foram disponibilizados vários programas no laboratório da IES para a inclusão de alunos com limitações de estudo, como o VLIBRAS e o VOXI.

19.1. Ambiente Virtual de Aprendizagem

Para a realização das disciplinas aplicadas na modalidade à distância, a FVP implantou, por meio da Equipe Multidisciplinar, responsável por gerenciar todas as atividades aplicadas na modalidade à distância, o portal IESDE, a partir do contrato firmado para direito ao uso do material instrucional, que foi totalmente customizado para oferecer uma arquitetura de informação adequada aos critérios de navegabilidade e usabilidade. O Portal possui recursos de interação com possibilidade de atender a diálogos dentro e fora do ambiente, por meio de uma integração com uma rede social. Além do IESDE, a FVP disponibiliza aos discentes e docentes o Classroom, recurso que conta com sala de aula interativa para atividades síncronas e assíncronas. Esse segundo recurso, se deu a partir da adesão aos serviços da Google por parte da IES.

Por meio das atividades do AVA é possível articular as ferramentas da plataforma às diferentes mídias de comunicação (vídeos, websites, chats, entre outros) expandindo a interatividade e viabilizando um processo de ensino-aprendizagem centrado no estudante e na colaboração. Essas atividades focalizam a aprendizagem ativa e compartilhada, que auxiliada pela interconectividade com outras mídias confere dinamismo às aulas. Os alunos são levados à análise de situações concretas, à pesquisa individual e grupal, a publicação compartilhada, à construção de portfólio individual e de grupo.

No AVA, a comunicação entre alunos, tutores e professores ocorre de forma síncrona e assíncrona, por meio de mensagens eletrônicas, que seguem com cópia para o e-mail externo,

chats que podem ser agendados com o professor/tutor e fórum de dúvidas sobre os conteúdos das aulas.

No AVA o fórum temático é um recurso interativo; é uma ferramenta obrigatória em todas as disciplinas e que visa assegurar a interação, o debate, a problematização e a colaboração. Para a realização de atividades individuais o AVA conta a ferramenta lição, o questionário, as tarefas online, offline e de envio de arquivos.

As Atividades permitem ao docente elaborar um conjunto de atividades diversificadas, com o fornecimento de feedback a cada etapa, uso de hipertexto e interface com outras mídias. O questionário é um recurso que permite a criação de atividades com elaboração de questões de diversos tipos: múltipla escolha, abertas, de relacionar, verdadeiro/falso, etc

O AVA conta ainda com o recurso Perfil, local onde os participantes podem publicar informações que consideram relevantes sobre si mesmos. Alguns recursos de geração de relatórios são disponibilizados para mapear a participação dos alunos no AVA e seus desempenhos nas atividades, como é o caso dos relatórios de notas, também visualizado pelo aluno. Outra forma de registro e acompanhamento é o portfólio do aluno.

No início de cada disciplina a sala é organizada pelo Equipe Multidisciplinar e pelo Professor/Tutor; durante a construção de sua disciplina no AVA o professor/tutor contará com o apoio do designer instrucional e da equipe de suporte ao AVA (TI). Para manter a identidade visual do curso e a apresentação e a organização de informações mínimas sobre a disciplina. No curso deve-se adotar um padrão de sala que deve ser aplicado em todas as disciplinas. A adoção desse padrão e identidade é fundamental para garantir que informações essenciais para a organização dos alunos para os estudos sejam apresentadas, além de facilitar a navegação e identificação das informações.

Esse modelo deve evoluir no decorrer do semestre a partir de avaliação da equipe de designers instrucionais, pedagogos e webdesigners da IES e por meio de consultas aos alunos, professores e tutores.

Em termos metodológicos tem-se a ciência de que é fundamental que o professor/tutor tenha autonomia em sua sala virtual de aprendizagem. No entanto, o atendimento deve ter regras estabelecidas para garantir a apresentação de informações mínimas e a identidade.

Para promover a autonomia do professor/tutor sem incidir em problemas, o curso possui guias de orientações para a organização do AVA, na formação dos professores/tutores e também em uma maior sincronização e aproximação dos professores/tutores com a Equipe Multidisciplinar do Núcleo de EaD da FVP, que está organizada para apoiar-los durante todo o processo de planejamento, elaboração dos materiais educacionais e atividades, produção, distribuição e organização do AVA.

O professor deverá ser o responsável por finalizar a preparação da sala virtual de sua disciplina com antecedência e clareza para que os tutores possam conhecer as atividades e materiais da disciplina. O ambiente da disciplina também deve passar por avaliação constante do Núcleo de Tecnologia e Inovação Pedagógica da IES, procurando melhorar o processo de ensino-aprendizagem, aumentar o nível e qualidade de interação, bem como reduzir a ocorrência de problemas durante a oferta da disciplina.

Os tutores também devem auxiliar nesse processo de refinamento da disciplina, testando as atividades propostas, critérios de avaliação etc. O professor também deve aproveitar para criar uma dinâmica de trabalho com os tutores, estabelecendo regras e canais de comunicação de modo a tirar dúvidas conceituais e pedagógicas.

Desse modo, além de chats, wikis, hipertextos e uma diversificação de ferramentas metodológicas do AVA, o curso deve contar com as metodologias ativas passíveis de ser aplicadas pelos tutores presenciais nos polos de apoio presencial, constituídas a partir do

diálogo entre professores e tutores na busca de sistematicamente melhorar a qualidade metodológica do curso.

O AVA da FVP também pode ser utilizado para outras atividades acadêmicas do curso; cursos de curta duração e ou atividades complementares podem ser ofertadas nesse ambiente. O curso de nivelamento em Introdução à Educação a Distância tem parte de sua carga horária realizada via AVA.

19.2. Material Didático para Disciplinas EaD

O material didático para a modalidade de ensino a distância, aplicado nos cursos presenciais da FVP, é focado na aprendizagem. O estudante utiliza este material como instrumento de estudo, e sendo assim os conteúdos foram elaborados para ter uma organização que facilite sua aprendizagem.

A organização das aulas é outro elemento importante para o desenvolvimento da aulas, assim, os conteúdos são divididos por módulos nas disciplinas de cada período, conforme a plataforma do IESDE, empresa que fornece material didático do curso. A FVP, de acordo com o Manual de produção de material didático, descreve como deve ser todo o processo de planejamento e elaboração do livro didático da instituição.

Durante as aulas, o aluno conta com recursos síncronos e assíncronos para se estabelecer o processo de ensino aprendizagem. Recursos como: livro didático/apostila contendo todo o conteúdo por disciplina, e vídeo aulas sobre as disciplinas são disponibilizados nas plataformas do curso e ambientes virtuais com ferramentas de comunicação.

No livro/apostila, além do conteúdo didático, tem atividades para serem desenvolvidas diariamente pelo aluno, dicas de livros, texto, pesquisas para aprofundamento dos estudos. O material foi organizado com uma linguagem “dialógica”, onde o autor estabelece uma “conversa pedagógica” com os alunos, procurando atender a heterogeneidade destes, que é um público bastante diversificado, não só econômica e social, mas culturalmente. Portanto, o livro/apostila didático é dividido por unidades, o aluno tem ainda um cronograma de desenvolvimentos das atividades na plataforma e leitura do livro didático, a partir deste cronograma ele planeja seus estudos nas disciplinas, já que esta é uma características da EaD: a autonomia do aluno.

O aluno conta com os recursos disponíveis no Ambiente Virtual de Aprendizagem, o ambiente usado pela FVP é, conforme já apontamos o IESDE e o Classroom, adaptados as suas necessidades da IES para melhor atende-los. O aluno por meio de um registro de usuário e senha tem acesso a todas as discussões por disciplina do conteúdo trabalhado na aula.

Através destes ambientes os alunos têm acesso a:

- Fóruns de discussão, tópicos;
- Interação via chat para bate-papo;
- Materiais, enquetes, visitar links, fazer atividades online, wiki, material complementar, etc. a partir das orientações dadas pelos professores eles poderão interagir e participar das atividades online, acompanhado pelos professores e tutores.

O ambiente virtual é um rico acervo de interações e diálogos; nas vídeo aulas o aluno possui tanto uma apresentação da disciplina quanto o professor abordando o conteúdo de cada

unidade, estas são trabalhadas de forma reflexiva, propondo questões acerca do conteúdo estudado.

Para melhor orientação do aluno, este recebe um guia de orientação de curso, contemplando apresentação, histórico, objetivos, perfil do egresso, além de informações do funcionamento da modalidade na instituição e a estrutura do curso (encontros interativos, plataforma virtual, avaliações, estágio supervisionado, pesquisa científica, etc.), além de orientações práticas para o estudo individual e para ampliação cultural.

Este guia apresenta ao aluno o quadro de distribuição das unidades temáticas de aprendizagem com carga horária de cada disciplina, com acesso a toda programação do curso, sendo assim, o aluno pode organizar melhor seus momentos de estudos. No Guia, tem ainda, o processo e metodologia da avaliação de aprendizagem, e dos instrumentos para avaliação utilizados, além dos critérios de avaliação.

A FVP disponibiliza materiais atualizados, produzidos com foco no aluno e em sua aprendizagem. Para tanto, cada disciplina atualmente é composta livro-didático, composto dos textos-base da disciplina e exercícios de fixação, e cada professor em seu planejamento, pode disponibilizar material adicional em suas disciplinas.

Em cada uma das disciplinas os alunos tem acesso aos seguintes tipos de materiais, tanto via web, como em mídia digital:

- Caderno de conteúdo/aplicação;
- Vídeo ilustrativo do conteúdo teórico;
- Apresentações em power point das aulas gravadas em vídeo;
- Textos complementares de diversos tipos;
- Links para sites correlatos.

20. PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM

Além das auto avaliações do curso que possibilitam conhecer a percepção dos alunos acerca do ensino-aprendizagem, a FVP opta pela avaliação do ensino-aprendizagem por disciplina.

A avaliação formal do ensino-aprendizagem, por disciplina, sé realizada bimestralmente, por todos os alunos, cabendo a cada professor identificar e aplicar as melhores sistemáticas de avaliação conhecidas, que sejam adequadas ao conhecimento e às características das turmas que estão sendo avaliadas. O que se estimula é que as avaliações constituam mais uma oportunidade de crescimento do conhecimento, ao invés de momentos de repetições de informações decoradas.

Vale ressaltar que o Curso é sempre atento aos procedimentos de avaliação externos, como o Exame Nacional de Avaliação do Desempenho dos Estudantes (ENADE). Para tanto, o curso indica aos professores que sejam contemplados os conteúdos nas avaliações no formato semelhante ao exigido pelo ENADE.

A avaliação da aprendizagem obedece a normas específicas, estabelecidas pelo Regimento Geral da FVP (Disponível no site www.fvp.edu.br), de acordo com a forma de organização dos cursos, ou seja, neste caso, por disciplinas.

A avaliação do rendimento escolar do aluno será realizada em cada disciplina ou atividade acadêmica, no decurso do período letivo, abrangendo diferentes ações ou iniciativas didático-pedagógicas:

- Para as disciplinas presenciais: Duas avaliações são aplicadas no semestre, com 60% a partir de provas bimestrais e 40% do rendimento avaliado a partir de exercícios, trabalhos, holismo ou outros instrumentos e procedimentos definidos pelo professor;

- Para disciplinas EaD: Duas avaliações são aplicadas no semestre e 50% da nota de cada avaliação corresponde atividades desenvolvidas no decorrer das disciplinas.

As duas avaliações semestrais, que podem ser compostas por provas, trabalhos, seminários, resenhas críticas, *positions papers*, *one minute paper*, entre outras avaliações que em conjunto ou isoladamente construirão a avaliação bimestral.

O aluno que não alcançar média final mínima para a aprovação, poderá se submeter ao Exame Final, desde que sua média geral no semestre, não tenha sido inferior a 4,0 (quatro).

Assim, para a aprovação sem exame o aluno deverá perfazer média final 7,0 (sete) e, com exame final 5,0 (cinco), como condição mínima para seguir adiante no curso.

Apesar de se tratar de um componente curricular com status de disciplina, as Atividades Complementares não serão avaliadas da mesma maneira que as outras disciplinas do currículo: as horas são validadas pela Coordenação de responsável e, posteriormente, lançados os aproveitamentos no histórico do aluno, devendo o mesmo constituir um número x de atividades no semestre, para poder galgar de período.

Vale destacar também que disciplinas como as Projetos Interdisciplinares, Práticas de Extensão, TCC e Estágio Supervisionado possuem características próprias de configuração avaliativa.

20.1. A Avaliação e a Autonomia do Aluno

Conforme especificado acima, um percentual peso avaliativo de cada semestre, entre unidades curriculares ofertadas presencial ou a distância, é estabelecido a livre escolha do professor que é o gestor da disciplina ou componente curricular. Neste sentido, há considerável espaço nas regras estabelecidas pela IES para que o professor possa desenvolver procedimentos avaliativos em que coexista a participação ativa dos alunos no processo, como seminários e apresentação de trabalhos.

Além disso, deve-se considerar que o NDE do curso tem plena consciência de que não deve ser dissociada a metodologia de aprendizado do processo avaliativo. Com isso, a regra já apresentada no capítulo sobre a metodologia configurada a partir das aulas invertidas ou *flipped classroom* são essencialmente interligadas: no momento em que o professor determina o estudo individual pelo aluno antes da explicitação ou exposição dos conteúdos pelo docente, já se configura ali uma abertura para que a avaliação possua um nível satisfatório de autonomia do aluno.

O NDE parte do princípio de que a palavra autonomia significa faculdade de se governar, caminhar por sua própria vontade, o que nos leva a pensar num modelo de administração do aprender por parte do aluno, do tempo e espaço (autogestão) durante a vida acadêmica dos estudantes, e quando se refere ao aprender pelo sistema de aulas invertidas, o sujeito que possui autossuficiência tem mais possibilidade de lograr êxito.

O aluno enquanto gestor dos seus estudos caminha sozinho, com seus próprios pés, enfrentando os desafios e descobertas que estão ali diante de si, o que não significa deixá-los sentirem-se abandonados pelo professor ou incapazes de seguir a frente, esse poder de gerir seu próprio estudo é um fator preponderante, posto que, a avaliação deve ser vista e colocada em prática como uma ferramenta que visa o avanço e o melhoramento do processo ensino e

aprendizagem, e para isso deve-se dar relevância para as atividades que apontam e exercitam para a conquista da autonomia, permitindo aos envolvidos neste artifício uma postura proativa.

20.2. A avaliação e a disponibilização de informações aos discentes e o Planejamento de Ações Concretas para a Melhoria da Aprendizagem

Para que os alunos possuam a autonomia avaliativa citada na seção anterior, faz-se necessário que exista, por parte dele, um entendimento pleno acerca dos objetivos das aulas invertidas, dos trabalhos diferenciados de avaliação como seminários, pesquisas etc.

Nesse sentido, o NDE estabelece que a obrigatoriedade no curso de entrega e discussão do plano de ensino para os alunos, afinal somente a partir de tal prerrogativa poder se constituir uma relação de autonomia avaliativa plena.

Ademais, essa perspectiva se estabelece como a concretização do que inferimos em outros momentos do Projeto Pedagógico: a necessidade de indissociabilidade entre a metodologia e o processo avaliativo.

Da mesma forma, é necessário que a cada trabalho realizado em sala de aula, os alunos sejam informados sobre os objetivos da sua aplicação, bem como de ampla discussão individual, quando necessário, do conceito inferido pelo professor ou medição do conhecimento atingido pelo aluno.

Somente desse modo, a avaliação sairá do papel de ser simplesmente um medidor da aquisição de competências e habilidades do aluno, para ser uma ferramenta de ensino-aprendizagem.

Nesse contexto, um plano de ensino também não pode ser completamente engessado, mas dar vazão para que os professores possam durante o semestre letivo reavaliar suas ações de modo a planejarem e replanejarem a eficácia ou não das ferramentas avaliativas e poder modifica-las sempre que necessário.

21. NÚMERO DE VAGAS PREVISTAS/IMPLANTADAS

O curso de Ciências Contábeis possui uma oferta de 100 (cem) vagas anuais. O número de vagas, está fundamentado em estudos periódicos, quantitativos e qualitativos, que comprovam a adequação à dimensão do corpo docente e tutorial, e às condições de infraestrutura física e tecnológica, conforme apresentado a seguir.

Para a análise de oferta de cursos ofertados na região foram estabelecidos critérios estatísticos que são correlatos com o número de professores, recursos tecnológicos, acervo presente na biblioteca virtual, laboratórios, estrutura de TIC, pessoal de apoio, que, em conjunto asseguram a boa administração e realização do curso, justificando, portanto, a existência das vagas ofertadas.

Em relação à demanda, este número de vagas foi realizado com o estudo sistemático do mercado de ensino e trabalho ofertado pela região onde o curso está inserido. Há de se levar em conta que o mercado pernambucano está comprovadamente necessitando de profissionais com esta formação, e que o mercado de trabalho, apesar das variáveis de mercado tendem a contratar e manter estes profissionais pós formação acadêmica.

21.1. Os Estudos Quantitativos e Qualitativos para Adequação das Vagas em Relação ao Corpo Docente

Para a captação e adequação das vagas ao corpo docente disponível, o NDE e a gestão da FVP estabeleceu os seguintes procedimentos:

QUALIDADE E PERFIL DO CORPO DOCENTE:

- a) Estudo do perfil de professores de áreas diversas (saúde, ciências sociais, ciências humanas, ciências exatas) disponível na Região do Vale do Pajeú;
 - Professores que já ministraram em outras IES;
 - Professores que possuam titulação mínima de especialização;
 - Professores inseridos no mercado de trabalho.
- b) Preferência por professores que unam a academia ao mercado de trabalho, ou seja, professores que tenham experiência prática em suas profissões, no que concerne ao componente curricular a ser ministrado no curso;
- c) Preferência por professores que tenham total aderência em suas formações no que diz respeito aos componentes curriculares que ministrarão no curso;
- d) Preferência por professores que unam os itens a e b com uma titulação *stricto sensu*;
- e) Professores que tenham carga horária disponível acima das horas de suas disciplinas para a ocupação de afazeres extra-aulas como a gestão de núcleos e coordenações como estágio, tcc, atividades complementares etc;
- f) Professores que venham de municípios próximos à São José do Egito de modo que as atividades na IES não tenham contratempos com longos deslocamentos;
- g) Professores com experiência de magistério superior em outras IES;
- h) Professores que tenham carga horária disponível para assumir disciplinas com o crescimento do curso e a relação de vagas anuais.

QUANTIDADE

- a) Número de professores que além de possibilidade de disciplinas do curso em tela, também possam assumir disciplinas em outros cursos da IES. Essa ação é imprescindível para que o professor tenha um salário maior na FVP do que em outras IES que venha a ofertar seus serviços e assumir relativa quantidade de vagas.
- b) Número de professores suficiente para atender ao NDE do curso e ao Colegiado, indiferente ao número de vagas a ser ofertado.
- c) Número de professores suficiente para atender o período de integralização do curso, considerando o número de vagas e o número de professores disponíveis no mercado.
- d) Número de professores suficiente para atender à oferta semestral de suas disciplinas, dada a perspectiva de vagas com duas entradas anuais via processo seletivo. Por exemplo, se o professor ministra uma disciplina no primeiro semestre, a mesma disciplina será ofertada no segundo semestre com uma nova entrada de turmas.
- e) Número de professores suficiente para atender às cargas horárias parcial e integral para formação de NDEs, atendimento de núcleos etc.

De posse dos dados acima, o NDE determinou a possibilidade de oferta de 100 vagas anuais no curso, considerando o número de professores disponíveis no Vale do Pajeú e aqueles que podem se deslocar de lugares mais distantes como Patos, Campina (PB) Grande (PB) e/ou Recife (PE). Essas perspectivas aqui discriminadas estão disponíveis no relatório do NDE acerca da adequação do corpo docente para o curso.

Deve-se ressaltar que os estudos tiveram a participação da comunidade acadêmica limitada (coordenadores de curso, gestores e funcionários)

21.2. Os Estudos Quantitativos e Qualitativos para adequação das vagas à Infraestrutura Física e Tecnológica

Para determinar as 100 vagas estipuladas para o curso, o NDE constitui o seguinte processo:

QUANTIDADE E QUALIDADE

- a) Conforme a necessidade de laboratórios, foi-se definindo a qualidade das salas de aula e dimensões capazes e atender as vagas do curso.
- b) A disponibilidade de espaço da biblioteca e a quantidade de bancadas e computadores também determinou o número de vagas passíveis de ser solicitadas.
- c) A quantidade de livros passível de ser adquirida pelo orçamento da mantenedora também influenciou o número de vagas a ser solicitado.
- d) As dimensões do prédio no que tange à circulação de alunos determinou o número de vagas solicitadas.
- e) O número de salas de aula disponibilizadas para o curso, considerando os dois primeiros anos de oferta determinaram o número de vagas solicitada.
- f) A relação entre o espaço do terreno e a necessária ampliação para os anos seguintes do curso (após o quarto semestre de oferta) impactaram também sobre a escolha do número de vagas ofertada.

Deve-se destacar que o estudo acima só se tornou possível a partir da projeção da mantenedora para todos os espaços da IES, tanto no projeto do prédio, quanto do orçamento passível de ser investido no curso.

DIMENSÃO: CORPO DOCENTE DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

22. DIMENSÃO 2: CORPO DOCENTE

22.1. Atuação do Núcleo Docente Estruturante – NDE

O NDE – Núcleo Docente Estruturante inicial do Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis foi constituído por professores são lotados no curso, todos com grande experiência e titulação. As atribuições do NDE são, entre outras:

- Atualizar periodicamente o Projeto Pedagógico do Curso definindo sua concepção e fundamentos,
- Discutir e propor mecanismos de interdisciplinaridade;
- Acompanhar e propor mecanismos e a forma de integralização das atividades complementares;
- Analisar e avaliar os Planos de Ensino dos componentes curriculares;
- Acompanhar as avaliações do corpo docente, por meio da Avaliação Institucional;
- Planejar mecanismos de preparação para avaliações externas conduzidas no sistema SINAES;
- Organizar as atividades a serem constituídas pelo Laboratório de Práticas;
- Contribuir para a adequação e consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- Verificar o impacto do sistema de avaliação de aprendizagem na formação dos estudantes.

MEMBROS DO NDE – NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

- **Obs* O NDE do curso atende ao que é preconizado pela Portaria Normativa CONAES/MEC 01/2007=> Mínimo de 05 docentes, mínimo de 60% deles com formação Stricto Sensu e mínimo de 20% em regime Integral.**
- **Obs** Apesar de o instrumento de avaliação de cursos superiores de graduação do INEP apontar para a “previsão” e não a sua constituição efetiva como seria nos casos de reconhecimentos de cursos, este NDE trabalhou efetivamente na concepção deste PPC conforme comprovam atas e portarias da IES.**

PROFESSOR	TITULAÇÃO	Regime de Trabalho
Inaldo Patrício de Freitas	Esp.	Integral
Marcos Aurélio Alves	Ms.	Parcial
Jakellyne Kelly Quidute Nogueira	Esp.	Integral
Ana Cristina Rodrigues de Vasconcelos	Ms.	Integral
Érico Vinicius Bezerra Leite	Dr	Integral

Nesse sentido, destaque-se que este PPC de Ciências Contábeis é fruto da gestão articulada da Coordenação de Curso com o Núcleo Docente Estruturante (NDE), contando com a colaboração dos docentes, dos discentes e de toda comunidade. Foi elaborado adotando-se como referência o PPI, o PDI, as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Superior (Lei nº 9.394/96), as diretrizes curriculares nacionais para a organização e funcionamento dos cursos superiores e demais normas legais que regem a oferta da educação superior.

Assim sendo, possui orientações estratégicas para o planejamento e a condução das atividades acadêmicas do Curso, sempre referenciadas pela missão da Instituição, por sua

vocação e objetivos, pela legislação vigente, e pelo contexto social, político, econômico e cultural no qual está inserida.

22.1.1. NDE: Os Estudos e a Atualização Periódica do PPC

Para compor o Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis, o NDE designado para o curso desenvolve seus estudos a partir dos dados que foram constituídos para a justificativa de oferta do curso.

Conforme pode ser visto no início deste projeto, houve primeiro a determinação das necessidades socio-regionais que implicaram em um perfil de egresso e objetivos do curso inter-relacionados, sempre tendo como norte, conforme já explicitado, em primeiro lugar as DCNs para o curso e as novas demandas do mundo do trabalho, como aquelas que citamos em várias partes deste documento.

Após a construção da matriz curricular e outros anseios do curso, o NDE estabeleceu a metodologia de ensino e as formas de avaliação do ensino-aprendizagem. Conforme já foi explicado no capítulo relativo às ferramentas de avaliação e a perspectiva avaliativo-formativa do curso, houve uma preocupação tangível no estudo empreendido para compor o PPC na verificação do impacto do sistema de avaliação da aprendizagem sobre o cumprimento dos objetivos do curso, bem como o estabelecimento do perfil do egresso.

Tais aspectos podem ser vislumbrados a partir de atas de reuniões e em vários tópicos deste projeto que aponta para um estudo aprofundado acerca do Vale do Pajeú e da configuração de um público-alvo para o curso compatível com a região.

No que diz respeito à atualização periódica deste documento, faz-se necessário que se explicita que, há um constante diálogo do NDE com os membros do Colegiado, CPA e representantes de discentes com o objetivo de ter uma infraestrutura de diálogos que possam atingir em todos os âmbitos dos elementos constitutivos desse projeto..

22.1.2. NDE: Os Procedimentos para Permanência dos Membros do NDE Até o Ato Regulatório Seguinte

Como primeira medida para concretizar a permanência dos membros do NDE no acompanhamento e atualização do PPC, foi determinado pela IES que nenhum dos membros do NDE será contratado como horista, ou seja, todos terão carga horária no formato integral ou parcial. Isso irá fazer com que se mantenha um maior vínculo com a IES e ao curso.

Além disso, deve-se salientar o diálogo com os outros cursos da IES, sendo que se dá preferência de disciplinas gerais para professores já presentes na FVP. Esse procedimento de trabalhar em vários cursos aumenta a carga horária do professor e faz com que ele mantenha vínculos somente com a FVP, não necessitando empregar-se em outras IES e outras cidades, possibilitando maior dedicação ao curso.

Da mesma forma, destaque-se programas da IES como o Programa de Incentivo à produção acadêmica que possibilita com que professores mestres e doutores possam ter incentivos para a publicação e, logo, permanecer de forma mais concreta nas atividades da FVP.

Vale destacar também a necessidade de docentes para Núcleos como Pesquisa, Extensão, Pós-Graduação, Tecnologia e Inovação Pedagógica, Planejamento Acadêmico e Iniciação Científica. Esses afazeres extra-aulas, são também formar de manter o professor na IES para que não necessite trabalhar em outras IES, dedicando-se prioritariamente aos cursos e à FVP.

23. EQUIPE MULTIDISCIPLINAR

A equipe multidisciplinar que compõe o Núcleo de Educação a Distância da FVP é constituída por profissionais de diferentes áreas do conhecimento, sendo responsável pela concepção, produção e disseminação de tecnologias, metodologias e os recursos educacionais para a educação a distância. Sua atuação é planejada, desenvolvida através de plano de ação, documentado e implementado e seus processos de trabalho estão formalizados.

São atribuições da equipe multidisciplinar: concepção, produção e disseminação de tecnologias, metodologias e recursos educacionais para a EaD; avaliação e validação do material didático adotado pela Instituição para as disciplinas na modalidade EaD; elaboração do plano de ação para o ensino à distância, documento que determina as implantações e processos de trabalhos a serem formalizados no âmbito da EaD.

Com apoio tecnológico do setor de Tecnologia da Informação, a equipe multidisciplinar trabalha com a finalidade de garantir a qualidade de todo o processo de ensino e aprendizagem, desde a criação, produção, distribuição e monitoramento, até a avaliação da disciplina à distância, promovendo a autoaprendizagem, a aprendizagem significativa, ativa e colaborativa, suportadas pelo uso sistemático das ferramentas tecnológicas de informação e comunicação.

No quadro abaixo são as funções e suas referidas atribuições:

FUNÇÃO	ATRIBUIÇÕES
Gestor de TI	Coordenar todo o parque tecnológico da IES
Assistente TI	Auxiliar na TI
Revisor de Textos	Revisar todos os textos e hipertextos inseridos no AVA
Designer Instrucional	Estabelecer linguagem própria para a EaD em todo o material gráfico
Gestor de Metodologias e Inovações para EaD	Propor e promover novas metodologias e ferramentas para a EaD
Capacitação e Qualificação para EaD	Propor e promover toda a capacitação de docentes e tutores
Diretor de Vídeo e Edição	Gravar e Editar toda parte de vídeos do AVA
Coordenador da NEaD – Núcleo de Educação a Distância	Coordenar a NEaD
Coordenador do Curso	Gestão Acadêmica
Secretaria Geral Acadêmica	Gestão dos processos de matrícula, rematrícula e documentação acadêmica

24. REGIME DE TRABALHO DO COORDENADOR

A Instituição reconhece a Coordenação do curso como uma liderança importante para a concepção, a execução e o aperfeiçoamento do projeto pedagógico dos cursos que oferece.

Desse modo, no caso do Curso de Ciências Contábeis da FVP, o coordenador de curso possui o regime Integral para poder se dedicar aos afazeres de gestão do curso, ou seja, são 40 horas/aula dedicadas ao curso.

Vale destacar que o coordenador foi inserido no NDE do curso, com o objetivo de possibilitar a gestão e acompanhamento de alunos, docentes e do PPC.

Da mesma forma, visando que as decisões em nível institucional não sejam unilaterais, o coordenador de Ciências Contábeis faz parte do Conselho Superior da Faculdade – CONSUP, conforme pode ser verificado a partir das portarias institucionais.

22.1. Os Indicadores que Subsidiaram a Gestão da Coordenação de Curso de Ciências Contábeis da FVP

A FVP tem plena consciência de que não basta fornecer apenas horas/aula a um docente ou gestor para que a expectativas positivas de uma gestão de curso seja efetivada.

Assim, são prerrogativas da gestão do curso de Ciências Contábeis o estabelecimento semestral de um plano de ação subsidiado por indicadores que advém tanto da avaliação da CPA, como do envolvimento de outros órgãos que agem direta ou indiretamente com o curso em questão.

A FVP parte da perspectiva que, da mesma forma que ocorrem em alguns setores em que a gestão pode ser concebida de forma mais processual e mecanizada como na infraestrutura, contabilidade etc, a gestão dos cursos de graduação muitas coisas também podem estabelecer um processo de formalização, como no caso do sistema de aprovação com base nas notas da avaliação de uma disciplina e no cumprimento efetivo de conteúdos programáticos.

Porém, há aspectos e ações que são mais subjetivos, como a questão motivacional dos alunos ou o acompanhamento do nível de envolvimento do corpo docente no curso. Justamente no lado mais acadêmico é que se sente necessidade de ferramentas de apoio (mas não de mecanização) da gestão do processo de ensino-aprendizagem.

Este trabalho se foca no coordenador de curso por diversas razões. Este é um papel com diversas atribuições operacionais, como organizar horários, contratar professores e orientar a matrícula dos alunos. Contudo, entende-se que sua maior importância é dar uma “identidade” para o curso, mantendo consistente sua linha de ensino e coerente com o Projeto Pedagógico do mesmo. Juntam-se a isto diversas obrigações ligadas às questões econômicas, como viabilização de laboratórios de ensino e atingimento de metas de ocupação de salas de aula e ações de integração das atividades de extensão e pesquisa da IES, acompanhamento e evolução do Projeto Pedagógico do curso e envolvimento com mecanismos de avaliação externa.

Dada essa grande importância da coordenação do curso, há sempre um esforço de formar uma equipe de coordenadores respeitando os seguintes critérios:

- Professores com formação acadêmica correspondente a mestre/doutor e/ou, minimamente, cursando um programa *Stricto Sensu* na área do curso;
- Professores com, pelo menos, 3 anos de experiência acadêmica e não -acadêmica;

- Professores com dedicação integral ao curso e à Instituição (40 horas);
- Professores capazes de liderar processos acadêmico-pedagógicos envolvendo professores e estudantes;
- Professores integrados à comunidade local ou que tenham um perfil agregador, capazes de facilitar a localização e a contratação de bons profissionais, estabelecimento de convênios, fixação de imagem institucional positiva da Instituição etc.;
- Professores interessados em conhecer o projeto dos estudantes, as demandas do mercado de trabalho e as necessidades da comunidade para, de alguma forma, fortalecer os programas educacionais que a Instituição oferece;
- Professores aptos a selecionar, produzir ou a utilizar informações que subsidiem os processos decisórios que envolvem sua função;
- Professores com boa capacidade de comunicação oral e escrita.

Para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, bem como de outros cursos de graduação da IES, serão constituídas atuações e atribuições divididas em categorias passíveis de conduzir positivamente o curso e a modernização dos Projetos Pedagógicos: funções de natureza Política, Gerencial, Acadêmica e Institucional.

a) Funções de Natureza Política:

- O Coordenador do Curso exerce o papel de grande divulgador do curso tanto no plano interno – junto a estudantes e a professores – quanto no plano externo – junto aos potenciais empregadores e a comunidade/sociedade.
- Negocia com os dirigentes condições que multipliquem as possibilidades de execução de projetos capazes de ampliar a aprendizagem do corpo discente.
- Motiva estudantes e professores para a busca de qualidade acadêmica.

b) Funções de Natureza Gerencial:

- Supervisiona a qualidade e a suficiência das instalações da IES para o curso; dos equipamentos dos laboratórios; do acervo da biblioteca e da adequação da política de uso dos espaços e equipamentos.
- Conhece e contribui para os controles da Secretaria: registro de faltas e de notas, matrículas, cumprimento de prazos etc.
- Formula fluxos de comunicação e de processos que contribuam para a agilidade das ações e a eficácia dos resultados.

c) Funções de Natureza Acadêmica:

- Contribui para a concepção, execução e o aperfeiçoamento do projeto pedagógico do curso na direção e sua explícita articulação com as atividades de ensino, pesquisa e extensão.
- Integra os professores e estimula a articulação das disciplinas da grade curricular – tanto no plano horizontal quanto vertical – e dos programas curriculares e extracurriculares que, de alguma forma, envolvam as atividades de ensino, pesquisa e extensão.
- Lidera o programa de avaliação com a preocupação de identificar pontos frágeis e de formular alternativas de superação de tais debilidades.
- Estimula os programas que reforcem os projetos acadêmico/profissional dos estudantes, o projeto pedagógico do curso e o PDI: programa de monitoria, programa de iniciação científica, execução das PIs – Projetos Interdisciplinares, programas de consultoria vinculados ao Núcleo de Práticas etc.

d) Funções de Natureza Institucional:

- Contribui para a imagem interna e externa do curso e da Instituição.
- Encontra meios de ampliar a empregabilidade dos egressos.

- Firma contratos, convênios e parcerias que ampliem os espaços de aprendizagem dos estudantes, os espaços profissionais dos egressos e a credibilidade da Instituição junto à sociedade.
- Procura ser ativo em todos os processos que envolvam a autorização, reconhecimento e avaliação periódica do curso que coordena.

Dessa forma, há que se destacar que a Faculdade Vale do Pajeú – FVP tem na sua organização administrativa e acadêmica um coordenador responsável pela articulação, formulação, e execução de cada projeto pedagógico de Curso.

O coordenador do Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis da FVP possui uma formação que lhe permite ter domínio do desenvolvimento do projeto pedagógico do seu curso.

22.2. Experiência profissional, de magistério superior e de gestão acadêmica do Coordenador.

A coordenação do curso de Ciências Contábeis está sob a égide do Professor Inaldo Patrício de Freitas Severino. O referido docente possui formação na área do curso, bem como experiência em gestão para o ensino superior.

Há que se destacar a gama de conhecimentos e diversidade de áreas de formação do referido professor, o que auxiliou em muito na concepção deste Projeto de Curso.

23. CORPO DOCENTE: TITULAÇÃO

Os parâmetros relacionados à adequação da titulação do corpo docente do curso em relação ao perfil do egresso ensejado em Ciências Contábeis são estabelecidos por meio de relatório constituído pela coordenação do curso em diálogo com as instâncias acadêmicas e administrativas da IES.

Trata-se de relatório que justifica a escolha do corpo docente inicial do curso, considerando:

- a) formação aderente às disciplinas que serão ministradas sejam elas propedêuticas ou específicas do curso;
- b) experiência no magistério superior, de modo que o docente possua capacidade para analisar os conteúdos curriculares do componente curricular a ele designado e deste determinar os conteúdos programáticos a serem utilizados, bem como ampliar qualitativamente as bibliografias estabelecidas para a disciplina;
- c) preferência por docente com experiência prática de mercado, de modo a precisar positivamente o perfil do egresso ensejado para o curso;
- d) formação preferencialmente *stricto sensu*, pois desse modo esses docentes poderão analisar com profundidade os conteúdos curriculares a eles designados, explicitando aos alunos a importância destes para a suas formações profissionais, acadêmicas ou cidadãs, bem como elevar o senso crítico desses alunos em relação aos conhecimentos ministrados, proporcionando a eles literatura que ultrapasse os limites daquelas designadas no PPC.
- e) professores com titulação constituída a partir de pesquisa acadêmica para que possam, não apenas “ensinar” os conteúdos curriculares, mas fomentar nos alunos a “construção” dos conhecimentos. Para tal, adicional à qualidade das aulas propostas, os professores podem e devem formar grupos de estudos e proporcionar publicações no âmbito das suas áreas na FVP.

Obs* Para proporcionar esse ambiente de construção de conhecimentos e autonomia dos alunos, conforme já fora explicitado em outras seções deste PPC, a FVP estimula as metodologias ativas para uso em todos os cursos de graduação, bem como fornecer subsídios institucionais para a publicação acadêmica, como por exemplo, as revista eletrônicas no site institucional.

Dessa forma, o corpo docente do Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis é constituído por docentes com formação específica e titulação compatível aos conteúdos ministrados, à natureza das atividades acadêmicas que desenvolve, às características do contexto da região, e à concepção do curso.

Da mesma forma, os professores são estimulados à educação continuada, tanto pelo oferecimento, pela FVP, de cursos de pós-graduação Lato Sensu, de cursos de extensão e pela facilitação e subsídio para a inscrição em programas de pós-graduação *Stricto Sensu* e, também para participações em eventos e apresentações e publicações de trabalhos em geral.

A Instituição também oferecerá apoio à pesquisa dos seus Docentes, através da Coordenação de Pesquisa que tem por objetivo promover o desenvolvimento de investigações científicas e destina-se aos professores de todos os cursos da FVP.

Assim, pode-se determinar que são atribuições do corpo docente:

- ministrar o ensino das disciplinas e assegurar a execução da totalidade do programa aprovado, de acordo com horário pré-estabelecido;
- registrar a matéria lecionada e controlar a frequência dos alunos;
- elaborar, para cada período letivo, os planos de ensino de sua disciplina e submetê-los à Coordenação do curso e ao Colegiado de Curso;
- responder pela ordem nas salas de aula, pelo uso do material e pela sua conservação;
- cumprir e fazer cumprir as disposições referentes à verificação do aproveitamento escolar dos alunos;
- fornecer à Coordenação dos Professores as notas correspondentes aos trabalhos, provas e exames, dentro dos prazos fixados pelo órgão competente;
- comparecer às reuniões dos colegiados aos quais pertence;
- propor à Coordenação do curso medidas para assegurar a eficácia do ensino e da pesquisa; e
- realizar e orientar pesquisas, estudos e publicações, de acordo com o plano aprovado pela Entidade Mantenedora e submeter-se periodicamente à avaliação da Coordenação do curso e da Direção Acadêmica;
- analisar sistematicamente o componente curricular de modo a melhorar a sua eficácia, inclusive com a indicação de novas bibliografias e métodos de ensino-aprendizagem.

Para ingresso na Faculdade e no curso os professores serão selecionados pelo Coordenador.

Os requisitos exigidos para a docência são:

- a) Titulação acadêmica=> Privilegia-se os candidatos com melhor titulação, compatível com as disciplinas a serem ministradas. A titulação mínima aceitável é a de especialista.
- b) Formação não acadêmica=> Privilegia-se os candidatos com maior formação, ainda que não acadêmica (treinamentos empresariais, cursos de extensão, cursos de atualização, entre outros).
- c) Experiência acadêmica=> Privilegia-se candidatos com maior e melhor experiência acadêmica.

d) Experiência profissional=> Para disciplinas mais específicas de Ciências Contábeis o requisito experiência é fundamental, já para as disciplinas de formação geral, a experiência em Ciências Contábeis não é um requisito eliminatório, mas um requisito desejado.

LOTAÇÃO DO CURSO*

1º SEMESTRE

DISCIPLINA	PROFESSOR (A)	
	NOME	TITULAÇÃO
Leitura e Escrita no Ensino Superior (EaD)	Silvânia Maria da Silva Amorim Cruz	Ms.
Metodologia da Pesquisa e do Trabalho Científico (EaD)	Ana Cristina Vasconcelos	Ms
Matemática (EaD)	Érico Vinicius Bezerra Leite	Dr.
Introdução à Contabilidade	Inaldo Patrício de Freitas Severino	Esp.
Introdução à Informática	Érico Vinicius Bezerra Leite	Dr.
Prática de Extensão I	Jakellyne Kelly Quidute Nogueira	Esp.

2º SEMESTRE

DISCIPLINA	PROFESSOR (A)	
	NOME	TITULAÇÃO
Introdução à Administração (EaD)	Marcos Aurélio Alves	Ms
Direitos Humanos (EaD)	Amilton de Siqueira Souto	Esp.
Filosofia e Ciências Sociais (EaD)	Gil Camelo	Ms
Ética e Responsabilidade Profissional (EaD)	Rênnya de Cássia Melo Freitas de Vasconcelos	Esp.

Contabilidade Geral	Inaldo Patrício de Freitas Severino	Esp.
Economia e Desenvolvimento Regional	Marcos Aurélio Alves	Ms.
Projeto Interdisciplinar I- Vivência (Planejamento de Carreira)	Rênnya de Cássia Melo Freitas de Vasconcelos	Esp.
Prática de Extensão	Jakellyne Kelly Quidute Nogueira	Esp.

3º SEMESTRE

DISCIPLINA	PROFESSOR (A)	
	NOME	TITULAÇÃO
Sociologia e Relações Étnico Raciais (EaD)	Gil Camelo	Ms
Empreendedorismo (EaD)	Marcos Aurélio Alves	Ms
Estatística Aplicada as Ciências Sociais (EaD)	Érico Vinicius Bezerra Leite	Esp.
Contabilidade Empresarial e Societária	Ana Paula da Costa	Esp.
Direito Empresarial (EaD)	Amilton de Siqueira Souto	Esp.
Prática de Extensão III	Jakellyne Kelly Quidute Nogueira	Esp.

4º SEMESTRE

DISCIPLINA	PROFESSOR (A)	
	NOME	TITULAÇÃO
Contabilidade de Custos (EaD)	Ana Paula da Costa	Esp.

Legislação e Contabilidade Tributária	Jakellyne Kelly Quidute Nogueira	Esp.
Psicologia Social e Comunitária (EaD)	Ana Cristina Vasconcelos	Ms
Matemática Financeira (EaD)	Érico Vinicius Bezerra Leite	Dr.
Contabilidade Intermediária	Inaldo Patrício de Freitas Severino	Esp.
Projeto Interdisciplinar II	Ana Paula da Costa	Dr.
Prática de Extensão IV	Jakellyne Kelly Quidute Nogueira	Esp.

5º SEMESTRE

DISCIPLINA	PROFESSOR (A)	
	NOME	TITULAÇÃO
Contabilidade Avançada (EaD)	Ana Paula da Costa	Esp.
Contabilidade e Orçamento Público	Jakellyne Kelly Quidute Nogueira	Esp.
Análise e Demonstrações Contábeis	Inaldo Patrício de Freitas Severino	Esp.
Macroeconomia	Marcos Aurélio Alves	Ms.
Métodos Quantitativos Estatísticos	Érico Vinicius Bezerra Leite	Dr.
Prática de Extensão V	Jakellyne Kelly Quidute Nogueira	Esp.

6º SEMESTRE

DISCIPLINA	PROFESSOR (A)	
	NOME	TITULAÇÃO
Sistemas de Informação e Laboratório Contábil	Ana Paula da Costa	Esp.
Administração Financeira	Marcos Aurélio Alves	Ms.
Contabilidade das Prestadoras de Serviços	Ana Paula da Costa	Esp.
Perícia Contábil e Arbitragem (EaD)	Jakellyne Kelly Quidute Nogueira	Esp
Contabilidade Gerencial (EaD)	Inaldo Patrício de Freitas Severino	Esp
Projeto Interdisciplinar III	Rênnya de Cássia Melo Freitas de Vasconcelos	Esp
Prática de Extensão VI	Jakellyne Kelly Quidute Nogueira	Esp

7º SEMESTRE

DISCIPLINA	PROFESSOR (A)	
	NOME	TITULAÇÃO
Mercado Financeiro e de Capitais	Inaldo Patrício de Freitas Severino	Esp.
Contabilidade Internacional	Ana Paula da Costa	Esp.
Sistema de Gestão e Planejamento Ambiental (EaD)	Marcos Aurélio Alves	
Disciplina Optativa I	Jakellyne Kelly Quidute Nogueira	Esp.

Estágio Supervisionado I	Jakellyne Kelly Quidute Nogueira	Esp.
Trabalho de Conclusão de Curso I	Ana Cristina Vasconcelos	Ms.
Vivência II	Marcos Aurélio Alves	Ms.
Prática de Extensão VII	Ana Paula da Costa	Esp.

8º SEMESTRE

DISCIPLINA	PROFESSOR (A)	
	NOME	TITULAÇÃO
Controladoria	Ana Paula da Costa	Esp.
Auditoria (EaD)	Jakellyne Kelly Quidute Nogueira	Esp.
Contabilidade do Agronegócio	Inaldo Patrício de Freitas Severino	Esp.
Contabilidade Pública	Ana Paula da Costa	Esp.
Disciplina Optativa II	Marcos Aurélio Alves	Ms.
Trabalho de Conclusão de Curso II	Inaldo Patrício de Freitas Severino	Esp.
Estágio Supervisionado II	Jakellyne Kelly Quidute Nogueira	Esp.
Prática de Extensão VIII	Ana Paula da Costa	Esp.

DISCIPLINAS OPTATIVAS

DISCIPLINA	DOCENTE
Libras e Sistema Braile	Silvânia Maria da Silva Amorim Cruz
Gestão de Processos e de novas tecnologias	Marcos Aurélio Alves
Planejamento Tributário	Jakellyne Kelly Quidute Nogueira
Contabilidade Socioambiental	Inaldo Patrício de Freitas Severino
Tópicos Especiais	Marcos Aurélio Alves

****OBS: A LOTAÇÃO DE PROFESSORES PRESENTES NESTA SEÇÃO, CORRESPONDE A UMA EXPECTATIVA GERAL DE PROFESSORES DO CURSO, NO MOMENTO, E SUAS RESPECTIVAS DISCIPLINAS QUANDO EM OFERTA.***

*****VIDE OFERTA DO SEMESTRE 2022.2 NOS DOCUMENTOS DO CURSO DISPONÍVEIS***

DOCENTE	TITULAÇÃO
Silvânia Maria da Silva Amorim Cruz	Mestre
Ana Cristina Vasconcelos	Mestre
Érico Vinicius Bezerra Leite	Doutor
Inaldo Patrício de Freitas Severino	Especialista
Jakellyne Kelly Quidute Nogueira	Especialista
Marcos Aurélio Alves	Mestre
Amilton de Siqueira Souto	Especialista
Gil Camelo	Mestre
Rênnya de Cássia Melo Freitas de Vasconcelos	Especialista
Ana Paula da Costa	Especialista

23.1. Regime de Trabalho do Corpo Docente do Curso

Da mesma forma que se busca permitir uma maior dedicação do coordenador à IES, para o corpo docente é estipulada as mesmas prerrogativas.

Para tal, busca-se contratar, preferencialmente, os professores em regime integral e parcial.

Tal distribuição é estabelecida de modo que o docente possa atender de maneira plena aos seus alunos, participar de reuniões colegiadas, planejar os processos de ensino-aprendizagem e a avaliação dos alunos. Ademais, busca-se fornecer aos professores atividades extra-aulas de modo que se envolvam também nas questões institucionais como, por exemplo, o atendimento de núcleos como os de pesquisa e extensão, relacionamento estudantil e nivelamento, tecnologia e inovação pedagógica ou a condução de laboratórios didáticos.

Essas expectativas são delineadas semestralmente a partir de planilha que apresenta das atribuições individuais de cada professor para o semestre, documento descritivo disponível para consulta por docentes e gestão da IES na coordenação de curso.

Os docentes contratados em regime de tempo parcial terão 25% de sua carga horária dedicados a atividades extraclasse, atendimento aos alunos do curso, planejamento didático-pedagógico, desenvolvimento de atividades de extensão, entre outras atividades, conforme já destacamos.

DOCENTE	TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO
Silvânia Maria da Silva Amorim Cruz	Mestre	Integral
Ana Cristina Vasconcelos	Mestre	Integral
Érico Vinicius Bezerra Leite	Doutor	Integral
Inaldo Patrício de Freitas Severino	Especialista	Integral
Jakellyne Kelly Quidute Nogueira	Especialista	Integral
Marcos Aurélio Alves	Mestre	Parcial
Amilton de Siqueira Souto	Especialista	Integral
Gil Camelo	Mestre	Integral
Rênnya de Cássia Melo Freitas de Vasconcelos	Especialista	Integral

Ana Paula da Costa	Especialista	Parcial
--------------------	--------------	---------

ESTRUTURA

REGIME DE TRABALHO	DE	PERCENTUAL
Horista		--
Parcial		10%
Integral		90%

24. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DOCENTE

Conforme já fora destacado em outras partes deste PPC, além das perspectivas relacionadas à qualidade do docente para acompanhamento das questões pedagógicas, conteúdos e avaliativas dos alunos, dá-se preferência na IES à docentes que reúnam a academia com a experiência de mercado.

Essas expectativas podem ser vislumbradas no mesmo relatório de adequação docente disponibilizado para consulta na coordenação, bem como pelas atas dos colegiados superiores e NDE.

VIDE QUADRO COM RELAÇÃO DE DOCENTES E EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

24.1. Plano de Carreira Docente

A IES tem implementado o seu Plano de Carreira Docente. Entre os aspectos levados em consideração quando da composição do Plano de Carreira Docente – PCD destacam-se: titulação, regime de trabalho, substituições, experiência acadêmica e experiência profissional não-acadêmica, mérito pelo trabalho desenvolvido e continuidade do processo de atualização.

A Instituição tem a titulação como principal critério para progressão na carreira docente e, neste sentido, procura desenvolver uma política de qualificação que incentive o docente a continuar seus estudos de pós-graduação.

Outros importantes fatores que poderão ser considerados para a progressão na carreira docente são a produção e a publicação de obras técnico-científicas, resultantes dos trabalhos de investigação dos professores e estudantes.

VIDE PLANO DE CARREIRA DOCENTE NOS DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS DA IES NO PDI

24.2. Qualificação do Corpo Docente

A IES tem delineado a partir do seu PDI a preocupação constante com qualificação de seu corpo docente, afinal isso vai eclodir exatamente no objetivo maior de promover a melhoria da qualidade das funções de ensino, pesquisa e extensão.

Dessa forma, a FVP incentiva os seus professores a se qualificarem a partir dos seus próprios cursos de pós-graduação, afinal ofertará especializações *lato sensu*. Acrescente-se a essa expectativa, o apoio constante a capacitação a partir de cursos *stricto sensu*.

VIDE PLANO DE CARREIRA DOCENTE NOS DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS DA IES NO PDI

25. EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA SUPERIOR

Primeiramente, há que se destacar que a FVP tem plena consciência de que o exercício da docência no ensino superior não deve ser compreendido apenas como um ato de ministrar aula, pois diante das necessidades acerca da formação profissional, o conceito vai muito além.

A mobilidade social e as mudanças emergentes do mercado de trabalho exigem que o profissional docente no ensino superior esteja atento a tudo que configura a formação do seu aluno.

Nesse contexto, o mesmo relatório que determina e justifica a escolha dos docentes no curso de Ciências Contábeis no que tange à titulação e experiência profissional, também aponta as expectativas acerca da preferência do curso à contratação de docentes com experiência no magistério superior.

Para adequação do corpo docente, buscou-se professores que em suas experiências no ensino superior tivessem relação estreita com o perfil do egresso ensinado na IES.

Além disso, questões como a capacidade de análise das dificuldades dos alunos, prática didática acessível e sensibilidade na indicação de ações que promovam a melhoria da qualidade em se apreender os conteúdos curriculares, bem como características como a habilidade de apresentar exemplos contextualizados, foram perspectivas inerentes às entrevistas feitas com os professores escolhidos para o curso.

As expectativas dos docentes foram estabelecidas também considerando o conhecimento e prática para lidar com avaliações formativas, tudo para que os resultados advindos dos alunos possam servir como ferramenta para redefinir a prática docente.

Foram assertivas também na escolha dos professores a capacidade de liderança e as produções acadêmicas.

VIDE RELATÓRIO E ATAS DAS ENTREVISTAS COM DOCENTES

25.1. Experiência no exercício da tutoria na educação a distância

Da mesma forma que foi procedido com os docentes, a coordenação estabeleceu um estudo de modo a configurar o perfil necessário para estabelecer um perfil de tutores para cada uma das disciplinas.

Vale ressaltar que todos os tutores que trabalham no curso possuem experiência no exercício da tutoria.

VIDE RELATÓRIO DISPONÍVEL NOS DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS

25.2. Titulação e formação do corpo de tutores do curso

VIDE RELATÓRIO DA TUTULAÇÃO E EXPERIÊNCIA DOS TUTORES DISPONÍVEL NOS DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS

26. ATUAÇÃO DO COLEGIADO DE CURSO OU EQUIVALENTE

A Coordenação do Curso de Ciências Contábeis constituiu o regulamento que estabelece as responsabilidades e a atuação do Colegiado do curso.

Dentre outras várias questões, o regimento prevê:

- a) Representatividade dos segmentos envolvidos no curso: professores, alunos e corpo técnico-administrativo;
- b) Reuniões ordinárias com registro das decisões colegiadas;
- c) Fluxo semestral que determina a avaliação do seu desempenho e práticas sistemáticas de gestão do curso;
- d) Criação e avaliação de Indicadores de trabalho;
- e) Elaboração de um plano de ação;
- f) Exercício de trabalho compartilhado com outros órgãos do curso e da IES.

O Colegiado do Curso de Graduação em Ciências Contábeis será composto por 04 (quatro) docentes, representante discente e do Corpo Técnico-administrativo. Ao Colegiado, na forma como ele é instituído, compete o seguinte:

- a) propor e executar atividades e promover a articulação em nível interno e em nível das relações entre os cursos da mesma área da instituição;
- b) aprovar o plano de atividades de curso;
- c) promover a articulação e a integração das atividades docentes;
- d) propor providências de ordem didática, científica e administrativa aos órgãos da Administração Superior;
- e) opinar sobre a realização de programas de ensino, pesquisa e extensão;
- f) responsabilizar-se pela elaboração de projetos de pesquisa de extensão na área de competência, coordenar e supervisionar sua execução;
- g) desenvolver e aperfeiçoar metodologias próprias para o ensino das disciplinas de sua competência;
- h) distribuir aos membros do corpo docente encargos de ensino, pesquisa e extensão;
- i) responsabilizar-se pelo oferecimento das disciplinas relacionadas com o setor específico do saber que define o âmbito de sua competência;
- j) elaborar as ementas, os programas e os planos de ensino para as disciplinas de sua competência;
- k) avaliar o desempenho individual de cada docente;

- l) participar de programa ou projetos de pesquisa e extensão de natureza interdisciplinar;
- m) promover e coordenar seminários, grupos de estudos e outros programas para o aperfeiçoamento docente e discente;
- n) avaliar, ao final do semestre, os programas relativos ao curso;
- o) constituir comissões especiais para assuntos específicos;
- p) acompanhar a expansão do conhecimento nas áreas de sua competência através de intercâmbio com centros de pesquisadores que desenvolvam trabalhos inovadores e através do incentivo à participação dos docentes em eventos científicos e culturais nas respectivas áreas de especialização;
- q) exercer as demais atribuições que se incluam, de maneira expressa ou implícita, no âmbito de sua competência;
- r) fazer indicação para admissão do pessoal docente.

O Colegiado de Curso, presidido pelo (a) Coordenador (a) de Curso, reunir-se-á ordinariamente, no mínimo, uma vez por semestre. As normas para funcionamento desses colegiados são as que estão estabelecidas em Regimento próprio do Colegiado do curso.

O colegiado do Curso será constituído pelos seguintes membros:

MEMBRO	REPRESENTAÇÃO
Prof. Marcos Aurélio Alves, Ms	Docente
Profa. Jakellyne Kelly Quidute Nogueira, Esp.	Docente
Prof. Amilton de Siqueira Souto, Esp.	Docente
Profa. Ana Paula da Costa, Esp.	Docente
Prof. Gil Camelo, Ms	Docente
Profa. Ana Cristina Rodrigues de Vasconcelos, Ms	Docente
Patrícia Gabrielle Borjas de Freitas	Discente
Daniella Mirela Lima Pinheiro	Corpo Técnico-Administrativo

27. PRODUÇÃO CIENTÍFICA, CULTURAL, ARTÍSTICA OU TECNOLÓGICA

Conforme pode ser verificado pelo relatório de escolha do corpo docente, houve da parte da IES a preferência por professores com ampla produção acadêmica.

Porém, é sabido por todos (as) a dificuldade em se publicar trabalhos no Brasil e no mundo, bem como unir as atividades de Ensino com as atividades de Pesquisa.

Assim, a IES possui um projeto para a constituição de revistas acadêmicas nas áreas dos seus cursos de modo que os docentes possam aumentar os seus escores de publicações, bem como divulgar os trabalhos e os conhecimentos produzidos nos cursos de graduação.

Vale destacar também que a estrutura curricular do Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis permite que em vários semestres as áreas e disciplinas realizem projetos interdisciplinares cuja pesquisa permite mobilizar o conjunto de saberes e experiências vividos a cada período, tanto por professores, quanto por alunos. Cada disciplina é aproveitada na medida em que o seu conjunto de teorias, conceitos e instrumentais de análises forneçam ferramentas para o desenvolvimento de uma pesquisa comum em determinadas ênfases. Dessa forma, somos sabedores que a pesquisa, e a decorrente produção científica e tecnológica possuem um grande aumento no decorrer dos semestres do curso.

Torna-se igualmente importante ressaltar que a pesquisa tem um papel singular na formação dos docentes e discentes.

A Faculdade possui uma Coordenação específica de Pesquisa e Iniciação Científica, a qual publica semestralmente edital convocando para apresentação de projetos.

DIMENSÃO: INFRAESTRUTURA DO CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

28. GABINETE DE TRABALHO PARA PROFESSORES DE TEMPO INTEGRAL – TI

O curso conta com gabinetes de trabalho para os professores que exercem atividades em Tempo Integral no curso e, assim, poderem ter condições de desenvolverem trabalhos em condições de comodidade e privacidade.

Tais gabinetes estão localizados próximos à sala de professores, tudo com boas condições com relação ao mobiliário, acústica, iluminação, ventilação e limpeza.

Assim, pode-se dizer que os gabinetes contam com os seguintes recursos:

- computadores com acesso à internet
- impressora ligada à rede
- armário para a guarda de materiais de expediente e utensílios pessoais
- porta com chaves que garantem a privacidade no atendimento aos alunos e no planejamento de suas atividades.

OBS: Todos os gabinetes são equipados com mesas cadeiras e utensílios de escritório.

29. ESPAÇO DE TRABALHO PARA COORDENAÇÃO DE CURSO E SERVIÇOS ACADÊMICOS

Na IES, há o cuidado para que o coordenador de curso possa atender os alunos de maneira satisfatória, bem como constituir os trabalhos rotineiros de ordem acadêmica.

Por isso, o Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis possui uma sala exclusiva para a coordenação de curso, com todo o material de escritório, ar condicionado, computador, impressora e acesso a internet.

Além disso, sabedora do volume de trabalho burocrático que incide sobre uma coordenação de curso, a IES fornecerá uma secretária acadêmica para atender ao curso.

30. SALA COLETIVA DE PROFESSORES

Vários estudos já constataram que a produtividade e a qualidade do trabalho realizado estão diretamente relacionadas com as boas condições do ambiente em que se desenvolvem as atividades. Para que o trabalhador se sinta bem em seu ambiente de trabalho é preciso que ele usufrua de uma situação descrita como Conforto Ambiental. Este conforto ambiental é relativo, pois cada pessoa reage de forma diferente a estímulos externos. No entanto é possível criar um ambiente de trabalho que satisfaça as condições de conforto da grande maioria das pessoas que nele trabalham.

Nesse contexto, a FVP tem plena consciência da necessidade de se estabelecer um padrão de conforto para o trabalho docente que se inicia antes de entrar na sala de aula.

Assim, na FVP há um grande esmero pela sala dos professores, que está assim constituída:

- Mesa de Reuniões para a interação entre os docentes;
- Água filtrada de qualidade excelente;
- Abastecimento contínuo de café;
- Acesso a internet com recursos de jogos virtuais;
- Ar condicionado;
- Cadeiras confortáveis;
- Computadores para uso dos docentes;
- Armário para a guarda de materiais;
- Secretárias docentes para auxiliar nas mais diversas atividades;

31. SALAS DE AULA

Uma boa qualidade de ensino não só depende da capacitação dos professores, mas também das condições físicas das salas de aulas, ambientes em que os mesmos interagem com os alunos. Já que existe relação direta da qualidade e da produtividade com o ambiente de trabalho, pode-se afirmar que as salas de aulas precisam prover os alunos e professores de condições saudáveis, garantindo a espontaneidade de uma das atividades mais importantes para a sociedade.

Ciente dessa necessidade para alcançar os seus objetivos institucionais, a FVP constitui todas as instalações de forma possuam espaço físico adequado e estejam em boas condições com relação ao mobiliário, acústica, iluminação, ventilação e limpeza.

Abaixo estão descritas algumas especificações como:

⇒ **ACÚSTICA**

Todas as salas de aula são dotadas de boa audição interna.

⇒ **ILUMINAÇÃO**

Todas as salas de aula possuem iluminação artificial.

⇒ **CLIMATIZAÇÃO**

Todas as salas de aulas são climatizadas.

⇒ **MOBILIÁRIO**

Todas as salas de aula possuem: Carteiras para alunos e mesas e cadeiras para Professores, Data – Show, Computadores e acesso a internet.

⇒ **LIMPEZA**

As salas de aulas e as áreas livres dispõem de cestas para coleta de lixo e são mantidas limpas.

32. ACESSO DOS ALUNOS A EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

O acesso dos alunos a equipamentos de informática é feito a partir de laboratório específico destinado às aulas práticas, conforme o cronograma estabelecido e às necessidades dos professores dentro do horário de aula, que será no período matutino das 8h30 às 11h50 e no período vespertino a noturno das 13h00 às 22h20, devendo ser reservado com antecipação de, pelo menos, 24 horas.

O Laboratório de Informática se constitui para uso em aulas práticas e para que os estudantes aprimorem seus conhecimentos técnicos e executem trabalhos acadêmicos. A

permanência dos estudantes é acompanhada por monitores, em tempo integral, com a finalidade de orientá-los, de acordo com as necessidades instrucionais.

O acesso aos equipamentos do Laboratório de Informática será realizado por ordem de chegada, enquanto houver disponibilidade desses. Cada estudante, assim, pode ocupar um equipamento por 02 (duas) horas consecutivas, inclusive para acessos aos serviços oferecidos pela Internet, podendo renová-las, caso não haja procura por outros estudantes.

32.1. LABORATÓRIO DE PRÁTICAS CONTÁBIL

A FVP constitui o seu laboratório de práticas, que trata-se de um espaço-laboratório voltado, ao atendimento de micro e pequenas empresas da comunidade de inserção visando prestar-lhes consultorias, da mesma forma para profissionais autônomos e demandas de cunho particular da população.

O Laboratório é constituído de sala de reunião e escritórios-modelo nos quais alunos e professores podem prestar serviços de consultoria, simulando ou constituindo situações reais de aprendizado. Além da prestação de outros serviços na área do curso.

O Projeto do Laboratório de Práticas está anexado ao PDI e nele estão delineadas as suas linhas de trabalho e demais perspectivas.

33. BIBLIOTECA

33.1. Do Funcionamento

A Biblioteca da FVP é de fácil acesso, inclusive para deficientes, dispõe de mesas para estudo, tanto em grupos quanto estudo individual, salas para estudo; ainda, possui um guarda-volumes com espaços para controle do acesso dos discentes às pesquisas.

33.2. Acervo

O acervo da Biblioteca da IES é composto de livros, periódicos, multimídia, revistas e jornais.

No que tange a Periódicos Especializados, o curso disponibiliza na biblioteca e no site institucional uma lista de revistas indexadas para que os alunos possam pesquisar e se utilizarem do material.

É preciso destacar que o NDE optou por atualizar o acervo do curso com livros presentes na Biblioteca Virtual da IES (Pearson), essa decisão deve ser pelos recursos disponíveis, qualidade do acervo, disponibilidade 24 horas do acervo e atualização desse.

33.2.1. Bibliografias Básica e Complementar por Unidade Curricular no Curso de Ciências Contábeis

Disponibilizado para consulta de toda a comunidade acadêmica, o relatório de adequação da bibliografia básica e complementar foi constituído pelos NDE do curso considerando as necessidades de cada uma das Unidades Curriculares ou Disciplinas.

No que diz respeito aos livros físicos, tanto a bibliografia básica quanto a complementar estão devidamente tombadas e as seus adequado as Unidades Curriculares.

O acervo físico disponível na IES pode ser acessado por meio de sistema informatizado e há um plano de ampliação do acervo que é revisto semestralmente conforme a demanda por títulos referendados pelos professores.

33.3. Periódicos Especializados na área do curso

Primeiramente, há que se destacar que o NDE do curso é ciente que, atualmente, vivemos um período de uma espécie de “corrida” por *qualis* no que diz respeito aos periódicos especializados nas mais diversas áreas.

Desse modo, em razão da necessidade de leitura e de citações em trabalhos, os melhores periódicos da área são hoje indexados por portais gratuitos.

Assim, a FVP criou em seu Portal Institucional, no Link Biblioteca, um espaço reservado para que os alunos acessem os melhores periódicos especializados nas mais diversas áreas.

Portanto, a partir dessa iniciativa, no que tange a Periódicos Especializados, o curso disponibiliza na biblioteca e no site institucional uma lista de revistas indexadas para que os alunos possam pesquisar e se utilizarem do material, conforme segue:

PERIÓDICO/REVISTA	DISPONIBILIZACAO	ACESSO
Infomoney	IMPRESSA	Biblioteca FVP
CRC-RJ	IMPRESSA	Biblioteca FVP
Revista RBC (CFC)	IMPRESSA	Biblioteca FVP
Contabilidade e Controladoria – RC&C	http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/rcc	Site Institucional FVP
Finanças Aplicadas	http://www.financasaplicadas.net/ojs/index.php/financasaplicadas	Site Institucional FVP
Contabilidade e Finanças (USP)	www.scielo.br/rcf	Site Institucional FVP
Periódicos CAPES	http://www.periodicos.capes.gov.br/	Site Institucional FVP
Revista Contemporânea de Contabilidade (UFSC)	http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/contabilidade/index	Site Institucional FVP
Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPEC)	http://www.repec.org.br/index.php/repec	Site Institucional FVP

Revista do CRC-RJ	http://www.crc.org.br/_jornal/index.asp	Site FVP	Institucional
Revista FENACON	http://www.fenacon.org.br/usuarios/arquivos/revistas/152/	Site FVP	Institucional

33.4. Política de Aquisição da IES

A seleção e a aquisição do acervo bibliográfico são feitas com base na bibliografia arrolada nos planos de ensino do curso de Ciências Contábeis, bem como pelas bibliografias recomendadas pelas Comissões de Especialistas do MEC.

Serão consideradas, ainda, neste processo de seleção e aquisição, as bibliografias encaminhadas semestralmente pelos docentes responsáveis pela coordenação de curso, sendo estas listas fruto de reuniões periódicas com professores e alunos do Curso de Ciências Contábeis.

De forma geral, para assegurar a qualidade e atualização do acervo bibliográfico e não-bibliográfico, os critérios de seleção e aquisição adotados serão:

- Adequação do material aos objetivos do curso e das disciplinas;
- Autoridade do autor e editor;
- Atualização e qualidade do material com idioma acessível aos clientes;
- Conhecimento do acervo;
- Uso de instrumentos auxiliares (catálogos de distribuidores de material informacional).

33.5. Consulta

O sistema de consulta ao acervo está disponível em terminais, onde o usuário realiza a consulta e está totalmente automatizada e gerenciada por *software* de tombamento e catálogo bibliotecário. A classificação adotada é a CDD – Classificação *Decimal Dewey*, sendo que, para a notação de autor, é utilizada a tabela de *Cutter*.

33.6. Empréstimo

O sistema de empréstimo domiciliar é exclusivo à comunidade universitária da FVP e cada usuário recebe um ticket de confirmação de empréstimo, que é impresso no ato.

Toda a regulamentação de uso e empréstimos na biblioteca FVP está disponíveis no regulamento da Biblioteca, disponível no site da IES.

33.7. Apoio na elaboração de Trabalhos Acadêmicos

A Biblioteca dispõe de um acervo, de recursos tecnológicos de atendimento específico por profissional técnico em biblioteconomia para auxiliar os usuários na elaboração de trabalhos técnico-científicos, fichas catalográficas, de acordo com as normas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas e Manuais de Apresentação de Trabalhos Acadêmicos da FVP.

34. CONDIÇÕES DE ACESSO PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

Atenta ao disposto na Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003, sobre os requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências físicas às dependências da IES, a FVP constituiu políticas que visam a acessibilidade e atendimento prioritário.

Trata-se de um Plano de Promoção de Acessibilidade e Atendimento Prioritário que tem como objetivo promover a acessibilidade e inclusão de acadêmicos com necessidades especiais matriculados na instituição, assegurando-lhes direito de compartilharem os espaços comuns de aprendizagem, por meio da acessibilidade ao ambiente físico, aos recursos didáticos e pedagógicos e às comunicações e informações, bem como oferecer o atendimento prioritário e tratamento especial para acadêmicos e usuários em geral em situações que os impossibilitem de frequentar as aulas ou de constituir processos dentro da IES.

Entende-se por acadêmicos com necessidades especiais aqueles que apresentam problemas de deficiência física/motora, sensorial visual e auditiva; Atendimento Prioritário aquele dispensado às gestantes, aos idosos e pessoas com crianças no colo; Tratamento Especial aquele dispensado aos acadêmicos que por motivo de saúde fica impossibilitado de frequentar às aulas.

INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS OFERECIDOS

A instituição no que se refere a infraestrutura e serviços oferecidos, considerando os dispositivos legais existentes, proporciona aos seus acadêmicos a utilização com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos acadêmicos e das edificações, a saber:

Para Usuários Com Deficiência Física/ Motora:

- I. Eliminação de barreiras arquitetônicas para circulação do acadêmico permitindo o acesso aos espaços de uso coletivo, como: salas de aulas, laboratórios, sanitários, biblioteca, copiadora, cantina, serviços administrativos, coordenações e áreas de convivência.
- II. Acesso ao andares através de rampas ou elevadores.
- III. Delimitação de vagas em estacionamento na porta da faculdade.
- IV. Construção de rampas com corrimão, facilitando a circulação de cadeira de rodas;
- V. Adaptação de portas e banheiros com espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas, sinal de emergência, sanitário especial e barras de apoio.
- VI. Colocação de lavabos, bebedouros e telefones públicos em altura acessível aos usuários de cadeira de rodas.

Para os usuários com Deficiência Visual:

- I. Mapeamento dos espaços de circulação – da entrada e calçada da faculdade até o seu interior.
- II. Identificação dos espaços acadêmicos em braile
- III. Colocação de anel tátil nos corrimãos
- IV. Placa de início e final de corrimãos.
- V. Compromisso formal da instituição de proporcionar, caso seja solicitada, desde o acesso até a conclusão do curso, sala de apoio contendo:
 - a) Computador com teclado Braille, impressora Braille acoplada a computador, sistema de síntese de voz;
 - b) Gravador e fotocopiadora que amplie textos;
 - c) Plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico em fitas de áudio;

- d) Software de ampliação de tela do computador;
- e) Equipamento para ampliação de textos para atendimento a aluno com visão subnormal;
- f) Lupas, régua de leitura;
- g) Scanner acoplado a computador;
- h) Plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico dos conteúdos básicos em Braille.

Para os usuários com Deficiência Auditiva:

- I. Compromisso formal da instituição de proporcionar, caso seja solicitada, desde o acesso até a conclusão do curso, apoio aos acadêmicos portadores de deficiência auditiva.
- II. Haverá serviços de tradutor e intérprete de LIBRAS, quando necessário e outras iniciativas, como:

- a) Colocação de LIBRAS como componente curricular obrigatório;
- b) Oferta de cursos de LIBRAS para docentes terem conhecimento acerca da singularidade linguística da pessoa surda, manifesta em sua produção escrita, e de como deve considerá-la em situações de avaliação;
- c) Flexibilidade na correção das provas escritas, valorizando-se o conteúdo semântico;
- d) Aprendizado da língua portuguesa, principalmente na modalidade escrita;
- e) Presença de profissional intérprete de LIBRAS em todas as reuniões de que participem surdos;
- f) Incentivo para que os bibliotecários conheçam LIBRAS;
- g) Garantia da divulgação de informações aos docentes para que se esclareça especificidades linguísticas dos surdos.

Os Meios de Comunicação e Informação:

Sabe-se que os recursos tecnológicos, multimeios, multimídias, jornal, celular, blogs, produções audiovisuais, leituras youtube, vídeos, rádio, quadrinhos, livros etc., estão sendo utilizados com maior frequência nos espaços acadêmicos, exigindo da equipe pedagógica capacitações que possibilitarão sua mediação na aprendizagem de forma mais segura e eficaz. Para que todos tenham acesso às novas tecnologias de informação e comunicação será garantida à equipe pedagógica capacitações frequentes e além disso, outras ações, tais como:

- a) Disponibilização de recursos visuais multimídias através da tecnologia da informação e comunicação.
- b) Atualização do site institucional para atender condições de ampliação da tela e texto, melhorando a acessibilidade do site.
- c) Disponibilização de telefone com transmissão de textos.
- d) Implantação de sinalização nas rotas de fuga e saídas de emergência com informações visuais e sonoras para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.
- e) Providências para manutenção e sinalização das vias de circulação interna da instituição.
- f) Implantação de sinalização, incluindo mapas táteis, para deficientes visuais.

Faz-se necessário oportunizar momentos de ajuda técnica especializada à equipe pedagógica quanto às orientações para o uso de multimeios e mídias adaptadas na didática docente para o acadêmico com surdez que acessibilizarão o conteúdo curricular, em nome da educação de qualidade para todos.

A faculdade se compromete a organizar sala com recursos multifuncionais que se constitui como espaço de promoção da acessibilidade curricular aos discentes dos cursos da instituição, onde se realizarão atividades da parte diversificada, como o uso e ensino de códigos, linguagens, tecnologias e outros aspectos complementares à escolarização, visando eliminar barreiras pedagógicas, físicas e de comunicação.

Nessas salas, os discentes poderão ser atendidos individualmente ou em pequenos grupos, sendo que o número de acadêmicos por docente no atendimento educacional especializado deve

ser definido, levando-se em conta, fundamentalmente, o tipo de necessidade educacional que os acadêmicos apresentam.

ATENDIMENTO PRIORITÁRIO

Fica garantido atendimento prioritário, conforme dispositivos legais, às gestantes e idosos. Essa prática inclui:

- a) Divulgação, em lugar visível, do direito ao atendimento prioritário.
- b) Disponibilidade de assentos de uso preferencial sinalizados.
- c) Preferência no atendimento.

TRATAMENTO ESPECIAL

Existem casos excepcionais em que o acadêmico incapacitado de frequentar os trabalhos escolares, nos termos da Lei, para resguardar o seu direito à Educação, terá assegurado um regime de exercícios domiciliares. Esse tratamento especial consiste na atribuição, ao acadêmico, de exercícios domiciliares, com indicação e acompanhamento docente, para compensar sua ausência às aulas. Igualmente, a critério da Coordenação do Curso o acadêmico poderá prestar, em outra época, os exames que ocorrerem no período de afastamento.

Podem se beneficiar deste regime de tratamento especial:

a) acadêmicos portadores de afecções congênicas ou adquiridas, doenças infectocontagiosas, traumatismos ou outras condições mórbidas que impeçam, temporariamente, a frequência às aulas, “desde que se verifique a conservação das condições intelectuais e emocionais necessárias para o prosseguimento da atividade escolar em novos moldes” e que “a duração não ultrapasse o máximo ainda admissível, em cada caso, para a continuidade do processo pedagógico”, incluindo, entre outros, os quadros de “síndromes hemorrágicas, asma, cartide, pericardites, afecções osteoarticulares submetidas a correções ortopédicas, nefropatias agudas ou subagudas, afecções reumáticas etc. (Decreto-Lei n. 1.044, de 21 de outubro de 1969, covalidado pelo Parecer CNE/CEB n. 6, de 7 de abril de 1988;

b) alunas grávidas, a partir do 8º (oitavo) mês de gestação e durante 3 (três) meses. O início e o fim do período permitido para o afastamento será determinado por atestado médico apresentado a instituição. Em casos excepcionais mediante comprovação também por atestado médico, poderá ser aumentado o período de afastamento, antes e depois do parto. Será sempre assegurado, a essas acadêmicas, o direito de prestar os exames finais (Lei n. 6.202, de 17 de abril de 1975).

35. RESPONSABILIDADE SOCIAL

35.1. Visão da IES quanto à sua Responsabilidade Social

A responsabilidade social da Instituição traduz-se pela busca da compreensão das reais necessidades e potencialidades da região, assim como dos caminhos para que seu desenvolvimento ocorra.

A IES, por meio das suas coordenações de curso, orientará seus docentes para que ao longo do desenvolvimento dos conteúdos das disciplinas valorizem os aspectos relacionados à responsabilidade social e o desenvolvimento regional e do País.

Além disso, a presente proposta pedagógica prevê disciplinas voltadas ao desenvolvimento da compreensão dos impactos sociais e/ou econômicos e/ou ambientais, e ao desenvolvimento da capacidade de acompanhar e implementar mudanças nas condições de trabalho.

A FVP prima pela inclusão social de seus alunos e egressos, desenvolvendo atividades educacionais de nível superior condizentes com o que se espera de uma Instituição cujos princípios, embora sólidos, a permitam responder com prontidão e eficiência aos muitos desafios de uma sociedade em constante transformação. Os cursos superiores de Tecnologia e de Bacharelado da Instituição, conforme se afirmou nos primeiros itens deste projeto, materializam estes princípios.

Em outras palavras, busca-se a excelência educacional e a melhoria contínua, tendo como foco o aluno e o desenvolvimento da região.

Em suas relações com a comunidade, especialmente quando esta se materializa na forma de associações de classe, empresas, instituições financeiras, organizações sem fins lucrativos etc., a IES tem como responsabilidade, entre outras:

- Atuar junto a essas entidades, construindo uma imagem favorável de si mesma;
- Promover seminários e cursos de interesse da comunidade e da Instituição seja por iniciativa própria ou em parceria e apoio com outras instituições;
- Identificar na comunidade acadêmica e empresarial professores e outros profissionais que tenham potencial para prestar serviços relevantes à Instituição;
- Identificar necessidades não satisfeitas no mercado e viabilizá-las em cursos de graduação, extensão e pós-graduação;
- Atuar junto a escolas e entidades carentes, ministrando cursos sem qualquer remuneração financeira; e
- Avaliar semestralmente seu próprio desempenho, principalmente no tocante aos seus cursos de graduação e, quando houver, pós-graduação e extensão, por meio do Plano de Auto Avaliação Institucional, desenvolvido de acordo com os princípios estabelecidos na Lei dos SINAES.

Esse intercâmbio com a comunidade contribui para o desenvolvimento da região, gerando mais empregos, capacitando profissionais para atender às necessidades das empresas e da comunidade em geral e formando cidadãos dotados de princípios éticos e responsabilidade social.

A IES desenvolverá também uma política de apoio aos alunos carentes. Um exemplo é o Programa de Bolsas de Estágio, que tem como objetivos:

- Possibilitar, mediante recursos próprios, a concessão de Bolsas de Estágio a alunos de comprovada carência socioeconômica, matriculados nesta Instituição, visando o incentivo aos estudos e possibilitando o ingresso na carreira profissional;
- Incentivar a participação dos alunos em atividades que possibilitem a complementação da aprendizagem, através do engajamento em projetos específicos; e
- Proporcionar ao aluno bolsista atividades que possibilitem o seu crescimento pessoal e profissional, estimulando o desenvolvimento de competências e habilidades voltadas para o mundo do trabalho e da pesquisa.

Pode ser implementado, quando detectada a necessidade, o programa de “Bolsas-Incentivo”, que proporcionará uma mensalidade mais acessível aos alunos, bem como as bolsas mérito.

36. ANEXOS

36.1. REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

I - Disposições Preliminares

Art. 1º Estas normas disciplinam o planejamento, a oferta, o funcionamento e o registro acadêmico das Atividades Complementares que compõem o currículo do curso de graduação em Ciências Contábeis da FVP, sendo o seu integral cumprimento indispensável para a total aprovação nos semestres que constituem o currículo do curso, bem como a obtenção do grau correspondente.

II – Das Atividades Complementares

Art. 2º Entende-se por Atividades Complementares aquelas de caráter extracurricular que possibilitam ao aluno adquirir conhecimentos importantes para sua formação pessoal e profissional, e cujo planejamento, oferta, organização e avaliação devem levar em conta os objetivos definidos pelo Projeto Pedagógico do curso.

Art. 3º As Atividades Complementares, doravante denominadas simplesmente como “ACs”, compõem o currículo mínimo do curso de graduação em Ciências Contábeis da FVP.

Art. 4º São consideradas para efeito de Atividade Complementar:

I– Atividades de pesquisa:

- a) iniciação científica sob tutoria de docentes;
- b) pesquisa realizada sob orientação de docentes;
- c) publicação de resenhas ou resumos de artigos que resultem em pesquisa;
- d) assistência a defesa de monografias ou projetos finais de curso.

II– Atividades de extensão:

- a) atividades de disseminação de conhecimentos (seminários, conferências, ciclo de palestras, oficinas, visitas técnicas, entre outras);
- b) atividades de prestação de serviços (assistências, assessorias, estágio não obrigatório e consultorias);

III- Atividades de ensino:

- a) disciplinas não previstas na organização curricular do curso, desde que alinhadas ao perfil de formação do egresso;
- b) monitoria em disciplinas constantes da organização curricular;

Parágrafo Único Os critérios para validação das atividades complementares encontram-se no Anexo I deste documento.

Art. 5º O cumprimento da carga horária de Atividades Complementares dar-se-á conforme o quadro abaixo:

TIPO DE ATIVIDADE	Carga horária mínima por período	Carga horária máxima por período
PESQUISA		
Iniciação científica	0	20
Pesquisa	0	20
Publicações	0	20
Assistência a monografias, dissertações e teses	0	20
ENSINO		
Disciplinas não previstas	0	20
Monitoria	5	20
Estágio Extracurricular	10	20
EXTENSÃO		

Seminários, conferências, palestras, oficinas e visitas técnicas	2	10
Assistência, assessoria ou consultoria técnica	2	10
Eventos	2	10

Art. 6º O aluno deve protocolar na Coordenação de Curso o comprovante de cumprimento de cada atividade, com a especificação da entidade emissora do certificado, o nome do curso e sua carga horária.

Parágrafo Único A Coordenação de Curso deve, até a data limite para o encerramento do semestre letivo, emitir parecer sobre a atividade, com respectivo registro no histórico escolar do aluno, no caso de deferimento do pedido.

CRITÉRIOS PARA VALIDAÇÃO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES

CRITÉRIO GERAL: O registro acadêmico das Atividades Complementares, bem como a validação do módulo ao qual se referem as horas, estão condicionados à apresentação, pelo aluno, de documento comprobatório (original e cópia) da atividade realizada ao Coordenador do Curso, e estará sujeito a aprovação.

ATIVIDADES DE ENSINO:

1. Disciplinas não Previstas:

a) Cursadas na FVP:

- i. O aluno deverá se inscrever na disciplina não prevista na matriz curricular de origem durante o período normal de matrícula e/ou inscrição em disciplinas isoladas.
- ii. A confirmação da inscrição dar-se-á respeitando-se o número de vagas ofertado e estará sujeita a aprovação das Coordenações dos Cursos, respeitando o Projeto Pedagógico de cada curso.
- iii. O aluno inscrito na disciplina como Atividade Complementar será submetido aos mesmos critérios de frequência e avaliação que os alunos regulares.
- iv. O documento comprobatório para o registro da Atividade Complementar é o Histórico Escolar atualizado do aluno contendo a aprovação na referida disciplina.
- v. A carga horária atribuída a uma disciplina não prevista como Atividade Complementar obedece ao anexo II.

b) Cursadas fora da FVP:

- i. Considera-se como Atividade Complementar do tipo disciplina não prevista, e que tenha sido cursada em outra Instituição de Ensino, aquela que não seja objeto de processo de pedido de isenção em qualquer tempo, desde que alinhada com o Projeto Pedagógico do Curso, e sujeita à aprovação da Coordenação de Curso.
- ii. Os documentos comprobatórios para o registro da Atividade Complementar são o Histórico Escolar e o Plano de Ensino Oficial da Disciplina (originais e cópias) da Instituição de Ensino de origem.
- iii. O registro da Atividade Complementar está sujeito à aprovação da Coordenação de Curso, que realizará a comparação entre o Projeto Pedagógico e o Conteúdo Programático da disciplina cursada.
- iv. A carga horária atribuída a uma disciplina não prevista como Atividade Complementar obedece ao anexo II.

ATIVIDADES DE PESQUISA

1. **Iniciação Científica sob Tutoria de Docentes**
 - a. Será realizado processo seletivo interno para Iniciação Científica de acordo com as necessidades específicas do Núcleo de Pesquisa e Iniciação Científica da FVP.
 - b. A divulgação das vagas, o processo seletivo e seus respectivos critérios são
 - I. Responsabilidade exclusiva do referido núcleo, cabendo às Coordenações dos Cursos prestarem suporte sempre que solicitada.
 - II. Compete ao professor orientador encaminhar semestralmente à Coordenação do Curso um relatório sobre o aluno orientado constando de frequência, descrição das atividades realizadas e avaliação de desempenho. Este documento funcionará como comprovação para o registro da Monitoria como Atividade Complementar.
 - III. O registro da carga horária atribuída à Iniciação Científica como Atividade Complementar obedece ao anexo 2.
2. **Pesquisa Realizada sob Orientação de Docentes**
 - a. Considera-se como pesquisa orientada por docente aquela em que o orientador seja professor atuante no Curso e cujo conteúdo esteja de acordo com o Projeto Pedagógico do referido curso.
 - b. Não serão aceitas pesquisas realizadas antes do ingresso do aluno no curso de graduação da FVP.
 - c. O aluno pode participar de projetos de pesquisa fora do âmbito da Instituição, desde que devidamente autorizado pelo Coordenador de Curso e validada a sua participação junto ao Núcleo de Pesquisa da FVP.
 - d. Cabe ao professor orientador encaminhar semestralmente à Coordenação de curso, para efeito de registro:
 - I. Identificação completa do professor e do aluno orientado.
 - II. Identificação completa da Instituição de Ensino mantenedora da pesquisa (se houver).
 - III. Cópia da pesquisa.
 - e. O registro da carga horária atribuída à Pesquisa como Atividade Complementar obedece ao anexo 2.
3. **Publicação de Resenhas ou Resumos de Artigos que Resultem em Pesquisa**
 - a. São consideradas para efeito de Atividade Complementar as publicações:
 - I. Registradas pelo ISSN no caso de periódicos.
 - II. Registradas no ISBN no caso de livros.
 - III. Constantes dos anais de Congressos Científicos na área do Curso ou afins.
 - b. Somente serão aceitos como Atividade Complementar os trabalhos publicados no período em que o aluno encontrar-se regularmente matriculado na FVP e que possuam pertinência com o Projeto Pedagógico.
 - c. As publicações devem ser apresentadas à Coordenação de Curso (original e cópia) para fins de comprovação.
 - d. O registro da carga horária atribuída à Publicação como Atividade Complementar obedece ao anexo 2.
4. **Assistência a Defesa de Monografias ou Projetos de Finais de Curso**
 - a. São considerados Assistentes, para efeito de Atividades Complementares, os alunos que atuarem diretamente no apoio a projetos de Monografias, Dissertações de Mestrado ou Teses de Doutorado dentro ou fora da FVP, desde que a assistência tenha ocorrido durante o período em que o aluno esteja regularmente matriculado e cujo tema seja pertinente ao Projeto Pedagógico de curso.

- b. Cabe ao aluno apresentar à Coordenação de Curso um relatório emanado do autor principal e/ou da Instituição de Ensino onde ocorreu a assistência contendo:
- I. Identificação completa do aluno, do autor principal e da Instituição de Ensino.
 - II. Data da defesa, título e categoria do trabalho (Monografia, Dissertação ou Tese).
 - III. Relato sobre a participação do aluno no trabalho.
 - IV. Cópia do trabalho.
- c. O registro da carga horária atribuída à Assistência como Atividade Complementar obedece ao anexo 2.

ATIVIDADES DE EXTENSÃO

5. Disseminação de Conhecimentos

As atividades de disseminação de conhecimentos validadas como Atividades Complementares, seus requisitos e carga horária atribuída obedecem ao quadro abaixo:

Tipo de Atividade	Requisitos
Defesa de Monografia ou Projeto de Final de Curso	<ul style="list-style-type: none"> ⇒ Participação de defesa de Monografia ou Projeto de Final de Curso do curso de graduação. ⇒ Apresentação de documento assinado pela banca examinadora ou professor orientador do trabalho atestando a presença do aluno no evento.
Cursos de Atualização	<ul style="list-style-type: none"> ⇒ Cursos realizados dentro ou fora da FVP cujo tema seja pertinente ao Projeto Pedagógico do curso de Graduação em que o aluno encontra-se matriculado e cuja carga horária total seja inferior a 30 (trinta) horas. ⇒ Apresentação de documento comprobatório constando identificação completa do aluno e da Instituição que promoveu o curso, além de carga horária total e tema abordado (ou programa, se houver). ⇒ Validade do documento comprobatório (para atividades realizadas fora da FVP): 01 (um) ano, a contar da data de apresentação do mesmo. ⇒ Validade do documento comprobatório (para atividades realizadas na FVP): enquanto o aluno encontrar-se devidamente matriculado no curso de Graduação.
Cursos de Qualificação	<ul style="list-style-type: none"> ⇒ Cursos realizados dentro ou fora da FVP cujo tema seja pertinente ao Projeto Pedagógico do curso e cuja carga horária total seja igual ou superior a 30 (trinta) horas. ⇒ Apresentação de documento comprobatório constando identificação completa do aluno e da Instituição que promoveu o curso, além

	<p>de carga horária total e tema abordado (ou programa, se houver).</p> <ul style="list-style-type: none"> ⇒ Validade do documento comprobatório (para atividades realizadas fora da FVP): 01 (um) ano, a contar da data de apresentação do mesmo. ⇒ Validade do documento comprobatório (para atividades realizadas na FVP): enquanto o aluno encontrar-se devidamente matriculado no curso de Graduação.
Cursos de Certificação Tecnológica	<ul style="list-style-type: none"> ⇒ Cursos preparatórios aos exames de qualificação para Certificação Tecnológica realizados dentro ou fora da FVP. ⇒ Apresentação de documento comprobatório constando identificação completa do aluno e da Instituição que promoveu o curso, além de carga horária total e Certificação Tecnológica abordada, ou documento oficial de Certificação Tecnológica dentro do prazo de validade.
Cursos de Extensão em áreas afins ao Curso	<ul style="list-style-type: none"> ⇒ Cursos realizados dentro ou fora da FVP cujo tema seja pertinente ao Projeto Pedagógico do curso. ⇒ Apresentação de documento comprobatório constando identificação completa do aluno e da Instituição que promoveu o curso, além de carga horária total e tema abordado (ou programa, se houver). ⇒ Validade do documento comprobatório (para atividades realizadas fora da FVP): 01 (um) ano, a contar da data de apresentação do mesmo. ⇒ Validade do documento comprobatório (para atividades realizadas na FVP): enquanto o aluno encontrar-se devidamente matriculado no curso de Graduação.
Cursos de Língua Inglesa	<ul style="list-style-type: none"> ⇒ Cursos de língua Inglesa realizados dentro ou fora da FVP. ⇒ Apresentação de documento comprobatório constando identificação completa do aluno e da Instituição que promoveu o curso, além de carga horária semestral total, ou documento oficial de Proficiência Língua Inglesa. ⇒ Validade do documento comprobatório (para atividades realizadas fora da FVP): 02 (dois) anos, a contar da data de apresentação do mesmo.

	⇒ Validade do documento comprobatório (para atividades realizadas na FVP): enquanto o aluno encontrar-se devidamente matriculado no curso de Graduação.
--	---

6. **Assistência, Assessoria ou Consultoria Técnica**

Sob o amparo do CEI – Centro de Empreendedorismo e Inovação:

- i. São consideradas para efeito de Atividade Complementar as atividades de assistência, assessoria ou consultoria técnica realizadas no âmbito da FVP e sob o amparo do CEI
- ii. A seleção, ingresso e avaliação do desempenho do aluno no CEI obedecerá aos dispositivos da mesma, sem qualquer interferência da Coordenação de Curso.
- iii. Cabe ao professor orientador apresentar à Coordenação de Curso, enquanto durar sua atuação no CEI, relatório contendo:
 - Identificação completa do aluno.
 - Cargo que ocupa no Núcleo.
 - Descrição sumária das atividades realizadas.
 - Data, carimbo e assinatura do(s) professor(es) orientador(es).
- iv. O registro da carga horária atribuída às atividades de prestação de serviços no Núcleo de Práticas obedece ao anexo 2.

b. Atividades de Monitoria:

- I. Será realizado processo seletivo interno para Monitoria em disciplinas específicas do Curso de acordo com as necessidades apontadas pelo Coordenador do Curso.
- II. A divulgação das disciplinas e do processo seletivo, bem como a operacionalização da Monitoria constará em regulamento próprio da Coordenação de Curso.
- III. Compete ao professor orientador do Monitor encaminhar semestralmente à Coordenação de Curso um relatório sobre o Monitor orientado constando de frequência, descrição das atividades realizadas e avaliação de desempenho. Este documento funcionará como comprovação para o registro da Monitoria como Atividade Complementar.
- IV. O registro da carga horária atribuída à Monitoria como Atividade Complementar obedece ao anexo 2.

c. Extensão Comunitária

- I. São consideradas como Atividades Complementares de Extensão Comunitária aquelas realizadas pelo aluno em trabalho voluntário pertinente ao Projeto Pedagógico, amparadas por projetos sociais mantidos ou não pela FVP.
- II. Compete ao aluno encaminhar à Coordenação de Curso, para fins de registro, documento contendo:
 - Identificação completa do aluno.
 - Identificação completa do órgão contábil e da Instituição mantenedora.
 - Relatório de atividades realizadas.
 - Período em que o aluno esteve engajado no projeto.
 - Data e assinatura de representante da Instituição mantenedora, devidamente identificado.

- d. O registro da carga horária atribuída à Extensão Comunitária como Atividade Complementar obedece ao anexo 2.

QUADRO DE REGISTRO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES

CATEGORIA DE ATIVIDADE	TIPO	C.H. MÁXIMA
PESQUISA	Iniciação Científica sob Tutoria de Docentes	Até 20 (quinze) horas por semestre letivo de atuação.
	Pesquisa Realizada sob Orientação de Docentes	Monografia <input type="checkbox"/> Até 10 (dez) horas. Projeto aprovado <input type="checkbox"/> Até 20 (vinte) horas.
	Publicação de resenhas ou Resumos de Artigos que Resultem em Pesquisa	Relatório Técnico <input type="checkbox"/> Até 20 (vinte) horas por trabalho. (OBS: O relatório deve ser validado pelo Núcleo de Pesquisa e Extensão) Publicações em Âmbito Nacional <input type="checkbox"/> De 05 (cinco) até 20 (vinte) horas, dependendo da qualificação do evento, segundo classificação CAPES/CNPq. Publicações em Âmbito Internacional <input type="checkbox"/> 10 (dez) até 20 (vinte) horas, dependendo da qualificação do evento, segundo classificação CAPES/CNPq.
	Publicação de resenhas ou Resumos de Artigos que Resultem em Pesquisa	Até 10 (dez) horas por trabalho assistido, podendo chegar ao total de 20 horas.
EXTENSÃO	Seminários, Conferências, Palestras e Visitas Técnicas	De 2 (duas) até 20 (vinte) horas.
	Defesa de Monografia ou Projeto de Final de Curso	De 2 (duas) a 6 (seis) horas, sendo 2 (duas) horas por evento.
	Cursos de Atualização	Até 20 (vinte) horas

	Cursos de Qualificação	Até 20 (vinte) horas
	Cursos de Certificação Tecnológica	Até 20 (vinte) horas, calculadas como a carga horária total do curso
	Cursos de Extensão em áreas afins à área do Curso	Até 20 (vinte) horas.
	Cursos de Língua Inglesa	Até 20 (vinte) horas;
	Assistências, Assessorias e Consultorias Técnicas.	Sob o Amparo do CEI. <input type="checkbox"/> 20 (vinte) horas por semestre de atuação. Tutoria <input type="checkbox"/> 20 (vinte) horas por semestre de atuação. Extensão Comunitária <input type="checkbox"/> 20 (vinte) horas por semestre de atuação.
ENSINO	Disciplinas Não Previstas na Organização Curricular do Curso	20 (vinte) horas por semestre letivo de atuação
	Monitoria em Disciplinas Constantes da Organização Curricular	20 (vinte) horas por semestre por semestre letivo de atuação

36.2. REGULAMENTO DAS PROJETOS INTERDISCIPLINARES

1. DAS CARACTERÍSTICAS DA PRÁTICA INTERDISCIPLINAR (PROJETO INTERDISCIPLINAR)

Trata-se de unidade curricular que compõe o processo curricular do Curso de Graduação em Ciências Contábeis da FVP.

Por suas especificidades e características, a elaboração do Projeto Interdisciplinar reger-se-á por este regulamento específico.

1.1. Da Carga – Horária do Projeto Interdisciplinar

No curso de graduação em Ciências Contábeis, a carga horária semestral do Projeto Interdisciplinar constituir-se-á de 30 (trinta) horas/aula divididas e previstas da seguinte maneira:

- a) *10 (Dez) horas/aula semestrais constituídas para orientação dos trabalhos por um professor do curso.*

Obs Essas orientações deverão ser feitas por cronograma de grupos, sendo as horas/aula semanais estabelecidas para dar todo o suporte aos alunos.*

- b) *10 (Dez) horas/aula semestrais para que os alunos façam o projeto, executem o projeto e componham o relatório da pesquisa ou ação.*

- c) *10 (Dez) horas/aula semestrais para que os alunos constituam o pôster resumo do trabalho, exponham-no na IES e socializem os resultados com outros cursos e com os colegas.*

Obs Ao final do semestre o aluno deverá expor o trabalho nas dependências da FVP na semana dos Projetos Interdisciplinares, devidamente constituída em calendário escolar no início do semestre letivo.*

*Obs** O professor dos Projetos Interdisciplinares será responsável por coordenar e constituir o cronograma e horários das aulas e orientações do projeto.*

2. DO OBJETIVO GERAL

O Projeto Interdisciplinar, em cada um dos períodos no qual é oferecido na estrutura curricular do Curso de Graduação em Ciências Contábeis da FVP, tem por objetivo geral: Possibilitar ao discente a intercomunicação entre as disciplinas estudadas aplicando e traduzindo os conhecimentos teóricos, técnicos e práticos, adquiridos durante sua formação acadêmica, traduzindo-os de forma concreta na elaboração de um projeto específico para melhor compreensão da realidade em que se insere social e profissionalmente.

3. DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Desenvolver uma proposta de intercomunicação entre as disciplinas estudadas, numa perspectiva curricular horizontal e vertical;
- b) Promover atividades extra sala, para que se possa investigar e colher informações;
- c) Despertar nos discentes o gosto e a prática da investigação científica;
- d) Orientar o desenvolvimento de trabalhos seguindo normas específicas;
- e) Oportunizar aos alunos atividades práticas nas quais possam vivenciar os conteúdos trabalhados em sala de aula;
- f) Registrar as conclusões dos participantes do projeto por meio de banner, artigos, exposição dos resultados em mural e do projeto nos meios de comunicação como

- internet e jornal, tudo com o norte de disseminar o conhecimento e a prática autônoma de estudos e tomada de decisão.
- g) Possibilitar a aplicação dos conhecimentos teóricos, técnicos e práticos a partir da proximidade com o ambiente contábil na região de inserção da IES, bem como da comunidade em que se insere;
 - h) Compreender a natureza e a forma da prática da ética na área contábil, bem como da condução de seus processos;
 - i) Estudar e entender a responsabilidade social do ponto de vista pessoal;
 - j) Reconhecer na prática, a diferença entre ação responsável e obrigações sociais;
 - k) Fomentar o desenvolvimento da prática socialmente responsável adquirida durante sua formação acadêmica, traduzindo-a de forma concreta na elaboração de um projeto específico para melhor compreensão da realidade;
 - l) Exercitar o trabalho em equipe, divisão de tarefas, bem como das responsabilidades assumidas;
 - m) Vivenciar o ambiente contábil, bem como seu vocabulário específico;

4. DAS NORMAS PARA ELABORAÇÃO E CONSTITUIÇÃO DAS EQUIPES

4.1 – Para a realização da Prática Interdisciplinar, o aluno deverá estar regularmente matriculado na disciplina de mesmo nome.

4.2 – A Prática Interdisciplinar deverá ser elaborada em equipe, entre 05 (cinco) no mínimo e 08 (oito) integrantes no máximo.

PARÁGRAFO ÚNICO: A composição dos grupos será definida pelos alunos em formulário anexo a este regulamento, bem como a indicação do professor tutor/responsável (determinado e não ultrapassado o número de vagas para cada docente).

4.3 - As equipes formadas serão orientadas pelos professores tutores das respectivas turmas, ou ainda pelos professores das disciplinas ministradas nos períodos onde os alunos se encontram matriculados, a desenvolverem um trabalho voltado para o tema ou título do projeto.

4.4 - O tema proposto pelo grupo deverá ser entregue em tempo hábil ao tutor do período, assim como o objetivo das disciplinas em cumprir o tema proposto. Os temas / títulos deverão ser escolhidos pelo grupo ou definidos pelos professores tutores; ou, ainda, poderão ser estabelecidos antecipadamente no ementário do Projeto Pedagógico do Curso, ou pela Coordenação do Curso a critério desta última.

4.5 O trabalho também poderá ter como parâmetro, desde que devidamente autorizado pelo professor tutor ou pré-determinado no Projeto Pedagógico do Curso, um estudo de caso real, a partir de dados reais, identificados em empresas devidamente credenciadas para isso, consoante Termo de Autorização e Convênio previamente celebrados entre a Instituição e a organização/ empresa governamental ou não governamental cedente.

4.6 – Para a elaboração do trabalho, os alunos deverão seguir as orientações de cada um dos professores que compõem o semestre em curso, bem como se comprometer a entregar os relatórios em data previamente estabelecida pelo professor orientador responsável.

4.7 – Os trabalhos (em conformidade com o roteiro anexo) deverão ser entregues de acordo com as normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) atualizadas, em versão espiralada para apreciação e avaliação pelo professor da disciplina e em apresentação no formato Pôster.

4.9 – As notas atribuídas aos projetos serão de responsabilidade dos professores da disciplina e repassadas para inserção junto ao sistema acadêmico da IES.

4.10 – Caberá a apresentação do projeto a **todos os integrantes do grupo, sem exceção, na forma de banner, painel e/ou artigo publicado em revista da área** tomando-se por base a média geral para o desempenho individual de cada integrante.

Parágrafo primeiro – Caso algum integrante não venha a participar de forma concreta do trabalho (apresentado no rodapé do objeto) e, quando necessário na forma de apresentação oral acerca do painel ou banner, a nota atribuída a ele será zero, não prejudicando os demais do grupo.

Parágrafo segundo – O tempo destinado à apresentação será o tempo cabível de exposição do material em lugares específicos da IES, na forma de mostra e/ou exposição.

4.11.– Os melhores trabalhos poderão ser reapresentados em data estabelecida pela coordenação do curso e pelo professor orientador responsável, em outros eventos internos e/ou externos.

5. DA ATRIBUIÇÃO DOS PROFESSORES E TUTORES DO PERÍODO (SEMESTRE)

Caberá a um ou mais professores que compõem cada um dos períodos/semestres do Curso de Ciências Contábeis, a orientação dos Projetos Interdisciplinares a todos os grupos dos quais a sua disciplina seja parte integrante como área de concentração, constituindo as suas horas/aula conforme o regime a que fora contratado pela IES.

5.2 – Caberá à Coordenação de Curso o número de vagas destinadas para cada professor/tutor, sendo que o número de orientações não deverá ultrapassar 05 (cinco) equipes orientadas para cada professor do semestre/período.

5.3 - Os professores deverão estimular a contemplação da unidade curricular sob sua responsabilidade, evidenciando o trabalho interdisciplinar, como é reconhecido no mercado de trabalho, prevalecendo à visão sistêmica por parte dos alunos.

5.4 – Caberá ao professor designado garantir a interdisciplinaridade dos trabalhos, bem como da orientação das normas junto aos professores/tutores e alunos.

5.5 – Caberá aos professores designados como responsáveis pela Unidade Curricular – Projeto Interdisciplinar, a solicitação junto ao Núcleo de Estágio para a celebração de convênios e emissão do Termo de Autorização para essa finalidade, quando necessários.

6. DOS CRITÉRIOS DE ENTREGA E AVALIAÇÃO

6.1 – Os Projetos Interdisciplinares deverão ser entregues em data previamente estabelecida em calendário próprio e local especificado pelo professor orientador responsável, e não serão aceitos protocolos posteriores, remanejamento, substituição ou troca de integrantes após o protocolo, sob nenhuma hipótese.

6.2 - Caso seja detectado que o trabalho não é inédito, não tenha sido feito pelos integrantes da equipe ou em concordância com as normas descritas nesse Regulamento, o mesmo poderá ser recusado pelos professores/tutores e a equipe ficará com nota (0,0) zero na avaliação, sem Ciências Contábeis a novo protocolo.

6.3 - Os integrantes das equipes que não conseguirem nota mínima 7,0 (sete) estarão automaticamente reprovados na disciplina de Prática Interdisciplinar, devendo os mesmos a cumprir no regime de dependência no período letivo seguinte.

6.4 - O sistema de avaliação obedecerá ao seguinte critério de pontuação:

- a) Parte escrita (Avaliação da Banca examinadora) - (NP1) : 5 pontos. Avaliação do Professor/Tutor – (NP1): 5 pontos.
- b) Parte de pôster e apresentação do grupo (NP2): 10 pontos
- 6.5 – Caso exista a opção da IES por mais alguma avaliação, como por exemplo a “Multidisciplinar”, as notas relativas à Prática Interdisciplinar serão somadas a essa avaliação e constituída a sua média geral.
- PARÁGRAFO ÚNICO: $NP1 + NP2 / 2 =$ MÉDIA FINAL

7. DA ORGANIZAÇÃO E DA AVALIAÇÃO DOS PROFESSORES/TUTORES

PARÁGRAFO ÚNICO: As equipes deverão cumprir as atividades nas datas e horários previstos. Este critério será avaliado durante o período letivo pelo professor/tutor, que observará itens como a formação do grupo, a participação de todos os componentes no projeto (avaliada por meio de entrevista individual, ou por informações repassadas pelos líderes de equipe) e a apresentação dos trabalhos teóricos e práticos. Atas de reuniões para o desenvolvimento do trabalho deverão ser anexadas no relatório final (um mínimo de 02 reuniões deverão ser comprovadas), a critério do professor (a) tutor (a).

8. DO PÔSTER

8.1 - A apresentação teórica deverá ser feita por **meio de pôster (dimensões de 800 mm de largura por 1200 mm de altura)** e valerá **50% da nota final da disciplina (Conforme Cap. 6)**. A equipe deverá montar o painel em material sintético próprio para *banner* ou, quando autorizado pela coordenação de curso, em papel cartão ou cartolina, e fixar no espaço reservado para essa finalidade.

8.2 - O Pôster deverá conter todas as informações inerentes ao trabalho, dispostas na forma de introdução, desenvolvimento, conclusão e bibliografia.

8.3 - A avaliação do pôster será feita por equipe/banca de professores do período, sendo considerada no final a média das notas, observando:

- As respostas às questões formuladas nas várias disciplinas. Interdisciplinaridade das observações, cálculos, conclusões e respostas;
- Discussão das questões envolvidas;
- Criatividade e metodologia científica;
- A escrita: planejamento, organização, estilo e qualidade geral do texto.

Este regulamento entrará em vigor a partir do primeiro semestre de funcionamento do Curso.

APÊNDICE I

FORMULÁRIO DE COMPOSIÇÃO DE GRUPOS DO PROJETO

Curso			
Período		Turma	
Professor/Tutor			

COMPONENTES/EQUIPE DO PROJETO	
1.	
2.	
3.	
4.	
5.	
6.	
7.	
8	

LÍDER DA EQUIPE	
Nome	
Contato/emai 1	

TÍTULO DO TRABALHO

APÊNDICE II – ROTEIRO DO TRABALHO ESCRITO – PROJETOS

- **CAPA** (elemento obrigatório)
- **FOLHA DE ROSTO** (elemento obrigatório)
- **FOLHA DE APROVAÇÃO** (elemento obrigatório)
- **DEDICATÓRIA** (elemento opcional)
- **AGRADECIMENTOS** (elemento opcional)
- **LISTA DE ILUSTRAÇÕES** (se necessário)

- **LISTA DE TABELAS** (se necessário)
- **SUMÁRIO** (elemento obrigatório)
- **INTRODUÇÃO** (elemento obrigatório): **Apresentação do tema** (ênfase na interdisciplinaridade), **Objetivos** (pretensões do projeto), **Justificativa** (relevância do estudo), **Objeto de Pesquisa** (formulação de um problema/pergunta que se pretende resolver/esclarecer por intermédio da pesquisa), **Metodologia** (caminho adotado para elaboração do projeto, como por exemplo, pesquisa bibliográfica e visita técnica) e **Nome da Instituição Estudada/Pesquisada e/ou Ação Constituída**.

1 DESCRIÇÃO DO RAMO DE ATUAÇÃO DA INSTITUIÇÃO PESQUISADA E/OU ATIVIDADE SOCIAL* (elemento obrigatório):

Há necessidade de embasamento bibliográfico.

Fazer uma análise descritiva sobre a área de atuação do órgão e o contexto em que ele está inserida. Pode ser uma Instituição Pública ou Privada ou Organização Não Governamental.

Vale lembrar que deve ser descrito o ramo de atuação, ou seja, mencionar instituições que atuam no mesmo setor, como se comporta à sociedade, logo o levantamento bibliográfico é fundamental.

2 DESCRIÇÃO DA INSTITUIÇÃO PESQUISADA* (elemento obrigatório): Há necessidade de embasamento bibliográfico.

2.1 BREVE HISTÓRICO:

Processo de formação da instituição/organização, porte, número de colaboradores e outros aspectos importantes.

2.2 MISSÃO/VALORES: Objetivos da instituição/organização, valores abrangidos (judiciários, sociais, políticos, econômicos, outros) e metas.

2.3 NATUREZA DA ATIVIDADE: Fazer uma análise caracterizada e detalhada dos serviços ofertados pelo órgão.

2.4 PRINCIPAL PÚBLICO DO ÓRGÃO: Caracterizar o público-alvo.

2.5 ESTRUTURA DA ORGANIZAÇÃO/INSTITUIÇÃO: Descrever em quais setores está dividida, juntamente com a elaboração de um organograma.

3 DIAGNÓSTICO E PROGNÓSTICO* (elementos obrigatórios):

- **Diagnóstico:** Analisar o órgão foco da pesquisa identificando as fragilidades e potencialidades, os acertos e os conflitos levando em consideração os cenários passados e presentes com base em análise do grupo e levantamento bibliográfico sobre o assunto.

- **Prognóstico:** Avaliação da situação futura (consequências) por meio da construção de cenários obtidos no diagnóstico. Há necessidade de embasamento bibliográfico.

4 PROPOSIÇÃO DE SOLUÇÃO E/OU TOMADA DE DECISÃO* (elemento obrigatório): Identificação do problema da organização e proposição de solução e/ou melhoria do processo, com base nos diagnósticos e prognósticos levantados. Há necessidade de embasamento bibliográfico.

- **CONCLUSÃO** (elemento obrigatório): Resumo completo e sistematizado das argumentações apresentadas no desenvolvimento do trabalho, isto é, da Prática Interdisciplinar. (Descrever as conclusões identificadas pelo grupo. As dificuldades encontradas no Projeto também podem ser destacadas).

- **REFERÊNCIAS** (elemento obrigatório): Descrever as Referências Bibliográficas (relação das obras consultadas) utilizadas durante o desenvolvimento da Prática Interdisciplinar.

- **APÊNDICE** (elemento obrigatório): Apresentação do Relatório de Visita Técnica (questões elaboradas pelos professores de cada disciplina do curso/semestre).



- **ANEXO** (se necessário): Inclusão de documentos não elaborados pelos autores da Prática Interdisciplinar, objetivando a compreensão e clareza de alguns pontos elucidados no corpo do trabalho.

36.3. Regulamento do Estágio Curricular Supervisionado em Ciências Contábeis

FACULDADE VALE DO PAJEÚ

FVP

2022

Regulamento do Estágio Curricular Supervisionado em Ciências Contábeis

TÍTULO I

Regulamento do Estágio Curricular Supervisionado em Ciências Contábeis

Capítulo I

Da Definição e Finalidade

Art. 1º Entende-se como Estágio Supervisionado o conjunto de atividades práticas direcionadas para o aprendizado e o desenvolvimento de competências e habilidades atinentes às respectivas profissões, realizadas por alunos em empresas, instituições públicas ou privadas e nos núcleos ou laboratórios práticos. As atividades deverão ser acompanhadas pela faculdade, correspondendo ao curso que contemple em sua estrutura curricular o Estágio Supervisionado a que o aluno estiver regularmente matriculado, obedecendo ao disposto na legislação vigente.

Art. 2º Este regulamento tem por finalidade explicitar as normas que regem o Estágio Supervisionado do Curso de Graduação em Ciências Contábeis e definir atribuições, normas e procedimentos.

Parágrafo Único: A partir da autorização do curso, dada a expectativa de ser um curso da área da contabilidade, a IES deverá, **OBRIGATORIAMENTE**, firmar convênio com os sistemas públicos e privados de contas.

Capítulo II

Dos Objetivos

Art. 3º São seus objetivos:

I - oferecer ao aluno a oportunidade de desenvolver experiências práticas na área de Contabilidade, de acordo com a estrutura curricular, tendo como base os conhecimentos teóricos vistos em sala de aula e demais formas de estudo, a fim de prepará-lo para o exercício da profissão.

II - incentivar a análise de casos e situações reais.

III - proporcionar ao aluno a oportunidade de propor melhorias no que concerne à gestão contábil em instituições públicas e privadas e, principalmente, na região de inserção do curso de ciências contábeis da FVP.

Capítulo III

Das Condições para Realização do Estágio

Art. 4º São condições para a realização do Estágio Supervisionado que:

I - o aluno esteja regularmente matriculado;

- II - a organização escolhida pelo aluno atenda aos requisitos exigidos pelo curso;
- III- a organização esteja apta à realização do Estágio Supervisionado, tenha um responsável técnico que será a ligação entre a organização e a faculdade. O responsável técnico deve ser da área de formação profissional do curso;
- IV - não tenha duração inferior ao número de horas práticas estabelecidas na Estrutura Curricular específica do curso;
- V - não possa exceder a 40 (quarenta) horas semanais, ou 08 (oito) horas diárias;
- VI – tenha acompanhamento direto de um Professor Orientador, a fim de facilitar o desempenho do aluno, obedecendo todas as etapas do Estágio.

Capítulo IV

Do Acompanhamento do Estagiário

Art. 5º O acompanhamento terá como responsáveis:

- I – o Coordenador do curso.
- II – o responsável pelo Núcleo ou Coordenador de Estágio.
- III – um professor orientador.
- IV – supervisor técnico da instituição concedente.

Parágrafo Único. Compete ao Coordenador de curso determinar quem será o professor orientador, visando ao acompanhamento do estágio supervisionado, com anuência do Diretor Acadêmico, limitado a 04 (quatro) orientandos para 1 (um) orientador.

Art. 6º Compete ao responsável pelo núcleo de estágio da IES:

- I - observar os procedimentos de legalização dos documentos que regularizem a atividade de estágio curricular, a saber, convênio e termo de compromisso, segundo disposto na lei 6 494, de 7/12/1977, decreto nº87.497, de 18/8/1982 e Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008.
- II - assessorar o professor de estágio na orientação pedagógica das atividades do estágio supervisionado.
- III - oficializar os documentos que regulamentam a atividade de estágio curricular, a saber, convênio e termo de compromisso.
- IV – administrar as relações entre as IES e os concedentes, informando à Direção Acadêmica sobre todas as expectativas de ambas as partes, através de relatórios periódicos.
- V - manter o canal de comunicação efetiva com os órgãos/instituições que compõem os locais de oferta de estágio, mediante a realização de programa de parcerias, visando ao fechamento de convênios e à intermediação de vagas de estágio curricular para os alunos.
- VI - prezar pelo cumprimento dos objetivos do Estágio Supervisionado, no que se refere a aspectos didático-pedagógicos definidos pela coordenação de cursos e que norteiam a atividade.
- VII - aplicar metodologia de organização e acompanhamento de estágio, incluindo atividades de supervisão visita e avaliação de Estágio Supervisionado, juntamente com a CPA.

Art. 7º Compete ao Professor Orientador:

- I - orientar o aluno na elaboração do seu plano de estágio;
- II – apresentar instruções para a realização do estágio, no primeiro encontro entre o professor orientador e seus alunos. Os encontros deverão ser individualizados e obedecer ao horário e o local estabelecido em pauta;
- III - preencher relatório específico de acompanhamento do aluno;
- IV- utilizar o manual de estágio supervisionado como fonte de apoio às atividades de estágio;
- V - receber relatórios parciais e devolver ao aluno. O relatório final deverá ser entregue na Secretaria Acadêmica, para arquivamento na pasta do aluno.

Art. 8º Compete ao supervisor técnico da concedente:

I - observar os procedimentos de legalização dos documentos que regularizem a atividade de estágio curricular, a saber, convênio e termo de compromisso, segundo disposto na lei 6 494, de 7/12/1977, decreto nº87.497, de 18/8/1982 e Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008.

II – acompanhar o desenvolvimento do estágio, prezando pelo cumprimento das atividades acertadas no plano de estágio.

III – acompanhar o preenchimento do relatório de estágio.

Art. 9º Compete ao aluno:

I - estar devidamente matriculado;

II - escolher o local de estágio auxiliado pelo Professor Orientador ou por iniciativa própria;

III - elaborar o plano de estágio juntamente com o Professor Orientador;

IV - providenciar a documentação necessária para comprovação de sua situação enquanto estagiário, sendo estes o Termo de Convênio e o Termo de Compromisso de Estágio entre o estudante e a instituição prestadora de serviços em contabilidade. Esses documentos constituirão comprovantes exigíveis pela autoridade competente da inexistência de vínculo empregatício do estagiário;

V - comprovar condição de acesso à instituição, através da apresentação do Termo de Convênio e do Termo de Compromisso, devidamente assinados e carimbados pelo representante legal da organização e do Núcleo de Estágio em até 15 dias após o início do estágio;

VII - elaborar projeto relacionado com a área de conhecimento do curso de Ciências Contábeis.

§ 1º O aluno funcionário de instituição prestadora de serviços em contabilidade, pública ou privada, deverá providenciar a fotocópia da carteira de trabalho, comprovando seu vínculo, função e área de conhecimento compatível com o curso de Ciências Contábeis.

§ 2º A cópia desses documentos deverá ser anexada ao relatório final de estágio, que ficará arquivada na Secretaria Acadêmica;

§ 3º É necessário que a instituição prestadora de serviços em contabilidade com o qual o estagiário assinou o termo de compromisso seja constituída, esteja em funcionamento e ofereça condições essenciais que permitam ao aluno aplicar seus conhecimentos;

Art. 10º Cada aluno terá um único professor orientador, que será o responsável pelas instruções necessárias para o desenvolvimento das atividades de estágio supervisionado, acompanhamento e lançamento das notas no sistema.

Parágrafo único. A formatação dos relatórios deverá obedecer ao manual de normas para a elaboração formal de trabalhos científicos, disponível para alunos e professores respectivamente na biblioteca da instituição.

Capítulo V

Do Seguro Obrigatório

Art. 11º É responsabilidade da faculdade a inserção de estagiário, devidamente matriculado e com Termo de Compromisso regularizado, na apólice de seguro de acidentes pessoais, segundo disposto no decreto nº87.497, de 1982 e na Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008.

Capítulo VI

Das Disposições Finais.

Art. 12º O presente regulamento está sujeito a alterações que se fizerem necessárias para uma manutenção atualizada e coerente com solicitações do mercado e uma adequação do perfil profissional dos cursos, submetidos à apreciação do Conselho Superior.

36.4. REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA FVP

REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC

Este regulamento tem por finalidade orientar o processo de desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC do Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis da FVP, estabelecendo critérios e procedimentos gerais a serem adotados.

CAPÍTULO 1 – Das Disposições Preliminares

Art. 1º O presente regulamento disciplina o processo de elaboração, apresentação e avaliação de Trabalho de Conclusão do Curso de Ciências Contábeis da FVP.

Art. 2º O Trabalho de Conclusão de Curso - TCC será realizado individualmente, por acadêmico devidamente matriculado na disciplina em questão podendo abordar tema teórico ou teórico-prático, com orientação dos docentes do Curso de Graduação em Ciências Contábeis e relatado sob a forma de uma MONOGRAFIA CONTÁBIL.

Art. 3º O Trabalho de Conclusão de Curso – TCC deve propiciar aos alunos a oportunidade de demonstrar as competências adquiridas para resolver problemas complexos e/ou discutir cientificamente temas atuais e importantes da área contábil.

CAPÍTULO 2 – Do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC

Art. 4º O processo do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC compreende etapas sucessivas, a serem desenvolvidas ao longo dos semestres letivos em que o aluno estiver matriculado no Curso.

Parágrafo Único: no curso de Bacharelado em Ciências Contábeis da FVP, o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC se constitui a partir de dois momentos (semestres) específicos: no penúltimo período/semestre na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso I (constituição do projeto de pesquisa) e no último período/semestre na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso II (elaboração e defesa do TCC);

Art. 5º O Trabalho de Conclusão de Curso - TCC deve ser entregue ao professor-orientador, designado para este fim e nos setores instituídos neste regulamento para recebê-lo após a sua finalização.

Art. 6º A mudança de tema do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC somente pode ocorrer, a partir de proposta do aluno ou do professor-orientador, com parecer conclusivo deste.

CAPÍTULO 3 – Dos alunos e professores-orientadores

Art. 7º Os alunos do Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis serão submetidos ao processo de orientação, para efeito de escolha do tema e elaboração do trabalho.

Art. 8º O aluno, dentre outros, tem os seguintes deveres específicos:

- I. Apresentar, primeiramente, ao professor-orientador um anteprojeto contendo: o tema, a justificativa da escolha do tema, os objetivos e bibliografia;
- II. Apresentar cronograma, com a supervisão do professor orientador, determinando as

- etapas a serem cumpridas e os prazos para a realização das tarefas;
- III. Cumprir o calendário divulgado pela coordenação do curso, para realização das atividades propostas na monografia;
 - IV. Frequentar as reuniões convocadas pelo coordenador de curso, pelo coordenador de TCC do seu curso ou pelo seu professor-orientador;
 - V. Manter contatos/encontros semanais com o seu professor-orientador, para discussão do trabalho acadêmico em desenvolvimento;
 - VI. Elaborar a versão final da monografia, obedecendo as normas e instruções deste regulamento e outras, aprovadas pela coordenação de curso, quando for o caso;
 - VII. Comparecer em dia, hora e local determinados pela coordenação de curso ou da coordenação de TCC para apresentar e defender a versão final de sua monografia, perante banca examinadora.

Art. 9º Todos os professores Bacharéis em Ciências Contábeis, devidamente vinculados ao Curso de Ciências Contábeis da FVP podem ser indicados como professores orientadores, desde que possuam, no mínimo, curso de especialização. No entanto, tal orientação far-se-á adequando o interesse do professor-orientador com a sua área de atuação e disponibilidade. Definidas estas questões, professor-orientador e aluno estabelecerão, entre si, horário e local para reuniões semanais ou quinzenais de orientação.

Parágrafo primeiro: quanto ao local e horário da orientação, não existe obrigatoriedade para que a reunião seja em uma sala de aula ou na Coordenação de Curso. Porém, deve ser realizada nas dependências da FVP.

Parágrafo segundo: só haverá substituição do professor orientador mediante concordância deste, do professor substituto escolhido pelo aluno, do coordenador de TCC e do coordenador do curso, salientando que a troca de orientador não pode interferir nos prazos estabelecidos para a entrega do trabalho (que não serão estendidos). Esta troca ficará documentada por escrito. (APÊNDICE A)

Parágrafo terceiro: o relacionamento entre professor orientador e aluno deve ser o mais profissional possível, o que implica em responsabilidades de ambas as partes. Qualquer problema entre orientador e aluno deverá ser comunicado ao coordenador do curso e ao coordenador de TCC o mais breve possível, para que sejam tomadas as providências cabíveis em cada caso.

Art. 10º Cabe ao professor-orientador:

- I. Orientar os alunos na escolha do tema e na elaboração e execução do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, sob a forma de monografia, desenvolvido ao longo do curso;
- II. Sugerir à coordenação de curso, normas ou instruções destinadas a aprimorarem o processo do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC;
- III. Acompanhar o desenvolvimento do TCC por meio de reuniões semanais ou quinzenais de orientação (obrigatoriamente nas dependências da FVP em dia e hora combinados com o aluno e informados, através de relatórios mensais à coordenação de curso e coordenação de TCC. (APÊNDICE B)
- IV. Participar de reuniões, convocadas pelo coordenador do TCC, para análise do processo do Trabalho de Conclusão de Curso, assim como da avaliação dos alunos;

- V. Emitir relatórios periódicos, parciais e finais, sobre o desempenho e a avaliação dos acadêmicos, com vistas ao Trabalho de Conclusão de Curso;
- VI. Para os alunos que estiverem em elaboração da monografia, marcar dia, hora e local da apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso, perante banca examinadora.
- VII. Anotar as sugestões da banca examinadora durante a defesa do trabalho e acompanhar a inclusão das mesmas na elaboração do trabalho final a ser entregue pelo aluno.
- VIII. Um professor orientador pode orientar, no máximo, 8 (oito) trabalhos simultaneamente.

CAPÍTULO 4 – Da Defesa e Entrega Final do TCC

Art. 11° A entrega do TCC será feita à secretaria acadêmica, nos prazos estabelecidos em calendário pelo coordenador de curso ou coordenador de TCC, com antecedência de no mínimo 15 (quinze) dias úteis da defesa, em 3 (três) vias encadernadas em espiral simples que serão entregues para os membros da Banca Examinadora respeitando as normas exigidas para trabalhos acadêmicos de monografia. (APÊNDICE C)

Parágrafo Único: a data da defesa do TCC estará disponível na coordenação do curso no início do semestre previsto para a mesma.

Art. 12° Na defesa pública, no que tange à fase disponibilizada à exposição do trabalho à banca, apenas o autor do TCC deverá fazer explanação.

Parágrafo Único: Deverá ocorrer fase de arguição acerca do trabalho pela banca examinadora e tem por objetivo auxiliar na constituição da nota do acadêmico-autor, bem como a autenticidade/concretude do TCC.

Art. 13° Após a defesa e aprovação do TCC, o aluno terá um prazo máximo 07 (sete) dias corridos, a contar da data da defesa, para os devidos ajustes e, em seguida, protocolar na secretaria acadêmica da FVP a versão definitiva, em 2 (duas) vias, encadernadas em capa dura, na cor azul royal, com letras cor dourada, acompanhadas de 1 (uma) cópia em CD, incluindo os slides da apresentação.

Art. 14° Os trabalhos devem respeitar o cronograma e prazos estabelecidos para serem avaliados no período corrente. O aluno que não entregar por escrito o Trabalho de Conclusão de Curso e/ou que não se apresentar para a sua defesa oral, sem motivo justificado, será automaticamente reprovado, podendo apresentar novo trabalho, somente no semestre letivo posterior, de acordo com o calendário acadêmico.

Parágrafo único: nesse caso, o aluno não participará da colação de grau no semestre, podendo colar grau no semestre seguinte ou em cerimônia reservada pela Direção Geral da IES.

Art. 15° Os alunos que não se inscreverem para a defesa do TCC no prazo de até 30 (trinta) dias corridos após o início do semestre letivo só poderá fazê-lo mediante preenchimento de requerimento próprio dirigido ao coordenador de curso, até no máximo 60 (sessenta) dias do início do semestre. (APÊNDICE D)

Parágrafo único: os prazos de entrega dos trabalhos e defesa não serão prorrogados.

Art. 16° O professor orientador possui plena autonomia e poder para impedir que um trabalho

entre em processo de avaliação ou mesmo para reprovar o aluno a qualquer tempo, desde que com substância para tal decisão justificada, encaminhada e discutida na coordenação de curso e coordenação de TCC. Caso o orientador não avalize o trabalho realizado temendo pela sua reprovação ou acreditando que ele ainda não reúna condições de se dar como terminado, de acordo com seus critérios, é possível não autorizar a entrega pelo aluno.

CAPÍTULO 5 – Da avaliação do TCC

Art. 17º A avaliação do TCC será feita pelas três pessoas que participarão da banca examinadora, sendo composta pelo professor-orientador e mais dois professores do curso em que o aluno esteja vinculado/matriculado. Em casos especiais, a coordenação de curso poderá convidar professores externos para participar como membro da banca examinadora.

Parágrafo primeiro: o professor orientador, juntamente com a coordenação do curso e coordenação de TCC, indicará os professores que irão compor a banca examinadora e estes deverão ser preferencialmente da área do objeto do TCC. (APÊNDICE E)

Parágrafo segundo: todas as notas referentes à avaliação do TCC compreenderão valores entre zero (0) e dez (10) e ficarão sujeitas, nas composições, aos critérios de arredondamento estabelecidos pela FVP.

Art. 18º A primeira nota de avaliação do professor-orientador com peso equivalente a 50% (cinquenta por cento) far-se-á de acordo com os seguintes itens: conhecimento teórico, domínio prático do tema, complexidade do trabalho, originalidade do trabalho, compatibilidade das conclusões com a proposta inicial e desempenho do aluno, fundamentação teórica, coerência temática, estrutura formal, bibliografia, objetividade e recursos utilizados. (APÊNDICE F)

Art. 19º As segunda e terceira notas serão atribuídas pela banca examinadora, julgados seu desempenho na apresentação, capacidade de argumentação nos questionamentos e apresentação do trabalho escrito, tendo peso equivalente a 50% do total. (APÊNDICE C)

Parágrafo Único: a defesa do Trabalho de Conclusão do Curso compreenderá exposição oral do conteúdo do mesmo, podendo ser objeto de arguição e deverá estender-se por tempo não superior a 20 minutos.

Art. 20º Com base no exame do trabalho escrito e da apresentação oral do mesmo, os membros da banca deverão chegar a um total de notas que corresponderão a três julgamentos finais (APÊNDICE G):

- I. Média maior ou igual a 9,0: trabalho aprovado com louvor;
- II. Média 7,0 a 8,9: trabalho aprovado
- III. Média inferior a 7,0: trabalho reprovado, devendo o TCC ser apresentado no próximo semestre letivo.
- IV. Sem média: aprovado com ressalvas;

Art. 21º O aluno será considerado aprovado, quando no final da média, atingir nota igual ou superior a 7,0 (sete).

Art. 22° Em casos de reprovação, os alunos reprovados têm o recurso perante o coordenador do curso e coordenador de TCC, que deverá ser apresentado por escrito dentro do prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados da data de defesa. Feito isso, o coordenador do curso juntamente com o professor-orientador TCC e coordenador de TCC analisarão a procedência do pedido, determinando seu arquivamento definitivo ou em caso de aceitação das justificativas procederá da seguinte forma: nomeará uma nova banca examinadora e nova defesa. Esta banca tem um prazo de 15 (quinze) dias corridos para manifestar-se de forma definitiva sobre o assunto.

Art. 23° No caso de aprovado com ressalvas, os alunos deverão proceder à correção do trabalho de acordo com as sugestões feitas pela Banca Examinadora, entregando nova versão para avaliação em prazo estipulado pela mesma antes da colação de grau. Após nova avaliação feita pelos mesmos membros da banca, total ou parcialmente composta, se aprovado, o aluno participará da cerimônia de colação de grau. Se reprovado, procederá conforme instruções do artigo anterior.

Art. 24° A coordenação do curso publicará a relação dos alunos que procederam à entrega da prévia do TCC até a data prevista, com a devida anuência do professor orientador definindo a data, horário e local das defesas e a constituição das bancas examinadoras.

Parágrafo primeiro: as defesas dos Trabalhos de Conclusão de Curso serão realizadas em sessão pública;

Parágrafo segundo: as notas finais serão publicadas após a entrega final do Trabalho de Conclusão de Curso, em versão definitiva.

CAPÍTULO 6 – Das disposições gerais

Art. 25° É de inteira responsabilidade do aluno a verificação de seus prazos e obrigações junto à secretaria acadêmica, coordenação de curso e coordenação de TCC.

Art. 26° Todas as suspeitas de fraude acadêmica, seja a utilização de trabalhos já realizados, nesta ou em outras instituições, seja o recorte de partes de outros trabalhos, serão rigorosamente verificadas.

Parágrafo único: em caso de confirmação das suspeitas será nomeada uma comissão de ética presidida pelo Diretor Acadêmico, com a presença do coordenador do curso, coordenador de TCC e o professor orientador do TCC que irão analisar a extensão e a gravidade do plágio acadêmico, ficando o aluno passível de aplicação das normas disciplinares da FVP.

Art. 27° É vedada orientação de TCC nos meses de recesso escolar e férias, salvo em casos de matrícula em regime excepcional de estudos.

Art. 28° Os trabalhos apresentados e aprovados pela banca examinadora estarão à disposição dos alunos para consulta na Biblioteca da FVP.

CAPÍTULO 7 - Das disposições finais

Art. 29° Os casos omissos e as interpretações deste Regulamento devem ser resolvidos pelas coordenações de curso e coordenações de TCC, com recurso, em instância final, para o colegiado de curso e Direção da IES.

Art. 30° Este Regulamento entra em vigor na data de sua aprovação pela Direção da IES.

APÊNDICE A
FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE MUDANÇA DE PROFESSOR (A)
ORIENTADOR (A)

Solicito, de acordo com o estabelecido no Art. 9º do Regulamento Geral do Trabalho de Conclusão do Curso - TCC, substituição do/a professor/a orientador/a.

ALUNO/A	
MATRÍCULA	
TEMA	
PROFESSOR/A ORIENTADOR/A ATUAL	
NOME	
ASSINATURA	
PROFESSOR/A ORIENTADOR/A PROPOSTO/A	
NOME	
ASSINATURA	
MOTIVO	

São José do Egito, ____ de _____ de _____.

Assinatura do/a aluno/a

APÊNDICE C

ORIENTAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

A estrutura do TCC deve estar de acordo com a ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) que obedece à seguinte estrutura: elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais.

Os elementos pré-textuais são compostos de:

- Capa (obrigatório)
- Lombada (opcional)
- Folha de rosto (obrigatório)
- Errata (opcional)
- Folha de aprovação (obrigatório)
- Dedicatória (opcional)
- Agradecimentos (opcional)
- Epígrafe (opcional)
- Resumo na língua vernácula (obrigatório)
- Resumo em língua estrangeira (obrigatório)
- Lista de ilustrações (opcional)
- Lista de abreviaturas e siglas (opcional)
- Lista de símbolos (opcional)
- Sumário (obrigatório)

Os elementos textuais são compostos de:

- Introdução
- Desenvolvimento
- Conclusão

Os elementos pós-textuais são compostos de:

- Referências (obrigatório)
- Glossário (opcional)
- Apêndice (opcional)
- Anexo (opcional)
- Índice (opcional)

Em caso de dúvidas, a IES possui um Manual de Normalização de Trabalhos Científicos para normalização de referências e apresentação de trabalhos acadêmicos que está de acordo com as normas da ABNT, disponível para consulta no site.

APÊNDICE D
FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE INSCRIÇÃO NO TCC

Solicito, de acordo com o estabelecido no Art. 15º do Regulamento Geral do Trabalho de Conclusão do Curso de Ciências Contábeis, matrícula na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso.

ALUNO/A	
MATRÍCULA	
TELEFONES	
E-mail	
TEMA	
APRESENTAÇÃO DO TEMA	
PROFESSOR/A ORIENTADOR/A	

São José do Egito, ____ de _____ de _____.
Assinatura do/a Professor/a orientador/a Assinatura do aluno

APÊNDICE E

FORMULÁRIO PARA PEDIDO DE CONSTITUIÇÃO DE BANCA EXAMINADORA

Do (a): Professor (a) Orientador (a)

Para: COORDENAÇÃO DE TCC

Eu, Professor (a) _____,
em comum acordo com o (a) aluno (a) _____,
sugerimos para compor a Banca Examinadora do TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
com o título _____, os seguintes
membros:

1. _____
2. _____

Sendo o dia ____/____/____ às _____ horas, a data para apresentação do
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO, e os recursos didáticos necessários são

Aproveito a oportunidade para informar que a nota do (a) aluno (a), referente aos trabalhos
intermediários, é _____ (_____).

Aguardando a homologação da Banca Examinadora pela Coordenação do Curso de
_____ subscrevemo-nos.

Atenciosamente. _____

Professor (a) Orientador (a)

Banca aprovada pela Coordenação do curso de _____ em
____/____/____

APÊNDICE F
AValiação DA BANCA EXAMINADORA

DADOS DO ALUNO		
Nome:		
Título do Trabalho:		
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO		NOTA
SOBRE O TRABALHO ESCRITO: 4,0 pontos		
Conhecimento teórico		
Domínio prático do tema		
Complexidade do trabalho		
Compatibilidade das conclusões com a proposta inicial		
Subtotal		
SOBRE A PARTE METODOLÓGICA: 4,0 pontos		
Fundamentação teórica		
Coerência temática		
Estrutura formal		
Bibliografia		
Subtotal		
SOBRE A APRESENTAÇÃO: 2,0 pontos		Aluno
Objetividade/Clareza e Pertinência da exposição		
Recursos utilizados		
Subtotal		
Total: soma total das notas		

São José do Egito (PE), ____ de _____ de ____.

Nome e assinatura do avaliador

ESCLARECIMENTOS SOBRE OS ITENS AVALIADOS

SOBRE O TRABALHO ESCRITO

- I. **CONHECIMENTO TEÓRICO** é o nível demonstrado de informação atualizada sobre os trabalhos mais representativos publicados na área.
- II. **DOMÍNIO PRÁTICO DO TEMA** é a capacidade de utilizar as informações teóricas selecionadas aplicando-as adequadamente, seja em termos de análise de uma situação concreta, seja em nível de intervenção na realidade.
- III. **COMPLEXIDADE DO TRABALHO** - corresponde a dois aspectos: de um lado cabe checar o processo de produção do trabalho, no nível das dificuldades para a coleta de dados e acesso a informações compatíveis, bem como avaliar as dificuldades intrínsecas de estudo do tema proposto. Cabe checar também o produto do trabalho em termos da sua contribuição para a área de conhecimento em que se insere. Neste sentido, deve ser avaliada a capacidade do aluno de propor soluções diferenciadas e adequadas à problemática dissertada na monografia, bem como a capacidade de integrar as principais contribuições dos autores consultados, com sensibilidade e senso crítico.
- IV. **COMPATIBILIDADE DAS CONCLUSÕES COM A PROPOSTA INICIAL** - ela implica na análise do nível de consistência lógica do trabalho, avaliação quanto à adequação da metodologia e dos dados coletados aos objetivos propostos, e do grau da clareza nas conclusões apresentadas.

SOBRE A PARTE METODOLÓGICA

- I. **FUNDAMENTAÇÃO TEORICA** deve expressar o conjunto de idéias ou teorias que orientaram o desenvolvimento do trabalho. De forma operacional, esta fundamentação fica patente no trabalho pela indicação expressa pelo autor representativo (que fez escola) da área em questão, de uma teoria de renome ou de um modelo já defendido em trabalhos anteriores.
- II. **COERÊNCIA TEMÁTICA** diz respeito à ordenação lógica e consistente do conteúdo do trabalho. Tema, objetivos a atingir, as hipóteses elaboradas e metodologia escolhida para pesquisa devem afinar-se e apresentar-se de forma particular, ou seja: Introdução, Desenvolvimento e Conclusão.
- III. **ESTRUTURA FORMAL** trata da apresentação gráfica da monografia e sua construção de acordo com os padrões ortográficos e metodológicos vigentes.
- IV. **BIBLIOGRAFIA** refere-se ao conjunto de obras consultadas cuja indicação no trabalho é absolutamente indispensável. Devem ser levadas em conta, neste caso, regras rígidas para correta reprodução de referências bibliográficas.

SOBRE A APRESENTAÇÃO

O aluno deverá decidir, com o apoio do professor orientador, qual a melhor forma de apresentar o trabalho diante da Banca Examinadora, no sentido de otimizar sua participação buscando a objetividade, clareza, criatividade, recursos utilizados e, acima de tudo, demonstrar domínio do tema desenvolvido, observando o tempo estabelecido para esta tarefa.

APÊNDICE G
FICHA DE AVALIAÇÃO FINAL DO TCC

DADOS DO ALUNO			
Nome:			
Título do Trabalho:			
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	Av1 Orientador	Av2 Membro da banca	Av3 Membro da banca
SOBRE O TRABALHO ESCRITO			
Subtotal			
SOBRE A PARTE METODOLÓGICA			
Subtotal			
SOBRE A APRESENTAÇÃO			
Subtotal			
Média aritmética das notas dos membros da banca			
Total das notas do orientador X 0,50			
Média aritmética da soma das notas dos membros da banca X 0,50			
Resultado final: soma dos resultados das notas do orientador e dos membros da banca			